



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 014 SEXTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (116)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p style="text-align: center;">SDD - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>
<p style="text-align: center;">PROS - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p style="text-align: center;">Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2014	7
1.1 – ABERTURA.....	8
1.2 – EXPEDIENTE.....	8
1.2.1 – Pareceres	
Nº 60/2014, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 409/2013....	8
Nº 61/2014, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 247/2013....	14
Nº 62/2014, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 431/2013....	18
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 409, 247 e 431/2013, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 211, 217 e 218/2013-CE).	24
Publicação do Parecer nº 3/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 10/2010-CN, com apresentação de projeto de decreto legislativo, cuja tramitação iniciar-se-a na Câmara dos Deputados (vide item 2).	24
Publicação dos Pareceres nºs 4 a 9/2014-CN, que concluem pelo arquivamento dos Avisos nºs 4, 9, 26 e 29/2012-CN; 5 e 9/2013-CN (vide item 2).	25
1.2.3 – Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	
Nº 88/2014, comunicando a remessa do Projeto de Lei nº 313/2013 à Assembleia Legislativa daquele Estado.	25
1.2.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 114/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.	25
Nº 115/2014, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando o sobrestamento da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 79/2011.	26
1.2.5 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 51/2014, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que <i>altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estabelecer que o material escolar, quando de uso coletivo, deve ser fornecido pelo estabelecimento de ensino, sendo vedada a indicação de marca específica para materiais a serem utilizados por todos os alunos</i>	28
1.2.6 – Comunicações	
Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 632/2013 (Ofício nº 74/2014). <i>Designação do Deputado Manoel Junior, como suplente, para compor a referida Comissão</i>	30
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 629/2013 (Ofício nº 41/2014). <i>Designação do Senador Luiz Henrique, como suplente, para compor a referida Comissão</i>	30
Da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 634/2013 (Ofício nº 21/2014). <i>Designação do Deputado João Carlos Bacelar, como titular, para compor a referida Comissão</i>	30
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de retirada do Senador Luiz Henrique da composição das Comissões Mistas destinadas a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 632, 633 e 636/2013; e do Senador Roberto Requião da composição da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 632/2013 (Ofícios nºs 42 e 35/2014).	31
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Ofício nº 2/2014). <i>Designação do Senador Mozarildo Cavalcanti, como titular, para compor a referida Representação</i>	31

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de arquivamento dos Avisos nºs 12, 24, 112 e 108/2013 (Ofícios nºs 242 e 243/2013, e 11 e 12/2014).....	32
1.2.7 – Ofício da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais	
Nº 9/2014, que encaminha cópias das Portarias Interministeriais nºs 39 e 40/2014.	33
1.2.8 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 19/2014, na origem, comunicando a ausência de S. Exª do País, no período de 21 a 24 do corrente, em viagem oficial às cidades do Vaticano, Roma e Bruxelas.....	36
1.2.9 – Discursos do Expediente	
SENADOR JOÃO DURVAL – Preocupação com os baixos níveis de água nos reservatórios do Brasil e seus impactos no fornecimento de energia no País.....	37
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Comentários sobre proposições apresentadas por S. Exª e críticas à morosidade para apreciação pela Câmara dos Deputados.	39
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Registro de nota informativa do Cade a respeito da criação do Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja - Consecitrus; e outros assuntos.	43
SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Referência ao início da 30ª edição da Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul-RS; e outros assuntos.....	44
SENADOR CASILDO MALDANER – Defesa de uma reforma tributária que simplifique a arrecadação e reduza os impostos sobre a produção e o consumo, em especial sobre os materiais escolares.....	45
SENADOR JORGE VIANA – Apelo por providências do Governo Federal para ajuda às vítimas da enchente do Rio Madeira no Estado do Acre.....	49
SENADOR ANIBAL DINIZ, como Líder – Registro da participação de S. Exª no seminário promovido pelo núcleo do PT para debater os 34 anos do partido; e outro assunto.	52
SENADOR ALVARO DIAS – Protesto contra a posição adotada pelo governo brasileiro na crise da Venezuela.	54
SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Considerações sobre projeto de lei de autoria de S. Exª sobre a aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).	57
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.....	58
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Discursos	
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários sobre a decisão do Governo Federal acerca do Superavit Primário em 2014.	60
1.4.2 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 65/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovado , nos termos do Parecer nº 63/2014-CRE	65
1.4.3 – Discursos (continuação)	
SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Preocupação com as obras da Copa do Mundo no Estado do Mato Grosso.....	68
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA – Apelo em favor da aprovação da reestruturação da carreira dos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS.....	70
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Satisfação com dados divulgados no <i>Valor Econômico</i> acerca do aumento do número de vagas formais de emprego em Manaus-AM; e outros assuntos.	72
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Críticas ao PT por suposta pressão para a não instalação de CPI requerida por S. Exª que visa a investigar o transporte público no País.....	75
SENADOR VALDIR RAUPP – Relato de missão parlamentar com a participação de S. Exª ao Irã; e outro assunto.	81
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Pesar pelo falecimento da Srª Mariluce Bittar.	83
SENADOR WELLINGTON DIAS – Defesa de projeto de lei de autoria de S. Exª que acrescenta dispositivos sobre a primeira infância no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	84
1.4.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 116/2014, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 15 a 20 de março próximo.	87
Nº 117/2014, de autoria do Senador Eunício Oliveira, solicitando voto de aplauso ao Sr. Francisco Ivens Dias Branco.	88
Nº 118/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Maria Ângela de Albuquerque Faria.	88
Nº 119/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito Leosvaldo Roque Miguéis.	89
Nº 120/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alaylson Ribeiro Pereira.	89

Nº 121/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Diplomata Leila Maria Serafim Pacheco.	89
1.4.5 – Comunicação	
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 630/2013 (Ofício nº 104/2014). <i>Designação do Deputado Nelson Pellegrino, como titular, e do Deputado José Guimarães, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	90
1.4.6 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR BLAIRO MAGGI – Reflexões acerca dos fatores condicionantes da interrupção no fornecimento de energia elétrica no País.	90
SENADORA ANGELA PORTELA – Críticas à oposição e ao projeto de lei que pretende a inclusão do Bolsa Família na Lei Orgânica da Assistência Social.....	92
1.5 – ENCERRAMENTO.....	93
2 – PARECERES	
Nº 3/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 10/2010-CN....	94
Nº 4/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 4/2012-CN.	101
Nº 5/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 9/2012-CN.	112
Nº 6/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 26/2012-CN....	124
Nº 7/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 29/2012-CN....	139
Nº 8/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 5/2013-CN.	157
Nº 9/2014-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 9/2013-CN.....	179
3 – ATAS	
3.1 – MESA DO SENADO FEDERAL	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 6 de fevereiro de 2014	195
4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 20.2.2014	219
SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	220
Bancadas dos Partidos	221
Por ordem alfabética	222
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	223
7 – LIDERANÇAS	224
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	228
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	231
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	239
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	248
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	251
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	258
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	264
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	274
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	282
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	291
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	300
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	300
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	310
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	314
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	315
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	316
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	317
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	318
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	318
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	319
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	321
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	323
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	325
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	327

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	329
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	331

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	333
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	335
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	344
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	345
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	346
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	346
Comissões Mistas Especiais	347

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	351
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	352
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	356

Ata da 14ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Casildo Maldaner, José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti e Ruben Figueiró.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 52 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

14ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 20/02/14 07:00 até 20/02/14 20:36

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X

PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 61 Senadores

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 20/02/14 20:39

Página:

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 60, DE 2014

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, do Senador Armando Monteiro, que denomina “Rodovia Mestre Dominginhos”, o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caitano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco.

Relator: Senador **Benedito de Lira**

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, do Senador Armando Monteiro, que denomina “Rodovia Mestre Dominginhos” o trecho da rodovia BR-423 compreendido entre os municípios de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

O art. 1º da proposição dá nome ao trecho rodoviário conforme expresso na ementa, ao passo que o art. 2º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

O autor argumenta, na justificação, que o cantor, sanfoneiro e compositor José Domingos de Moraes, natural de Garanhuns, uniu a seu extraordinário talento artístico uma rara dimensão humana. A denominação

proposta para o trecho de rodovia que corta o Agreste pernambucano representaria mais uma oportuna homenagem a Dominginhos, como se tornou conhecido no Brasil e no mundo o músico que veio a falecer em 23 de julho deste ano.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para ser apreciada em caráter terminativo, em conformidade com o art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), não tendo recebido emendas.

II – Análise

É da competência desta Comissão avaliar proposições que versem sobre homenagens cívicas, de acordo com o art. 102, inciso II, do RISF. Também deve este parecer pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, tendo em vista o caráter exclusivo e terminativo do exame.

O projeto de lei, ao tratar de obra de arte em rodovia federal, se insere no âmbito da competência legislativa da União, de modo condizente com o que estabelece o art. 21, inciso XXI, da Constituição Federal.

A proposição coaduna-se, também, à ordem jurídica vigente, especialmente por atender às determinações da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação”. A previsão de homenagem a “pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade” por meio de concessão de seu nome a um trecho de via consta do art. 2º desse ato normativo.

Em relação ao mérito, não há dúvida de que Dominginhos representa uma das grandes contribuições do Nordeste à música popular brasileira. O menino de Garanhuns, descoberto aos 8 anos de idade como talentoso sanfoneiro por Luiz Gonzaga, mudou-se a seu convite para o Rio de Janeiro, em 1954, acompanhado do pai. Após fundar seu próprio conjunto regional e lançar os primeiros discos, Dominginhos abriu nova e relevante frente artística no início dos anos 1970, ao tocar com cantores como Gal Costa e Gilberto Gil, que gravariam algumas de suas composições. Quer em parceria ou em autoria exclusiva, Dominginhos lançou um número considerável de obras primas de nosso cancioneiro, a exemplo de “Eu só quero um xodó”, “Lamento Sertanejo” e “De volta pro aconchego”, algumas das quais foram gravadas dezenas ou mesmo centenas de vezes, incluindo versões para línguas estrangeiras.

Sua carreira permaneceu se expandindo nas décadas seguintes, seja pela colaboração com grandes nomes da música brasileira, seja pela competência cada vez mais marcada como cantor, seja pelo sotaque inovador que emprestou aos ritmos nordestinos. Manteve-se, de qualquer modo, sempre fiel às tradições e ao sentimento de seu povo, nordestino e brasileiro, o que se pode atestar nos mais de quarenta discos que lançou. É ampla e incontestável a importância de Dominginhos para a música e a cultura brasileiras, o que torna mais do que justa a homenagem de conceder o seu nome a um trecho da rodovia federal que passa por sua cidade natal.

No que tange à técnica legislativa, entretanto, há alguns reparos a serem feitos à redação do PLS nº 409, de 2013. Verificamos, tanto em sua ementa como no art. 1º, além de algumas incorreções ortográficas, um problema relativo à forma como se define o trecho da BR-423 a ser denominado Rodovia Mestre Dominginhos.

O uso da expressão “trecho da rodovia da BR-423 compreendido entre os municípios de São Caitano e Garanhuns” permite, ao rigor da letra, duas interpretações, a depender de considerarmos que “o trecho da BR-423 compreendido **entre** os municípios” **exclui** ou **inclui** a extensão da rodovia que passa **nos mesmos** municípios. Como a primeira interpretação foge ao sentido da homenagem e ao senso comum, deveríamos concluir que toda a extensão da rodovia que **está dentro** desses municípios, assim como a que está **entre** esses municípios, receberia a nova denominação – abrangendo, portanto, os trechos que vão além do percurso entre as cidades de São Caetano e de Garanhuns até os limites dos respectivos municípios. Este último sentido, no entanto, destoa igualmente da praxe consagrada e mais razoável, motivo pelo qual adotamos, nas duas emendas de redação que se seguem, a expressão inequívoca “trecho da rodovia BR-243 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns”.

III – Voto

Consoante as razões expostas, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, e, no mérito por sua APROVAÇÃO, com as alterações decorrentes das emendas de redação a seguir apresentadas:

EMENDA Nº 1 – CE (DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 409, de 2013)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, a seguinte redação:

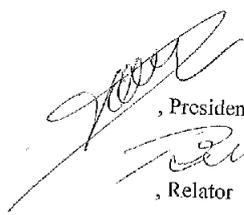
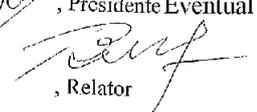
Denomina “Rodovia Mestre Dominginhos” o trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

EMENDA Nº 2 – CE (DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 409, de 2013)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, a seguinte redação:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, passa a denominar-se “Rodovia Mestre Dominginhos”.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2013


, Presidente Eventual

, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 70ª REUNIÃO, DE 10/12/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *[assinatura]* Sen. Paulo Paim

RELATOR: *[assinatura]*

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT) <i>[assinatura]</i>	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Randolfe Rodrigues (PSOL) <i>[assinatura]</i>	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT) <i>[assinatura]</i>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB) <i>[assinatura]</i>	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB) <i>[assinatura]</i>	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) <i>[assinatura]</i>	4. Luiz Henrique (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP) <i>[assinatura]</i>	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) <i>[assinatura]</i>	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) <i>[assinatura]</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <i>[assinatura]</i>
Paulo Bauer (PSDB) <i>[assinatura]</i>	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM) <i>[assinatura]</i>	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM) <i>[assinatura]</i>	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB) <i>[assinatura]</i>	1. Eduardo Amorim (PSC)
Jim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Oswaldo Sobrinho (PTB) <i>[assinatura]</i>	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 409/13

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	LINDBERGH FARIAS				X									
WELLINGTON DIAS	ANIBAL DINIZ													
ANA RITA	VAGO													
PAULO PAIM	VANESSA GRAZZIOTTIN													
RANDOLFE RODRIGUES	PEDRO TAQUES				X									
CRISTOVAM BUARQUE	ANTONIO CARLOS VALADARES				X									
LÍDICE DA MATA	ZEZÉ FERRELA													
INÁCIO ARRUDA	RODRIGO ROLLEMBERG				X									
JOÃO CAPIBERIBE					X									
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO
RICARDO FERRAÇO	EDUARDO BRAGA													
ROMERO JUCA	VITAL DO RÉGO													
JOÃO ALBERTO SOUZA	VALDIR RAUPP				X									
EUNÍCIO OLIVEIRA	LUIZ HENRIQUE													
ANA AMÉLIA	PEDRO SIMON													
BENEDITO DE LIRA	VAGO				X									
CIRO NOGUEIRA	VAGO													
KÁTIA ABREU	VAGO													
VAGO	VAGO													
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA	CIGERO LUCENA				X									
ALVARO DIAS	FLEXA RIBEIRO													
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA													
MARIA DO CARMO ALVES	LÚCIA VÂNIA				X									
JOSÉ AGRIPINO	ALOYSIO NUNES FERREIRA				X									
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	EDUARDO AMORIM													
GIM ARGELO	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X											
OSVALDO SOBRINHO	MOZARILDO CAVALCANTI												X	
VAGO	ANTONIO CARLOS RODRIGUES													

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/12/2013

SENADOR



Presidente Eventual da
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDAS AO PLS 409/13
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	LINDBERGH FARIAS				X					
WELLINGTON DIAS	ANIBAL DINIZ									
ANA RITA	VAGO									
PAULO PAIM	VANESSA GRAZZIOTIN									
RANDOLFE RODRIGUES	PEDRO TAQUES				X					
CRISTOVAM BUARQUE	ANTONIO CARLOS VALADARES				X					
LIDICE DA MATA	ZEZE PERRELA									
INACIO ARRUDA	RODRIGO ROLLEMBERG				X					
JOÃO CAPIBERIBE										
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	ABSTENÇÃO
RICARDO FERRAÇO	EDUARDO BRAGA									
ROBERTO REQUIÃO	VITAL DO RÉGO									
ROMERO JUCÁ	VALDIR RAUPP									
JOÃO ALBERTO SOLZA	LUIZ HENRIQUE				X					
EUNÍCIO OLIVEIRA	PEDRO SIMON									
ANA AMÉLIA	VAGO									
BENEDITO DE LIRA	VAGO									
CIRO NOGUEIRA	VAGO									
KÁTIA ABREU	VAGO									
VAGO	VAGO									
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA	CICERO LUCENA									
ALVARO DIAS	FLEXA RIBEIRO				X					
PAULO BAUER	CASSIO CUNHA LIMA									
MARIA DO CARMO ALVES	LÚCIA VÂNIA				X					
JOSÉ AGRIPINO	ALOYSIO NUNES FERREIRA									
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	ABSTENÇÃO	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	NÃO	SIM	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	EDUARDO AMORIM				X					
GIM ARGELO	JOÃO VICENTE CLAUDINO									
OSVALDO SOBRINHO	MOZARILDO CAVALCANTI				X					
VAGO	ANTONIO CARLOS RODRIGUES									

TOTAL: 44 SIM: 13 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/12/2013

SENADOR  Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

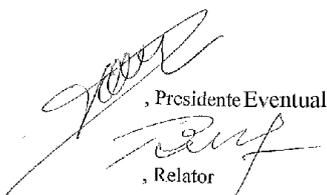
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2013**Denomina “Rodovia Mestre Dominginhos” o trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-423 compreendido entre as cidades de São Caetano e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, passa a denominar-se “Rodovia Mestre Dominginhos”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2013.



, Presidente Eventual
, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 21. Compete à União:

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

PARECER Nº 61, DE 2014

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que denomina “Viaduto Frei Galvão” o viaduto situado no km 58 da BR-116, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Relator: Senador João Vicente Claudino

I – Relatório

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que denomina “Viaduto Frei Galvão” o viaduto situado no km 58 da BR-116, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

O art. 1º da proposição determina que seja denominado “Viaduto Frei Galvão” o viaduto acima identificado, enquanto o art. 2º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

Expõe-se, na justificação, o propósito de homenagear, com a denominação da referida obra de arte viária, a pessoa de Antonio de Sant'Anna Galvão, mais conhecido por Frei Galvão. Frei Galvão, vindo à luz em Guaratinguetá, no estado de São Paulo, em 1739, tornou-se o primeiro santo católico nascido no Brasil, ao ser canonizado, em 2007, pelo Papa Bento XVI. O autor ressalta, ainda, a devoção popular de que é objeto Frei Galvão, juntamente com outras qualidades e realizações suas, que justificariam, em seu conjunto, a concessão da homenagem proposta.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para ser apreciada em caráter terminativo, de acordo com o art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), não tendo recebido emendas.

II – Análise

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, conforme o art. 102, inciso II, do RISF. Em razão do caráter exclusivo e terminativo da distribuição, impõe-se, além da avaliação do mérito, o exame relativo à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade, deve-se assinalar que, ao tratar de obra de arte em rodovia federal, a proposição se insere no âmbito da competência legislativa da União, de modo condizente com o que estabelece o art. 21, inciso XXI, da Constituição Federal. O projeto de lei coaduna-se, ademais, à ordem jurídica vigente, ocupando-se de matéria que não integra o campo reservado à iniciativa privativa do Poder Executivo.

A proposição também tem respaldo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação”, particularmente pela determinação, constante do art. 2º, de que, mediante lei especial, “uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade”.

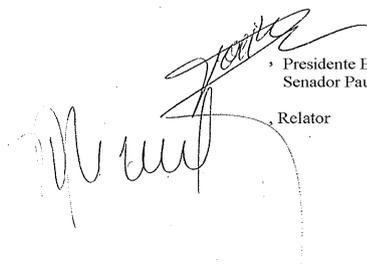
Também em relação à técnica legislativa, o projeto não merece reparos.

Por fim, no que toca ao mérito, devem-se ressaltar as qualidades de Frei Galvão não apenas no plano religioso, mas também nas esferas intelectual, artística e empreendedora, bastando referir-se, nesse sentido, à sua responsabilidade pelo traçado e pela condução da obra do Mosteiro da Luz, em São Paulo, tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

É plenamente justificado, ademais, que no município de Guaratinguetá, cidade natal de Frei Galvão, sejam conferidas amplas e relevantes homenagens a seu filho mais ilustre, que dedicou sua vida às boas obras e ao bem do próximo, o primeiro santo católico nascido no Brasil.

III – Voto

Consoante as razões expostas, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013. Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2013.



Presidente Eventual
Senador Paulo Paim

Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 70ª REUNIÃO, DE 10/12/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Paulo Paim

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

247 / 2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X				LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
LÍDICE DA MATA					ZEZÉ FERRELA				
INACIO ARRUDA	X				RODRIGO ROLLEMBERG				
JOÃO CAPIBERIBE	X								
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÉGO				
ROMERO JUCÁ					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				LUIZ HENRIQUE				
EUNICIO OLIVEIRA					PEDRO SIMON				
ANA AMELIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA					CICERO LUCENA				
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO	X			
PAULO BAUER					CASSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES	X				LÚCIA VÂNIA				
JOSE AGRIPINO	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				EDUARDO AMORIM				
GIM ARGELO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
OSVALDO SOBRINHO	X				MOZARILDO CAVALCANTI	X			
VAGO					ANTONIO CARLOS RODRIGUES				

TOTAL: 45 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 02 / 2013

SENADOR  Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

PARECER Nº 62, DE 2014

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013, do Senador Alcir Gurgacz e outros, que denomina Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby, o trecho da BR 425, com aproximadamente 135 quilômetros de extensão, que começa no entroncamento da BR 364/RO no distrito de Abunã e termina no início da travessia do Rio Mamoré no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 431, de 2013, de autoria do Senador Alcir Gurgacz e outros, que propõe seja denominado Rodovia Isaac Bennesby o trecho da BR 425 que começa no entroncamento da BR 364, no distrito de Abunã, município de Porto Velho, e termina no início da travessia do Rio Mamoré, no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, com aproximadamente 135 quilômetros de extensão.

Na justificção da proposta, os autores da matéria afirmam que a iniciativa constitui um reconhecimento ao trabalho pioneiro e ao espírito de estadista do homenageado.

A matéria foi distribuída para análise exclusiva e em sede de decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, impondo-se, ainda, em face do caráter exclusivo e terminativo da distribuição, além da análise de mérito, o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição não afronta o ordenamento jurídico vigente e trata de rodovia federal, matéria sobre a qual compete à União estabelecer princípios e diretrizes, nos termos do art. 21, inciso XXI, da Constituição Federal. Além disso, a matéria de que se ocupa o projeto não integra o campo reservado à iniciativa privativa do Presidente da República pelo § 1º do art. 61 da Constituição, sendo lícita a iniciativa parlamentar.

A iniciativa é amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade. Atende, igualmente, aos ditames da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que “dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos” e proíbe a atribuição de nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

No tocante à técnica legislativa, a proposição merece apenas pequenos reparos redacionais, para adequar-se aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

No mérito, não se pode negar a pertinência e a oportunidade da iniciativa. A proposta de atribuição do nome do Engenheiro Isaac Bennesby a importante trecho de rodovia federal que cruza o Estado de Rondônia vem em justo reconhecimento por suas marcantes atuações em prol do desenvolvimento da estrutura rodoviária do Estado e do Brasil.

Como enfatizam os autores da matéria, o Engenheiro Bennesby foi o responsável pelas obras de pavimentação em toda a extensão da BR 425, que impulsionaram o desenvolvimento econômico dos diversos municípios ao longo do Rio Mamoré, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, gerando divisas para o Estado de Rondônia e proporcionando melhor qualidade de vida aos seus moradores.

Dessa forma, é, sem dúvida, justa, oportuna e meritória a homenagem a esse cidadão rondoniense, que muito trabalhou em prol do desenvolvimento do Estado e do País e que deixou para seus conterrâneos honroso exemplo de vida.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013, com as emendas de redação a seguir.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013:

Denomina “Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby” o trecho da rodovia BR-425 compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-364 e o Rio Mamoré, no Estado de Rondônia.

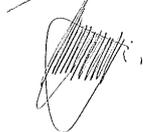
EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby” o trecho da rodovia BR-425 compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-364, no Município de Porto Velho, e a travessia do Rio Mamoré, no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2013.

 Sen. Paulo Paim,
Presidente Eventual

 , Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 70ª REUNIÃO, DE 10/12/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Paulo Paim

RELATOR: Sen. Paulo Paim

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 431 / 13

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X				LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
LIDICE DA MATA					ZEZÉ PERRELA				
INACIO ARRUDA	X				RODRIGO ROLLEMBERG				
JOÃO CAPIBERIBE	X								
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO REGO				
ROMERO JUCA					VALDIR RAUPP	X			
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				LUIZ HENRIQUE				
EUNICIO OLIVEIRA					PEDRO SIMON				
ANA AMELIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA					CICERO LUCENA				
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO	X			
PAULO BAUER					CASSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES	X				LÚCIA VÂNIA				
JOSÉ AGRIPINO	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				EDUARDO AMORIM				
GIM ARGELO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
OSVALDO SOBRINHO	X				MOZARILDO CAVALCANTI	X			
VAGO					ANTONIO CARLOS RODRIGUES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 12 / 2013

SENADOR  Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDAS AO PLS 431/13
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X				LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ				
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
LIDICE DA MATA					ZEZE PERRELA				
INACIO ARRUDA	X				RODRIGO ROLLEMBERG				
JOÃO CAPIBERIBE	X								
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDE, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUILÃO					VITAL DO RÉGO				
ROMERO JUCA					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				LUIZ HENRIQUE				
EUNÍCIO OLIVEIRA					PEDRO SIMON				
ANA AMÉLIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDE, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDE, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA					CICERO LUCENA				
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO	X			
PAULO BAUER					CASSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES	X				LÚCIA VÂNIA				
JOSE AGRIPIO	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				EDUARDO AMORIM				
GIM ARGÊLO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
OSVALDO SOBRINHO	X				MOZARILDO CAVALCANTI	X			
VAGO					ANTONIO CARLOS RODRIGUES				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 13

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/12/2013

SENADOR 
 Presidente Eventual
 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2013

Denomina “Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby” o trecho da rodovia BR-425 compreendido entre o entroncamento com a BR-364 e o Rio Mamoré, no Estado de Rondônia.

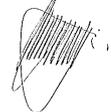
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby” o trecho da rodovia BR-425 compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-364, no Município de Porto Velho, e a travessia do Rio Mamoré, no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2013.


Sen. Paulo Paim,
Presidente Eventual


, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 21. Compete à União:

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 211, 217 e 218, de 2013**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 409, 247 e 431, de 2013**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 211/2013/CE

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2013, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Armando Monteiro, que “Denomina ‘Rodovia Mestre Dominginhos’, o trecho da rodovia BR-423, compreendido entre os municípios de São Caitano e Garanhuns, situado no Estado do Pernambuco.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 217/2013/CE

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2013, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Antonio Carlos Rodrigues, que “Denomina ‘Viaduto Frei Galvão’, o viaduto situado no km 58 da BR-116, no município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 218/2013/CE

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2013, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Acir Gurgacz e outros, que “Denomina Rodovia ENGENHEIRO ISAAC BENNESBY, o trecho da BR 425, com aproximadamente 135 quilômetros de extensão, que começa no entroncamento da BR 364/RO no distrito de Abunã e termina no início da travessia do Rio Mamoré no município de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com referência aos **Ofícios nºs 211, 217 e 218, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 409, 247 e 431, de 2013**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência comunica ao Plenário que será publicado, no Diário do Senado Federal, o **Parecer nº 3 de 2014-CN**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2009, encaminhada pelo **Aviso nº 10 de 2010-CN**, concluindo pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo (**Vide item 2 do Sumário**).

Comunica, ainda que, nos termos do disposto no art. 142 do Regimento Comum, a matéria terá sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência comunica ao Plenário que serão publicados, no Diário do Senado Federal, os **Pareceres nºs 4 a 9 de 2014-CN**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, concluindo pelo arquivamento dos **AVNs 4, 9, 26 e 29 de 2012; 5 e 9 de 2013**, que encaminham Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União (**Vide item 2 do Sumário**).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

As matérias a que se referem os pareceres vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 88/2013-SECPRES

Expediente nº 139-12/000046-8

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2014.

Senhor Presidente,

Honra-me cumprimentar Vossa Excelência, oportunidade em que, em atenção ao Ofício nº 605/2013-CN, datado de 16 de agosto de 2013, relativamente ao Relatório Final nº 1, de 2013, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, comunico que, em 08 de novembro de 2013, este Poder Judiciário remeteu à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul projeto de lei (PL 313/2013) contemplando a criação de Juizados da Violência Doméstica nas Comarcas de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Canoas, Novo Hamburgo, Rio Grande e São Leopoldo.

Sendo o que havia para o momento, colho o ensejo para reiterar meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração. – Desembargador **Marcelo Bandeira Pereira**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do **Requerimento nº 4, de 2011**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2014

Solicita informações ao senhor Ministro de Minas e Energia sobre o custo de utilização do sistema de energia termelétrica.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, para que este providencie as seguintes informações acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios:

1. Custo efetivo de utilização de todo o sistema de energia termelétrica como apoio à produção de energia elétrica desde o ano de 2011;
2. Todos os meses em que foi necessária a utilização de energia termelétrica, destacando o custo mensal.

Justificação

De fato, o Brasil só não escapou de racionamento nos últimos anos devido ao crescimento medíocre da economia e ao uso intensivo da energia das termelétricas. Entretanto, essa energia, além de causar danos ao meio ambiente, é extremamente mais cara que os outros tipos de energia.

Mais uma vez o país paga pela falta de gerenciamento e incompetência do atual governo. Lembro que a atual Presidente foi a formuladora mor do atual modelo de sistema elétrico desde que era ministra de Minas e

Energia. Como é destacado abaixo, bilhões e bilhões de Reais serão despendidos, o que significará não só um aumento de preço, mas também de déficit público.

A imprensa noticia que o ministro da Fazenda afirmou que ainda não foi definida uma solução para o pagamento dos custos extras pelo acionamento de usinas termelétricas, que aumentou desde o final de 2012. Um verdadeiro show de incompetência e desleixo com a coisa pública.

O ministro apontou que o Orçamento de 2014 gastará de dinheiro de impostos pagos pelo povo mais de R\$ 9 bilhões do Tesouro para cobrir parte dos custos extras no setor elétrico! Esse valor, porém, não será suficiente nem mesmo para bancar os gastos previstos para este ano com programas federais, como o "Luz para Todos", e com as indenizações a concessionárias. Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontou um déficit de R\$ 5,6 bilhões no fundo usado para cobrir essas ações. Se não houver novo aporte do governo, ele será repassado aos consumidores, o que deve gerar alta de 4,6% na conta de luz.

Portanto, além dos R\$ 5,6 bilhões de déficit, o governo ainda precisa definir se haverá ajuda para bancar o gasto extra com as termelétricas. Só em 2013, essa fatura foi de cerca de R\$ 9,5 bilhões. Como em 2014 essas usinas continuaram funcionando a todo vapor devido à falta de chuva e queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas, já é certo que o valor vai aumentar.

Portanto, as informações aqui solicitadas são de fundamental importância para o esclarecimento em relação aos custos extras gerados pelo acionamento das termelétricas bem como os impactos para o consumidor brasileiro.

Sala da Sessão, de fevereiro de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2014 – CCJ

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja sobrestada a tramitação da PEC nº 79/2011 até que se ultime a tramitação do PLS nº 74, de 2010.

Justificação

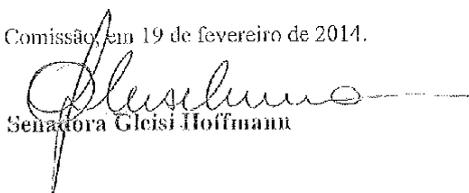
Veio a exame nesta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 79, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Humberto Costa, que altera o art. 37 da Constituição Federal para instituir gratuidades a candidatos em concurso público.

Ocorre que já tramita na Câmara dos Deputados, desde julho do corrente ano, o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, que, efetivamente, visa construir por norma infraconstitucional um tipo de lei geral dos concursos públicos. O citado projeto trata do mesmo assunto abordado na PEC nº 79 e está em avançado debate, inclusive com Substitutivo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, aprovado pela CCJ.

Diante disso, e por economia processual na tramitação legislativa, propomos que, seja sobrestada a tramitação desta PEC nº 79/2011 até que se ultime a tramitação do PLS nº 74, de 2010.

Idêntico procedimento foi adotado por essa Comissão na PEC nº 22/2011, cujo requerimento de sobrestamento nº 1385/13-CCJ está pendente de apreciação pelo Plenário.

Sala da Comissão, em 19 de fevereiro de 2014.

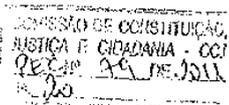

Senadora Gleisi Hoffmann

REQUERIMENTO DE SOBRESTAMENTO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PROPOSIÇÃO: PEC Nº 79 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/02/2014, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Sm. Vital do Rêgo</i>	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA <i>[assinatura]</i>
GLEISI HOFFMANN <i>[assinatura]</i>	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES <i>[assinatura]</i>	7. HUMBERTO COSTA <i>[assinatura]</i>
RANDOLFE RODRIGUES <i>[assinatura]</i>	8. PAULO PAIM
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	3. VAGO
RICARDO FERRAÇO	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DÓRNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <i>[assinatura]</i>	1. LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>
CÁSSIO CUNHA LIMA <i>[assinatura]</i>	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	5. CYRO MIRANDA <i>[assinatura]</i>
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PRB)	
ARMANDO MONTEIRO <i>[assinatura]</i>	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTE <i>[assinatura]</i>	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA <i>[assinatura]</i>	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES <i>[assinatura]</i>	4. ALFREDO NASCIMENTO

Atualizada em: 13/02/2014



O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2014

Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estabelecer que o material escolar, quando de uso coletivo, deve ser fornecido pelo estabelecimento de ensino, sendo vedada a indicação de marca específica para materiais a serem utilizados por todos os alunos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo legal:

“Art. 2º-A. O estabelecimento de ensino poderá adotar material escolar padronizado para os alunos, desde que forneça todos os materiais de uso coletivo a serem utilizados no ano letivo.

§ 1º Com exceção de livros, é vedada a adoção de marca específica para os materiais escolares.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer quantia a título de material escolar fornecido.

§ 3º A violação do disposto neste artigo ensejará a aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação.

Justificação

Como é sabido, os materiais escolares, estabelecidos unilateralmente pelas escolas, tem grande peso no orçamento doméstico. Muitos alunos começam o ano letivo sem o material escolar estabelecido, o que prejudica o desempenho ao longo do curso.

Não pretendemos entrar na polêmica questão de ser ou não, sob o aspecto didático, adequada a adoção de materiais escolares padronizados de uso coletivo. Entendemos, porém, que a escola que optar pela utilização de material padronizado de uso coletivo deve arcar com seus custos.

Isso é o mínimo que deve ser exigido dos estabelecimentos de ensino. Não estamos, assim, determinando qualquer medida desproporcional ou de difícil cumprimento.

O prazo de vacância contido no art. 2º da proposição, de um ano, é suficiente para que os estabelecimentos de ensino possam tomar as medidas necessárias para se adequarem às regras ora propostas.

Em vista do exposto, contamos com o apoio de nossos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

O Presidente da República,faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável.

§ 1º O valor anual ou semestral referido no *caput* deste artigo deverá ter como base a última parcela da anuidade ou da semestralidade legalmente fixada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo.

.....
§ 7º Será nula cláusula contratual que obrigue o contratante ao pagamento adicional ou ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição, necessário à prestação dos serviços educacionais contratados, devendo os custos correspondentes ser sempre considerados nos cálculos do valor das anuidades ou das semestralidades escolares. (Incluído pela Lei nº 12.886, de 2013)

Art. 2º O estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado na forma do art. 1º e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino.

Parágrafo único (VETADO)

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1991; o art. 14 da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991; e a Lei nº 8.747, de 9 de dezembro de 1993.

Brasília, 23 de novembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – José Carlos Dias – Pedro Malan – Paulo Renato Souza.**

Este texto não substitui o publicado no *DOU*. de 24-11-1999 (Edição extra)

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I – multa;

II – apreensão do produto;

III – inutilização do produto;

IV – cassação do registro do produto junto ao órgão competente;

V – proibição de fabricação do produto;

VI – suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;

VII – suspensão temporária de atividade;

VIII – revogação de concessão ou permissão de uso;

IX – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;

X – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;

XI – intervenção administrativa;

XII – imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 118. Este código entrará em vigor dentro de cento e oitenta dias a contar de sua publicação.

Art. 119. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **FERNANDO COLLOR – Bernardo Cabral – Zélia M. Cardoso de Mello – Ozires Silva.**

Este texto não substitui o publicado no *DOU* de 12-9-1990 – Retificado no *DOU* de 10-1-2007

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência designa, como membro suplente, o Deputado Manoel Junior, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 632, de 2013**, conforme o **Ofício nº 74, de 2014**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

OF/GAB/I/Nº 74

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Manoel Júnior passa a integrar, na qualidade de suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 632/2013, que “dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Carreira de Perito Federal Agrário, das Carreiras do Hospital das Forças Armadas, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, dos empregados de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013; e dá outras providências.”; em minha substituição.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência designa, como membro suplente, o Senador Luiz Henrique, em vaga existente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 629, de 2013**, conforme o **Ofício nº 41, de 2014**, da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

OF. GLPMDB nº 41/2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Luiz Henrique PMDB/SC para compor, como suplente, a Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 629, de 2013, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2013, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado João Carlos Bacelar, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 634, de 2013**, conforme o **Ofício nº 21, de 2014**, da Liderança do Partido da República na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 21/2014-Bloco

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Assunto: Substituição de titular da Comissão Mista MP 634/13

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA) para membro titular em substituição ao Deputado Anthony Garotinho na Comissão Mista da Medida Provisória 634 de 2013, que "Prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos, altera a legislação tributária e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **Anthony Garotinho**, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência informa que:

- o Senador Luiz Henrique deixa de integrar, como membro suplente, as Comissões Mistas destinadas a proferir parecer às Medidas Provisórias nºs 632, 633 e 636, de 2013, conforme o **Ofício nº 42, de 2014**, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal; e
- o Senador Roberto Requião deixa de integrar, como membro suplente, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 632, de 2013, conforme o **Ofício nº 35, de 2014**, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

Os Ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos devidos processados.

São os seguintes os Ofícios:

OF. GLPMDB nº 42/2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, nos termos regimentais, comunico que o Senador Luiz Henrique PMDB/SC declinou da sua indicação de membro suplente na composição das Comissões Mistas que vão analisar e emitir parecer sobre as Medidas Provisórias nº 632, 633 e 636 de 2013, nos termos do Ofício em anexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

OF. GLPMDB nº 35/2014

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, informo que o Senador Roberto Requião declinou da sua indicação a membro suplente da Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 632, de 2013, que dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Carreira de Perito Federal Agrário, das Carreiras do Hospital das Forças Armadas, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, dos empregados de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência designa, para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, na condição de titular, o Senador Mozarildo Cavalcanti, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, nos termos do **Ofício nº 2/2014-BLUFOR**, da Liderança do Bloco União e Força no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

OF. Nº 2/2014-BLUFOR

Brasília, 21 de janeiro de 2013.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Mozarildo Cavalcanti, em substituição ao nobre Senador Alfredo Nascimento, para integrar, como membro titular, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força – PTB/PR/PSC/PRB

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Presidente da Mesa do Congresso Nacional publica o respectivo Ato.

É o seguinte o **Ato nº 02, de 2014**, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional:

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2014

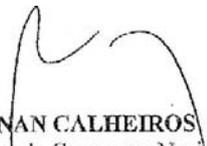
O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que “dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exa aposta no Ofício nº 002/2014–BLUFOR, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 19 de fevereiro de 2014.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 242 e 243, de 2013; 11 e 12, de 2014**; do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, comunicando o arquivamento, respectivamente, dos **Avisos nºs 12, 24, 112 e 108, de 2013**, nos termos do Ato nº 2/2009 – CMA.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 242/2013/CMA

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

Assunto: Aviso nº 12, de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que o Aviso nº 12, de 2013 (na origem, Aviso do TCU nº 174/2013 e 1511 de 2013), lido na reunião do dia 19 de novembro de 2013, teve o prazo previsto no Ato nº 2/2009/CMA transcorrido. Não havendo manifestação dos membros da Comissão, foi determinado o arquivamento da matéria..

Respeitosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Of. nº 243/2013/CMA

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

Assunto: Aviso nº 24, de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que o Aviso nº 24, de 2013 (na origem, Aviso do TCU nº 1543/2013 e 997/2013), lido na reunião do dia 19 de novembro de 2013, teve o prazo previsto no Ato nº 2/2009/CMA transcorrido. Não havendo manifestação dos membros da Comissão, foi determinado o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Of. nº 11/2014/CMA

Brasília, 13 de fevereiro de 2013.

Assunto: Aviso nº 112, de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que o Aviso nº 112, de 2013 (na origem, Aviso do TCU nº 1670/2013), lido na reunião do dia 04 de fevereiro de 2014, teve o prazo previsto no Ato nº 2/2009/CMA transcorrido. Não havendo manifestação dos membros da Comissão, foi determinado o arquivamento da matéria..

Respeitosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Of. nº 12/2014/CMA

Brasília, 13 de fevereiro de 2013.

Assunto: Aviso nº 108, de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que o Aviso nº 108, de 2013 (na origem, Aviso do TCU nº 1567/2013), lido na reunião do dia 04 de fevereiro de 2014, teve o prazo previsto no Ato nº 2/2009/CMA transcorrido. Não havendo manifestação dos membros da Comissão, foi determinado o arquivamento da matéria..

Respeitosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – As matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 9 de 2014**, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, encaminhando cópia das Portarias Interministeriais nºs 39 e 40 de 2014, que regulamentam os procedimentos para concretização das emendas impositivas, previstas na Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO-2014).

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 21 de fevereiro.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes o Ofício e as Portarias:

Ofício nº 9/2014/SRI-PR

Brasília, 7 de fevereiro de 2014.

Assunto: Encaminha cópias de portarias interministeriais

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópias das Portarias Interministeriais nº 39 e nº 40, de 6 de fevereiro de 2014, que regulamentam os processos e os procedimentos para concretização das emendas impositivas previstas no art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013.

Considerando que por intermédio dos normativos citados compete à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República coordenar o fluxo operacional das emendas impositivas, solicito sejam os parlamentares comunicados da regulamentação em anexo e informo que estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente, – **Ideli Salvatti**, Ministra de Estado Chefe.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 39, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

AS MINISTRAS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E CHEFE DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, incisos I e II da Constituição, com fundamento nos arts. 2º-A, incisos I e II, e 27, inciso XVII, alínea “g”, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, resolvem:

Art. 1º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal – SPOF constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas Unidades Orçamentárias – UO tenham sido contempladas com emendas individuais em lei orçamentária, apresentarão à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República – SRI/PR, por intermédio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, até 08 de maio de 2014, independentemente da modalidade de transferência utilizada, as seguintes informações:

- I – a classificação orçamentária da despesa, com toda a especificação constante da Lei Orçamentária de 2014;
- II – o número da emenda;
- III – o nome do autor da emenda;
- IV – o valor da emenda;
- V – se há impedimento de ordem técnica na execução da despesa correspondente;
- VI – se o impedimento é total ou parcial, indicando o valor correspondente no último caso; e
- VII – a identificação da(s) proposta(s) com impedimento, objeto da emenda individual, e sua justificativa.

Parágrafo único. Os órgãos setoriais do SPOF poderão, a seu critério, determinar que as informações de que trata o *caput* serão incluídas no SIOP pelas suas respectivas UOs, fixando-lhes prazos e condições para cumprimento.

Art. 2º As dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares que incidirem em impedimento de ordem técnica não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias até conclusão do processo legislativo de que trata o art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 – LDO/2014.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput*, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP, após o envio das informações previstas no art. 52, § 2º, inciso I, da Lei nº 12.919, de 2013, realizará o bloqueio, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, das dotações orçamentárias correspondentes aos valores das propostas com impedimento técnico objeto das emendas individuais.

Art. 3º Compete à SRI/PR, após a apresentação e o registro dos impedimentos técnicos que incidem na execução das emendas individuais pelos órgãos setoriais do SPOF, adotar as seguintes providências:

- I – validar as justificativas dos impedimentos de ordem técnica na execução da despesa relativos às emendas individuais;
- II – consolidar as informações referentes às emendas individuais e elaborar a comunicação das justificativas de impedimento que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional para o cumprimento do prazo de que trata o inciso I do § 2º do art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013; e
- III – encaminhar à Casa Civil/PR a proposta de comunicação referida no inciso II do *caput* até 15 de maio de 2014.

Art. 4º A SRI/PR fará a coordenação e o acompanhamento do cumprimento dos procedimentos descritos nesta Portaria, promovendo inclusive o controle do atendimento dos respectivos prazos pelos órgãos setoriais do SPOF, por meio de acesso irrestrito, para consulta, ao SIOP.

Art. 5º O Projeto de Lei de abertura de crédito orçamentário suplementar e/ou especial com os remanejamentos das dotações com impedimentos insuperáveis de ordem técnica na execução da despesa, objeto de emendas individuais, será enviado de acordo com as indicações de remanejamento de programação encaminhadas pelo Congresso Nacional, independentemente de consulta ou proposição dos órgãos setoriais do SPOF.

Art. 6º Os órgãos do Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União poderão utilizar o SIOP para elaborar as justificativas de impedimento de que trata o § 2º do art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013, a serem enviadas ao Congresso Nacional.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miriam Belchior**, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **Ideli Salvatti**, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 40, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA, DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, CHEFE DA CONTROLADORIA- GERAL DA UNIÃO E CHEFE DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, incisos I e II da Constituição, com fundamento no disposto no art. 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, no Decreto nº 6.207, de 18 de setembro de 2007, e tendo em vista o art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV para a celebração de convênios e contratos de repasse objetivando a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais de que trata o art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União deverão analisar a proposta e o plano de trabalho apresentados, conforme o disposto nos arts. 25 e 26 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, de modo a verificar a existência de impedimento de ordem técnica no prazo previsto no inciso I do § 2º do art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013.

§ 1º Serão considerados impedimentos de ordem técnica:

- I – a não indicação do beneficiário e do valor da emenda nos prazos estabelecidos nesta Portaria;
- II – a não apresentação do plano de trabalho no prazo previsto no inciso IV do art. 4º ou não realização da complementação e dos ajustes solicitados no plano de trabalho no prazo previsto no inciso VI do art. 4º;
- III – a desistência da proposta por parte do proponente;
- IV – a incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;
- V – a incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora;
- VI – a falta de razoabilidade do valor proposto, a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;
- VII – a não aprovação do plano de trabalho; e
- VIII – outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º Deverão ser consignados no SICONV os impedimentos verificados a partir da análise da proposta, do plano de trabalho e demais documentos apresentados pelos proponentes para a execução das emendas individuais de execução obrigatória.

§ 3º As condições para celebração do convênio ou contrato de repasse que podem ser objeto de cláusula suspensiva previstas na Portaria Interministerial nº 507, de 2011, deverão ser caracterizadas como obrigações a termo de responsabilidade exclusiva do proponente, e não serão indicadas como impedimento de ordem técnica para fins de cumprimento do prazo de cento e vinte dias de que trata o art. 52, § 2º, inciso I, da Lei nº 12.919, de 2013.

Art. 3º Sem prejuízo do procedimento previsto no § 2º do art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013, a celebração de qualquer convênio ou contrato de repasse dependerá do atendimento dos requisitos exigidos pela legislação, em especial na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 12.919, de 2013, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

§ 1º Os requisitos de que trata o *caput* não constituirão impedimento técnico para fins do disposto no inciso I do § 2º do art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013, porém o seu não atendimento obsta, a qualquer tempo, a celebração de convênios ou contratos de repasse.

§ 2º O não atendimento de quaisquer dos requisitos de que trata o *caput* será consignado no SICONV, a fim de que o proponente seja informado e adote os procedimentos necessários para regularizar sua situação.

Art. 4º Na execução das emendas individuais no âmbito do SICONV, deverão ser observados os seguintes prazos e procedimentos:

- I – a SRI/PR deverá receber, em sistema eletrônico próprio, as indicações referentes à destinação das emendas individuais dos parlamentares, contendo o número da emenda, o nome do autor/parlamentar, o CNPJ do beneficiário e respectivo valor, com observância do percentual destinado à saúde e indicação da ordem de prioridade de cada emenda;
- II – a SRI/PR deverá consolidar as informações e encaminhar aos Ministérios, até 20 de fevereiro de 2014, as indicações das destinações das emendas individuais recebidas dos parlamentares;

III – os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão cadastrar os programas no SICONV e realizar sua vinculação com a emenda parlamentar, identificando o número da emenda, o nome do autor/parlamentar, o CNPJ do beneficiário e o respectivo valor, conforme informações recebidas da SRI/PR, até 24 de fevereiro de 2014;

IV – os proponentes deverão enviar as propostas e os planos de trabalho por meio do SICONV, até 21 de março de 2014;

V – os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão analisar as propostas, com plano de trabalho e demais documentos até 15 de abril de 2014, concluindo pela sua aprovação, reprovação ou necessidade de complementação ou ajustes;

VI – os proponentes, quando solicitada a complementação ou ajustes da proposta ou plano de trabalho, deverão encaminhá-los aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal até 25 de abril de 2014, para reanálise; e

VII – os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão reanalisar as propostas e respectivos planos de trabalho até 5 de maio de 2014, concluindo pela sua aprovação ou existência de impedimentos à celebração do instrumento.

§ 1º O descumprimento dos prazos fixados nos incisos IV e VI do *caput*, bem como a intempestividade no encaminhamento das informações de que trata o inciso I do *caput* pelo parlamentar autor da emenda, implicará indicação de impedimento de ordem técnica da emenda individual objeto da proposta,

§ 2º A omissão ou erro do encaminhamento, pelos parlamentares nas informações de que trata o inciso I do *caput*, implicará indicação de impedimento de ordem técnica parcial ou total da emenda individual.

§ 3º Para a recepção das informações referentes à destinação das emendas individuais de que trata o inciso I do *caput*, a SRI/PR promoverá a articulação com o Congresso Nacional e com os parlamentares, acordando prazo para as indicações dos parlamentares, no sentido de viabilizar a execução das emendas individuais.

§ 4º No caso de recursos destinados a entidades privadas sem fins lucrativos, cuja seleção dependa, nos termos da legislação, de chamamento público, a apresentação da proposta e do plano de trabalho não se submete aos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º A SRI/PR, na forma de suas competências regimentais, fará a coordenação e o acompanhamento do cumprimento dos procedimentos descritos nesta Portaria, por meio de acesso irrestrito, para consulta, ao SICONV, promovendo inclusive as comunicações devidas aos interessados e o controle do atendimento dos respectivos prazos.

§ 1º Para consecução do disposto no *caput*, a SRI/PR terá acesso, no SICONV, a relatórios gerenciais em conformidade com os prazos fixados nesta portaria para realizar controle sistemático em cada etapa do processo, indicando aos parlamentares a proximidade do final de cada prazo a ser atendido pelo proponente e informando, em seguida, aqueles que não foram cumpridos.

§ 2º Ao final dos prazos de que tratam os incisos IV e VI do art. 4º, a SRI/PR enviará a cada parlamentar relatório preliminar do processamento das emendas individuais de execução obrigatória.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda – **Miriam Belchior**, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **Jorge Hage Sobrinho**, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União – **Ideli Salvatti**, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 19, de 2014**, na origem, da Senhora Presidente da República, comunicando sua ausência do País no período de 21 a 24 de fevereiro, em visita às cidades do Vaticano, Roma e Bruxelas.

É a seguinte a Mensagem:

Mensagem nº 19

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 21 a 24 de fevereiro de 2014, nos dias 21 e 22, em visita às cidades do Vaticano e de Roma, e nos dias 23 e 24, em visita à cidade de Bruxelas.

Brasília, 19 de fevereiro de 2014. – **Dilma Rousseff**.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

Apenas para pedir a minha inscrição como Líder, e a indicação já está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está deferida a solicitação de V. Ex^a. Com a palavra o Senador João Durval, pelo tempo regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Gostaria, Sr. Presidente, de me inscrever também para uma comunicação inadiável, salvo se antes da oportunidade chegar a minha inscrição, porque sou o quarto orador. Em função de precisar comparecer a um funeral hoje à tarde, falarei, na oportunidade, o mais cedo possível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está inscrito V. Ex^a. Com a palavra, pelo tempo regimental, o nosso Senador.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o verão de 2014 já desponta como um dos mais rigorosos e atípicos da série histórica brasileira. Se, de um lado, as temperaturas médias em todo o País dão mostras de escalonadas inéditas, de outro, a estiagem em plena estação das chuvas compromete o abastecimento de água e de energia aos brasileiros. Competem, portanto, às autoridades administrativas, providências urgentes e eficazes para dar cabo das mazelas que desse ambiente catastrófico inevitavelmente emergem. Trata-se, em suma, de se refletir, agora, sobre medidas para ao menos amenizar o impacto da falta de chuvas.

Em realidade, em vez das chuvas torrenciais que sazonalmente inundam nossos rios, deparamo-nos espantosamente, neste verão, com a ausência de formação compacta de nuvens sobre nosso território, registrando temperaturas elevadíssimas em toda parte. Nossos reservatórios, que deveriam estar transbordando por agora, mais parecem aqueles açudes miseráveis, tão melancolicamente descritos por Graciliano Ramos no clássico *Vidas Secas*.

No extremo, a aparente resistência do Governo Federal em pedir à população que colabore com o atual momento de estresse do setor elétrico deve ser vencida o quanto antes. A protelação vigente da economia na conta de luz está custando caro ao País. De fato, analistas estimam que pelo menos R\$8 bilhões anuais gastos com termelétricas, acionadas para compensar o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, poderiam ser poupados caso houvesse uma campanha de redução de consumo.

Em outras palavras, o risco cada vez maior de racionamento seria totalmente afastado se as famílias e as empresas ajudassem com uma singela economia média de 5%. Mesmo sabendo disso, e apesar do crescente custo da eletricidade, prevalece ainda o receio do Palácio do Planalto de esvaziamento do seu discurso político de bonança eterna, caso um pedido de cooperação do público seja associado a planos de racionamento de governos anteriores.

Em pleno auge deste verão, curtos-circuitos em duas linhas de transmissão que trazem energia do Norte para o Sudeste resultaram em um apagão que atingiu nada menos que 13 Estados e o Distrito Federal, afetando cerca de seis milhões de brasileiros. Em nota, o Ministério de Minas e Energia reiterava que o abastecimento estaria assegurado na quantidade e na qualidade necessárias a todos os consumidores, ignorando solenemente a inexorável queda dos níveis dos reservatórios.

Em contraste, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) preferiu revisar para cima a expectativa de alta do consumo de energia em fevereiro, sinalizando a necessidade de um corte da demanda em 5% nas regiões Sul e Sudeste.

A imprensa noticia que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram o segundo pior janeiro em regime de chuvas para geração de energia pelas hidrelétricas desde 1931. E, pior, pela previsão revista, no mês de fevereiro esta posição se repetirá. Além disso, o ONS prevê que o Nordeste apresente a menor média mensal de afluência de chuvas para os reservatórios de todos os meses de fevereiro do histórico.

De acordo com dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), as afluências previstas para o Sistema Interligado Nacional (SIN) reduziram cerca de 7.000MW médios, assim como a energia armazenada esperada, que sofreu redução adicional de 4.500MW médios. Para os analistas, as cétricas previsões para o mês de fevereiro agravam ainda mais as preocupações em relação ao abastecimento, haja vista que os reservatórios, principalmente no Sudeste, estão em níveis críticos e continuam a cair.

Como se sabe, os reservatórios de hidrelétricas do complexo Sudeste/Centro-Oeste, os principais para o abastecimento nacional, estão em queda desde janeiro, período em que, ao contrário, deveriam estar enchendo para sustentar o fornecimento de energia durante o período seco. Tais reservatórios já tiveram uma queda de 4,66 pontos percentuais desde o fim de dezembro e estão, hoje, em 38,52% de armazenamento.

Para se ter uma ligeira ideia do desequilíbrio atual, no final de fevereiro de 2013, os reservatórios do complexo registravam taxas de armazenamento em 45,48%. Hoje, o ONS prevê que eles finalizem fevereiro em 35,6%. Quadro ainda mais grave se encontra na Região Sul, onde o nível dos reservatórios estava em 51,5%, e, se a previsão do ONS se cumprir, estará em 36,8% ao final do mês.

Mais precisamente, a estimativa do ONS para o aumento de consumo neste mês foi revisada de 7,1% para 15% sobre fevereiro de 2013. Para os especialistas, a alta na demanda é resultado da conjunção de três fatores: a edição da Medida Provisória nº 579 – que sinalizou aos brasileiros que eles poderiam aumentar o gasto de energia –, a falta de chuvas e o crescimento da população. Em resumo, na visão da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), sem a tal MP e o atual calor inclemente a procura cresceria apenas os 4% e não os 12% registrados em média.

No último sumário executivo do Programa Mensal de Operação divulgado pelo NOS, verifica-se que, em apenas uma semana, já haveria ocorrido uma alta de quase 60% no valor de custo do megawatt-hora nas Regiões Sul e Sudeste – ambas gigantes consumidoras no mercado de energia brasileiro. Mesmo assim, apesar de admitir a necessidade de racionamento, descarta a imediata adoção de cortes, em razão de uma perspectiva de chuvas nas próximas semanas.

De fato, diante da realidade atual, de nada adianta esconder os problemas estruturais e conjunturais da população brasileira, ainda que estejamos em ano eleitoral. A natureza não tem ajudado, e a falta de chuvas trouxe um quadro preocupante. Por isso, uma redução de apenas 3% da demanda de energia já traria importante alívio para o cofre do Governo. Dessa forma, as caríssimas usinas a diesel, por exemplo, poderiam ser desligadas gradualmente até o estresse atual se dissipar inteiramente.

A propósito, vale recordar que, em 2001, o Brasil inaugurava sua fase de esgotamento das abundantes possibilidades de oferta de energia. Na ocasião, a todos assustava o alastramento de apagões por todo o País, exigindo das autoridades medidas urgentes de racionamento. À época, embora não fizesse parte do plano geral de racionamento, a Região Sul chegou a economizar, voluntariamente, 8%. Por que não aplicar a mesma lógica à delicada situação corrente no País?

Sr. Presidente, por conta de tudo que aqui foi relatado já há algum tempo, temos nos debruçado sobre o problema das irregularidades frequentes verificadas em nosso sistema de abastecimento de água e de suprimento de energia no Brasil. Estamos convencidos de que há lacunas expressivas na legislação brasileira para serem cobertas neste específico âmbito.

Sem dúvida, deveríamos estabelecer diretrizes nacionais para o saneamento básico, de modo a instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais, comerciais e institucionais. No PLS 112, de 2013, de minha autoria, ocupamo-nos precisamente dessas questões, enfatizando a premência do uso racional de água diante das drásticas mudanças climáticas no Planeta.

Não por acaso, a Organização das Nações Unidas prevê que, até 2025, nada menos que três bilhões de pessoas estarão sujeitas a estresse hídrico, caso sejam mantidas as condições atuais de disponibilidade e gestão desse indispensável recurso natural. A falta de chuvas regulares, que, uma vez mais, acomete o País, é uma parcela importante e grave desse problema global.

Na mesma linha, as previsões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico apontam para um agravamento desse quadro, estimando uma elevação média de 80% na demanda hídrica para os BRICS, até 2050.

No Brasil, a maior disponibilidade hídrica encontra-se, obviamente, na Região Norte, enquanto nos grandes centros urbanos do Sudeste, do Nordeste e do Sul, onde reside a maioria da população, já se observam problemas de abastecimento de água decorrentes de fatores tais como consumo intenso, desperdício, baixa disponibilidade hídrica e degradação de mananciais.

Como se não bastasse, além do crescimento previsto na demanda, convivemos com índices preocupantes de desperdício. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, seis em cada dez Municípios com população acima de 100 mil habitantes apresentam perdas estimadas entre 20% e 50% do volume de água captada.

De outra parte, o uso inadequado de água potável para limpeza de calçadas, irrigação de áreas verdes urbanas e descargas sanitárias, entre outras formas impróprias de utilização, sugere que há muito a avançar no campo das políticas públicas que incorporem medidas de racionalização do uso da água e de conscientização da população para a crescente escassez desse recurso. Para tais usos, reservar águas pluviais seria solução mais racional, inclusive para atenuar o fluxo da drenagem em situações de chuvas intensas.

Nesse contexto, ao estabelecer diretrizes para o uso racional dos recursos hídricos nas edificações, o que inclui a adoção de sistemas de coleta e aproveitamento de águas pluviais, o presente projeto pretende contribuir com a implementação dessas políticas públicas no âmbito local. É indispensável que se harmonizem as várias iniciativas locais no âmbito da competência da União para estabelecer normas gerais de defesa dos recursos naturais e de proteção do meio ambiente.

Para concluir, Sr. Presidente, nada mais apropriado que o Governo e as autoridades competentes enfrentem o eventual problema do desabastecimento de energia e de água no País com prudência, juízo e agilidade. A população brasileira não merece ser responsabilizada pelos cálculos equivocados das políticas públicas adormecidas.

Por fim, em que puder ajudar, o PLS nº 112 está em plena tramitação no Senado Federal, aguardando sua esperada aprovação para entrar em efetiva operação normativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador João Durval, eu quero parabenizá-lo pelo conteúdo do seu pronunciamento e dizer que, para nós da Região Nordeste, é uma grande contribuição. Parabéns.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, eu entendo que as duas principais e mais nobres funções do Parlamentar – seja Deputado, seja Senador – são: primeiro, a de legislar; segundo, a de fiscalizar a boa aplicação do dinheiro do povo, do dinheiro público. As outras ações que o Parlamentar também pode exercer, para mim, são secundárias.

Então, veja bem, Senador Pimentel.

Eu fiz um levantamento agora de matérias, tanto de projetos quanto de emendas constitucionais, enfim, de proposições legislativas que eu apresentei, desde 2000; portanto, no segundo ano do meu mandato, e que se encontram na Câmara, algumas até sem parecer.

Eu vou enviar um ofício ao Presidente da Câmara, pedindo que realmente se dê atenção para esses projetos, porque isso não é possível.

Por exemplo, o primeiro projeto meu é um que Autoriza o Poder Executivo a criar um colégio militar em Boa Vista e outro em Rio Branco, no Acre. Foi um substitutivo do Senador Tião Viana, na época.

O segundo: “Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia.” Convocação de plebiscito é apenas convocar o povo para dizer se quer ou não quer, tanto é que houve um plebiscito no Pará e o povo decidiu que não queria a redivisão territorial. O mesmo é a convocação de plebiscito para a criação de três Territórios Federais no Estado do Amazonas. Aqui é interessante. Enquanto no do Araguaia está pela aprovação, esse do Amazonas está pela rejeição.

Outro: “Altera composição do Conselho de Administração da Suframa.” Está sem parecer e é de 2001. Esse projeto, Senador, visa que os outros Estados que compõem a Região da Amazônia Ocidental também tenham representação no Conselho da Suframa.

Outro: “Dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem para os maiores de 65 anos” de idade. Ele está relatado pela aprovação, mas nunca entrou em pauta.

Mais um: “Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências, de autoria da CPI das ONGs”, que eu presidi.

Quer dizer, é na verdade um projeto moralizador em relação a essas ONGs – vimos recentemente escândalos envolvendo mais de três centenas delas – e também está sem parecer, desde 2004.

Mais outro: “Acrescenta artigo ao Decreto Lei nº 2.848, de dezembro de 1940, Código Penal, para tipificar como crime de apropriação indébita de recursos destinados às entidades que indica”, também de autoria da CPI das ONGs.

Isto é, busca realmente fiscalizar o funcionamento dessas ONGs que recebem dinheiro público e, muitas vezes, como já ficou provado aqui sobejamente, desviam esses recursos e não os aplicam.

Mais um: “Altera o art. 3º da Lei 9.099, [...] que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”, para elevar o limite do valor das causas.” Também está aguardando inclusão na Ordem do Dia.

Outro: “Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.” Também sem parecer.

O seguinte: “Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte.” Também sem parecer.

Um outro: “Autoriza, nos termos do §3º do art. 231 da Constituição [...], o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima.” O interessante é que esse projeto está com parecer pela inconstitucionalidade, mas a Constituição prevê, claramente, que a exploração de recursos hídricos ou minerais pode ser feita em reserva indígena, desde que aprovada pelo Congresso Nacional. Então, é um parecer que me causa espécie.

De qualquer forma, vamos à frente com os outros projetos.

Um outro, que diz muito respeito à minha Região Norte, mas também a todas as regiões do Brasil, “dispõe sobre o Adicional Tarifário para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas.” O parecer é pela aprovação, mas não vai à votação.

Mais um: "Inclui o Porto de Santa Maria do Boiaçu, no Rio Branco, [no meu Estado de Roraima], na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação." Está com parecer pela aprovação.

Esse porto, lá em Santa Maria, fica na região do Baixo Rio Branco. Portanto, praticamente toda a população se locomove via fluvial. E mais ainda: esse porto ensinaria fazer um transporte intermodal, porque muitas embarcações podem ir até Santa Maria, mas não conseguem ir mais para cima, na época da estiagem. O parecer está pela aprovação, mas sem apreciação no plenário.

Mais um: "Dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e de Caracaraí no Estado de Roraima." Também não foi apreciado ainda.

Outro: "Altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, destinando o percentual de cinco décimos por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e produtos industrializados para a aplicação nas Instituições Federais de Ensino Superior na Amazônia Legal." Quer dizer, é para incentivar justamente instituições como a Universidade Federal de Roraima, o Instituto Federal de Educação de Roraima e os de outros Estados da Amazônia Legal, logicamente.

E, por fim, outro que: "Altera o *caput* do art. 37 da Constituição Federal para incluir, dentre os princípios que regem a Administração Pública, o princípio da razoabilidade."

Portanto, Senador Pimentel, são 16 projetos que estão nas gavetas da Câmara. Isso é uma desproporcionalidade, até porque os projetos que vêm da Câmara para a apreciação do Senado não levam, de jeito nenhum, esse tempo todo. Aliás, não levam nem um ano para serem apreciados. E nós somos 81 e eles são 513. Eu sei que lá o processo legislativo é até mais complexo, mas não justifica, por exemplo, que um Parlamentar apresente uma série de projetos do interesse do seu Estado, da sua região, do País como um todo e, simplesmente, não seja apreciado sequer.

Então, eu vou, como disse, fazer um ofício ao Presidente da Câmara, às Lideranças na Câmara, para que haja, pelo menos, um a regulamentação, para evitar que um projeto de iniciativa do Senado, de qualquer Senador, não tenha tempo para ser apreciado. Possa morrer lá. Aliás, já houve quem disse que a Câmara dos Deputados é um cemitério de projetos. Eu fui Deputado duas vezes, e, realmente, não estou falando mal de Deputado, mas do processo em si. Então, nós precisamos de fato.

Recentemente, nós discutimos um projeto de minha autoria, que regulamentava, apresentava regras rígidas para a criação de Municípios, para a fusão, incorporação e desmembramento. Doze anos tramitando no Congresso Nacional, inclusive com conversas com o Poder Executivo. Aprovamos, e a Presidente vetou integralmente. Infelizmente, não pudemos sequer apreciar o veto porque houve obstrução na votação.

Entendo, Presidente Pimentel, que não é possível o Executivo exacerbar e querer legislar no lugar do Legislativo. Já não bastassem as medidas provisórias, que trancam sempre a pauta – como, aliás, estão trancando a pauta de hoje –, se não bastasse isso, há, também, essas medidas. Quer dizer, o Governo deixa passar 12 anos, dá sugestões e, depois que se aprova, sei lá por que razão, resolve vetar e mobilizar a Base no Congresso para não votar o veto.

Eu acho que o Brasil todo deve ter entendido muito bem. Veja, Senador Pimentel – V. Ex^a que é de um Estado que também precisa de redivisão –, o que é inacreditável é que os Estados Unidos, que, tirando o Alasca, têm o mesmo tamanho do Brasil, tenha 54 mil Municípios. E será que isso não é exemplo para nós, para desenvolvermos o País harmonicamente? Aliás, nos Estados Unidos, podemos ver também pela divisão dos Estados, que foram feitos na régua, não houve preocupação sequer com limites de rios e acidentes geográficos. E isso ensinou o quê? O desenvolvimento igual do país todo. E 54 mil Municípios por quê? Porque, realmente, propicia assistência do Poder Público perto da população.

Então, quero deixar esse registro e pedir, inclusive, para V. Ex^a que autorize a transcrição, na íntegra, dessa relação que li.

Termino dizendo que vou fazer um ofício ao Presidente da Câmara, pedindo prioridade para essas votações, assim como para os Líderes. Também vou estudar a possibilidade de apresentar uma legislação que estabeleça, como estabeleceu, agora, para a medida provisória, o prazo para ambas as Casas apreciarem o projeto, porque temos um prazo para apreciarmos uma medida provisória que vem do Executivo, mas não temos um prazo para que as nossas iniciativas parlamentares sejam apreciadas. E, realmente, é um contrassenso que espero ver corrigido.

Faço, hoje, essa reclamação e reitero o pedido de transcrição dessa relação.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Matérias de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti em tramitação na Câmara dos Deputados.

MATERIAS DE AUTORIA DO SEN MOZARILDO CAVALCANTI EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TIPO	Nº	ANO	EMENTA	LOCAL	ULTIMA AÇÃO	TIPO DE RELATÓRIO
PL	4.428	2004	Autoriza o Poder Executivo a criar Colégios Militares nas Cidades que especifica.	PLENÁRIO	21/11/2013 - Apresentação do Recurso contra parecer terminativo de comissão (Art. 132, § 2º c/c art. 144, caput, RICD) n. 257/2013, pelo Deputado Luciano Castro (PR-RR), que: "RECURSO Contra decisão terminativa da Comissão de Finanças e Tributação que ofereceu parecer pela inadequação financeira e orçamentária ao	PELA REJEIÇÃO
PDC	850	2001	Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia	CCJC	7/4/2009 - Parecer do Relator, Dep. Sandro Mabel (PR-GO), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do Substitutivo da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, do PDC 49/2003 e do PDC 495/2003, apensados, com substitutivo.	PELA APROVAÇÃO
PDC	725	2000	Convoca plebiscito sobre a criação de três Territórios Federais no Estado do Amazonas.	PLENÁRIO	02/12/2004 - AGUARDANDO APRECIACÃO DE RECURSO (153/23004)	PELA REJEIÇÃO
PLP	242	2001	Altera composição do Conselho de Administração da SUFRAMA.	CCJC	19/12/2010 - Devolvida sem manifestação.	SEM PARECER
PL	4.307	2004	Dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.	CFT	15/04/2008 - Devolvido ao Relator, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PELA APROVAÇÃO
PL	3.877	2004	Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das Organizações Não-Governamentais e dá outras providências. DE AUTORIA DA CPI DAS ONG'S	CCJC	22/10/2013 - Designado Relator, Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP)	SEM PARECER
PL	4.844	2005	Acrésceta artigo ao Decreto Lei nº 2848, de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime de apropriação indébita de recursos destinados às entidades que indica. DE AUTORIA DA CPI DAS ONG'S	CCJC	20/11/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Régis de Oliveira (PSC-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.	PELA APROVAÇÃO
PL	7.804	2010	Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências", para elevar o limite do valor das causas. Explicação: Aumenta o valor para 60 (sessenta) salários mínimos.	PLENÁRIO	05/10/2010 - AGUARDANDO INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA.	

MATÉRIAS DE AUTORIA DO SEN MOZARILDO CAVALCANTI EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PO Nº	ANO	EMENTA	LOCAL	ULTIMA AÇÃO	TIPO DE RELATÓRIO
PL 6460	2013	Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.	CREDEN	23/10/2013 - Designado Relator, Dep. Átila Lins (PSD-AM)	SEM PARECER
PL 6575	2013	Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.	CINDRA/CD	10/12/2013 -Designada Relatora, Dep. Marinha Raupp (PMDB-RO).	SEM PARECER
DC 2.540	2006	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima.	CCJC	21/09/2011 (CCJC) Retirado de pauta pelo Relator.	PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE
L 7.199	2002	Dispõe sobre do Adicional Tarifário Para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas	PLENÁRIO	10/4/2007 - Aguardando votação dos recursos para apreciação em plenário.	PELA APROVAÇÃO
L 1.918	1999	Inclui o Porto de Stª Mª de Boiaçu, no rio Branco (RR), na relação descritiva dos Portos Marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.	CCJC	10/04/2008 - Aprovado por unanimidade o parecer do Relator.	PELA APROVAÇÃO
L 4.719	2009	Dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e de Caracaraí no Estado de Roraima.	PLENÁRIO	19/06/2012 - Apresentação do Recurso contra apreciação conclusiva de comissão (Art. 58, § 1º c/c art. 132, § 2º, RICD) n. 151/2012, pelo Deputado Antonio Brito (PTB-BA), que: "Contra apreciação terminativa da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei n.º 4.719, de 2009"	PELA REJEIÇÃO
C 75	2003	Altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, destinando o percentual de cinco décimos por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados para aplicação pelas instituições Federais de Ensino Superior na Amazônia Legal.	MESA	31/01/2011 - (MESA/CD) Encerrada a Comissão Especial em razão do término da Legislatura (inciso II do art. 22 RICD). AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL.	SEM PARECER
C 170	2003	Altera o caput do art. 37 da Constituição Federal, para incluir, dentre os princípios que regem a Administração Pública, o princípio da razoabilidade.	MESA	31/01/2011 - (MESA/CD) Encerrada a Comissão Especial em razão do término da Legislatura (inciso II do art. 22 RICD). AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL.	SEM PARECER

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O requerimento de V. Ex^a está deferido.

Quero registrar que a sua reclamação é justa. Precisamos criar um mecanismo de tramitação das nossas proposições, para que seja deferido um maior tempo, até porque parte delas perde o seu objetivo em face da morosidade.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo regimental.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Enquanto o Senador Suplicy chega à tribuna, queria agradecer ao Senador Pimentel pela minha inscrição pela Liderança do PP, já que estou no art. 17, aquele que nos deixa por último, quando falamos por mais de duas vezes na tribuna como orador inscrito.

Então, agradeço a gentileza do Senador Pimentel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel, agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg, por ter permutado comigo, uma vez que pretendo ainda comparecer, nesta tarde, ao velório e ao enterro do Sr. Vasconcellos, pai da Moira de Castro Vasconcellos, que infelizmente faleceu, com toda a sua família. Ele é o senhor que há três anos sofreu um acidente ao cair com a sua cadeira de rodas que era transportada do avião da empresa aérea para o terminal no Aeroporto de Congonhas. Infelizmente, não estava bem amarrado o cinto de segurança, ele caiu, bateu a cabeça e, infelizmente, no dia de ontem, faleceu.

Eu gostaria hoje de falar da criação do Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja (Consecitrus). É com alegria que comunico a esta Casa que, nesta quarta-feira, 19 de fevereiro, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, com a imposição de alguns critérios, a formação do Consecitrus (Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja).

Já faz alguns anos que as associações de pequenos e médios produtores de laranja do Estado de São Paulo, tais como a Faesp, a Associtrus e o Sindicato Rural de Ibitinga, clamam pela constituição de um fórum, onde fosse minimizado o elevado poder de compra das empresas processadoras de suco de laranja.

O Consecitrus será o local para as discussões e definição de ações com o objetivo de melhorar as condições de comercialização da laranja pelos citricultores, tendo em vista que, atualmente, apenas quatro empresas controlam esse mercado no País.

Sendo assim, gostaria de ler a nota informativa do Cade acerca da criação do Consecitrus – abro aspas:

“O Conselho Administrativo de Defesa Econômica definiu nesta quarta-feira (19) como se darão as etapas de constituição do Conselho dos Produtores e Exportadores de Suco de Laranja (Consecitrus), entidade que tem como objetivo minimizar o elevado poder de compra das empresas processadoras de suco de laranja. A necessidade de melhoria das condições de comercialização de laranjas pelos citricultores foi apontada pelo Cade na análise de outras operações no setor, em razão de haver atualmente apenas quatro empresas controlando esse mercado no País.

O Consecitrus deverá funcionar de modo a gerar informação sobre as atividades citrícolas e de produção e exportação de suco de laranja, como indicação de custos e valores referenciais. Tais informações deverão ser disponibilizadas a todos os interessados – industriais, citricultores e instituições externas – com o intuito de se evitar que sejam impostas condições de compra discriminatórias aos produtores.

De acordo com a decisão do Cade, no Consecitrus estarão representados citricultores, indústria e há ainda a possibilidade de participação de instituições públicas. A forma de atividade dentro do Conselho poderá ser enquanto membro integrante, com direito a voz e voto, ou membro participante, apenas com direito a voz.

A constituição do Consecitrus se dará em cinco fases, com duração total de dois anos e meio. Somente após esse período e aprovação pelo Cade atestando o devido cumprimento de todas as etapas é que o Consecitrus estará aprovado de forma definitiva. A constituição se dará do seguinte modo:

- 1. Filiação institucional e definição temporária de membros integrantes e participantes, no período de 180 dias.*
- 2. Depois, dentro de 180 dias haverá a elaboração de uma proposta de estatuto, que passará pela avaliação do Cade.*
- 3. A fase seguinte será a ampla divulgação do estatuto aprovado e abertura para eventuais novas filiações, pelo período de 180 dias.*
- 4. Será então iniciada a atividade regular do Consecitrus por 360 dias.*
- 5. Após um ano de funcionamento do Consecitrus, deverá ser enviado ao Cade o relatório final para monitoramento e aprovação. O documento deverá conter informações tais como representação de citricultores e industriais, as atividades do Conselho, política de transparência de informações e política de geração de informações.*

O Consecitrus no Cade. Em 2012, a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – CitrusBR e a Sociedade Rural Brasileira – SRB apresentaram ao Cade um modelo de Consecitrus (AC 08012.003065/2012-21).

A CitrusBR representa a indústria responsável pelo cultivo de 30% das mudas de laranjas em solo brasileiro e pelo processamento e exportação de 80% do suco produzido no país, enquanto a SRB congrega agricultores e pecuaristas de todo o território brasileiro, contando com mais de três mil associados, dos quais 70 são citricultores.

Ao longo da análise do caso, outras três instituições também manifestaram interesse na constituição do Consecitrus. São elas: a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – Faesp; a Associação Brasileira de Citricultores – Associtrus; e a União dos Produtores de Citrus – Unicitrus.”

Aqui, fecho aspas para a comunicação elaborada pelo Cade.

Nós, que estamos nessa luta há mais de dez anos, queremos louvar a decisão do Cade e vamos continuar a acompanhar a formação do Consecitrus, que acreditamos trará significativa evolução na relação entre indústria, pequenos e médios citricultores brasileiros.

Quero, aqui, cumprimentar todos os que batalharam por isso e lembrar que, inclusive, o então Ministro da Agricultura no governo do Presidente Lula, Roberto Rodrigues, muito estimulou a formação do Consecitrus, a exemplo do Consecana. E eu acho que estão de parabéns todos os componentes do Cade, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda, que colaboram para que, finalmente, se tenha esse organismo, o Cade, que regulará o diálogo entre produtores de laranja e produtores de suco de laranja, de maneira a evitar os abusos do poder econômico, que, muitas vezes, contribuíram ...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... para dificultar para os produtores, sobretudo os pequenos e médios agricultores que produzem laranja nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Sergipe e em todos os demais Estados brasileiros.

O Brasil é um dos maiores produtores de laranja e de suco de laranja dentre todos os países do mundo e essa notícia é muito alvissareira.

Quero informar, Sr. Presidente, que aqui relatarei a viagem que fiz ao Irã, do dia 15 a 18 de fevereiro último, cheguei anteontem, e, sobretudo, na companhia do Senador Valdir Raupp, dos Deputados Edson Santos e Ivan Valente.

Tivemos quatro dias de extraordinário proveito, que avalio de grande interesse para o desenvolvimento de relações entre o Brasil e o Irã e, sobretudo, nessa fase em que há mudanças no Oriente Médio, em que os Estados Unidos, a União Europeia e a ONU estão em diálogo com o Irã, visando à utilização de energia nuclear para fins pacíficos. Então, há perspectiva do levantamento de sanções econômicas relativas ao Irã, por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, e isso significará, inclusive para o Brasil, uma nova fase de aproximação, acredito.

Então, estarei relatando a respeito dessa viagem na próxima semana.

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, para falar pela Liderança, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, começo com uma notícia que é muito agradável para todos os gaúchos e para aquelas pessoas que admiram a chamada economia criativa, a cultura, a tradição, a arte, mas, sobretudo, a preservação de uma memória muito importante, que é a memória trazida pelos imigrantes italianos. Eles chegaram ao Rio Grande há quase dois séculos e estão ainda escrevendo uma belíssima história de sucesso.

Falo da Serra Gaúcha, em particular de uma cidade que todos conhecem, Caxias do Sul, por muitos dos seus valores, das suas pessoas, mas por um evento especial: a Festa Nacional da Uva, que já está em sua 30ª edição. Ela acontece em Caxias do Sul, juntamente com a 24ª Feira Agroindustrial.

Sob o tema bastante sugestivo “Na Alegria da Diversidade”, a Festa da Uva vai homenagear as diversas etnias que, através da fé, do trabalho e da superação das diferenças, construíram a cidade e reverenciar também os 60 anos de inauguração do Monumento Nacional ao Imigrante.

A cerimônia de abertura será hoje à tarde e contará com a presença da Presidente Dilma Rousseff e do prefeito Alceu Barbosa Neto. Serão recepcionados todos pelo presidente da Festa Nacional da Uva, Edson Nespolo, que aqui em Brasília esteve liderando uma comitiva, em que fomos ao Presidente Renan Calheiros, ao Presidente da Câmara e a muitas autoridades para convidá-las para esse grande evento.

A Festa Nacional da Uva deste ano acontece até o dia 9 de março. Portanto, um convite a todos os brasileiros, especialmente aos colegas Senadores, para que estejam presentes nesse evento. O primeiro Desfile Cênico Musical começará hoje, às 20 horas. Cerca de 1,5 mil figurantes, Senador Suplicy, ajudarão a tornar real o tema “Na Alegria da Diversidade”, dividido em abertura, três blocos temáticos – Pioneiros, Nação de Nações e Porto de Esperanças – e cena final. O espetáculo contará com a participação do Coral Municipal, da Orquestra Municipal de Sopros, da Companhia Municipal de Dança, além de grupos convidados da cidade.

Então, eu queria renovar o convite para que os brasileiros que nos acompanham estejam na Festa Nacional da Uva, entre os quais esse Senador, que é tão querido, o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Gostaria imensamente de estar lá, na Festa Nacional da Uva. Cumprimento-a pelo apoio que dá a essa forma de cultivo tão importante para os gaúchos, para os catarinenses, e quero desejar o maior sucesso. Infelizmente, tenho que ir a um velório em São Paulo, daqui a pouco, do Sr. Fernando de Castro Vasconcelos – permita-me apenas registrar o nome, porque eu tinha dito Sr. Vasconcelos, mas me veio à mente o nome –, essa pessoa que certo dia estava se tratando na AACD aqui em Brasília e, quando foi levado para São Paulo, infelizmente caiu no transporte, por um falta de cuidado, do avião até o aeroporto e ao terminal, bateu a cabeça e durante três anos ficou inconsciente praticamente no Hospital Einstein e, ontem, veio a falecer para a tristeza da Srª Sílvia, da Srª Moira, e de todos seus irmãos. Quero cumprimentá-la, mais uma vez, Senadora Ana Amélia, pelo seu apoio à cultura da uva e à Festa Nacional da Uva no Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Solidarizo-me, Senador Suplicy, pelo registro do falecimento desse paulista num acidente lamentável. As companhias aéreas, depois disso – e não foi o único –, tomaram providências mais sérias no sentido, inclusive, do acesso dos cadeirantes à entrada dos aviões.

Aliás, esse é um problema nosso, por causa da falta de *fingers*, que é aquela extensão que facilita a mobilidade das pessoas portadoras de deficiência. Temos que pensar nessa questão da mobilidade, não só nas ruas, mas também uma coisa tão singela quanto essa, como um elevador, mas é muito difícil. Felizmente, estão cuidando um pouco mais da segurança para evitar que tenhamos outros acidentes fatais como esse. Então, minha solidariedade ao seu gesto.

Falei de uma coisa tão agradável que é a Festa Nacional da Uva, aliás a Presidente Dilma Rousseff está lá hoje; amanhã estarei lá, Senador Casildo – hoje, está lá o Senador Paulo Paim, que é de Caxias do Sul –, tendo o prazer de conviver, assistir a esse desfile, durante várias cerimônias que teremos lá, juntamente com a administração de Caxias do Sul, da qual muito honrosamente o meu Partido, Partido Progressista, faz parte, o governo do Prefeito Alceu Barbosa Velho, que é do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Então, estamos dando uma colaboração modesta, mas importante, na Festa da Uva, em Caxias do Sul, que começa hoje.

Como é um evento que tem repercussão nacional e até internacional, são muitos os estrangeiros, inclusive do Mercosul, que aproveitam o período de veraneio e passam por aquele encantamento, não só de uma gastronomia de lata qualidade, mas também da musicalidade, da cultura. Vejam só todos os elementos que eu registrei dos corais, dos grupos de dança. Tudo isso faz parte de uma cidade que cultiva a cultura e a memória das suas tradições da imigração italiana.

V. Exª conhece bem. Então, sabe da relevância que tem a Festa da Uva. Com muita alegria, concedo o aparte a V. Exª, Senador Casildo, Senador por Santa Catarina, Vice-Governador, uma pessoa tão vinculada ao Rio Grande, que teve a sua origem naquele rico Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Até porque eu gostaria que nós, catarinenses, nos incorporássemos a essa Festa – eu diria nós, gaúchos, também, de nascimento –, em Caxias, que, como diz V. Exª, Senadora Ana Amélia, não é só nacional, mas internacional. V. Exª tem incorporado essa Festa, porque a tem percorrido, vivido, por conta da própria profissão, desde o início, e ela tem dimensões extraordinárias. E como tem catarinense que vai à Festa da Uva!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Assim como tem gaúcho que vai à Oktoberfest em Blumenau, Senador.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Também, também! Então, a recíproca é verdadeira. Nós somos irmãos. Alguns brincam, às vezes: “Ah, Maldaner, você é gaúcho!” Eu digo: “Eu sou. Sou nascido naquele Município que fica ao sul de Santa Catarina”.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – “Catarúcho.”

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aí, eles se cobram também: “Ah, Maldaner, você fica em Santa Catarina!”. Ao que digo: “É, um Município que fica logo ao norte do Rio Grande do Sul!” Essas brincadeiras surgem. Mas eu quero me associar – não sei qual é o número...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – São milhares e milhares de pessoas que vão lá.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, eu digo que não sei se é a 30ª...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a 30ª Festa da Uva, e a 34ª Feira Agroindustrial.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aquilo é extraordinário, chama a atenção para o mundo. Aliás, Caxias, com a Festa da Uva, abriu caminhos para o mundo, e, pelos mesmos caminhos que abriu para o mundo, o mundo começa a vir, começa a frequentar. Quem não veio quer conhecer Caxias, uma cidade industrial, diversificada, importantíssima, com uma dimensão extraordinária. Por isso, eu quero me associar, em nome dos catarinenses.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Casildo Maldaner, pelo aparte, que enriquece. Ficam muito satisfeitos os caxienses que estão nos assistindo aqui ao dizermos que lá temos a alegria. Caxias do Sul é o coração nervoso da economia do nosso Estado, pela sua diversificação.

Ela produz desde maçãs de qualidade a vinhos de qualidade, mas ela também é a sede da maior fábrica de carrocerias de ônibus do mundo – não é do Brasil, é do mundo. Temos fábricas para carrocerias de caminhões, também, das maiores do mundo. Então, tudo é superlativo em Caxias do Sul, inclusive a generosidade daquele povo que tanto nos orgulha, que é o povo de Caxias do Sul.

Como eu disse, o Senador Paim está lá. Ele é caxiense. O Senador Pedro Simon, que também é caxiense, estará na Festa da Uva. Eu sou um pouco mais de cima. Eu sou de campos de cima da Serra. Caxias está na Serra. Eu sou de Lagoa Vermelha, a 76 quilômetros de Vacaria.

Então, nós nos consideramos todos da mesma região e todos irmãos, Senador Casildo.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – A mesma altitude, praticamente. Eu nunca me esqueço de que, quando era Governador de Santa Catarina o Pedro Ivo, de quem eu assumi o governo, eu fui à Festa da Maçã, também, em Vacaria, que é a terra do Guazzelli.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Grande lembrança. Guazzelli foi um grande governador.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Um grande governador. Vacaria, Lagoa Vermelha, da qual V. Exª se origina, e Caxias ficam mais ou menos na mesma linha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Bom Jesus, também, produz maçãs de qualidade.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bom Jesus, rogai por nós. É tudo protegido. Eu não sei se naquela região o céu desceu ou se a terra subiu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – As duas coisas juntas. E se encontraram num cenário muito bonito.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Padre Marcelo não está aqui para dizer isto, mas eu acho que terra subiu ou o céu desceu, mas que fica mais perto fica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Antônio Prado – tudo aquilo é muito bonito –, Flores da Cunha. É um caminho que, realmente, parece uma estrada romântica, como há na Alemanha.

Ao falar de uma coisa tão agradável, como essa Festa, eu agora trato de uma coisa bastante séria. Refiro-me à decisão do Governo de anunciar hoje o corte de R\$44 bilhões no Orçamento da União para este ano. Isso foi anunciado nesta manhã pelo Ministério do Planejamento, reforçando, na minha avaliação como Senadora municipalista, a urgente necessidade de intervenção do Executivo em favor das matérias relacionadas ao Pacto Federativo.

A previsão de redução dos recursos públicos é notícia negativa que, inevitavelmente, impacta de modo preocupante as contas dos governos estaduais e também das prefeituras, como é o caso dos já minguados e atrasados repasses dos obrigatórios e constitucionais Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A Presidente Dilma Rousseff, aliás, hoje, anunciou a liberação de mais R\$1 bilhão para os Municípios, mas isso está dentro daquilo que a União retirou quando ela desonerou do IPI vários setores da indústria, como o setor automotivo, a linha branca, o que prejudicou...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... a receita dos Municípios.

Preocupam ainda mais os ajustes feitos em relação à economia para pagar juros da dívida pública, o chamado superávit primário. Nesta manhã, no mesmo anúncio sobre mais um corte orçamentário, o superávit primário foi fixado em 1,9% do PIB (Produto Interno Bruto), para todo o setor público, incluindo União, Estados, Municípios e empresas estatais.

Na prática, Senador Mozarildo, isso significa que, infelizmente, ficará mais difícil para o Governo pagar todo o juro e, ao mesmo tempo, abater o valor da dívida pública do País. Serão, por isso, menos recursos para resolver os problemas que nós estamos enfrentando, seja mobilidade urbana, a educação, a saúde, a infra-estrutura e a segurança.

Resumindo: se o Governo não se empenhar para que a Base Aliada aprove, nesta Casa, propostas legislativas que melhorem a desgastada relação, ou a desequilibrada relação, entre União, Estados e Municípios, correremos, infelizmente, o risco de ter um 2014 problemático, um ano...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estou concluindo, Presidente. Estou concluindo.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... um ano difícil, também, para prefeitos e governadores, e para os novos que chegarão.

Diversos Senadores, insistentemente, têm subido, nesta tribuna, para cobrar ajustes nessa relação. É sabido que a União fica com 60% do que é arrecadado, enquanto os Estados ficam com 25%, e os Municípios, apenas com 15%. Portanto, é uma repartição da receita, no meu modesto entendimento, injusta e que precisa de correção e da intervenção do Governo Federal.

Por isso, a importância de aprovarmos, na Comissão de Constituição e Justiça, na próxima semana, sugestões legislativas como a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de minha autoria, que trata de uma distribuição mais justa dos recursos públicos entre os entes federados – aumenta em 2% os repasses para o Fundo de Participação dos Municípios.

Seria apenas um fôlego orçamentário de R\$6 bilhões a mais no caixa dos Municípios. É mais dinheiro para escolas, hospitais e obras de responsabilidade dos prefeitos. Inclusive, o Presidente da CCJ, o Senador Vital do Rêgo, que já foi pressionado pelos prefeitos da Paraíba, já se comprometeu a colocar essa importante matéria para ser votada nas próximas semanas pelo colegiado, já que o Relator, o Senador Eduardo Lopes, do Rio de Janeiro, já está com o relatório concluído.

Como, infelizmente, reformas importantes na questão federativa não têm tido sucesso até o momento, a população paga um alto preço pela lentidão. Não se colocou em prática o que está no papel ou o que foi acordado e decidido, como, por exemplo, a questão da alteração do indexador da dívida dos Estados e Municípios. Quanto mais se adia uma decisão importante, mais onerosas e difíceis ficam as soluções para problemas urgentes da nossa sociedade. É melhor um “sim” ou um “não” do que a “dúvida”, o talvez.

A dúvida gera incertezas e custa caro porque é demorada, lenta, imprevisível. O “sim” ou mesmo o “não” levam a decisões e à ação efetiva. Esta Casa é a prova de que a demora gera mais dificuldades aos entes federados.

Isso tem ocorrido com o novo indexador da dívida, como disse, o PLC 99/2013, pendente de votação nesta Casa, adiada para 5 de março. Ocorreu também outra matéria que afeta diretamente o cotidiano das prefeituras de todo o Brasil: o veto da Presidência ao projeto do Legislativo que prevê novas regras para a criação dos Municípios, de autoria de V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti. A análise desse veto foi adiada para 18 de março. E essa é uma matéria relevante para todos e deixou de ser uma questão de oposição e Governo, deixou de ser uma questão relacionada a partidos políticos; é uma questão federativa. Porque o que a gente viu na votação da derrubada dos vetos, alguns dos mais aliados ao Governo tiveram que reconhecer a pressão da base, dos Municípios que precisam ser emancipados na região, especialmente na Região Norte e até aqui no Estado de Goiás, quando foi citado um Município com 100 mil habitantes, que é um distrito de Luziânia.

Então, realmente essas questões são graves. Ou então de um Município, como eu tenho no Rio Grande do Sul, dois distritos que estão muito mais próximos de Caxias do Sul do que da sede. E ele usa os serviços de Caxias do Sul, mas quem recebe o FPE, de acordo com a população, é São Francisco de Paula. Então, são essas questões. O seu projeto estava resolvendo.

Com os sucessivos adiamentos, outras matérias importantes ficam sem previsão de solução. Cito o caso de matéria relacionada ao setor elétrico, por exemplo. A sobrecarga no sistema, intensificada recentemente pelas quedas de energia, tem ocorrido em qualquer lugar, prejudicando muito a área rural da produção, inclusive do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

É um problema para os produtores. Quedas de energia são danos financeiros para produtores, seja de aves, no caso perdem as aves, suínos, ou a produção de leite, por exemplo.

Por isso, sugeri na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, hoje, já aprovada, uma audiência pública, para medir os impactos desses “apagões” na atividade agropecuária e as soluções mais imediatas para contornar esse grave problema que afeta todos os produtores e também da zona urbana.

Portanto, encerro este pronunciamento, com a esperança de ver, pelo menos, propostas legislativas relevantes e necessárias que ajudarão a modernizar, aperfeiçoar e melhorar o equilíbrio da Federação, dos entes federativos: União, Estados e Municípios. Pelo menos que seja isso mais justo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Mozarildo Cavalcanti e nobres colegas, vou trazer um tema, em breves palavras, que eu já tenho discutido aqui na Casa, sobre o qual já tenho feito reflexões em outros momentos.

Fevereiro é o mês de volta às aulas, Sr. Presidente, é o momento de vida cotidiana que se reveste de grande importância e traz juntamente motivos para preocupação. Milhões de estudantes retornam às aulas e, naturalmente, surgem as obrigações na aquisição de materiais escolares: livros, cadernos, canetas, lápis, enfim, uma ampla de produtos que exigem o esforço financeiro das famílias brasileiras.

Nesse cenário, mais uma vez, destaca-se a questão da carga tributária brasileira, cuja incidência eleva consideravelmente os custos com educação, consensualmente considerada de fundamental importância para o desenvolvimento de nosso País.

Eu sei que se tem que buscar no comércio, se vai aqui, vai às livrarias, vê onde é melhor, vê se compra por menor preço; é aquela disputa, porque os recursos ficam muitas vezes aquém e os pais, às vezes, têm dois, três ou mais filhos que estudam e precisam adquirir o material escolar. Para isso, têm que fazer uma peregrinação. É isso todos os anos, nos meses de janeiro e fevereiro, em função do reinício das aulas. É aquela via sacra de sempre.

Tudo isso que quero dizer é em função desses elementos, desses materiais escolares. Eu quero só trazer uns dados para nós refletirmos em função da carga tributária sobre isso. Eu não sei se aí nós temos que pensar. Muitas vezes, claro, é para incentivar o desenvolvimento, a indústria, o emprego. Nós retiramos o IPI de automóveis, retiramos o IPI disso, daquilo. Mas, para a educação, o material é indispensável. Queira ou não queira, a diferença de um automóvel para uma caneta, para um caderno, para a criança aprender a se preparar para a vida, há uma diferença para mim; é a minha pessoa. Acho que, para a maioria, a diferença é extraordinária.

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário revela o tamanho da carga, da mordida do próprio Leão, no caso. A caneta, por exemplo, tem carga tributária de 47% – é esse instituto que levanta: 47% da caneta. A agenda, apontador ou borracha têm em seu preço 43% de tributos. Ao comprar um caderno, o consumidor destinará 35%, ou seja, mais de um terço do preço do produto para o pagamento de impostos.

O quadro revela duas situações intoleráveis. Em primeiro plano, que impostos tão elevados incidam sobre produtos essenciais para uma área de valor reconhecido como a educação. Os preços atuais tornam o acesso a esses bens restrito a pessoas de maior poder aquisitivo. Para os que não dispõem de recursos, resta a dependência da ação pública na distribuição de materiais. É com a mesma ação pública da distribuição de materiais que muitas prefeituras, muitos órgãos adquirem e distribuem, mas a carga tributária, os impostos, mesmo órgãos públicos conseguindo ou comprando... Mas não deixarão de essas empresas que fabricam, que fornecem para setor público e privado esses materiais, essa carga tributária que acabei de dizer, que na caneta é 37%, no caderno é 35%, 43% em outros pertencentes para a educação, isso tem que pagar. E, com isso, vão se adquirir menos cadernos, menos borrachas, menos canetas, para poder atender... Mesmo o Poder Público vai ter de pagar isso – de quem fabrica –, porque é uma exigência da tributação nacional.

Por isso, como plano de fundo, mais uma vez, há necessidade premente de uma ampla reestruturação do modelo tributário brasileiro, que hoje atua como forte limitador do crescimento econômico e da competitividade internacional.

Vivemos uma permanente escalada das dimensões da carga tributária. Nos últimos 20 anos, passamos de pouco mais de 25% do PIB para os atuais 36%, incluídos aí os tributos federais, estaduais e municipais.

Tal peso retarda e paralisa o desenvolvimento econômico. O fenômeno atinge frontalmente os empreendedores, que veem seus custos de produção elevados e são obrigados a repassá-los ao consumidor, reduzindo sua competitividade em relação aos concorrentes internacionais. Na outra ponta, acuados pelos preços elevados, os consumidores acabam gastando menos, por terem sua capacidade aquisitiva reduzida pela mordida do Leão.

Vale lembrar, ainda, que nosso sistema privilegia os impostos indiretos, que tributam o consumo e atingem mais a parcela de menor poder aquisitivo, em detrimento dos impostos diretos, que incidem sobre a renda, proporcionando mais justiça social.

Acreditamos que, com a racionalização do sistema, é possível fomentar o crescimento sem impacto nas finanças públicas. Se implantada de forma gradual, uma reforma tributária possibilitará um novo ciclo virtuoso. A desoneração permitirá aumento de produção e de consumo – em casos especiais, é claro que não pode

ser em tudo; em casos que mais demandam, ou seja, naquilo que é básico, naquilo que ajuda como no caso da educação.

Repito, a desoneração permitirá aumento de produção e de consumo, juntamente com a geração de empregos e renda; com isso, eleva-se também a arrecadação tributária, calculada no volume de operações, em vez da elevação da carga.

Se somarmos a isso uma nova forma de arrecadação, que deixe de lado o verdadeiro emaranhado legal com que convivemos hoje. Não há dúvidas de que ganharemos igualmente na produção.

Nunca é demais lembrar: o tempo gasto pelas empresas de médio porte apenas para dar conta da barafunda de papéis e procedimentos burocráticos para pagamento de seus tributos é de 2.600 horas anuais, o campeão mundial. Nós somos campeões mundiais em horas para consultorias a mais a fim de desvendar o emaranhado da legislação brasileira, das contabilidades, das questões que alteram as leis, da burocracia. O Brasil é o que mais gasta: 2.600 horas, que correspondem a mais de três meses de atividade nesse sentido. São mais de três meses e meio de esforços dedicados exclusivamente a destrinchar a papelada.

Apenas para termos uma base de comparação, em nosso vizinho Uruguai, as empresas consomem 310 horas para desembaraçar suas obrigações tributárias. Nos Estados Unidos, são 175 horas e, na Inglaterra, apenas 110 horas anuais. Então, não há nem comparação com o que nós gastamos para entender a questão burocrática aqui, no País. Isso gera custos, isso prejudica as nossas empresas, para concorrer com as internacionais na competição da produção e na competição de colocar no mercado internacional ou mesmo aqui dentro, porque elas vendem para cá e, para nós, o custo torna-se muito elevado.

O combate à burocracia deve caminhar lado a lado com a redução da carga. São problemas contíguos que devem ser atacados conjuntamente.

Dessa forma, Sr. Presidente, nobres colegas, funda-se um dos elementos vitais ao crescimento econômico de longo prazo – juntamente com o investimento constante em infraestrutura. O exemplo norte-americano, nesse sentido, deve ser observado: mesmo atravessando uma grave crise financeira, fica muito mais fácil retomar o crescimento quando as bases já estão erigidas.

Para finalizar, o Brasil dispõe de plenas condições para pavimentar esse caminho, especialmente com a proximidade do pleito eleitoral. Não tenho dúvidas de que o tema estará na pauta de candidatos e eleitores nos próximos meses.

Por isso, eu trago, na tarde de hoje, essa reflexão, caro Presidente e nobres colegas, sobre esse início que acontece todos os anos, quando se iniciam as aulas – não é só isto, mas é o que está muito presente agora, que é a questão do material escolar. Eu acho que deve haver o pensar nisso para ajudarmos: onde desonerar, onde ajudarmos, onde vermos, como fazermos com que tenhamos condições de oferecer questões básicas, como no caso do ensino, como no caso das pessoas que têm menos poder aquisitivo para poder enfrentar essas demandas todas.

Então, resumindo, trago isso, mais uma vez, sobre a carga, sobre a questão burocrática no Brasil, porque tudo isso ajuda, Sr. Presidente e nobres colegas, a encarecer, a criar dificuldades...

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E, para enfrentarmos isso, nós precisamos de um País mais aberto, mais preparado, inclusive aos olhos do mundo – porque eles observam se as bases estão bem erigidas, se são sólidas –, para olharmos mais além do horizonte, um pouco além do horizonte. Isso é muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Jorge Viana, do PT do Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Mozarildo, eu queria cumprimentar os demais colegas Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

Eu venho à tribuna da Casa, como orador inscrito, para compartilhar com as autoridades brasileiras, aqui em Brasília, aqui no Senado Federal, das dificuldades que nós estamos enfrentando com a cheia, que rompeu todos os recordes históricos, do Rio Madeira.

Eu procurei me informar com autoridades de Rondônia.

O Governador Tião Viana, preocupado com o risco de dificuldade de abastecimento no Acre, fez contato com as autoridades peruanas. Felizmente, o Acre não é mais fim de linha. Nós trabalhamos, ao longo dos anos, com o apoio do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, e conseguimos ter uma ligação com o Pacífico, com o

Peru. Conseguimos fazer a integração do Estado, de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e, agora, muito provavelmente, se agravar ainda mais a situação, nós vamos ter de transportar combustível de Cruzeiro do Sul para Rio Branco.

Isso é um desafio enorme, uma dificuldade tremenda. Mas também vamos poder usar aquilo que nós construímos: a própria BR-364 dentro do Acre.

Se não fosse o empenho do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, dos nossos governos – claro, sem falsa modéstia, começou comigo; depois, veio o Governador Binho; e, agora, o Governador Tião Viana, sem tirar o mérito também de outros que nos antecederam e que foram importantes também para que o Acre pudesse ter uma integração –, nós não teríamos como enfrentar as dificuldades que esse desastre natural está nos impondo. São os frutos da política que implementamos no Acre nos últimos anos.

Para que V. Ex^a tenha ideia, Senador Mozarildo, que representa aqui na Casa um dos Estados da Amazônia, eu falei, ainda há pouco, com os dirigentes das usinas hidrelétricas – e faço questão de, aqui, primeiro, colocar um posicionamento, tranquilizando a população.

Não há nenhum vínculo entre o que está ocorrendo nessa grande cheia e o fato de haver duas usinas hidrelétricas no Madeira. Ao contrário. Porto Velho está abaixo das usinas, e nós temos mais de mil famílias desabrigadas em Porto Velho.

É uma cheia recorde. É um acúmulo de água violentíssimo vindo da Bolívia, do Peru, dos Andes. Os rios que formam o nosso Rio Madeira colhem água de regiões em que chove muito, e as chuvas são concentradas.

Mas o fato, Presidente Mozarildo, é que a bibliografia ou os levantamentos históricos mostram que, de 1967 para cá, o maior volume de água que se tinha no Rio Madeira passava um pouco de 40 mil metros cúbicos por segundo. Então, próximo de 40 mil metros cúbicos por segundo era o volume máximo que se tinha medido de água passando no Rio Madeira. Hoje, neste momento, estão passando mais de 50 mil metros cúbicos por segundo no Rio Madeira, a montante e a jusante das usinas. Então, não há nenhum vínculo entre essa grande alagação, essa grande cheia e o fato da construção das usinas.

Agora, eu peço às autoridades da Defesa Civil Nacional – o Ministro da Integração, inclusive, esteve na semana passada em Rondônia – que possam estar presentes para verificar o dano causado, os prejuízos, os problemas vividos pela população de Rondônia. Como Senador do Acre, eu me sinto um Senador da Amazônia também.

Nós temos a interrupção do transporte rodoviário por ônibus de Porto Velho para Rio Branco, de Porto Velho para algumas cidades em Rondônia, como é o caso de Guajará-Mirim, que está completamente isolada; as cidades de Jaci e Nova Mamoré também estão isoladas; a população ribeirinha naquela região é enorme; os prejuízos aos ribeirinhos é muito grande, porque, quem mora na margem do rio, tudo que eles têm está ali na sua propriedade, e perde-se tudo, a subida do rio foi violenta. Nós temos um problema seriíssimo de cheias no Acre, o Rio Acre também transbordou, em Rio Branco. Temos problemas no Rio Iaco, em Sena Madureira. Tudo isso resultado de uma grande concentração de chuvas que há naquela região, tanto na parte peruana, na parte da Bolívia como também naquela parte mais da Amazônia Ocidental.

Eu queria pedir, então, ao Governo Federal, por meio da Defesa Civil, por meio do Ministério da Integração, que possa dar a acolhida necessária. Eu mesmo, acompanhado do Prefeito Marcos Alexandre e do Governador Tião Viana, fiz a solicitação da liberação de recursos para que o Governo do Estado do Acre, junto à Prefeitura de Rio Branco – estamos vivendo uma situação de emergência na capital do Acre –, pudesse fazer frente às dificuldades com o auxílio do Governo Federal.

Falo aqui, também, pelo povo de Rondônia, pedindo, como V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, que trabalhou comigo como relator de uma comissão em que eu fui proponente e V. Ex^a subscreveu, que fez uma revisão da política brasileira de defesa civil... Lamentavelmente, nós não concluímos esse trabalho. É um trabalho inconcluso, e o Brasil segue agindo no socorro, depois que os fatos acontecem. E as Nações Unidas deixam bem claro: para cada R\$1,00 que se deixa de investir na prevenção de desastres naturais, gasta-se R\$7,00 quando se vai para a fase de socorro.

É óbvio que nós temos limitações no agir, quando estamos falando de cheias como essa. É uma cheia histórica. Não há na bibliografia, nos registros históricos, um registro que possa nos dar dados de uma cheia tão grande como esta que nós estamos tendo do Rio Madeira.

O recorde histórico que tínhamos era de aproximadamente 40 mil metros cúbicos o volume de água, por segundo, passando no Rio Madeira. O Rio Madeira é o quarto rio mais veloz do Brasil, e o aproveitamento hidrelétrico dele, inclusive, levou em conta essa qualidade, essa característica do Rio Madeira. E, hoje, são mais de 50 mil metros cúbicos por segundo o que está passando de água no Rio Madeira, nessa cheia histórica.

As imagens são assustadoras: a BR-364, num trecho longo, virou um grande mar, e a passagem de carros acontece com alto risco. Os automóveis não estão trafegando; os ônibus também não; caminhões, com muita dificuldade. E a Polícia Rodoviária Federal – eu queria, inclusive, cumprimentá-la pela atenção que está

nos dando, ligando para nós e nos informando – está atenta, porque é um rio com alta velocidade e que, hoje, transbordou e passou por cima da BR-364.

O resultado é que o Rio Madeira está com 17,88 metros.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Isso é uma cheia recorde. O número de famílias atingidas é de 1.338 famílias; a rodovia, o único acesso para Rio Branco, no km 158, no sentido Porto Velho-Rio Branco, na altura do distrito de Mutum-Paraná, a lâmina d'água acima da rodovia é de 50cm.

Então, a situação é crítica!

Faço um apelo ao DNIT nacional, para que possa designar uma equipe de técnicos para estar em Rondônia neste momento, registrando essa grande cheia e procurando tomar as medidas necessárias.

Eu queria informar aqui – pedindo a compreensão do Presidente, tendo em vista a gravidade do assunto, para poder concluir o meu pronunciamento – algo que não está relacionado diretamente com esse problema da cheia,...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... mas não deixa de ser uma permanente preocupação do povo do Acre, que é a ponte sobre o Rio Madeira.

Recebi informações oficiais do Governo Federal de que, felizmente, depois de uma longa novela de muitos anos – só aqui, no Senado, estou há três anos, junto com muitos colegas, atrás de viabilizar essa obra –, agora é oficial: a ponte sobre o Rio Madeira – vão ser três quilômetros de construção – já está contratada, a licitação foi homologada, a ordem de serviço para mobilização para o canteiro de obra já foi dada e, tão logo as águas do Madeira possam baixar, nós vamos ter o início das obras.

Então, essa é uma informação importante para o povo do Acre.

Agora, nós estamos lidando com uma situação absolutamente nova...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... e que nos pegou de surpresa: esse grande desastre natural com a subida das águas do Rio Madeira, que transbordou na BR-364 e que foi interditada, por prevenção, e tem sido liberada para alguns transportes pela Polícia Rodoviária Federal.

Então, eu agradeço, Sr. Presidente, a tolerância e queria aqui dizer que o Governador Tião Viana tem tomado todas as medidas no sentido de garantir o abastecimento para o povo acreano.

Acho que temos que manter a calma, a serenidade. Há perspectiva de que essa situação não dure muito tempo e, ao mesmo tempo, as alternativas já estão sendo construídas no sentido de garantir o abastecimento de combustível, que não terá maiores riscos. Se Deus quiser, logo, logo vamos ter uma situação inteiramente normalizada.

Mas a vida daqueles que estão sendo vitimados pelas águas requer um trabalho por parte das Prefeituras, do Governo do Acre e de Rondônia e do Governo Federal.

É este o apelo que faço ao Ministro da Integração e ao Chefe da Defesa Civil Nacional:...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... que façam imediatamente uma ida à região do Madeira, para que possam ver a gravidade que da situação que estamos vivendo neste momento, com essa cheia histórica do Rio Madeira; e que, assim, vendo *in loco* a situação, possam se sensibilizar para ajudar a população, especialmente a ribeirinha.

Mas devo dizer que, tanto em Guajará-Mirim como na região do Mutum, em Jaci e em Porto Velho, a situação é gravíssima. Em Rio Branco, estamos na expectativa de que o rio comece a baixar, mas ele está bem acima da cota de transbordamento. Porém, existe lá um trabalho conjunto do Prefeito Marcos Alexandre e do Governador Tião Viana, já que nós desenvolvemos uma tecnologia para lidar com a cheia dos nossos rios.

Lamentavelmente, a ocupação foi agressiva, a que fizemos, nas margens dos rios. Construímos cidades e regiões baixas, e agora só nos resta uma convivência quase que permanente com cheias como a que estamos vivendo.

Então, agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância e ficam aqui as informações, o alerta e o apelo para as autoridades federais, para que, imediatamente, mandem equipes a Rondônia e ao Acre, para se somarem ao esforço regional e local e apoiar as famílias que estão passando por essa extrema dificuldade.

Obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ao cumprimentá-lo, Senador Jorge Viana, lembro que V. Ex^a foi, inclusive, Presidente dessa Comissão para analisar a Defesa Civil no Brasil...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – ...que tivemos a honra de relatar.

Sem dúvida alguma, V. Ex^a relatou um drama não só do Estado do Acre, mas também de Rondônia. E isso é algo que ocorre no Brasil inteiro, o drama que V. Ex^a está vivendo no Estado do Acre e em outros.

Descobri agora, há poucos dias, que tramita na Casa, deu entrada em dezembro uma medida provisória para reformular o Funcap, criado especialmente para a reconstrução. E agora, com essa proposta de medida provisória que chegou à Casa, também poderá aplicar em prevenção. Ela tramita na Casa... Creio que ainda foi na época da Ministra Gleisi, da Casa Civil. Descobri que essa medida provisória tramita na Casa. Mandei verificar. Se pudesse fazer parte dessa Comissão Mista, eu gostaria, até para acomodar algumas propostas do projeto que elaboramos naquela época.

Eu sei que foi uma luta muito grande, inclusive com a Ministra Gleisi. Essa medida provisória veio, e minha assessoria já descobriu que é para reformular o Fundo, para que seja aplicado também na prevenção. Acho que o caminho está aberto para encontrarmos a solução.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a sabe, pois nós a estudamos juntos e andamos o Brasil inteiro. O Brasil criou uma legislação nova para a Defesa Civil em 2010, ainda no Governo do Presidente Lula. Foi fruto de um grande entendimento nacional, mas ela veio equivocada. Ela criou o Fundo visando a uma ação conjunta dos entes da federação no caso de desastres naturais, mas ele era, exclusivamente, para socorro, não havia nada para a prevenção. A proposta era de que se o Governo Federal desse três reais o Governo do Estado daria um. Nenhum Governador, nenhum Prefeito... Porque é muito caro fazer reconstrução, é impraticável para qualquer ente da federação. Os governadores e os prefeitos que consultei, em todo Brasil, aceitam no Fundo de Prevenção 1 a 1: o Governo Federal põe 1 real, eles põem 1 real e, com isso, agem na prevenção.

O Brasil precisa ter uma política séria de defesa civil, a ONU criou um setor só para cuidar disso, porque nós temos seriíssimos desastres naturais acontecendo: é seca no Nordeste; é seca em São Paulo, pondo em risco o abastecimento de água; é cheia e transbordamento de rios na Amazônia; e desmoronamento nas serras, pondo em risco as famílias.

Então, nós precisamos, de fato, e V. Ex^a trabalhou comigo nisso... Tomara que tenhamos uma política que atue preventivamente, auxiliando a Defesa Civil no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nós agradecemos, Senador Jorge Viana. Na sequência, nós temos aqui...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não. Pela ordem, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para pedir a V. Ex^a para me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a será inscrito como Líder, Senador Eunício.

Após a palavra do Senador Jorge Viana, como Líder está inscrito o Senador Anibal Diniz, também do grande Estado do Acre, a quem concedemos a palavra.

Em seguida, nós teremos o Senador Valdir Raupp, o Senador Walter Pinheiro, que não vejo presente, o Senador Alvaro Dias, a Senadora Ana Rita e a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Casildo, compartilhando a Presidência dos trabalhos com o Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ocupo a tribuna, neste momento, para dizer que participei, nesta quinta-feira, na Câmara dos Deputados, do seminário promovido pelo núcleo do PT no Congresso para debater os 34 anos do Partido dos Trabalhadores, completados agora, em fevereiro.

Aproveito o momento para fazer uma saudação e expressar o meu orgulho e reconhecimento pela grande história política de luta e de conquistas de um partido que está transformando para o melhor o Brasil e melhorando a vida do povo brasileiro.

Já foi dito que o PT constituiu-se na maior novidade político-partidária da segunda metade do Século XX no Brasil.

De fato, em 1980, nascia um partido que reunia representantes de comunidades de base, movimentos sociais, sindicalistas, intelectuais contrários à ditadura e cidadãos na busca da redução da desigualdade e na busca de melhores oportunidades de vida, trabalho e dignidade para todos.

Desde a sua fundação até hoje, o Partido dos Trabalhadores soube trilhar um vigoroso crescimento político e consolidar-se como um partido combativo, estruturado, representante das classes trabalhadoras e de movimentos e políticas sociais.

Com a eleição de Lula para a Presidência da República, em 2002, e sua reeleição, em 2006, e com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2010, o Partido dos Trabalhadores consolidou-se como protagonista de verdadeiras transformações que vêm revolucionando as condições de vida da população brasileira.

Hoje, podemos considerar o PT como o mais importante Partido de esquerda do Brasil e também um dos mais importantes do mundo.

E, contrariando a torcida da Oposição, o PT e seu modelo de gestão política compartilhada com uma ampla frente de partidos aliados segue na preferência da maior parcela do eleitorado, a ponto de termos hoje, ainda no início de um ano eleitoral, o resultado da mais recente pesquisa da CNT, a Confederação Nacional do Transporte, indicando que, caso a eleição fosse hoje, a Presidenta Dilma Rousseff seria reeleita no primeiro turno, com 43,7% dos votos, em caso de disputa com candidatos do PSB e do PSDB.

Vale ressaltar que 43%, nesse caso, se computados os votos válidos, serão superiores a 50% dos votos.

Esse reconhecimento é resultado de um legado que a Oposição insiste em tentar diminuir ou até mesmo negar, mas que não é possível ignorar. É certo que passamos por momentos difíceis, como inúmeros países, mas construímos alicerces para superar adversidades.

Alicerces sólidos na criação de empregos e no combate ao desemprego, que, inclusive, pelos dados do IBGE, terminou o ano de 2013 com a menor taxa de desemprego da série histórica: 5,4%.

Alicerces sólidos que nos permitem manter uma condução econômica de crescimento, mesmo que em menor patamar, devido à crise que permanece atingindo as economias globais, mas com dados positivos e investimentos em educação, infraestrutura, políticas sociais e inovação. Resultados positivos que mostram, por exemplo, a inflação, em janeiro, recuando para 0,55%, o menor índice registrado em janeiro desde 2009.

Resultados positivos também na continuidade no volume de entradas de investimento estrangeiro direto, que se mantém robusto no País, nesses anos de crise, e tem sido um dos maiores do mundo, como bem lembrou, nesta quinta-feira, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, foram US\$64 bilhões em 2013, ou ainda na manutenção, controle e redução de nossas dívidas.

Em 2013, a dívida líquida do setor público ficou em 34% do PIB, contra 42,1% em 2009. E, nesse mesmo período, de 2009 a 2013, a dívida bruta caiu de 60,9% para 58,5% do PIB. Temos ainda, hoje, reservas internacionais de cerca de US\$380 bilhões e investimentos que nos permitiram acrescentar, na área de geração de energia elétrica, mais de nove mil *megawatts* à capacidade instalada e agregar mais 20 mil quilômetros à rede de transmissão do País.

No lado social, vivemos um processo de inclusão sem precedentes, que nos permite lembrar que 36 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza extrema e 42 milhões de brasileiros estão na classe média, o que representa 55% da população.

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – São pessoas que também se beneficiam hoje com os programas Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de 1,5 milhão de moradias, com os programas inclusivos de ensino, como o Pronatec, com os programas Enem, ProUni e Sisu, ou com o programa Ciência sem Fronteiras, que tem levado milhares de jovens a aperfeiçoar o seu conhecimento, a aprofundar o seu conhecimento acadêmico em países de outras línguas.

Temos de citar ainda o Programa Luz para Todos, com crescimento de 81% para 97% no percentual de domicílios rurais com energia elétrica entre 2004 e 2012, ou os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE, que apontam que subiu de 58% para 74% o percentual dos domicílios rurais com água encanada, um resultado direto da execução do Programa Água para Todos.

Temos, portanto, um legado de mudanças estruturais e consistentes que colocam o Governo da Presidenta Dilma, na soma com o governo do Presidente Lula, esses governos do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, num patamar de grande contribuição para o País; colocam seus militantes e sua política num patamar de transformadores de uma realidade que, por muitos anos, manteve-se quase estagnada.

O PT segue como um partido forte, como eu bem disse, sua militância segue unida e seus propósitos, inabaláveis.

Sr. Presidente, para concluir esta minha fala, eu quero também informar que...

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... nesse ritmo de construção de uma política de alianças, nós finalizamos – finalizamos bem –, no Estado do Acre, no último final de semana, a composição da chapa majoritária para o governo e para o Senado.

Devo dizer que, na política de alianças que nós defendemos, o Partido dos Trabalhadores terá o nosso candidato à reeleição, Governador Tião Viana, e também a advogada Nazaré Araújo, que é uma integrante do quadro da Procuradoria Geral do Estado, uma mulher muito competente e respeitada na nossa cidade, como nossa candidata a vice. E, na disputa para o Senado, nós teremos uma substituição de qualidade porque não serei eu o candidato ao Senado, mas será a companheira Perpétua Almeida, do PCdoB.

Quero dizer que fiquei muito feliz com essa escolha, porque ela aconteceu de maneira muito respeitosa, foi uma construção rica, bem debatida. Eu me sinto feliz porque contribuí dessa forma para qualificar ainda mais essa disputa. Defendemos aqui, muitas vezes, uma bandeira do Partido dos Trabalhadores que prevê o aumento, maior equilíbrio de gênero no Parlamento, com maior participação da mulher, e vejo que eu estou dando uma contribuição na prática para esse equilíbrio de gênero, para o aumento da participação da mulher na política retirando-me de cena nessa disputa ao Senado, que acontece em outubro, e apoiando a companheira Perpétua Almeida, que é uma mulher combativa, que tem uma longa trajetória de lutas também conosco, na Frente Popular, ela sendo do PCdoB, eu sendo do PT. Ela está...

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... exercendo o seu terceiro mandato de Deputada Federal, já foi Vereadora por Rio Branco, foi sindicalista combativa e, certamente, vai honrar e dignificar as bandeiras das mulheres brasileiras aqui no Senado Federal, se Deus quiser, com sua vitória para o Senado agora, nas eleições de outubro.

Então, dessa maneira, quero dizer que foi resolvido, em que pese sempre fiquem aqueles ruídos de que houve descontentamento, houve atropelamento, mas a realidade é que tivemos uma bela construção. Na última segunda-feira, fizemos um ato de apresentação dessa chapa majoritária com a presença do Governador Tião Viana, com a presença da nossa futura vice Nazaré Araújo e também a apresentação da Deputada Perpétua Almeida, que agora é pré-candidata ao Senado, não apenas pelo PCdoB, mas pela Frente Popular do Acre, com o apoio de todos os partidos e, particularmente, o apoio do Partido dos Trabalhadores, com a minha retirada em apoio à Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB, que será candidata ao Senado para dar continuidade à boa representação do Acre aqui no Senado Federal a partir de 2015.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Certamente, voltaremos a esse tema para novos debates aqui na tribuna.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, visitantes que nos honram com as suas presenças, volto à tribuna hoje para atender a um apelo que vem da Venezuela. Recebi inúmeras mensagens da Venezuela, através da internet, de brasileiros que lá vivem e de venezuelanos pedindo socorro diante da crescente violência que toma conta das ruas em todo o país, não apenas na capital, mas também nas médias e pequenas cidades do interior.

A truculência política e a incompetência administrativa que se somam já há cerca de 15 anos vão empurrando a Venezuela para um abismo social inevitável. Não estamos sendo informados devidamente. A truculência chavista amordaça a imprensa e violenta os veículos de comunicação. Hoje:

[o] *Sindicato denuncia agressões a 31 jornalistas em protestos na Venezuela. Pelo menos 31 jornalistas [diz a France-Presse] foram reprimidos, detidos e roubados na Venezuela, por efetivos das forças da ordem e por desconhecidos, durante os protestos contra o governo nas últimas duas semanas, [conforme denuncia] [...] o Sindicato Nacional de Trabalhadores da Imprensa, em nota divulgada [no dia de hoje].*

Temos algumas manchetes no Brasil, mas insuficientes, que não retratam a dura realidade vivida pelo povo da Venezuela, como esta, da *Folha de S.Paulo*: "Para Maduro, cadeia vai fazer opositor venezuelano 'refletir'". Ou: "Jovens se escondem em Caracas durante ação de polícia e milícias", mas é muito pouco.

Vou ler três das manifestações escolhidas através da internet que recebi diretamente da Venezuela. Da Giselle Araújo:

Senador, SOS Venezuela. Sou brasileira, vivo em Barquisimeto e a cada dia, está pior a situação! Muitos tiros, muitas bombas de gás, muitos tanques de guerra nas ruas, dentro do conjunto residencial em que vivo jogaram bombas de gás lacrimogêneo, não foram poucas! Aqui as TVs não passam nada. Ainda temos um pequeno espaço na CNN espanhola às vezes, mas é pouco para tudo que temos vivido. [Aqui, as TVs não passam nada.]
Nossos filhos não podem ir à escola, porque ninguém garante a sua segurança, temos vivido momentos de terror!
Aqui nos viramos é com vídeos caseiros, mensagens, WhatsApp, fotos, ajudando uns aos outros a denunciar tudo que está passando! Enviarei os links de vários vídeos mostrando toda a chacina que os policiais e os paramilitares chavistas têm feito no País!
Divulguem, ajudem que chegue ao mundo essa ditadura que mata tantos!
O que temos ouvido é que vão dar toque de recolher, se isso ocorrer mesmo vou avisar por aqui!
A guarda nacional atirou contra o nosso edifício além de jogar [...] bombas de gás.

Outra mensagem que recebi, de Vanessa Vasconcelos Cosme:

Bom dia Sr. Alvaro Dias! Sou brasileira e moro na Venezuela há 2 anos, meu marido é venezuelano. Moro na Grande Caracas, porém longe de onde se concentram os protestos, mas acordei às 5h da manhã com buzinas, sirenes e disparos (esses soaram distantes). Acabo de compartilhar alguns vídeos de guardas disparando e matando pessoas.
É muito triste [...]

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Desculpe interromper o seu discurso, e peço permissão, para, já que está falando de um assunto internacional, registrar aqui a presença nas nossas galerias dos alunos e alunas do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. Sejam bem-vindos!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Prazer em recebê-los aqui, estudantes certamente muito preocupados com o que ocorre na Venezuela, com os seus colegas estudantes que estão nas ruas daquele país. Certamente, as atenções de quem estuda aqui com os olhos voltados para o mundo devem estar concentradas hoje na Venezuela.

Continuo a leitura da mensagem da Vanessa.

É muito triste ver a tristeza, desespero, ansiedade e sensação de impotência no rosto dessas pessoas... Família, amigos, pessoas nas ruas.
O povo está protestando porque já não aguenta mais, são mais de 15 anos de má gestão, e agora ainda tem que andar de supermercado em supermercado para tentar conseguir alimentos básicos, como açúcar, leite, óleo, farinha de trigo, arroz, carne, frango, papel higiênico, são os mais difíceis de conseguir. [Na Venezuela, há escassez até de papel higiênico.]
Claro que existem outros problemas, mas a falta de alimentos e a insegurança são o pior.

Leio também, Sr. Presidente, mais uma mensagem, da Renata Ramia.

Meu nome é Renata Ramia. Eu moro na Venezuela há 13 anos, sou brasileira, meu marido e meus filhos são venezuelanos.
Estou fazendo tudo que eu posso para que não só o Brasil, mas o mundo veja o que está acontecendo aqui. É brutal tudo o que está acontecendo já faz dez dias. Moro no interior, em Barquisimeto. A maioria aqui é opositora, vários jovens foram presos.
Em Caracas, Mérida, Valencia, a situação é ainda pior. Ajude a divulgar a situação daqui, por favor.
Obrigada pelo apoio. Vejo que o senhor está compartilhando várias fotos da situação daqui.
Hoje de noite meu prédio foi atacado por bombas de gás lacrimogêneo.

Havia pessoas protestando na porta dos prédios (fazendo garimpas) quando chegou a guarda nacional, policiais e motoqueiros lançando bombas de gás e disparando com bala de borracha. Isso não aconteceu só aqui, senão em toda a Venezuela.

Foi declarado toque de queda em San Cristóbal. Eles estão sem internet, sem telefone... Aqui te mando as fotos das bombas. Um vizinho gravou. Amanhã, se eu conseguir, te passo o vídeo.

Conversamos também – o meu gabinete fez contato com a Venezuela – com um militante da oposição, que fez um relato dramático, mas seguro, maduro e responsável: “As balas não são de borracha mais. São balas pra valer, que matam pessoas.”

Não se sabe quantos já morreram. Fala-se em mais de 20, mas, certamente, pela informação desse militante opositor da Venezuela, muita gente já perdeu a vida nas manifestações violentas nas ruas daquele país.

Informa, também, que chegam aviões carregados de cubanos. A milícia cubana veste o uniforme do Exército venezuelano e vai para as ruas. Esta é a informação que vem da Venezuela: cubanos que vestem o uniforme do Exército venezuelano para o enfrentamento nas ruas do país.

É muito grave, Sr. Presidente, para que o Governo brasileiro adote esta postura de condescendência. Mais do que isso, de cumplicidade com a truculência chavista que vai às ruas para afrontar pessoas e levá-las ao desespero.

Um governo tão incompetente, num país que produz petróleo, leva a população à miséria. Hoje, não há papel higiênico na Venezuela. Alimentos faltam, falta...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ... água.

Sr. Presidente, eu peço mais algum tempo, porque esse tema é da maior importância para o Brasil, sim, e, com todo o respeito que nós devotamos à diplomacia brasileira, não há como admitir o comportamento atual em relação ao que ocorre no país vizinho.

A Casa do Rio Branco sempre desempenhou um papel digno de admiração, mas causa perplexidade o posicionamento do Itamaraty diante da crise que assola o nosso fraterno e vizinho país da Venezuela. O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, expressou opiniões que não condizem com a retórica equilibrada pela qual sempre se pautou o Itamaraty.

É algo inusitado assistir um chanceler vocalizar num timbre ideológico.

Em declarações reproduzidas pela Agência Brasil o Ministro Figueiredo qualificou os manifestantes que estão conduzindo os protestos de radicais de extrema direita e grupos fascistas, que não estão interessados em resolver os problemas da Venezuela. E completou assumindo um compromisso dúbio: “Estamos dispostos a assumir as consequências necessárias para exercer a independência, a soberania e a autonomia dos Poderes Públicos venezuelanos”.

Eu creio que é possível afirmar que esses boquirrotos líderes Venezuelanos que sustentam a bandeira do chavismo não possuem ideologia, a não ser a da truculência. Eu não creio que sejam de esquerda ou de direita, são ideólogos da truculência, da prepotência e da incompetência que se veem na Venezuela nos dias de hoje. Mas o apoio do Brasil ao chavismo não é novo, não é recente, vem de ontem, vem de antes, apoio incondicional ao chavismo, maduro nas eleições, mas o que nos importa destacar é que não é apenas apoio político, é apoio financeiro.

Os aportes financeiros oferecidos pelo Governo do Brasil, através do BNDES, à Venezuela são frequentes e expressivos. Eu lembro, por exemplo, o financiamento para o metrô de Caracas, Linhas 3 e 4 do metrô de Caracas. Um dos últimos empréstimos foi no valor de US\$732 milhões, concedido para ampliação do metrô de Caracas.

Como receberá o Brasil esse valor? A Venezuela hoje não tem papel higiênico, não tem comida para o seu povo, como pagará esse empréstimo ao Brasil, ao Governo brasileiro, ao povo brasileiro?

Outra obra que contou com financiamento naquele País foi a Hidrelétrica La Vueltoza. Milhões de dólares para a hidrelétrica na Venezuela e apagões no Brasil por falta de investimentos.

Dinheiro sobra para empréstimos a Cuba, à Venezuela e a outros países, mas dinheiro falta para as medidas preventivas que pudessem evitar os apagões reiterados que ocorrem no Brasil, em que pese o compromisso da atual Presidente, ainda Ministra, de que apagão no Brasil era coisa do passado.

E agora, além desse empréstimo para hidroelétrica, há empréstimos para máquinas agrícolas, colheitadeiras financiadas também pelo BNDES. Estão sendo negociados mais US\$4,3 bilhões para projetos de infraestrutura e de indústrias de base na Venezuela. O BNDES está negociando.

Abriu linha de financiamento de mais US\$814 milhões para a Venezuela comprar 20 aeronaves Embraer. As aeronaves integrarão a frota da campanha estatal venezuelana Conviasa.

Uma pergunta está no ar: serão honrados esses compromissos financeiros? A Venezuela terá condições de pagar esses empréstimos? Uma economia combalida, gerenciada em meio ao caos administrativo do governo Maduro, de incompetência já consagrada. Qual a capacidade efetiva de pagamento da Venezuela nos dias atuais?

O que é importante, Sr. Presidente, para concluir. O Brasil não deveria alimentar falsas democracias ou ditaduras explícitas. Não! Alimentar ditaduras como a de Cuba para dar a elas sobrevivência ao longo do tempo e da história, sacrificando direitos humanos e maltratando populações, ou alimentar a farsa da democracia venezuelana com recursos que faltam ao Brasil para que aquele povo prossiga no sofrimento?

O Brasil deveria colocar sempre como pressuposto básico para esse tipo de relação no plano econômico e financeiro o regime vigente no país parceiro. Ditadura? Não! Democracia falsa? Não! Se o Brasil tem carências internas, necessidades prementes, escassez de recursos, não há razão para alimentar a ambição desmedida dos boquirrotos e prepotentes líderes que se valem de recursos externos para a sua sobrevivência, levando, como levam agora, com o seu chavismo, a Venezuela a um abismo social sem precedentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A nossa solidariedade a essas pessoas que nos procuraram, que se manifestaram através da internet, àquelas que pedem socorro, mas, sobretudo, o nosso protesto contra a postura do Governo brasileiro, que é a absoluta ausência de solidariedade em relação ao sofrimento daqueles que querem viver a democracia.

Afinal, Sr. Presidente, democracia não é só uma palavra, democracia é muito mais que uma palavra. Não existe apenas para ser cantada, existe para ser vivida.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso protesto em relação a essa postura acovardada do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, para falar pela liderança, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à semelhança dos meus colegas representantes da Região Centro-Oeste, tenho vindo a esta tribuna, reiteradamente, para compartilhar com esta Casa considerações e assuntos que dizem respeito à nossa Região.

Apesar das turbulências por que passa a economia nacional, e mesmo com as dificuldades que o Governo Federal encontra para domar as faces da macroeconomia do País, a Região Centro-Oeste apresenta bons números em importantes indicadores de conjuntura, e seu desempenho puxa para cima o crescimento do País.

O Estado de Goiás, que tenho a honra de representar, destaca-se neste contexto, apresentando, apesar das manobras contábeis e da consequente baixa de credibilidade do Governo, boa taxa de confiança dos empresários do comércio e da indústria, forte geração de emprego e crescimento do PIB bem acima da média nacional.

Neste cenário, sobressai o papel do crédito no financiamento do desenvolvimento econômico e social da região. Uma economia que cresce precisa de fomento para o financiamento da atividade produtiva, além de fortes investimentos também em infraestrutura.

Com a recente regulamentação do FDCO, está colocado um novo desafio: promover o desenvolvimento integrado da Região Centro-Oeste. É preciso que os agentes políticos da Região estejam atentos e tenham uma estratégia que considere os Estados da Região e o Distrito Federal de forma integrada.

No contexto da iniciativa privada se destaca o papel da Sudeco e do FDCO como catalisadores dos investimentos produtivos na Região Centro-Oeste.

É preciso cuidar, para que os recursos não sejam nem pulverizados, nem concentrados demais. Para alcançar esse objetivo, é importante a elaboração cuidadosa do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), para identificar as áreas prioritárias e nortear os investimentos.

Assim, evita-se que haja desequilíbrio na destinação dos recursos para um só Estado da região ou para um só segmento da economia regional, ou, ainda, que haja excessiva pulverização do investimento, o que comprometeria a capacidade germinativa dos negócios financiados.

Um bom plano de desenvolvimento é fundamental, pois coloca as diretrizes para a atuação da Sudeco na distribuição dos recursos do FDCO, com taxas de juros competitivas e prazos dilatados.

Nesse sentido, apresentei recentemente o PLS nº 32, de 2014, uma proposta de alteração do marco legal da Sudeco, com o objetivo de flexibilizar a administração da aplicação dos recursos do FDCO. Além da destinação tradicional de recursos para a concessão de empréstimos, proponho a aplicação de parcela dos recursos disponíveis na implantação de projetos de infraestrutura e de serviços públicos indispensáveis para a viabilidade de projetos de investimento, com efeito multiplicador sobre a Região e impacto direto na atividade econômica regional.

Essa iniciativa decorre da constatação de que, em muitas situações, a Administração Pública não dispõe de recursos para intervenções pontuais na expansão ou melhoria das condições locais de infraestrutura e de serviços públicos.

Tais recursos são necessários para dar sustentação ao funcionamento das atividades produtivas a todo um projeto de investimento, que se espera venha a ter indiscutível prioridade para a Região Centro-Oeste.

Pelo projeto apresentado, caberá à Sudeco, como Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel), analisar e aprovar os projetos de investimento que serão, em caso de comprovada viabilidade econômica e financeira, apoiados com a aplicação de recursos do FDCO a fundo perdido.

Nesse sentido, a alteração proposta estabelece novo mecanismo de desenvolvimento regional para apoiar os Estados e Municípios na realização de investimentos públicos e de ações e serviços públicos.

Permito-me relembrar aqui que projeto de minha autoria, já aprovado nesta Casa e tramitando agora na Câmara dos Deputados, visa instalar e colocar em funcionamento o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). O banco regional será o agente financeiro dos programas socioeconômicos federais e o órgão gestor dos fundos de financiamento instituídos pelo Governo Federal para o Centro-Oeste.

Com esses projetos, espero, juntamente com todos os meus colegas da região, continuar cumprindo minha agenda de contribuição para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para nossa gente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) –

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626, DE 2013

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 626, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais, para o fim que especifica.*

Parecer sob nº 89, de 2013, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Wilder Moraes (DEM/GO); e Relator Revisor: Deputado Bohn Gass (PT/RS), favorável à Medida Provisória; e pela inadmissão da Emenda nº 1, oferecida perante aquela Comissão.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2013

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 499, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório Parcial nº 4, de 2013, da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, Relator: Senador Romero Jucá), que *define crimes de terrorismo e dá outras providências.*

– Pendente de deliberação do Requerimento nº 44, de 2014, do Senador Paulo Paim, de audiência da CDH.

4**REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil).*

5**REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2013, do Senador Zeze Perrella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (preferência na adoção de crianças ou adolescentes abandonados).*

6**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (berçário ou creche no local de trabalho).*

7**REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.465, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cardápios em Braille em restaurantes).*

8**REQUERIMENTO Nº 1.473, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2013, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde)*

9**REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (importação de material biológico de origem humana para fins de ensino e pesquisa).*

10**REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (comercialização de alimentos e produtos de puericultura).*

11

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (berçário ou creche no local de trabalho).*

12

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (berçário ou creche no local de trabalho).*

13

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 2009; 74, 183, 261, de 2012; 235 e 515, de 2013, por regularem matéria correlata (inclusão de disciplinas no ensino fundamental e médio).*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um prazer ocupar esta tribuna. Também quem nos acompanha pela Rádio e TV Senado, é um prazer muito grande.

Eu queria falar hoje, Sr. Presidente, de uma decisão do nosso Governo Federal, que anunciou, há pouco, no final da manhã, qual será o superávit primário do nosso Orçamento para 2014, ou seja, qual é o esforço fiscal, a economia que o Governo Federal fará para pagar os serviços da dívida e manter o Orçamento equilibrado. O esforço que nós faremos para que possamos manter um equilíbrio da nossa dívida em relação ao Produto Interno Bruto será de R\$99 bilhões, 1,9% do nosso Produto Interno Bruto.

Isso vai garantir com que nós paguemos os serviços da dívida, mantendo um equilíbrio em relação à dívida líquida do País e à dívida bruta do País. Por que isso é importante? Porque isso mostra a responsabilidade do Governo Brasileiro de não gastar mais do que arrecada, de se preocupar com o endividamento e de ter uma economia saudável, para que nós possamos entregar à população brasileira resultados econômicos que melhorem a sua vida.

Um esforço desse do Governo garante os pressupostos da nossa macroeconomia. Portanto, garante, sim, uma inflação sob controle; garante investimentos; garante empregos; garante que a vida do brasileiro seja melhor.

Mas quero chamar a atenção para um outro fato. Mesmo fazendo essa economia de R\$99 bilhões, de 1,9% do nosso Produto Interno Bruto, nós não vamos prejudicar os programas sociais, nós não vamos prejudicar os investimentos, e vamos continuar a oferecer ao povo brasileiro aquilo que a Presidenta disse que é essencial: programas públicos que melhorem a vida da população.

Isso é importante, porque nós já tivemos um tempo no nosso País em que nós não conseguíamos fazer investimento, não conseguíamos ter programas e projetos sociais, não conseguíamos atender à população. Nós não temos mais esse tempo. Hoje, nós temos uma política social muito abrangente no nosso País, uma política social que foi responsável por tirar mais de 36 milhões de pessoas da miséria e colocar mais de 40 milhões na classe média.

Hoje nós temos investimentos em várias áreas: na educação, na área de saúde, na área de infraestrutura, e isso faz com que a população brasileira tenha uma melhor qualidade de vida.

Por que é importante também falar dessa economia e falar do superávit primário? Primeiro, porque mostra que as contas do Brasil estão em equilíbrio, como eu já disse, e também para desmistificar a falsa polêmica de que nós temos um descontrole fiscal no País. Não é verdade. Nós não temos um descontrole fiscal no País.

E para chegarmos aos R\$99 bilhões, o Governo brasileiro está contingenciando em despesas, neste ano, R\$44 bilhões. Ou seja, nós vamos contingenciar despesas, porque o esforço fiscal não é só do Governo Federal; é do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios. E o Governo Federal vai contingenciar R\$44 bilhões. Ou seja, vai fazer uma economia além daquilo a que tinha se proposto no Orçamento.

E isso não vai impactar os nossos programas. Repito: não vai impactar os programas e projetos essenciais à vida do povo brasileiro.

Quero dizer que, no Governo da Presidenta Dilma, nós vivemos um governo de profundo equilíbrio, de muita austeridade e responsabilidade fiscal, mas também de muito investimento e direcionamento correto dos recursos. Já começamos isso com o governo do Presidente Lula, e, em 2011, a Presidenta Dilma já tinha feito uma economia e um contingenciamento de R\$50 bilhões. Em 2012, fizemos uma economia de quase R\$55 bilhões e, no ano passado, chegamos a quase R\$30 bilhões. Neste ano, estamos chegando a R\$44 bilhões.

Recebemos muitas críticas, inclusive no início deste ano, dizendo que nós tínhamos utilizado receitas extraordinárias para chegar a esse resultado, e que isso não valia. Mas aí eu me pergunto: e as despesas extraordinárias que nós tivemos ao longo de 2013 ou que tivemos ao longo dos anos anteriores?

Em 2013, nós tivemos um gasto extremamente grande no enfrentamento à seca do Nordeste, Senador Cristovam. Nós tivemos uma das maiores secas dos últimos 50 anos. Os investimentos que fizemos no Nordeste garantiram que nós não tivéssemos, de novo, as cenas dos retirantes que fogem da seca.

Nós proporcionamos o Bolsa Estiagem, o Garantia Safra, a renegociação das dívidas. Enfim, garantimos à população do Nordeste o mínimo de dignidade para continuar convivendo com a seca. Isso custou muito. E isso também não estava previsto nas despesas do Governo, como também não estava prevista, por exemplo, a entrada do Refis, que todos criticam como uma despesa extraordinária que veio salvar o superávit. Mas veio também compensar uma despesa extraordinária: a despesa que nós tivemos com a seca, que, apenas no ano de 2013, chegou a quase R\$10 bilhões.

E aí eu pergunto: nós podíamos deixar de fazer essa despesa? Nós teríamos o direito, como Governo, de não socorrer uma população, de não fazer investimento para que essas pessoas tivessem acesso ao mínimo que lhes dá dignidade para conviver com a situação de seca? Não. Nós não tínhamos direito de fazer isso, e não o fizemos. E conseguimos entregar à população programas importantes que a protegeram desse processo da seca.

Nós também tivemos mais despesas extraordinárias, como, por exemplo, com as chuvas. Nós tivemos um período chuvoso em várias cidades do Sudeste brasileiro. No final do ano, de novembro até dezembro, início de janeiro, nós tivemos muitos problemas com chuvas no Espírito Santo, tivemos no Rio de Janeiro, tivemos em outros Municípios. Isso era uma despesa previsível? Também não era previsível. Também foi uma despesa extraordinária.

Portanto, dizer que nós fizemos um superávit fiscal baseado em receita extraordinária em 2013 e que ele não é efetivo é um erro, porque nós também tivemos as despesas extraordinárias. E nós não temos o direito de chegar à frente da população brasileira e não socorrê-la nesses momentos mais difíceis de dor e de necessidade.

Tenho certeza de que o resultado pretendido pelo Governo brasileiro e divulgado hoje vai ser muito importante para a nossa economia e muito positivo também. Ademais, merece registro que nós temos feito um esforço fiscal nos meses de novembro, fizemos um esforço fiscal nos meses de novembro e dezembro de 2013 e também no mês de janeiro. Esses meses trarão um resultado positivo ao Governo brasileiro, sim, e às nossas contas.

Eu não estou aqui sendo falsa otimista, ou achando que nós não temos problemas, e que é uma situação simples. Eu sei do esforço que foi para o Governo fazer essa economia e entregar esse resultado ao País, equilibrando todas as demandas que tem a Nação. Eu não tenho é autoengano. Eu sei que nós podemos, sim, olhar para o nosso País e dizer que, hoje, nós conquistamos um equilíbrio na nossa economia, nós conquistamos um equilíbrio nas nossas contas, conseguimos manter a nossa dívida em relação ao Produto Interno Bruto, sem sacrificar a nossa população, tirando dela programas e projetos importantes.

Quero dizer aos senhores que, na média dos três anos da Presidenta Dilma, a proporção do superávit primário, ou seja, a economia que nós fazemos para pagar os serviços da dívida em relação ao Produto Interno Bruto, ao conjunto das nossas riquezas, foi de 1,9%. No governo do Presidente Lula, a média ficou em 2,2% e, no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi de 1,1%. Portanto, nós temos mantido, sim, um superávit primário que tem condições de dar o resultado que nós tanto queremos.

E é importante dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, repetindo novamente, que isso não tem tido impacto nos investimentos e nos programas que nós fazemos. Muito pelo contrário, o Governo brasileiro tem feito um esforço muito grande para controlar as suas contas e fazer economia naquilo que, de fato, interessa à população.

Eu queria trazer um dado a quem está nos ouvindo, aos Srs. e às Sras Senadoras. Por exemplo, a despesa com o pessoal e encargos, que é tão criticada, e que dizem que nenhum governo consegue equilibrar. Pois

bem, em 2002, tínhamos uma despesa de pessoal e encargos, em relação ao Produto Interno Bruto, que chegava a quase 5% do Produto Interno Bruto, do nosso PIB.

Temos hoje, em 2013 – portanto, 11 anos depois –, um percentual de 4,2% de comprometimento de pessoal em relação ao Produto Interno Bruto. Isso mostra a responsabilidade do Governo com aquelas despesas que são governáveis, que só estão sob sua governabilidade, e que requerem muita responsabilidade.

Onde aumentamos as nossas despesas? Exatamente, onde tínhamos que aumentar: nas transferências de renda às famílias, para melhorar a vida dos mais pobres. Em 2002, tínhamos cerca de 6,7% do nosso PIB gasto com transferência de rendas; hoje, em 2013, temos cerca de 9,5%. Então, se alguém quer nos acusar de aumento de despesa, de descontrole de despesa, que aponte onde estamos aumentando despesa, porque não é em pessoal, não é em custeio.

Aliás, nas demais despesas de custeio, tirando educação e saúde, tínhamos um gasto que equivalia a 1,2% do PIB em 2002, e, hoje, equivale a 0,8% do PIB. Cortamos despesas naquilo que não afeta diretamente a vida do povo brasileiro, e aumentamos as nossas despesas, sim! Isso é uma opção política, foi uma opção do Presidente Lula, e foi, e é uma opção da Presidenta Dilma: aumentamos despesas naquilo que afeta a vida do povo brasileiro.

Por exemplo, implantamos o Bolsa Família, que não havia; aumentamos o abono e o seguro-desemprego; aumentamos os investimentos e os recursos para a Lei de Assistência Social, para os benefícios da legislação pessoal, para os benefícios continuados; aumentamos, também, os nossos investimentos, que saíram de 0,9% do PIB e foram para 1,3% do PIB.

Acho importante registrar isso, Sr. Presidente, porque há uma falsa polêmica de que estamos num descontrole fiscal e aumentamos as nossas despesas. É importante dizer onde aumentamos e por que aumentamos. Um governo tem de ter opção, e fizemos, claramente, essa opção, sem comprometer os pressupostos macroeconômicos, tendo equilíbrio nas nossas contas fiscais.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Gleisi, gostaria, primeiro, de parabenizar pela clareza como V. Ex^a apresenta esse assunto. Segundo, queria dizer que fico satisfeito, porque aconteceu algo que não imaginava que poderia acontecer que era, em ano de eleições, o Governo ter um senso de responsabilidade e cortar gastos, seja contingenciando, seja suspendendo. Nesse ponto, eu estou de acordo que é um bom passo. Eu não sei se esse contingenciamento, de fato, vai ser suficiente e onde ele vai tocar, porque, pelo que eu ouvi de informação – ainda é muito primário, porque isso foi agora –, eu acho que foram contingenciadas, sobretudo, as emendas parlamentares. E eu não sou contra que contingenciem isso, não. Eu sou contra haver emenda parlamentar, acho que não devia existir isso. Mas a gente tem que saber que as emendas parlamentares não vão para os Parlamentares; elas vão para a saúde, para a educação, para outros gastos. Então, na hora de saber onde foi contingenciado, tem que saber para onde é que essas emendas parlamentares iriam, para onde iria o dinheiro. Mas não é isso o que eu quero falar, porque isso exigiria ter até um tempo maior e sentar numa mesa para podermos analisar. Não é na tribuna e aqui. Por isso, eu queria sugerir, como venho sugerindo já há alguns anos, que o Governo ouça algumas das vozes que têm sido críticas, que o Governo considere que está fazendo sua parte ao cortar gastos em pleno ano eleitoral e que, portanto, quer ouvir o que os críticos têm a dizer. Eu confesso até que eu gosto de dizer que eu estou entre os que alertam, não entre os que criticam. Eu creio que seria a hora de a gente discutir esse assunto de uma forma mais suprapartidária e de mais médio prazo, porque o problema não vai se esgotar este ano. Qualquer Presidente que assumir vai ter que tomar certas medidas de contingenciamento, como essas que a Presidente Dilma está tomando neste momento, que são necessárias e que terão impactos eleitorais, talvez. Então, eu queria sugerir, com a liderança que a senhora tem, com o papel que a senhora teve no Governo até muito recentemente, poucas semanas atrás, que está na hora de as autoridades econômicas – eu não falo a Presidente, mas as autoridades econômicas – sentarem com pessoas que têm alertas a dar, que têm críticas a fazer e que, de repente, quem sabe, podem estar certas. Eu falo sentar à mesa não com espírito opositor, mas com espírito de alerta. Pode-se até dizer de crítica, mas não de crítica no sentido eleitoral, de querer tirar vantagem; crítica no sentido técnico, do ponto de vista dos impactos econômicos das decisões. Essa é elogiável. Eu acho que não é suficiente ainda, sobretudo se considerarmos o médio prazo. Até pode ser para o imediato, para garantir o superávit fiscal que recupere a credibilidade, que acabe com todas essas notícias que têm surgido ultimamente e que são muito negativas no exterior, mas que não resolve o médio e longo prazos. O Brasil precisa ter um projeto de médio e longo prazos na economia, suprapartidariamente. Eu sei que o que estou dizendo pode parecer coisa de ET (de extraterrestre), de querer, no Brasil, fazer uma discussão suprapartidária, mas, às vezes, quando a crise fica grande, talvez tenhamos de buscar inspirações nos extraterrestres, que são aqueles que tentam analisar a crise que estamos vivendo – e que pode se acirrar –, de um ponto de vista não eleitoral e não

partidário, mas de um espírito patriótico, sobre o que nós, Governo e oposição, podemos fazer para que o País não entre em um processo crítico. Então, minha sugestão, solicitação e apelo é que, com sua liderança e sua influência, tentemos fazer isto: convidemos o Ministro Mantega para uma discussão, não para uma audiência, em que ele fala, fala, fala, e depois vai embora, um de nós faz pergunta, cada um entra e sai. Mas sentarmos à mesa e começarmos a conversar sobre os pontos críticos que temos, quais são os erros que os críticos acusam e quais são os possíveis acertos. Se tivermos acertos, aí sim, o Governo tem de cobrar que nós demos sustentação àquilo que a gente sugere, como, por exemplo, se a gente fala em redução de custos, temos de aqui dar sustentação, não pode ser uma coisa só partidária, do Governo, precisa ser uma coisa suprapartidária também na hora dos ônus de tomar certas decisões. Essa é a sugestão que eu gostaria de fazer. Para mim, o Senado existe para isso. E, para isso, precisa de pessoas com a categoria com que a senhora desempenha sua tarefa, conforme comprovamos agora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

Eu também acho muito importante fazer esse debate. Nós não somos avessos às críticas. Não é isso! Acho que as críticas são bem-vindas e necessárias, até porque não acertamos sempre; também temos falhas, com certeza. O que nos preocupa, particularmente, é quando essas críticas passam do limite e elas comecem a ser uma aposta para que as coisas deem errado, para que saiam errado, para que o País não prospere.

Quando eu falei, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o relatório do FED, eu não estava querendo comprar uma briga com quem é maior do que nós para desviarmos a atenção. Ocorre que o FED é um órgão de um país, não é um órgão que medeia relações e que pode dar opiniões. Ele tem interesses e os defende. Então, na medida em que ele faz uma crítica ao Brasil, há um interesse por trás. Qual o interesse que o FED tem?

Ele disputa – ou seja, o país que defende, os Estados Unidos – os investimentos que estão no mundo, assim como nós disputamos, assim como a China disputa, assim como os países europeus disputam.

Então, cada vez que um país mais forte, um país que tem mais condições de disputar mais investimentos começa a ter problema, há uma migração desse tipo de investimento.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, dizer que um país como o Brasil está no segundo lugar de maior vulnerabilidade, sem mostrar metodologia, com dados que não estão claros e partindo de um órgão que tem interesse nisso, é muito ruim, não é correto fazer, tanto que grande parte dos economistas brasileiros, independente das posições políticas que defendem, criticou essa postura do FED.

E, hoje, nós temos a boa notícia de que a entrada de dólares superou a saída em 318 milhões no acumulado de fevereiro até sexta-feira da semana passada, informou o Banco Central. E por que temos isso? Se fosse pela avaliação do FED, não teríamos a entrada de recursos, nenhum investidor viria para cá, porque nós somos o segundo maior vulnerável. Nós temos isso, Senador, porque tomamos medidas. Quando começou a movimentação do banco central americano para a questão de mudança dos incentivos da economia, o Brasil começou a tomar medidas, a partir de abril do ano passado.

E diz aqui o Presidente do Banco Central: “Uma das explicações para o aumento do interesse pelo País é o fato de que o processo de alta da taxa de juros começou bem antes do de outras economias emergentes.” Ou seja, em abril, nós começamos um lento e gradual processo de aumento das taxas de juros, já sabendo que ia haver uma mudança no FED e que haveria, portanto, um desinteresse dos investidores no Brasil. Então, o resultado que estamos tendo aqui, de 318 milhões acumulados, ou seja, de entrada, positivos, reflete exatamente isto: a medida que foi tomada.

Por isso, naquela ocasião, na reunião da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), eu falei com tanta veemência contra o relatório do FED. Por exemplo, saiu um relatório do Fundo Monetário Internacional, que é uma instituição acima dos países, pode-se dizer assim, dizendo não que o Brasil é vulnerável, mas que foi afetado. Talvez esta seja uma avaliação mais correta: foi afetado. Nós conseguimos dar resposta para proteger nossa economia, para proteger nosso emprego, para proteger a renda do povo brasileiro. Nós, hoje, temos uma das menores taxas de desemprego. Nós não comprometemos a renda do trabalhador. Eu não quero dizer com isso, Senador Cristovam, que não tenhamos problema. É óbvio que temos problemas. Estamos inseridos num contexto internacional.

Estamos conquistando uma estabilidade no processo econômico, até, e inclusive, porque as discussões de economia tomaram um rumo suprapartidário. Quando o Presidente Lula assumiu a Presidência deste País, ele não refez, não revogou, não revisou os pressupostos da macroeconomia, como a estabilidade, a manutenção da relação dívida/PIB, ter superávit primário, observar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Lula manteve isso, e isso foi um ganho para o Brasil. Mas nós fomos além, fizemos isso e dissemos: “Mas nós temos que investir, nós temos que gerar empregos, nós temos que ter política social”. Foi isso o que nós fizemos e conseguimos fazer.

Hoje, nós temos uma dívida pública líquida de 33,8% do PIB. Ai, muita gente diz: “A dívida pública líquida não vale. O que vale é a dívida bruta, porque há as operações e os aportes do Tesouro nos bancos públicos”. Quando nós conquistamos o equilíbrio da dívida pública líquida, vem uma voz dizendo que não, que nós temos que ir para a dívida pública bruta.

Então vamos para a dívida bruta. A dívida bruta brasileira hoje é 59% do PIB e está estável. Isto é que é importante: ela está estável. Desde 2006, ela oscila entre 60%, 58%, 59%. Do que se compõe a nossa dívida bruta? De duas coisas: as operações compromissadas...

O que são operações compromissadas? As operações que resguardam as nossas reservas: compra e venda de dólar, emissão de título do Banco Central, ou seja, as que resguardam nossas reservas. E é natural que essas operações compromissadas tenham subido ao longo dos últimos anos, porque as nossas reservas internacionais subiram – nós temos 370 bilhões de reservas internacionais.

E também há o que chamamos de dívida mobiliária, que são os títulos colocados no mercado. São, por exemplo, os aportes nos bancos públicos. Mas, para se ter uma ideia, Senador, nós tínhamos, de dívida mobiliária, ou seja, de aporte em banco e de emissão de título, em janeiro de 2007, 52,2% da dívida bruta.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo. PT – PR) – Hoje, nós temos 43,9%. Então, em relação àquilo que nos criticam, que dizem ser o nosso problema, nós estamos mostrando um decréscimo, e estamos também fazendo decrescer os aportes que fazemos nos bancos públicos.

Então, não é que nós não estejamos entendendo as críticas e não queiramos discuti-las. Nós queremos discuti-las, o que não pode são opiniões que estão sendo repetidas e que não têm base numa realidade que o País está apresentando, dentro de um cenário adverso – porque o cenário da economia global é extremamente adverso.

Enquanto a nossa dívida bruta é de 59% do PIB... Digamos que tenhamos que pegar a metodologia do Fundo Monetário Internacional, o FMI, que chega a 68 – e nós questionamos essa metodologia e estamos ganhando essa discussão –, para comparar com outros países. A da Alemanha é de 80%, a da Espanha é de 93%, a da Itália é 132% do PIB italiano, a de Portugal é de 123%.

Eu concordo com V. Exª. Nós temos, sim, que fazer um grande debate. Eu acho que esse é o debate que cabe a esta Casa, cabe ao Senado da República fazer. Temos que chamar todos, mas temos que fazer isso desarmados, não especulando e apostando contra o País, não querendo que as coisas deem erradas.

O Brasil hoje tem condições, sim, de receber investimentos, além desses que falei agora, em que já temos saldo positivo, ou seja, a entrada supera a saída, o que é magnífico em se tratando de um país que é vulnerável, como diz o FED.

Temos investimentos em infraestrutura. O sucesso de nossas concessões, de conceder mais de quatro mil quilômetros de rodovias no final do ano passado, de fazer dois leilões vitoriosos de aeroportos, já havíamos feito outros três, de termos investimentos na área de energia. Também foi um sucesso o campo de Libra, o leilão que fizemos. Temos feito leilões e concessões na área de energia elétrica com sucesso, na área de linhas de distribuição, de transmissão, de geração.

Este País mostra, pela realidade da sua economia, que tem, sim, maturidade na condução. Precisamos discutir, e esta Casa tem que ajudar, não tenho dúvidas disso, mas tenho certeza de que estamos no rumo. Precisamos, talvez, fazer ajustes, melhorar. Sempre precisamos, em qualquer situação da vida, inclusive da nossa pessoal, mas o que não podemos é conviver com um criticismo que, na realidade, é uma especulação em cima do País.

Concedo um aparte à Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço, Senadora Gleisi, pelo aparte. Cheguei e V. Exª já estava fazendo algumas observações em relação ao aparte do Senador Cristovam, que, aliás, é o aniversariante do dia. Vamos aqui prestar uma homenagem...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem, parabéns!

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... ao Senador Cristovam, que está aniversariando hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Parabéns, muitas felicidades, Senador!

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senadora, mais uma vez, para cumprimentá-la pelo pronunciamento. Acho que esse é o caminho que precisamos percorrer. Críticas são muito bem-vindas, não só da oposição. Tenho dito: o meu Partido não só apoia, mas participa deste Governo, e nunca se eximiu de apresentar as suas propostas, de indicar os caminhos que entende – e eles podem até não o ser – corretos, mas que entendemos que são os melhores caminhos para o Brasil. Entretanto, nós precisamos pôr

os pingos nos is. O que estamos vendo ultimamente, não só no Parlamento, mas muito na imprensa, é a tentativa de construção de uma realidade irreal. São críticas que não se sustentam porque, quando vamos verificar os números... Falar é muito fácil! Podemos falar o que quisermos. O que não é fácil é provar, com números, a realidade. O importante não é o discurso, o importante são os fatos. Quando vemos os números efetivamente, vemos que a inflação está em queda e que os índices sociais são positivos. Quanto à dívida, travamos na Comissão recentemente – e V. Exª fala da dívida bruta brasileira. Nós, no Brasil, oscilamos entre a 30ª e a 40ª posição em termos de proporção dívida/PIB. Estamos melhores do que os Estados Unidos e do que muitos países que têm uma dificuldade muito maior do que nós. Então, quero cumprimentar, porque quando debatemos neste Plenário não estamos debatendo apenas entre nós. Estamos debatendo com o Brasil. E é preciso que o Brasil entenda e perceba que dificuldades existem, porque o mundo passa por uma dificuldade grave. Mas, até o momento – e eu não tenho dúvida que assim será daqui para frente –, o Brasil tem sabido se portar, tem sabido enfrentar a crise, e enfrentá-la com os olhos voltados para o povo brasileiro, e não de costas para ele. Parabéns pelo pronunciamento de alto nível, que demonstra conhecimento, não só familiaridade, mas muita segurança nos dados que expõe. É isso que faz com que nós cada vez tenhamos um ânimo maior de continuar trabalhando para ver as coisas melhorando para toda a nossa gente. Parabéns, Senadora.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço o aparte, Senadora Vanessa.

Eu queria reafirmar aqui que o anúncio feito hoje pelo Governo brasileiro mostra o compromisso que tem com a responsabilidade fiscal, com a responsabilidade pelas suas contas públicas. E, mesmo assim, mostra também a responsabilidade que tem com os investimentos e com os aportes de recursos nos programas sociais.

Eu queria agradecer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e dizer a todos que nos assistem pela TV e que nos ouvem pela rádio Senado do espaço para essa discussão, que julgo uma das mais relevantes e importantes para o nosso Brasil. É um Brasil que tem crescido, é um Brasil que tem dado dignidade ao seu povo, com uma baixa taxa de desemprego, que tem cuidado da renda das pessoas e que, mesmo assim, tem conquistado e conseguido fazer com que suas contas sejam equilibradas.

Eu sempre digo: nós não podemos ter de escolher entre equilíbrio e investimentos sociais e investimentos em infraestrutura. Nós temos que ter sempre equilíbrio fiscal e nunca escolher entre apenas fazer a poupança, apenas não gastar, ou investir em infraestrutura e área social. Nós temos que ter equilíbrio.

O Governo da Presidenta Dilma, assim como o governo do Presidente Lula, tem demonstrado isso ao País e ao mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou o **Requerimento nº 65, de 2014**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 25 de fevereiro a 4 de março de 2014, para participar da *2nd Globe Climate Legislation Summit*, em Washington, Estados Unidos da América.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa, distribuído ao Plenário, parecer da Comissão de Relações Exteriores, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 65, de 2014.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 63, DE 2014

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 65, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin que requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 2nd Globe Climate Legislation Summit, a convite da Globe International Secretariat, no período de 25 de fevereiro a 4 de março de 2014, a realizar-se em Washington, nos Estados Unidos, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.

Relator: Senadora **Ana Amélia**

I – Relatório

Vem ao exame dessa Comissão o Requerimento nº 65, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno desta Casa, autorização com ônus para o

Senado Federal, para se ausentar do País, no período de 25 de fevereiro a 4 de março de 2014, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.

Segundo destaca o convite endereçado à Senadora por parte do Presidente da Organização Global de Legisladores (GLOBE), sucursal Brasil, Rt. Hon. John Gummer, e do Secretário Geral da Organização, Adam C. T. Matthews, a visita congregará legisladores de 66 países na oportunidade da 2ª Cúpula Ambiental da GLOBE, a realizar-se em Washington, nos Estados Unidos, a qual se concentrará no papel crítico dos legisladores no desenvolvimento, aprovação e implementação de leis nacionais sobre mudança climática e marcos regulatórios.

A Cúpula vindoura dará continuidade àquela ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 2012. Na ocasião, será lançada a Parceira para a Legislação Climática (The Partnership 4 Climate Legislation), cooperação entre a GLOBE, as Nações Unidas e o Banco Mundial para apoiar as iniciativas de desenvolvimento, avanço e implementação da legislação sobre mudança climática.

O Requerimento foi datado de 11 de fevereiro deste ano e encaminhado à Relatoria no dia seguinte.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão, por esta autorizada.

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 40, por sua vez, estipula que a ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou aquela que tiver maior pertinência.

As ações de diplomacia congressional têm aumentado em frequência e densidade e contribuem sobejamente para a troca de experiências e para a ampliação de perspectivas sobre como e de que melhor maneira o Poder Parlamentar pode influir em políticas públicas de inquestionável importância, como as ambientais. O projeto em curso é a continuidade de parceria já celebrada e a proficuidade dos trabalhos é de inegável qualidade.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria em exame, e da importância da missão, opino pela aprovação do Requerimento nº 65, de 2014.

Sala de Reuniões, 20 de fevereiro de 2014.

Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente



, Relatora

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE
REQUERIMENTO Nº 65, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 20/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: SENADORA RITA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Graziotin (PCdoB)	3. Gleisi Hoffmann (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gilm (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a minha vinda à tribuna desta Casa na tarde de hoje é para reiterar aquilo que eu disse na última terça-feira em relação às obras da Copa do Mundo em Mato Grosso, especialmente nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande.

Já estou alertando, há algum tempo, e mostrando minha preocupação em relação a essas obras, que estão sendo executadas de forma muito temerária. Nesta semana, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal fizeram uma denúncia muito grave em relação à construção da Arena Pantanal.

Por volta do mês de outubro, a Arena Pantanal, em Cuiabá, sofreu um incêndio nas suas estruturas. Ou seja, nas estruturas da Arena, houve um incêndio em razão de material inflamável – isopor, esponja.

Naquela oportunidade, foi gerada uma expectativa muito grande, tendo em vista que muitos entenderam, principalmente os técnicos, os engenheiros independentes, que poderia ter prejudicado a estrutura metálica que levanta toda aquela estrutura, particularmente em relação às arquibancadas, às cadeiras e à estrutura do estádio como um todo.

Agora o Ministério Público encaminhou à Secretaria da Copa, a Secopa, expediente solicitando uma melhor informação no sentido de não haver preocupação em relação àquela obra. A Secopa informou através de um documento, entretanto, o Ministério Público Federal e o Estadual, particularmente o Federal, entenderam que ele não é conclusivo, pois é um parecer em que não constou nenhuma informação de forma concreta.

Isso gerou uma inquietude e o Ministério Público agora solicitou dados mais conclusivos. Ali houve uma fiscalização durante esta semana, Senador Mozarildo Cavalcanti, de alguns órgãos não só do Governo, do Ministério Público, mas particularmente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. E gerou-se essa inquietude para a opinião pública mato-grossense, do País e até mesmo do exterior, porque as agências todas, internacionais também, noticiaram este fato.

Se não bastasse isso, também o Jornal Nacional, no dia de ontem, divulgou não só os atrasos das obras de mobilidade urbana como também que uma das primeiras obras que foram inauguradas no mês de outubro já sofreu avarias, ou seja, uma rodovia, uma rua, uma via desmoronou praticamente em toda a sua parte inicial que chega à cabeceira da ponte.

Eu anunciei aqui, há mais de quatro, cinco meses que as obras que estão sendo realizadas na região metropolitana, com investimentos altíssimos, algo em torno de R\$5 bilhões, entre os recursos aplicados na Arena Pantanal; o VLT, que é o Veículo Leve sobre Trilhos; as obras das trincheiras e outros investimentos, todos estão sendo executados com má qualidade. Parece-me que Mato Grosso tomou um rumo tão ruim no sentido de que os investimentos que estão sendo feitos através de financiamento da Caixa Econômica Federal, do BNDES e recursos mesmo do Fethab, da Fonte 100 do Governo, estão sendo muito mal fiscalizados.

Vejo, como ex-Governador, como Senador e como cidadão mato-grossense que recolhe seus tributos e impostos, uma preocupação muito grande do legado que a Copa do Mundo poderia deixar para nós. A sensação de que toda a sociedade mato-grossense tem é de que o legado serão apenas as dívidas e as obras executadas de má qualidade. Por isso, é fundamental, inicialmente, que não só as instituições que fiscalizam, desde o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, mas os órgãos de representação de segmentos de atividades, como o próprio CREA, fiscalizem com muito rigor, sob pena de acontecer como aconteceu com a Arena Pantanal, o viaduto Ciríaco, de Campos, que também está com avaria, a ponte que agora já desmoronou, já sofreu avaria, no bairro São Gonçalo, que é no centro do Cuiabá, e outras tantas que estão sendo executadas.

Ontem o Secretário, Chefe da Casa Civil, numa propaganda enganosa, disse que as obras de matriz da responsabilidade do Governo estadual eram apenas seis, e eles estão fazendo sessenta. Mas, das sessenta, todas que foram concluídas, me parece que três ou quatro, que é o caso do viaduto da Avenida do CPA; do viaduto em frente à Universidade Federal, da Avenida Fernando Correa; do viaduto nas imediações da entrada da Avenida Palmira, de Ponce, que demanda Coxipó a São Gonçalo, e ainda há o Contorno Sul, todas apresentaram defeitos – todas!

O Governo anunciou que ia inaugurar as obras do viaduto do CPA, mas a inauguração foi cancelada, porque a obra já estava com avaria antes de ser inaugurada. Demorou mais 90 ou 120 dias para tentar fazer um reparo. Oxalá – eu espero – esta obra realmente esteja concluída, sobretudo uma obra de boa qualidade tecnicamente.

A Avenida Fernando Correa, em frente à universidade, em vez de melhorar o trânsito nesta via de acesso, que é uma das maiores avenidas de Cuiabá, está causando transtorno. E já causou muito prejuízo para o seu empresariado, para o comércio, para o trabalhador, e agora há uma situação de escoamento de toda a água que corre naquelas avenidas, não só na Fernando, como também nas transversais.

Da mesma forma o viaduto, como disse, em frente à Palmira, de Ponce que demanda a São Gonçalo.

Espero, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que o Governo estadual aplique os poucos recursos que Mato Grosso tem, pelo fato de ser um Estado pobre, em infraestrutura, sobretudo na questão da logística, da saúde, da educação, da segurança. Então, que o Governo tenha mais responsabilidade.

Eu quero fazer um alerta também à própria Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para que os Srs. Deputados tenham um papel de fiscalizar, de cobrar do Governo providências duras no sentido que esses recursos contraídos de empréstimos, recursos dos impostos que nós pagamos, que a classe trabalhadora paga, que o setor produtivo paga, sejam aplicados de forma transparente, mas, acima de tudo, de forma correta, com obras boas, definitivas, que não sejam para hoje, mas que sejam para o amanhã, principalmente para as nossas futuras gerações.

Estou fazendo este alerta preocupado.

O nosso Estado virou um caos. As obras estão sendo mal-executadas. O dinheiro está indo para o ralo, o dinheiro está sendo praticamente um dinheiro jogado fora, diante do quê? Diante da incapacidade de gestão da atual administração pública estadual.

O próprio Secretário da Secopa no dia de hoje, numa entrevista a um veículo de comunicação, disse que de fato há má gestão, mau gerenciamento.

Ora, tiveram todo o tempo para fazer um bom planejamento, de fazer uma execução de obras que pudesse, com certeza, nos orgulhar de ver que Mato Grosso executou obras para Copa e para o desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado, obras de boa qualidade, tendo em vista que recursos do Fethab, que são pagos através da agricultura, da pecuária, do setor produtivo, eram recursos para serem aplicados na abertura de estradas, na construção de casas populares, na melhoria das rodovias em termos de manutenção e conservação. Parte desses recursos mediante um projeto de lei foi destinada para aplicação nas obras da Copa do Mundo.

Todavia, o que você percebe é que está perecendo uma grande parcela do setor produtivo diante do fato de que o Governo não está conseguindo acompanhar a demanda nem da manutenção e muito menos na construção, permitindo à sociedade, de maneira geral, que os recursos sejam destinados para o grande evento da Copa do Mundo. Entretanto, nem uma coisa, nem outra está sendo executada. O Governo não tem cumprido seu papel de aplicar o dinheiro público de forma transparente e, acima de tudo, de forma que possa atender toda a sociedade mato-grossense.

Por isso, estou aqui, mais uma vez, alertando: se acontecer alguma tragédia em Mato Grosso em relação a essas obras que eu estou mencionando, não será culpa do Senador Jayme Campos, que vem, pela segunda ou terceira vez, a esta tribuna alertar as autoridades competentes para, com mais rigor, com mais celeridade, cobrar as providências do Governo estadual no sentido de que não podemos admitir que esses recursos sejam aplicados de forma errônea, sobretudo causando prejuízo a toda a nossa população.

Encerro dizendo aos órgãos federais que estão liberando esses bilhões de reais que eles também têm a função precípua de fiscalizar todas as liberações feitas para o Governo de Mato Grosso. Refiro-me ao VLT, meu caro Senador Mozarildo, para o qual destinou-se o valor R\$1,6 bilhão. Por incrível que pareça, é uma obra que foi implantada para atender também o grande evento da Copa do Mundo, mas não vai chegar a lugar nenhum. Não andou sequer 1m do trilho. Nós estamos praticamente no mês de março e pergunto: além de não fazer 1m do trilho para atender o VLT, Veículo Leve sobre Trilhos, arrebitou com as duas cidades – a minha cidade de Várzea Grande, que tem quase 300 mil habitantes, e Cuiabá, a capital do Estado – que fazem parte da região metropolitana. Está impossível andar nas duas. Já quebraram algumas dezenas de empresários, que fecharam praticamente as portas dos estabelecimentos. Parece-me que o dinheiro está já acabando e a obra não chegou a lugar nenhum.

Faço um apelo ao ilustre Presidente do BNDES, faço um apelo ao Presidente da Caixa Econômica Federal e também ao DNIT, que está liberando recursos para as obras delegadas ao Governo de Mato Grosso, para que fiscalizem melhor.

Ontem mesmo, foram mostradas no Jornal Nacional, fissuras em obras que estão sendo feitas em travessias urbanas, em viadutos, em trincheiras. Em síntese, há um verdadeiro caos em relação à aplicação desse dinheiro. É o alerta que trago.

Espero que os órgãos, volto a repetir, competentes, notadamente o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual, fiscalizem e, sobretudo, que cobrem das autoridades providências no sentido de melhorar as obras e, particularmente, que haja uma melhor aplicação do dinheiro público.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, para uma comunicação de Liderança, à Senadora Vanessa Grazziotin.

Por permuta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exato, Senador. Peço desculpas. Nós já há havíamos combinado. Da mesma forma que o Senador Jayme Campos falou antecipando-se ao Senador Eunício e a mim, sem problema nenhum, também não há problema nenhum que o Senador Eunício, que tem de viajar logo mais, fale. Falarei posteriormente.

Muito obrigada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – É muita gentileza de sua parte.

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro queria agradecer a gentileza dessa mulher, Líder nesta Casa, nossa queria Senadora pelo Amazonas Vanessa Grazziotin. Meu agradecimento pela troca, pela permuta de nossa fala.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs do nosso querido Ceará e de todo o Brasil que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado Federal, vim a esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, que este ano completa 105 anos, é um dos órgãos públicos de maior contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e especificamente do Ceará e do Nordeste brasileiro.

É justamente a partir desses relevantes serviços que seus servidores desejam ver analisada e aprovada a proposta que trata da sua reestruturação, assunto já debatido há algum tempo dentro do próprio órgão do Congresso Nacional e pelo Governo.

A mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste precisa ser revigorada e valorizada para que possa dar novos passos na sua missão de apoiar os sertanejos a conviverem com as agruras do Semiárido.

O fortalecimento do DNOCS passa, necessariamente, pela sua reestruturação, com a redefinição de suas competências e atribuições, com o reforço de sua dotação orçamentária e com a melhoria da remuneração dos seus servidores. Além disso, pela melhoria das condições de trabalho, pela criação de plano de carreira e pela abertura de concursos públicos para recompor e ampliar seu quadro de pessoal com novos talentos.

Não podemos negar ao DNOCS – e tenho certeza de que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff não negará – o direito à modernização e à valorização. Até mesmo porque isso terá reflexos positivos na qualidade de vida da população – uma preocupação permanente deste Governo.

Como sertanejo e Senador pelo Ceará, estarei na vanguarda desse pleito justo e legítimo. Desde 2012, tenho me empenhado para que possamos redimensionar o DNOCS, adequando-o às atuais necessidades do Ceará, do Nordeste e do Brasil, onde hoje convivemos, cada vez mais, com diversas mudanças climáticas. Esforço que tenho feito não só aqui no Senado e no Congresso Nacional, mas também junto aos Ministérios da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conto, nessa luta, com o apoio do meu partido, o PMDB, o apoio do meu querido Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, do meu querido companheiro Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e de colegas parlamentares do Senado e da Câmara. Quero aqui registrar o Deputado Federal Eudes Xavier, do Partido dos Trabalhadores, que tem se dedicado muito a essa causa e acompanha a luta dos servidores para viabilizar a reestruturação.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma tarefa inadiável, e os Poderes Executivo e Legislativo precisam dar uma resposta rápida. Ainda mais neste ano, em que estamos vivendo a pior seca dos últimos 50 anos, tendo a nossa frente a perspectiva de que a seca entre pelo terceiro ano consecutivo, o que, lamentavelmente, é o prenúncio de mais sofrimento para o povo cearense e para o povo nordestino.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o DNOCS tem competência, tem capacidade, experiência, credibilidade e história para desenvolver uma verdadeira política pública de convivência com a seca, o que, aliás, já demonstrou ao longo de 105 anos de existência. Afinal, foi o primeiro a estudar a problemática do Semiárido, priorizando sempre o homem como objetivo central de seu trabalho.

A trajetória do DNOCS mostra, de forma inequívoca, a sua importância.

Criado por decreto do então presidente Nilo Peçanha, teve como seu primeiro diretor o engenheiro civil Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Homem de visão excepcional, coube a ele promover amplos estudos sobre o meio ambiente e sobre os aspectos sociais da região assolada pela seca.

Em uma histórica conferência no Rio de Janeiro, em 1913, Arrojado Lisboa expôs a meta inicial do órgão, com impressionante atualidade: estudar a região do Semiárido e desenvolver ações que tirassem partido da sua diversidade ambiental e cultural para possibilitar a convivência do homem com a realidade da seca.

É o homem visto como sujeito das mudanças e das escolhas de alternativas. O sertanejo como protagonista. O sertanejo transformado em cidadão a partir do apoio da instituição, baseado na certeza de que as adversidades provocadas pela seca eram agravadas pelas antigas distorções da estrutura fundiária desde os tempos coloniais.

Foi amparado nessa concepção que o DNOCS conseguiu desenvolver pesquisas, criar tecnologias e apresentar inovações que não deixam dúvidas sobre a capacidade de superar o histórico desafio de permitir que o sertanejo conviva com a seca e com as peculiaridades do Semiárido nordestino.

Para tanto, Sr. Presidente, o órgão sempre contou com o esforço, a competência e a abnegação de gerações de engenheiros, cientistas e pesquisadores altamente qualificados.

A disposição e a coragem do seu quadro técnico e operacional permitiram ações para intervir na dura realidade do Nordeste e reduzir os prejuízos socioeconômicos do chamado êxodo rural.

Suas ações vão desde a construção de estradas, como a Fortaleza/Brasília, até a abertura de grandes açudes, como os de Orós, Banabuiú, Araras, Castanhão e Cedro, só para citar os grandes açudes do Estado do Ceará, passando pela instalação de linhas de transmissão de energia e de sistemas de abastecimento de água.

De uns anos para cá, o DNOCS também passou a desenvolver projetos de irrigação, como o do perímetro de Tabuleiro de Russas, no Ceará, e também de piscicultura e de outros Estados brasileiros. Ou seja, a história do DNOCS, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional e com sede em Fortaleza, confunde-se com a história social e econômica do Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, fiz aqui esse breve resgate histórico para, mais uma vez, ressaltar a importância do DNOCS para o Ceará, para o Nordeste e – por que não dizer? – para o Brasil. Um órgão público com tantos serviços prestados à Nação pode não só atender ao Nordeste, mas também atuar em outros Estados do Sul e do Sudeste, que passaram a conviver, mais recentemente, com as longas estiagens e a falta d'água. Independentemente do dispositivo legal que venha a ser utilizado para redefinir as competências do DNOCS, a carreira de seus servidores é essencial e deve ser agilizada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um processo que está sendo debatido desde 2012. Como já frisei aqui, sempre com a participação construtiva dos servidores, cujos representantes estiveram, ontem à tarde, em meu gabinete, tratando desse assunto, com a companhia do Deputado Federal Eudes Xavier, do PT do Ceará.

Como líder do PMDB no Senado, estou certo, Sr. Presidente, de que contarei com a disposição do meu Partido, como sempre contei, e também do Governo Federal, da Presidente Dilma, para que possamos avançar e implementar a necessária reestruturação de um órgão que, repito, existe há 105 anos e precisa ser revitalizado para que a questão da seca, não do combate à seca, mas da convivência com a seca, faça dele o órgão indutor para que o Brasil, o Nordeste, o Ceará não sofram tanto com essa questão da estiagem, da seca quase permanente. Nós vamos para quase três anos sem chuva, com os açudes vazios, as cidades sendo abastecidas ainda por carros-pipa, em pleno século XXI, Sr. Presidente. É algo extremamente sofrido ver uma mãe de família com a lata d'água, esperando numa fila, para receber água não tratada, água suja.

Quero dizer a V. Ex^a que estive nesta semana na cidade de Parambu, numa inauguração de estrada. Lá a Prefeita Kelly e o Deputado Genecias, angustiados, relataram-me que estavam indo buscar água no Piauí, 90km de ida e 90km de volta, ou seja, 180km para trazer, como chamamos no Nordeste brasileiro, uma carrada d'água para atender a população de uma cidade que tem mais de 40 mil habitantes.

Portanto, Sr. Presidente, faço hoje este pronunciamento, pedindo a compreensão do Governo Federal, pedindo a compreensão da Ministra Miriam Belchior, para que possamos fazer a verdadeira reestruturação de um órgão que tem a experiência de 105 anos tratando dessa questão. É preciso que o DNOCS receba a condição de fazer com que tenhamos a convivência normal com a seca, que não depende da vontade dos nordestinos. Países ricos ficam 6 meses debaixo de gelo e são países ricos e desenvolvidos. Visitei há pouco Israel, onde chove 10% do que chove no Nordeste brasileiro, e ele é o maior exportador de frutas. Por que o Brasil, por que o Nordeste tem que viver sempre com a mão estendida, pedindo, quando devíamos igualar as regiões? E o Ministério da Integração tem esse papel, a Presidenta Dilma tem esse papel, o Presidente Lula avançou nessa questão, e nós precisamos que o Brasil seja verdadeiramente um Brasil integrado e o Brasil de todos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Eunício, quero cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento. É bom lembrar que essa questão vem desde o império e realmente é muito tempo para ter resolvido isso. Essa foi uma das razões que levaram meu pai a sair do Ceará, na década de 40, para ir para Roraima.

Parabéns!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, estamos aqui nesta Casa presenciando uma série de debates diferenciados, pronunciamentos que levantam não só problemas, mas situações importantes por que passa o País. Sem dúvida nenhuma, tem tomado um grande espaço no debate da Casa, seja no plenário, seja nas comissões, a situação econômica da saúde financeira do País e também a questão política. Eu tenho procurado vir à tribuna – e o tenho feito diariamente – para falar das impressões que tenho e tentar comparar o Brasil que se tenta vender do Brasil real.

E hoje, Sr. Presidente, lendo as matérias de jornais, eu vejo uma matéria muito importante publicada no jornal *Valor Econômico*. Uma matéria que foi fruto de uma análise de dados do Caged, ou seja, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, que periodicamente, mensalmente, faz esse levantamento e mostra em quais regiões, em quais setores, Senador Mozarildo Cavalcanti, está havendo mais abertura de postos formais de trabalho ou subtração desses postos de trabalho.

Eu, com muita alegria, venho à tribuna para falar de uma posição importante, em relação ao ano de 2013, que passou a assumir o Estado do Amazonas, em especial a cidade de Manaus. Essa matéria, divulgada pelo *Valor Econômico* e, repito, construída a partir dos dados do Caged, destaca a abertura de 22.800 vagas formais de trabalho em 2013 na capital do Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, o que significa um número três vezes superior ao do ano anterior, 2012.

Esse desempenho, Sr. Presidente, foi alavancado, sem dúvida nenhuma, por políticas do Governo Federal e estadual, mas sobretudo do Governo Federal, porque o Amazonas também tem um modelo de desenvolvimento desenhado, construído e mantido pelo Governo Federal, porque a Zona Franca nada mais é do que fruto de uma lei federal. E aquele polo, que completa 47 anos, é um modelo econômico de desenvolvimento do Governo Federal. Então, o desempenho do polo industrial e de outros setores, mas principalmente do polo industrial, no ano de 2013 colocou Manaus como a terceira maior cidade que gera empregos formais no País, Senador Mozarildo.

E Manaus fica a mais de 2,6 mil quilômetros dos grandes centros do nosso País.

Manaus, que não é a maior, a segunda maior ou a terceira maior cidade do Brasil – devemos ser a sétima ou oitava maior cidade do Brasil –, com dois milhões de habitantes, é a terceira maior geradora de empregos formais no Brasil, ficando atrás somente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Isto é muito importante.

É claro que essa realidade dificilmente se manterá. Mas como alguns segmentos do Polo Industrial de Manaus, sobretudo de duas rodas, viveram momentos de dificuldade – não digo que foram momentos terríveis, mas foram momentos de dificuldade –, o crescimento na geração de emprego significativo, como esse registrado em 2013, mostra que o trem está voltando para os trilhos, Sr. Presidente.

Segundo o levantamento do Caged, a elevação da ocupação no mercado de trabalho em Manaus foi generalizada, foi apresentada em todos os setores, não apenas em um. Foram abertas quase 23 mil novas vagas, sendo que 8,9 mil só no setor da transformação da indústria, dentro do Polo Industrial de Manaus.

Em apenas um ano, Sr. Presidente, para que V. Ex^a tenha uma ideia do que estou falando e por que estou dando tanta ênfase a isso, o Amazonas pulou da 21^a colocação para a 3^a no *ranking* das cidades que mais geram empregos no Brasil

Esses dados do Ministério do Trabalho mostram que a principal contribuição para o desempenho da indústria veio da área de eletroeletrônicos do Polo Industrial de Manaus. E aí vamos nos lembrar de que este ano, 2014 – eu aqui falo de dados de 2013 –, nós teremos a Copa do Mundo. E, geralmente, nas vésperas e durante a Copa do Mundo, o povo brasileiro, a população, as famílias brasileiras procuram trocar os televisores, trocar uma tela de determinado tamanho por uma maior, trocar um televisor por um de melhor qualidade de imagem. Tudo isto tem ajudado muito o Polo Industrial de Manaus.

Mas não foi somente isso. A construção civil, Sr. Presidente, adicionou quase 5 mil novos postos de emprego ao saldo positivo que alcançou a cidade de Manaus. Sem dúvida nenhuma, Manaus, em particular, é um canteiro de obras, como o é grande parte das cidades do nosso País hoje. Hoje, um dos maiores geradores de obras da construção civil, além das obras de infraestrutura, obras urbanas, é o programa Minha Casa Minha Vida, que tem ajudado muito para que o setor da construção civil aumente significativamente o número de postos no mercado de trabalho formal. Lembro que a Presidenta Dilma esteve em Manaus quinta-feira e sexta-feira da semana passada cumprindo uma agenda extensa, entre elas a inauguração e entrega de chaves de, aproximadamente, 5,6 mil unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

Eu não dispunha desses dados. Acho que os dados do Caged sistematizados e relativos ao ano de 2013 ainda não tinham sido divulgados até a semana passada. Entretanto, deu para perceber, visitando algumas obras, participando da inauguração das unidades habitacionais e visitando a Arena da Amazônia, deu para perceber que a gente vive um momento diferenciado no Brasil. E ainda tem gente que acha a Copa do Mundo não nos deixará um grande e bom legado. Eu creio – sou crítica nesse aspecto – que poderíamos ter avançado muito mais em mobilidade urbana, principalmente nas cidades-sedes. Obras poderiam ter sido feitas, mas não foram, por razões as mais diversas. Manaus mesmo poderia ter recebido uma quantidade de obras de mobilidade urbana em número muito maior do que o que nós estamos tendo.

Mas, sem dúvida nenhuma, o que se tem hoje em informação, em qualificação dos recursos humanos é algo fenomenal, fantástico. Só a cidade de Manaus, o Estado do Amazonas, nesses últimos meses, recebe, quase toda semana, embaixadores, empresários, técnicos, equipe médica de seleções que jogarão a Copa do Mundo lá na cidade de Manaus. Ou seja, é uma grande movimentação que está acontecendo neste País. A formação do pessoal dos recursos humanos que atua diretamente no setor de turismo, no setor hoteleiro, com táxis é algo fenomenal. V. Exª não tem ideia, Senador Jayme, da alegria que sinto quando desembarco no aeroporto de Manaus e um taxista me chama – conheço todos – e diz “Senadora, nossa aula de inglês está muito bem!” Isto é muito importante e é algo que não vai embora quando acabar a Copa, é algo que fica, mesmo porque nós precisamos preparar o nosso País para que ele seja um país que receba turistas.

Há pouco, eu tive uma bela reunião, uma conversa importante com o Embaixador da Venezuela e com a Embaixadora da Áustria, organizada pelo Senador Requião, e ficamos tristes quando a Embaixadora da Áustria, um país que tem uma história muito mais longa do que a nossa, mas bem menor do que o Brasil, com atrativos naturais, mas infinitamente menores do que os nossos, disse o quanto a mais que o nosso País a Áustria recebe de turistas anualmente. A Amazônia tem a maior biodiversidade do Planeta. Nós temos a maior bacia hidrográfica, a maior quantidade de espécies da fauna e da flora e que o mundo quer conhecer, mas nós não temos, não dispomos da infraestrutura e da logística. E, sem dúvida nenhuma, esses grandes eventos desportivos nos ajudam muito.

Então, está aqui mais um indicador que mostra, Sr. Presidente, que não adianta falar. Eu acho que o discurso, palavras... Como diz o velho ditado, palavras são muito fáceis, mas palavras o vento leva. Porém, pode vir o temporal que vier, qualquer *tsunami*, que a realidade, os dados, os números, estes são sólidos, eles ficam porque eles, sim, é que, verdadeiramente, expressam a realidade.

Então, não tenho dúvida alguma de que a gente vive um bom momento neste País. Tenho críticas, porque acho que poderia ter sido feito mais, muito mais, mas o que está sendo feito será muito bom e importante para a nossa gente, para o nosso povo.

Senador Jayme.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – Senadora Vanessa, fico feliz de ver V. Exª, no seu pronunciamento, dizer da sua alegria e do seu contentamento com o legado que as obras da Copa do Mundo vão deixar para o seu Estado do Amazonas. V. Exª diz que as pessoas estão contentes, que estão falando inglês, estudando inglês, que as obras estão acontecendo, estão andando e que vale a pena, naturalmente, esse grande evento que vai acontecer em nosso País, sobretudo nessas 12 cidades-sedes. Por sinal, Mato Grosso também foi contemplado, assim como o seu Estado. Todavia, isso não está acontecendo em todo o País. Fico realmente feliz quando V. Exª fala que esse evento vai trazer resultados altamente positivos, mesmo sabendo que algumas obras foram contratadas com financiamento do BNDES e da Caixa Econômica e que isso valeu o sacrifício talvez de alguns milhares de trabalhadores do seu Estado, do empresariado que paga os seus tributos e está vendo a aplicação do dinheiro de forma transparente, sobretudo para as boas obras, particularmente para a qualificação e o treinamento da população. Mas não é isto que ocorre em Mato Grosso. Eu acabei de deixar a tribuna, onde fiz um alerta, Senadora Vanessa, sobre o que está acontecendo em nosso Estado. Lamentavelmente, algumas obras, antes mesmo de serem inauguradas, já apresentaram alguns problemas, entre elas a Arena Pantanal. V. Exª está sintonizada com a imprensa nacional e sabe que os jornais e as televisões estão anunciando que Mato Grosso teve um problema grave, pois a Arena Pantanal teve um incêndio embaixo de suas estruturas e pode estar afetada. As obras de trincheiras, as obras de viadutos, todas, literalmente todas, já estão apresentando problemas. Algumas apresentam problemas de infiltração, outras, de mau acabamento, algumas podendo se deteriorar antes da hora e desmoronar, como aconteceu. Antes de ontem, uma importante via, que liga Cuiabá a Grande Coxipó, inaugurada há dois ou três meses, afundou. Ou seja, o aterro e o encabeçamento da ponte que atravessa o Rio Cuiabá desmoronaram. Com isso, o trânsito está um caos, pois está impossibilitada a trafegabilidade não só dos autos, mas da própria população demandada. Dessa maneira, enquanto V. Exª diz que está muito feliz, nós estamos muito preocupados, tendo em vista que o endividamento do Estado é grande diante da nossa economia. Acho que, sendo de boa qualidade as obras concluídas, todos

nós pagaremos a conta felizes, deixando, com isso, um grande legado. Dessa forma, quando ouço V. Ex^a falar aqui, fico com inveja, como ex-prefeito, por três mandatos, como ex-governador, como Senador, especialmente como cidadão mato-grossense que paga seus tributos, que paga seus impostos, pois eu gostaria de ver os nossos impostos sendo aplicados de forma transparente e de poder dizer, no futuro, que o legado da Copa do Mundo para Mato Grosso foi enorme, foi gigantesco. Porém, não é o que está acontecendo no nosso Estado. O dinheiro está indo para o ralo, os recursos, ou seja, os financiamentos estão sendo jogados fora. Vou dar um exemplo a V. Ex^a, aproveitando a oportunidade para pedir mais um minuto. Aqui existe uma comissão de fiscalização das obras da Copa do Mundo. Eu pediria a essa comissão para voltar a Mato Grosso urgentemente. A obra do VLT do Aeroporto Marechal Rondon, que V. Ex^a conhece, de Cuiabá, não andou um metro de trilho. Ou seja, a obra do VLT, Veículo Leve sobre Trilhos, do Aeroporto Marechal Rondon não andou um metro, por incrível que pareça. Ela tem que ser concluída. Lá está um caos. Hoje, estão passando 2,52 milhões de passageiros. Não vai ser concluída. Na minha visão, se tudo correr bem, a obra vai lá para outubro ou novembro, e nós precisamos das obras para a Copa, para recebermos em nosso Estado não só os visitantes brasileiros, mas também os estrangeiros que virão ao nosso Estado. É um alerta que faço. Quero cumprimentá-la e compartilhar com V. Ex^a da sua alegria, do seu contentamento. Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu agradeço, Senador Jayme, e quero lembrar a V. Ex^a que o que me levou a este pronunciamento foram os dados do Caged, o balanço de empregos e desempregos no Brasil, trazendo a notícia de que Manaus pulou da 21^a para a 3^a posição. Ou seja, Manaus é a terceira cidade do Brasil que mais gera empregos. Boa parte disso se deve ao bom desempenho do Polo Industrial de Manaus, mas também a obras importantes do Governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida e a Copa do Mundo.

Eu dou razão a V. Ex^a, Senador, por estar muito preocupado com Mato Grosso. Eu disse aqui que não está tudo perfeito no Brasil, nem na minha cidade, Manaus, uma das cidades-sedes, porque as obras de mobilidade urbana – VLT, monotrilho – não foram feitas lá. Buscaram outras saídas. Gostaríamos muito que isso tivesse sido feito, acho que faltou. Não quero dizer que a culpa tenha sido do Governo Federal, do Governo do Estado ou do Município, pois acho que houve um conjunto de elementos que impediram que avançássemos até aí. Mas que, de fato, a minha cidade vive um momento especial, disto eu não tenho dúvida nenhuma. É uma cidade cheia de problemas. Mas aprendi na vida que não temos que lamentar a desgraça diante de um problema; temos, isto sim, que procurar as soluções e as saídas. Eu acho que esse é o espírito que deve mover a população brasileira. E quanto mais se alcança, mais temos que buscar, porque, afinal de contas, somos um jovem país.

Olha, eu falo aqui do desempenho da Zona Franca de Manaus, mas sei das dificuldades por que passou, recentemente, o polo de duas rodas, inclusive com dificuldade de acesso ao crédito, e como tudo foi muito difícil para superar esses problemas e viver este momento melhor que ele vive hoje. Agora, depois da tempestade – lá vem outro ditado – vem a bonança. Então, não tenho dúvidas: problemas virão, mas nós conseguiremos uma recuperação melhor ainda. Eu acho que, muitas vezes, temos que olhar o caminho. Se não está tudo resolvido, temos que analisar se o caminho que estamos percorrendo está certo.

Para concluir, Sr. Presidente, falando dessas boas notícias, eu, lamentavelmente, trago aqui três assuntos que não são positivos. Um diz respeito à greve deflagrada pelos servidores públicos da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Suframa. Eles estão em greve. O conjunto de servidores – não são muitos, em torno de 350 ou 400 servidores – está em greve porque eles lutam, há muito tempo, para ter direito a um plano de carreira reestruturado e para que os servidores da Suframa sejam equiparados às demais agências reguladoras.

A Suframa não é, teoricamente, uma agência reguladora, mas funciona como tal, Sr. Presidente.

Então, quero dizer que venho a esta tribuna lamentar que eles estejam em greve, mas, ao mesmo tempo, pedir uma ação imediata, uma ação eficiente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e, principalmente, do Ministério do Planejamento, para que os servidores possam ter o seu problema solucionado. Tenho certeza absoluta de que, se o governo acenar com a possibilidade de resolver o problema, mesmo que não de forma imediata, os servidores voltarão ao trabalho, sem dúvida nenhuma.

Tenho conversado frequentemente com o Superintendente da Suframa, Dr. Thomaz Nogueira. Ele próprio sabe da justiça da reivindicação dos servidores e está pedindo o nosso apoio, o nosso reforço, para que possam os servidores da Suframa ser atendidos em seu pleito justo. Eles tiveram um plano aprovado, mas este não foi aplicado, foi vetado, e, agora, têm a esperança de ter uma nova lei aprovada.

Então, nós, da Bancada do Amazonas, sem dúvida alguma, estamos mobilizados para ajudar a resolver esse impasse do Governo Federal com os seus servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Para concluir, Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa dois requerimentos de apresentação de voto de pesar, de vez que perdemos duas grandes e magníficas pessoas no meu Estado.

Uma delas, o ex-prefeito do Município de Novo Airão, primeiro Município do Rio Negro depois de Manaus. Refiro-me ao Sr. Leosvaldo Roque Migueis, que foi prefeito do Município de Novo Airão, como disse, no mandato passado, de 2009 a 2012.

Ninguém conhecia o Leosvaldo, nem eu tampouco, por esse nome; todos nós o conhecíamos – um homem simples, um homem querido de sua gente – como o Gordo do Campinho. Assim ele era conhecido por todos. Jovem, uma pessoa jovem e querida, simples, faleceu no último dia 18. Então, estou aqui apresentando voto de pesar à família e a toda a população de Novo Airão.

O outro requerimento de voto de pesar por mim apresentado deve-se ao falecimento da Sr^a Maria Ângela de Albuquerque Faria. Madrinha do boi contrário, o Boi Garantido, moradora do Município de Parintins, no interior do Estado do Amazonas, ela era conhecida de todos, não apenas pela paixão que tinha por seu Boi Garantido, mas por muitas obras sociais que ali desenvolvia.

Apaixonada pelo Boi da Baixa do São José, D. Maria Ângela, Sr. Presidente, mãe de Zezinho Faria, também uma pessoa muito querida de Parintins, conquistou a admiração de todos, tanto do Boi Garantido como do Boi Caprichoso, da cidade de Parintins.

Ficam aqui meu registro, minhas condolências e meus sinceros abraços tanto à família de Maria Ângela Albuquerque Faria, madrinha do Garantido, falecida em Parintins, quanto à família do ex-prefeito Leosvaldo, do Município de Novo Airão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo agora a palavra ao Senador Roberto Requião, pelo tempo que S. Ex^a determinar, retribuindo, aliás, as atenções anteriores de S. Ex^a para comigo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assumo a tribuna com tristeza, decepção, reversão de expectativa com o comportamento do Senado e da sua Mesa.

Presidente, requeri, com 44 Senadores, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o transporte urbano do Brasil. Houve uma pressão incrível do Governo Federal e alguns Senadores, cedendo à pressão, retiraram as assinaturas. O inusitado disso tudo foi o Senador Collor, pintando simbolicamente o rosto de verde e amarelo, manter a assinatura, e o Senador Lindbergh Faria, o revolucionário Lindbergh, retirando-a sob pressão do governo.

Por que uma pressão para retirar assinatura?

O Senador Mozarildo Cavalcanti não dobrou a espinha e 28 Senadores – ou melhor, 29, porque incluímos aí o Senador Capiberibe, que assinou, mas não o acrescentei porque excedeu o limite de tempo – garantiram a CPI.

Uma CPI, Senador, é direito da minoria. Assinada a CPI, ela tem de ser instalada. A Mesa não tem de discutir a CPI, porque ela é um direito da minoria. O Plenário não pode julgar uma CPI, porque a CPI é a garantia de as minorias poderem fiscalizar o Poder Público e o País.

O Supremo Tribunal Federal já disse o seguinte:

A maioria legislativa não pode frustrar o exercício pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, §3º, da Constituição, e que lhes confere a prerrogativa de ver, efetivamente, instaurada a investigação parlamentar, por período certo, e por fato determinado.

É o Supremo, em um acórdão, que decidiu isso.

Mas o Presidente do meu Partido, Senador Raupp – V. Ex^a que exerce a Presidência – está enrolando a decisão de instalar o raio da CPI que investiga o transporte urbano no Brasil.

Mas vamos lá! Não é só isso. Vamos ao mesmo acórdão do Supremo Tribunal Federal:

Preenchidos os requisitos constitucionais, impõe-se a criação da CPI, que não depende por isso mesmo da vontade aquiescente da maioria legislativa, atendidas tais exigências (Constituição Federal, art. 58, §13). Cumpre ao Presidente da Casa Legislativa, adotar os procedimentos subseqüentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não se revestindo de legitimação constitucional o ato que busca submeter ao Plenário da Casa Legislativa, quer por intermédio de formulação de questão de ordem, quer mediante

interposição de recurso ou utilização de qualquer outro meio regimental, a criação de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito.

A prerrogativa constitucional de investigar deferida ao Parlamento, especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos, não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional, que não dispõe de qualquer parcela de poder para deslocar para o Plenário das Casas Legislativas a decisão final sobre a efetiva criação de determinada Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalizar e de investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Legislativo.

Então, não cabe ao Presidente da Mesa nenhuma deliberação; não há questão de ordem. Ele tem que deferir sob pena de, ao invés de nos dirigirmos à Mesa do Senado, procurarmos o Joaquim Barbosa lá no Supremo Tribunal Federal. E, daí, abundam as decisões garantindo as comissões parlamentares de inquérito.

Mas, de repente, é o PT, através do seu Líder – Senador Raupp, meu Presidente –, o Senador Humberto Costa, que entra com uma questão de ordem para impedir que se investigue essa maracutaia nacional do transporte urbano no Brasil. Tem cabimento isso? É o PT. E eu não quero, amanhã ou depois, ter que repetir, como o Joaquim Barbosa, “que eu admiro muito o PT de antes, mas não o PT de agora”. Afinal, o PT é subordinado aos interesses do povo brasileiro ou aos interesses do sindicato dos empresários de transporte coletivo?

Eu estou indignado com isso!

E, de outra forma, alega também o Senador Humberto Costa que nós não temos objetivo determinado.

Senador Humberto Costa, que não está presente no plenário agora, quer submeter esta sua opinião absurda ao Supremo Tribunal Federal?

Há dúzias de CPIs estabelecidas pelo Congresso Nacional. Por exemplo, há a CPI que verifica o contrabando de sementes transgênicas de soja no Brasil, bem como o plantio ilegal. É um objeto determinado extremamente amplo. Há a CPI que verifica a responsabilidade civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional. É um objeto determinado extremamente amplo, e, ainda assim, a CPI foi instalada no Congresso Nacional. Há a CPI sobre a desestatização e os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para a concessão dos empréstimos nos processos de privatização.

A CPI que nós propusemos, Senador Mozarildo – com a sua assinatura e assinatura do nosso Presidente –, é extremamente mais objetiva. Por que o PT não quer que o Senado investigue o sistema de transporte urbano no Brasil? Que espécie de interesses se escondem atrás disso?

Diz-me o Senador Humberto Costa extremamente constrangido: “É, Requião, é o problema da Copa”. A Copa está administrando a Presidência da República? A Copa, que quer vender cachorros quentes de marcas internacionais e que dobrou o Congresso Nacional para vender bebidas nos estádios, agora está comandando a Mesa do Senado da República? Não acredito nisso.

E há ainda outra CPI aqui, para investigar as OCIPs, bem como a utilização por parte dessas entidades de recursos recebidos do exterior. E há mais: há a CPI para investigar o tráfico internacional de pessoas.

Como V. Ex^a vê, meu Presidente, objetos determinados amplos. E, aliás, a nossa legislação não exige nada disso.

Eu vou incomodar um pouco, de uma forma um pouco aborrecida, lendo a contradita que eu apresentei a essa absurda questão de ordem do Partido dos Trabalhadores, que quer impedir a minoria do Congresso Nacional – e eu sou maioria em quase todos os casos, porque eu apoio o governo da Presidenta Dilma, fazendo as críticas devidas quando ela merece ser criticada –, mas querem impedir que se investigue o transporte coletivo do Brasil.

Vamos à contradita que formulo.

Contrarrazões à questão de ordem formulada pelo Senador Humberto Costa sobre a constitucionalidade e regimentalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Tarifas de Ônibus Urbanos.

I. Do objeto da questão de ordem.

Versa a questão de ordem sobre a alegação de inconstitucionalidade e antirregimentalidade do requerimento da CPI.

Isso não existe! É um absurdo total em que o PT insiste para impedir a investigação. É o PT agora o partido do roubo do transporte coletivo, pelo menos assim se apresenta no Plenário do Senado Federal. E me perdoe, Presidente, a indignação, mas ela não é pequena neste momento.

Argumenta o autor que a CPI abrange o transporte coletivo municipal e metropolitano e que, em conformidade com o art. 25, §3º, da Constituição Federal, a matéria de transporte coletivo metropolitano seria “matéria regulada por lei complementar estadual”. Sendo a matéria do transporte metropolitano de natureza estadual, seria “bizarro [notem o termo de S. Exª] supor estar interdita ao Senado Federal a investigação sobre transportes coletivos intermunicipais metropolitanos e autorizado procedimento equivalente em relação ao transporte coletivo urbano municipal e do Distrito Federal”.

Deixo Entre aspas esse absurdo do Senador Humberto Costa.

Alega ainda que, “à luz do princípio constitucional da forma federativa de governo, não podem órgãos de poder da esfera político-administrativa federal imiscuir-se em assuntos de competência local, outorgada pelo Estatuto Fundamental aos Municípios e Estados”. É o PT enrolando para impedir a investigação! Mas vamos em frente!

Lastreia, ainda, suas considerações na afirmação de que “a Constituição Federal impõe restrições ao Congresso Nacional no que diz respeito ao exercício de suas prerrogativas de investigar”, já que “essas limitações se orientam pelos ‘princípios instrumentais de interpretação constitucional’, dentre os quais se destacam o princípio federativo (art. 1º, *caput*, da Constituição Federal) e o princípio da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal)”.

Meu Deus, esse é o PT que eu apoiei seis vezes, protegendo o trambique do transporte coletivo? Senador Randolfe, eu estou realmente indignado.

Afirma, por fim, que “o art. 14, III, do RISF deve ser interpretado em conformidade com a Constituição, de forma a entender-se como vetada, no inciso III do art. 146 do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de inquérito parlamentar” sobre a matéria. É brincadeira do PT com o Senado e com o Brasil!

Expendidos os argumentos, pede que a Presidência da Casa não exorte as lideranças partidárias a designar seus representantes, bem como que não faça a designação substitutiva pelos Partidos que não indicarem membros. Ou seja, é uma *capitis diminutio maxima* para o Presidente do Senado. E pede que não cumpra sua obrigação constitucional, como se ele fosse um mandalete do PT e dos sindicatos de transporte coletivo.

Vamos à análise.

A propositura de tal questão de ordem fere, a um só tempo, princípios constitucionais, regras de hermenêutica consolidadas, e, fundamentalmente, o Senador Humberto Costa fere o interesse público.

Quanto aos princípios constitucionais, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem se posicionado veementemente sobre a natureza vinculada do pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, não cabe, no âmbito do Presidente ou do Plenário do Senado, exercer qualquer juízo de valor, conveniência ou oportunidade do objeto da CPI, Senador Randolfe.

Não tem esse poder o Presidente do Senado, da Mesa Executiva do Senado, e muito menos o PT, que quer impedir o direito de investigar do Senado da República.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou por mais de uma vez no sentido de que requerimento de CPI não pode ser objeto de apreciação prévia.

Então, o PT quer me remeter ao Joaquim Barbosa, quer judicializar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quer impedir a investigação do Senado da República.

Aqui, anexas, estão duas decisões nesse sentido. Vamos às decisões do Senado Federal, Senador Presidente.

A ideia de que o Presidente poderia exercer um juízo de admissibilidade de uma CPI contraria o posicionamento sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal de que a CPI é um instrumento de fiscalização de que dispõe a minoria contra a maioria.

Submeter o requerimento de CPI, assinado pelos Senadores, a qualquer decisão do Presidente ou do Plenário é dar à maioria o poder de deliberar contra o direito da minoria de fiscalizar atos governamentais.

Eu, eventualmente, estou em minoria nesse desejo de pôr uma regra e uma investigação séria sobre o transporte coletivo urbano.

Merecem destaque, das decisões da Corte Maior, dois rápidos excertos das decisões do Supremo Tribunal Federal:

Existe, no sistema político-jurídico brasileiro, um verdadeiro estatuto constitucional das minorias parlamentares, cujas prerrogativas – notadamente aquelas pertinentes ao direito de investigar – devem ser preservadas pelo Poder Judiciário, a quem incumbe proclamar o alto significado que assume, para o regime democrático, a essencialidade da proteção jurisdicional a ser dispensada ao direito de oposição, analisado na perspectiva da prática republicana das instituições parlamentares.

A norma inscrita no art. 58, § 3º, da CR destina-se a ensejar a participação ativa das minorias parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que, para tanto, mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar.

O direito de oposição, especialmente aquele reconhecido às minorias legislativas, para que não se transforme numa prerrogativa constitucional insequente, há de ser aparelhado com instrumentos de atuação que viabilizem a sua prática efetiva e concreta no âmbito de cada uma das Casas do Congresso Nacional. A maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, sobre fato determinado.

Preste atenção, Presidente Valdir Raupp! É o nosso Partido que está sendo atropelado. É o nosso direito de participação, é a soma dos votos que nos trouxeram ao Senado da República e a responsabilidade que temos nas nossas bases que estão sendo impedidos do pleno exercício do mandato.

O direito de oposição, especialmente aquele reconhecido às minorias legislativas, para que não se transforme numa prerrogativa constitucional insequente, há de ser aparelhado com instrumentos de atuação que viabilizem a sua prática efetiva e concreta no âmbito de cada uma das Casas do Congresso Nacional. A maioria legislativa não pode frustrar o exercício, por grupos eventualmente minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, por fato determinado.

Senador Randolfe, prevê o § 3º do art. 58 da Constituição:

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas [veja bem que é dito "além de outros"; o Regimento não pode diminuir a prerrogativa constitucional, mas pode, por força do imperativo constitucional, acrescentar], serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB- PR) – Essa é a única norma constitucional sobre o tema de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qualquer método interpretativo de que se utilize para extrair a significação do texto concluirá, obrigatoriamente, que:

- i) não há qualquer restrição ao âmbito de investigação do Legislativo Federal;
- ii) a Constituição prevê apenas a possibilidade de ampliação dos poderes de investigação das CPIs (confira-se do texto acima que as CPIs "...terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas") e nunca de redução; e
- iii) seja determinado o fato a ser investigado.

Não há, na esfera constitucional, qualquer referência à aplicação do princípio da federação como impeditivo seja da investigação das matérias estaduais, seja daquelas afetas aos Municípios.

Tanto é assim que o Senado tem aberto Comissões Parlamentares de Inquérito sobre temas urbanos e estaduais, sem que tenha sido questionada sua constitucionalidade, fato de que são exemplos, Sr. Presidente:

a) a CPI da Violência Urbana, criada em 1983;

b) a CPI do Judiciário, "destinada a apurar, no prazo de 120 dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional, e outros divulgados pela imprensa, contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça", criada em 1999; e

c) a CPI dos Títulos Públicos, da qual fui Relator, "destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, à emissão e à negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996", criada em 1996. E eu fui o Relator dessa Comissão Parlamentar de Inquérito!

Cai por terra, portanto, a alegação de que o princípio federativo da separação de poderes afastaria do Legislativo Federal o poder de investigação sobre matérias afetas aos Estados e aos Municípios.

Não foi, portanto, com base nesses princípios, como alega o autor, o Senador Humberto Costa, que o Regimento Interno deliberou por excluir a matéria estadual ao exame das CPIs. E o Senador Humberto Costa é Líder do PT no Senado da República.

As limitações regimentais, pois, não têm sido empecilho à realização de CPI de matérias afetas aos Estados e ao Poder Judiciário.

O art 146 do Regimento apenas determina que:

Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:

I – à Câmara dos Deputados;

II – às atribuições do Poder Judiciário;

III – aos Estados.

Isso já é inconstitucional, mas está no Regimento Interno.

Ora, a limitação reduz-se às matérias pertinentes, o que não se confunde com o objeto da presente CPI que propusemos. Mesmo que existisse um inciso que proibisse a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito sobre matérias pertinentes aos Municípios, ainda assim, tal não impediria a criação da presente Comissão, pois (i) sua matéria não é pertinente a Municípios ou Estados e (ii) os precedentes das citadas CPIs deixam patente que somente fogem ao poder de investigação do Congresso Nacional as matérias que sejam de estrita competência dos Estados.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O que ocorre é que, sob a ótica constitucional, a matéria de transporte urbano não é pertinente aos Municípios, como não o é aos Estados, nas áreas metropolitanas.

De fato, verifica-se, a partir do disposto no art. 21, XX, que a matéria de transporte urbano é de competência da União, *verbis*:

Art. 21. Compete à União:

[...]

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

[...]

Nada há que dê algum sentido à tal questão de ordem do PT através do Senador Humberto Costa. Portanto, afigura-se como inconstitucional a questão de ordem levantada, pois fere o direito geral e irrestrito que detém o Congresso Nacional de investigar Estados e Municípios em matérias que não são de estrita competência ou de competência pertinente exclusivamente às esferas estaduais e municipais.

Quanto às regras de hermenêutica jurídica, Sr. Presidente – V. Ex^a é um conceituado advogado –, merece ser repisado o texto do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, e merece ser esmiuçado o art. 146 do Regimento Interno à luz da determinação constitucional.

O citado § 3º se resume em (i) estabelecer os poderes das CPIs (os de autoridade judicial), além de outros previstos no Regimento; (ii) determinar sua forma de criação por requerimento de um terço dos membros da Câmara, do Senado ou de ambos; (iii) exigir objeto definido, um fato determinado; e (iv) determinar que as conclusões sejam conduzidas ao Ministério Público, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Como já salientado, apesar de a Constituição ter remetido ao Regimento Interno de cada Casa o estabelecimento de poderes adicionais, em lugar de fazê-lo, o Regimento do Senado cuidou, ao contrário, de reduzir poderes da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas nem isso atinge a nossa proposta. E fê-lo limitando o poder do Senado de criar comissões parlamentares de inquérito sobre três matérias, explicitadas no art. 146:

Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:

I – à Câmara dos Deputados [não podia fazer, mas fez o Regimento];

II – às atribuições do Poder Judiciário;

III – aos Estados.

Quando se está diante de duas regras, sendo que a primeira tudo permite em determinado sentido, e a segunda, de natureza especial, limita a permissão dada na primeira, é princípio básico de hermenêutica jurídica que essa segunda regra deve ser interpretada restritivamente, ou seja, na forma de números *clausus*, ou seja, uma tipologia taxativa, fechada, Presidente.

Esse princípio de hermenêutica não permite, em lista de situações, uma interpretação extensiva, como quer dar o autor da questão de ordem, o ilustre Senador Líder do PT no Senado da República, em desprestígio aos princípios basilares de interpretação jurídica.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – A título de exemplo, quando o art. 102, I, da Constituição elenca as hipóteses de competência privativa para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, a forma taxativa de que se reveste o texto não permite qualquer interpretação extensiva que dê àquela Corte poderes que não estão ali encerrados. Tanto é assim que o próprio Supremo Tribunal Federal, ao julgar, em 2012, o Habeas Corpus nº 110005/SP, deliberou por sua falta de competência, exatamente em razão da natureza taxativa dos dispositivos constitucionais que tratam de sua competência, como se pode conferir no excerto a seguir transcrevo:

1. A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar habeas corpus e o respectivo recurso está prevista, de forma taxativa, no art. 102, I, “d” e “i”, da Constituição Federal, não cabendo, por isso, interpretação extensiva com o fito de contemplar hipóteses não sujeitas à sua jurisdição.

Em resumo, textos normativos, como é o caso do art. 146 do Regimento Interno do Senado Federal, escritos de forma taxativa, não admitem interpretação extensiva, incluindo os Municípios onde o Regimento somente tratou dos Estados.

“Bizarro”, como adjetivou o autor da questão de ordem, o Senador Humberto Costa, é dar caráter estadual à matéria de transporte coletivo metropolitano, quando esse, na verdade, interessa de perto às coletividades municipais, e não à esfera estadual.

Entender que as competências do Estado sobre as tarifas metropolitanas tornariam estadual a natureza da matéria objeto da presente CPI exigiria que se entendesse também que a matéria é federal, já que a Constituição Federal avoca à União a competência de tratar de transporte urbano de passageiro.

Mais “bizarro” ainda é o PT se apegar ao argumento da não investigação sobre matéria estadual ou municipal somente quando lhe interessa. E por que interessa ao raio do PT, que eu apoiei por seis meses, não investigar a situação do transporte urbano no Brasil? Por quê? Qual é o interesse? Subordinação à FIFA? Ou se trata de recursos para a campanha eleitoral, não previstos na legislação? Do que se trata esse raio de oposição do Partido dos Trabalhadores?

Em 1996, quando foi proposta a criação da CPI que investigou a emissão de títulos públicos estaduais e municipais, nenhum dos governadores investigados era do PT. Ali, então, não teve lugar o argumento de que se estaria investigando matéria estadual. Ou será que nós não podemos, no Senado, investigar governadores do PT? Investigar situações onde o partido dos trabalhadores possa estar envolvido? Não quero acreditar nisso! Acho que é um erro da condução da Liderança. Não posso acreditar que isso seja uma determinação da Presidente Dilma. Tenho certa dificuldade para aceitar que essa seja uma determinação nacional do Partido dos Trabalhadores.

Falta coerência no discurso do Partido dos Trabalhadores, que hoje requer o trancamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Conclusão.

Em face dos argumentos expendidos acima, peço que seja deliberado pela improcedência da questão de ordem, como vistas a que não tenha que ser judicializada a matéria perante o Supremo Tribunal Federal, que, certamente, verá o equívoco dos argumentos contidos na petição ora impugnada.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não é possível que nós aqui, no Senado, tenhamos que apelar ao Joaquim Barbosa para cumprir determinações constitucionais e podermos exercer a nossa prerrogativa de investigação.

Eu quero conceder, de fonte própria, um aparte ao Senador Eunício, que é o Líder do meu Partido, e ao Presidente do meu Partido, que está no plenário.

O Sr. Eunício Oliveira (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Requião, eu estava fora. Ouvi V. Ex^a falando e vim até aqui. Quero deixar bem claro que esta Liderança nunca se opôs a nenhum ato feito por V. Ex^a, até pelo respeito que o PMDB do Brasil deve a V. Ex^a. Então, nunca houve, por parte desta Liderança, nenhum movimento, nenhuma solicitação diferente do que V. Ex^a propõe.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, eu sei disso, até porque veio da parte de V. Ex^a a advertência de que estavam tentando acabar com uma Comissão Parlamentar de Inquérito que é de interesse do Brasil e que deveria, por princípio, ser do interesse da Presidência da República e do Partido dos Trabalhadores. Mas, quero, por extensão, oferecer também, *sponte propria*, para o Presidente do meu Partido, um pronunciamento sobre esse absurdo de se cercear o direito de investigação do Senado da República, porque, afinal, essa CPI veio com a minha assinatura e com a de 28 Parlamentares do Senado Federal.

É um doce constrangimento, meu amigo Valdir Raupp!

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Senador Requião, eu sou a favor que se cumpra o Regimento. Eu acho que as Lideranças, o próprio Presidente e a Mesa do Senado têm que fazer cumprir o Regimento. Eu me proponho a conversar com o Presidente Renan e a sugerir a ele que se cumpra o Regimento da Casa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então, de repente, eu, aqui, Senador do PMDB do Paraná, estou entre a decisão do Presidente, que vem retardando de forma intolerável a conclusão dessa CPI, a instalação dessa CPI, ou do Joaquim Barbosa, no Supremo Tribunal Federal.

Para mim, é extremamente constrangedora a situação, muito mais constrangedora porque é o Partido dos Trabalhadores, um partido em que acreditei tanto, como peemedebista, apoiei seis vezes, e agora muda de posição. Nada mais se parece com o PMDB, dizem alguns, do que o PT no poder. Não querem mais investigação. Por quê? Será que o transporte coletivo tem um poder tão grande que influi nas doações de campanha eleitoral e que é isso o que está impedindo? Ou será que há envolvimento de personalidades importantes nesse processo?

Quero cobrar aqui, publicamente, do Presidente do meu Partido, Senador Renan Calheiros, uma decisão rápida e a instalação dessa CPI, porque não estou aqui de passagem. Eu não vim para o Senado Federal como turista. Vim como Senador eleito pelo povo do Paraná para cumprir a minha obrigação de fiscalização em relação ao Estado, em relação à República e em relação aos interesses do povo brasileiro.

Obrigado pela tolerância do tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Sr. Presidente Roberto Requião – eu disse “Presidente” porque se falou tanto em Presidente que até me confundi! V. Ex^a já foi Presidente também.

Quero dizer a V. Ex^a que sou um dos subscritores da CPI. Estou perfeitamente de acordo com o ponto de vista de V. Ex^a. Eventualmente, aqui, na Presidência, tenho a certeza de que a Mesa do Senado vai levar em consideração os protestos que V. Ex^a acaba de fazer da tribuna.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Tenho certeza absoluta disso, porque uma decisão ou um reclamo de determinada pessoa não pode absolutamente suplantar uma decisão que o próprio Regimento Interno assegura a todos os partidos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E da Constituição Federal.

Tenho certeza, Sr. Presidente, se dependesse de V. Ex^a, mas não quero esconder minha indignação pela procrastinação da Mesa e por essa posição do Presidente, que foi eleito por indicação do meu Partido, Renan Calheiros.

Isso não poderia ser procrastinado. Estão brincando com o mandato de 28 Senadores!

Repito: não estou aqui de passagem e não vim como turista. Vim para exercer o meu mandato e exijo rapidamente essa decisão.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Sou o próximo orador inscrito. Encontro-me eventualmente na Presidência e me permito fazer inversão da ordem, para conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, pelo prazo regimental.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senador Ruben Figueiró, pela permuta e concessão do tempo, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no meu pronunciamento sobre a viagem que fiz em missão oficial para o Irã, para a República Islâmica do Irã, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy e mais dois Deputados Federais, eu queria fazer uma pequena fala sobre a enchente do Rio Madeira, ou enchente que está hoje afetando fortemente o Estado de Rondônia e o Estado do Acre. O Estado do Acre já está, há alguns dias, isolado, sem que possa passar absolutamente nada para o Estado do Acre, e tudo passa pela BR-364, que corta o Mato Grosso, Rondônia e chega à capital, Rio Branco, do Estado do Acre, e a outras cidades acrianas.

Da mesma forma, Sr. Presidente, estão isoladas as cidades de Guajará-Mirim, uma cidade histórica do Estado de Rondônia, e Nova Mamoré, também na mesma região, chamada região do Vale do Mamoré, fron-

teira com a Bolívia. E a Bolívia está numa situação ainda pior. São mais de quatro mil pessoas desabrigadas na Bolívia. Em Rondônia, são quase 1.100 famílias desabrigadas.

A Deputada Marinha Raupp, já pela segunda vez, dirigiu-se a Rondônia, na semana passada, levando o Ministro da Integração Nacional, o Diretor-Geral do DNIT e outras autoridades da Defesa Civil nacional, autoridades da Agência Nacional de Águas, do Ministério de Minas e Energia, para verem de perto e poder encontrar solução para aquele grave problema.

Novamente a Deputada Marinha se deslocou ontem à noite para Rondônia e, hoje pela manhã, foi a Guajará-Mirim e a Nova Mamoré, em reunião com os prefeitos das duas cidades e câmaras de vereadores, associação comercial e industrial, porque também estão isoladas. Já foi encontrado um caminho alternativo, mais muito precário, por uma estrada vicinal que sai de Porto Velho, Jaci Paraná, Bandeirantes, Nova Dimensão, Nova Mamoré, para chegar a Guajará-Mirim. E, quando chove, os caminhões pesados não conseguem transpor essa rodovia.

Então, o pedido, o pleito, neste momento – conversei com o Governador do meu Estado hoje à tarde, Confúcio Moura, que vai me dar retorno mais tarde de uma reunião que ele vai ter ainda hoje com o Ministério Público Federal –, é para que libere uma estrada que está embargada, a BR-421, que sai da divisa do Mato Grosso com Rondônia, Machadinho, passa por Ariquemes, Montenegro, Campo Novo, Buritis e chega também a Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Mas há um trecho de apenas 17 quilômetros que corta uma reserva, uma reserva extrativista, e passa muito perto de uma reserva indígena. Então, já estão sendo feitas, há algum tempo, tratativas para que possa ser liberada a travessia, mesmo que seja com estrada parque – já há outros exemplos no Brasil –, pela BR-421.

Neste momento, em poucos dias, talvez em três ou quatro dias, o Governo do Estado, com o DER, o DNIT nacional, que já se colocou à disposição também, e até o Exército, que tem pontes móveis muito rápidas de serem montadas, poderão fazer essa travessia, para tirar do isolamento as cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

E talvez até resolva o problema do Acre, porque as usinas do Rio Madeira represaram um pouco a água e, também, através de muito chuva e da enchente, está isolando o Acre antes do entroncamento de Abunã a Guajará-Mirim. Então, se liberar a BR-421, poderá ser abastecido o Acre por essa rodovia, saindo próximo a Guajará-Mirim, pelo Trevo do Abunã, e seguindo viagem em sentido ao Acre. Então, tiraria do isolamento as cidades de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e todo o Estado do Acre, e uma região ainda grande de Rondônia chamada Ponta do Abunã, Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre, Fortaleza do Abunã, aqueles distritos daquela região.

Então, faço aqui, Sr. Presidente, este apelo, para que as autoridades federais, mais uma vez, possam nos ajudar, nos socorrer. É muita gente sofrendo, muita gente no isolamento. As cheias dão sinais de baixa, mas logo voltam a subir novamente. Baixam cinco, seis, sete centímetros e já começam a subir de novo. Então, está estabilizado. Neste momento, graças a Deus, deu uma estabilizada, porque já está mais de 17,8 metros acima do leito do Rio Madeira, causando todo esse estrago naquela região.

Vamos pedir a Deus que possa mandar um pouco dessas chuvas lá do Peru, da Bolívia, das nascentes do Rio Madre de Deus, do Rio Beni, do Rio Guaporé, do Rio Mamoré, para outras regiões do Brasil que neste momento estão com um problema seriíssimo de falta de água. Inclusive São Paulo, a capital do maior Estado brasileiro, está sofrendo a falta de água, possivelmente até com racionamento. Está lá no fundo do poço, no fundo das represas, porque não tem chovido naquela região.

Da mesma forma, os reservatórios também das usinas do Centro-Oeste, do Sudeste, do Sul, principalmente do Nordeste, também estão com problema de falta de água, e sobrando muita água na Região Norte do Brasil.

Deus tem sido muito generoso, mas eu pediria, neste momento, orações mesmo da população brasileira, para que as chuvas cessem naquela região e possa chover em outras regiões do Brasil.

Eu entro, agora, Sr. Presidente, no meu pronunciamento sobre a viagem do Irã.

Entre os dias 15 e 17 de fevereiro último, foi conduzida uma Missão Parlamentar à República Islâmica do Irã. Juntamente comigo participaram da delegação brasileira o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, o Deputado Edson Santos, também do PT do Rio de Janeiro, e o Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

Durante a missão, nos reunimos com diversas autoridades iranianas, que a seguir informo: Sr. Ali Larijani, Presidente da Assembleia Consultiva Islâmica, do Parlamento iraniano, que seria como se fosse o Presidente do Congresso brasileiro; Sr. Takht Ravanchi, Vice-Ministro das Relações Exteriores; Sr. Amini Nia, Presidente do Centro de Inovação e Cooperação Tecnológica da Presidência do Irã, que há poucos anos o Ministro Resende, da Ciência e Tecnologia brasileira, esteve visitando; membros do Grupo Amizade Irã-Brasil, no âmbito da Assembleia Consultiva Islâmica; membros da Comissão de Segurança Nacional e Política Externa; também o nosso Embaixador Santiago Irazabal Mourão, Embaixador do Brasil em Teerã, e toda a sua equipe de auxiliares, diplomatas, Dr^a Patrícia, Gustavo, Rodrigo, Rafael e também o jornalista da *Folha de S.Paulo*, o Samy Leal, que

nos acompanhou na maioria dessas reuniões, inclusive saiu reportagem na *Folha de S. Paulo*; Vice-Ministro para Assuntos Internacionais e comércio do Ministério do Petróleo do Irã, Sr. Ali Majedi.

De maneira geral, Sr. Presidente, é possível afirmar que os iranianos sentem a falta de interesse do Brasil pelo país. Apesar de todo o potencial econômico, eles veem poucas iniciativas brasileiras para incrementar o comércio entre os dois países. E os números comprovam isso. Em 2012, o Brasil comprou apenas 0,03% das exportações iranianas, ou um valor de somente US\$24 milhões.

Por outro lado, conseguimos exportar um pouco mais. O Brasil participou com 4,1% das compras iranianas do exterior, ou seja, US\$2 bilhões. Então, a balança comercial a favor do Brasil é muito forte, muito grande. E já foi melhor. O Irã já comprou mais do Brasil. Hoje o Irã já está migrando para outros países, porque o Brasil não está comprando praticamente nada deles.

Os iranianos imaginam que é possível aumentar substancialmente essas relações econômicas. Creio ser possível incentivar isso, especialmente porque os indícios sugerem que o Irã está normalizando suas relações políticas com o restante do mundo. Principalmente, agora, no último acordo, no último tratado sobre a política de armas nucleares, os Estados Unidos da América, a União Europeia, que tinham embargos fortíssimos contra o Irã, estão aos poucos retirando esse embargo, porque fizeram um acordo, porque o Irã vai enriquecer urânio apenas para fins pacíficos, para a medicina e para a geração de energia elétrica, e não para a bomba atômica. Na verdade, eles afirmam com muita convicção, inclusive o líder supremo do Irã, que nunca tiveram desenvolvendo bombas atômicas, e sim para fins pacíficos.

Essa é uma oportunidade, Sr. Presidente, interessante para o incremento das exportações brasileiras para o país.

Considerando a pujança do agronegócio nacional, podemos imaginar cenário em que seremos capazes de duplicar, talvez triplicar ou quadruplicar em pouco tempo as exportações para aquele país do Oriente Médio. Isso é perfeitamente factível, se considerarmos os dados econômicos iranianos. É um país com 77 milhões de habitantes, ansiosos pelo consumo de produtos de qualidade, coisa que temos em abundância quando tratamos de agricultura e pecuária. São estes os produtos que eles mais compram: soja, farelo de soja, milho, carne de boi, carne de frango, enfim, produtos da agricultura e da pecuária brasileira.

Esse sentimento iraniano não é coisa recente. No passado, ainda no governo anterior, o Irã já expressava a vontade de colaborar no que fosse possível com o Brasil. O ex-presidente iraniano Ahmadinejad, o primeiro Chefe de Estado do Irã a visitar o Brasil, afirmava, já em 2009, que queria expandir o comércio entre os dois países para algo como US\$15 bilhões. E o que aconteceu de lá para cá? Ao invés de expandir os negócios, de estreitar mais as relações com o Irã, o Brasil foi, aos poucos, praticamente, se ausentando, se isolando do Irã.

Esse sentimento, essa vontade política, permanece no atual governo, e o momento, como já afirmei, parece bastante propício para isso tendo em vista a flexibilização dos embargos americanos e da União Europeia.

Além disso, é preciso continuar a expandir as ações comerciais brasileiras.

Continuamos ainda excessivamente dependentes das relações comerciais com alguns poucos países, caso de China, Estados Unidos e Argentina. Se pudermos expandir para outros países de população grande como essa do Irã, por que não o fazer?

Creio que a diversificação de exportações é modo de criar uma ilha de estabilidade, capaz de evitar flutuações prejudiciais aos produtores brasileiros. O Irã, assim como outros países emergentes, seria um dos possíveis candidatos para o incremento de relações comerciais.

Esse é, em minha avaliação, Sr. Presidente, o grande aprendizado trazido pela viagem ao país do Oriente Médio. É o momento de estreitarmos relações econômicas, sempre lembrando que o intercâmbio comercial é o caminho fundamental para a prosperidade dos povos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

É mais um alerta às autoridades brasileiras, ao nosso Chanceler Figueiredo, a toda a nossa diplomacia brasileira, ao Governo Federal, à Presidente Dilma. Já conversei com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, que eles estão ansiosos, aguardando uma visita da nossa Chefe de Estado, da nossa Presidente ou, na pior das hipóteses, do Vice-Presidente da República ao Irã ainda este ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB -RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senho-

res telespectadores da TV Senado, senhores e senhoras aqui presentes, eu venho a esta tribuna neste instante para registrar uma triste notícia para Mato Grosso do Sul.

O meu Estado perdeu, esta semana, uma das maiores expoentes da sua intelectualidade: a Prof^a Dra Mariluce Bittar, com raízes profundas nas mais tradicionais das famílias do meu Estado pelas contribuições à estrutura básica de seu desenvolvimento econômico e social.

Ela faleceu precocemente, aos 54 anos de idade, na última terça-feira, vítima de enfermidade atroz.

Deixa uma grande lacuna, especialmente para o meio acadêmico.

Formada em Serviço Social pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, hoje Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), era Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, no Estado de São Paulo, e Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tinha inúmeras titulações pela diligência que sempre deu às políticas educacionais, bem como em ações afirmativas para o acesso dos negros e de outras minorias ao ensino superior.

Nascida na cidade de Franca, no Estado de São Paulo, a Professora Mariluce era professora da UCDB, em Campo Grande, desde 1987, onde atuava nos cursos de graduação e no programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, do qual foi coordenadora por vários anos.

A Professora Mariluce Bittar tinha trabalho reconhecido internacionalmente pelo estudo das políticas educacionais, principalmente na educação superior, onde recebeu inúmeros títulos.

Beletrista de fina escrita, foi assídua colaboradora da imprensa do Estado, firmando com maestria e acurado senso as questões sociais de nossa contemporaneidade em traços fortes que ressaltavam as suas convicções políticas.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, meu nobres colegas Senadores, fiz questão de comentar essa lamentável perda para enfatizar que me solidarizo com o pesar de todos os que conheceram a Professora Mariluce, que tiveram a oportunidade de conviver com ela, com seus familiares, admiradores e amigos e para significar que sua ausência será sempre reverenciada nos campos da intelectualidade e da educação acadêmica de meu Estado.

É o registro, Sr. Presidente, que, em nome da sociedade do meu Estado, faço neste instante, com o sentimento de luto por que passa neste instante pela perda da eminente, e hoje saudosa, Professora Mariluce Bittar.

São, Sr. Presidente, as razões da minha presença neste instante na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje gostaria de dizer da minha alegria, pois tivemos a publicação no *Diário do Senado Federal* de hoje do Projeto de Lei nº 50, de 2014.

Esse projeto é encabeçado por mim, mas, como digo na justificativa, é fruto de um trabalho importantíssimo que envolve Parlamentares de praticamente todos os partidos da Câmara e do Senado, fruto de uma negociação e de amplos debates já faz algum tempo, um debate que gerou a Frente Nacional da Primeira Infância, um debate que permitiu que fizéssemos um trabalho com membros do Governo Federal de diferentes áreas, experiências nas áreas da educação, da saúde, social, enfim, e da ciência.

Nesse trabalho, a Academia Brasileira e a Academia Internacional – destaco aqui a universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, que abraçou esse tema – desenvolveram importantes e avançadas pesquisas, e o resultado foi a ideia de que o Brasil tivesse um programa de desenvolvimento para a primeira infância.

O Brasil, é bom que se diga, já tem um trabalho na área da primeira infância, mas a ciência avançou e a ideia é que possa o Brasil ser um dos primeiros países do mundo também a avançar.

Esse projeto começou a tramitar na Câmara, encabeçado pelo Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, e agora está sendo trabalhado de forma conjunta. A mim foi dado o privilégio de encabeçá-lo aqui no Senado Federal. Aliás, ontem, na reunião do Colégio de Líderes, com a presença do Senador Renan Calheiros, apresentei, dentre as matérias que devemos priorizar neste semestre, o projeto que trata do programa da primeira infância.

Se a Câmara tiver condições de aprová-lo mais rapidamente, a ideia é que possamos apreciá-lo assim que vier daquela Casa. Mas haverá um esforço no sentido de que possamos aprová-lo aqui no Senado Federal.

Em termos de novidade, de que trata esse projeto, meu querido Senador Mozarildo? É uma honra para mim poder usar a tribuna com V. Ex^a, tão dedicado às causas de Roraima e às causas importantes do Brasil, na Presidência. Quero aqui dar o meu testemunho, pois tive o privilégio de conversar com V. Ex^a e de conhecer a sua brilhante história. Formou-se em Medicina. Imagino a dificuldade, naquela época, para se deslocar de Roraima a Belém, em relação a transporte, as dificuldades para viabilizar seus estudos. E eu o elogio exatamente

porque V. Ex^a voltou para Roraima, certamente, para cuidar das mães, para cuidar das crianças, para cuidar dos adultos, dos idosos, de todas as pessoas.

Pois bem, a ciência, durante muito tempo, trabalhava com a lógica de que a pessoa é resultado do DNA. Ou seja, é como se herdássemos aquilo que somos. Isso viria dos nossos pais ou dos nossos antepassados.

Hoje, a ciência avançou para uma tese que o povo menciona intuitivamente: "Diga-me com quem andas que eu te direi quem és". As pessoas são fruto do ambiente em que vivem. É isso o que a ciência hoje comprova. É claro que há ainda influência do DNA, mas a maior parte da formação do ser humano advém exatamente do ambiente em que vive.

Cientificamente, o que está demonstrado? De acordo com alguns estudos – inclusive o Reitor da Universidade de Harvard foi o primeiro a liderar esses estudos, há cerca de 40 anos –, ao observar bebês univitelinos – é essa mesmo a palavra? –, ou seja, bebês que, cientificamente, têm as mesmas características, formados no mesmo útero, se um dos bebês vive em um ambiente de pais que brigam entre si, que não dão atenção àquele bebê, vive lá, no fundo de uma rede, jogado, isolado, se não é amamentado, se os pais usam drogas, enfim, se vive em um ambiente de estresse tóxico, como cientificamente hoje é chamado, esse bebê vai se formando ao longo da vida e vai ser um adulto problema.

O outro bebê é criado em um ambiente não digo rico, mas saudável, em que o pai e a mãe – no caso, adotivos, que seja – lhe dão carinho, tratam com amor, garantem as condições, dão atenção ao bebê, dão formação, em um ambiente em que ele aprende o bem, tem acesso a livros, tem acesso ao conhecimento, tem acesso à escola, tem as oportunidades. Ou seja, serão dois seres humanos – que saíram do ventre de uma mesma mãe, de um mesmo útero –, dois adultos diferentes. Há vários casos no mundo. Cientificamente, foi possível estudá-los no mundo. Inclusive pessoas do Brasil.

Cito isso para mostrar que é cientificamente comprovado. Atualmente, o Dr. Jack é quem lidera as equipes mais avançadas de pesquisa, mas há um conjunto de cientistas. Inclusive, no Brasil, há pesquisas feitas em vários Estados. Eu destaco a Bahia, que, em parceria com várias universidades do mundo, realiza trabalhos sobre o impacto do meio ambiente em relação ao ser humano.

Ou seja, a conclusão que a ciência aponta, casada com o mundo real – e é a aproximação da ciência com os governos, com o Parlamento, com a sociedade, que faz a diferença e resulta num projeto como esse –, indica que o cérebro do ser humano, no momento da sua formação, recebe mais informações do que em outras fases da vida.

Por exemplo, uma criança, aos seus seis meses de nascida, um ano, dois anos, a ciência demonstra que seu cérebro recebe cerca de 700 informações por segundo. E os neurotransmissores, ao longo do tempo, vão se formando. Todas as partes do cérebro vão se formando com base naquelas informações. Por quê? Porque ele consegue captar com todos os sentidos. Em alguém com 70 anos de idade, por exemplo, isso cai para 20 informações captadas. É demonstrado que aos 32 anos, por exemplo, começa a plasticidade do cérebro, ou seja, você já tem mais dificuldade de sustentar determinadas informações.

Um exemplo concreto: no ensino de línguas, no ensino de uma língua estrangeira. No nosso caso, do brasileiro, se vamos ter que aprender o mandarim, o francês, o inglês, o espanhol ou outra língua, veja que a nossa educação é trabalhada para aprender principalmente nas últimas séries do ensino fundamental e do ensino do segundo grau, quando somos adolescentes é que começamos a aprender outras línguas.

Cientificamente, é demonstrado que até os 12 anos é o melhor período para você aprender. Isso faz com que, dominando esse conhecimento, algumas famílias, em alguns lugares do mundo, se desejam que seu filho ou sua filha venha a dominar, por exemplo, o mandarim, que é uma língua mais rara, elas contratam uma chinesa para trabalhar na sua casa, e aquela convivência diária facilita, lá na frente, o aprendizado do mandarim, porque vão se fixando no cérebro a entonação, o sentido das palavras, o sotaque. É como um nordestino falando inglês.

Eu me lembro da minha professora de inglês: "*This is table*", e nós achávamos que estávamos aprendendo inglês.

Então, o que estou aqui dizendo, citando esse exemplo simples, é que o cérebro humano tem determinadas funções para as quais lá na frente não há mais jeito. E isso está permitindo avançar nos estudos, por exemplo, do autismo. Eu convivo com a nossa filha que é autista, e fiquei feliz em ver os avanços.

Eles agora estão fechando pesquisas que vão permitir descobrir se uma criança é autista ou não aos seis meses de vida. Isso acontecendo, já existe tratamento, já descobriram como tratar, mas só é possível esse tratamento se descobrirem muito cedo. Por isso, a importância do Teste da Orelhinha e do Teste do Pezinho, já bastante conhecidos. Se não detectar nos primeiros momentos de vida, lá na frente não há mais jeito de fazer o tratamento.

Então, o projeto que estamos apresentando, em resumo, diz que o Brasil precisa cuidar de suas crianças se quisermos uma sociedade melhor. Isso, intuitivamente, um pai e uma mãe já sabem, mesmo sem escolaridade. Agora a ciência não só incorpora como comprovado, mas, mais do que isso, aponta os caminhos.

E qual é uma dessas mudanças? Estamos, na verdade, incorporando ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que, aliás, tem muito para o adolescente e tem pouco para a criança. Tem um cuidado muito especial, e é bom, para o adolescente. Aqui, fazemos o que a ciência comprova: um cuidado especial ainda na gestação, ou seja, a necessidade de se preparar melhor a família, o pai e a mãe.

Eu ouvi, em uma palestra, uma frase que diz tudo: criar filho não é uma profissão, é uma arte, é o que há de mais complexo dos desafios humanos. Quem já foi pai, quem já foi mãe sabe do que estou falando. Vejo aqui a Neblina, que está criando a Duna, uma jornalista com a qual tenho o privilégio de conviver, e sabe que todo dia ela aprende mais com a Duna do que a Duna aprende com ela. Quem já criou filhos – eu tive o privilégio de criar três filhos e vivenciar isso –, tem aquela ansiedade para saber tudo em todas as fases da vida.

E veja, algo tão complexo quanto cuidar de um ser humano é que não há um treinamento. Muitas vezes, determinadas religiões – a Igreja Católica é um exemplo, assim como a Evangélica e outras igrejas – preparam os casais, mas é uma preparação de um dia, de dois dias, veja só! A universidade, para preparar os pais, utiliza apenas algumas horas de aula para depois se depararem com os desafios no mundo complexo em que a gente vive de lidar com uma criança.

Em resumo, nós já temos experiências no mundo e no Brasil. Cito aqui a experiência de um programa implantado, fruto desse trabalho, repito, que já começou nos anos 90, no Rio Grande do Sul, que é conhecido como o programa PIM (Programa para uma Infância Melhor), que tem exatamente a tarefa de colocar no Brasil – há outras experiências no País – esses conhecimentos técnicos. Ou seja, ali há necessidade de treinar equipes da área de saúde, da área social, treinar líderes das comunidades, treinar a família, para que possam com razoável conhecimento lidar com temas como esse.

Ela nos remete a coisas simples, à necessidade de ter brinquedos que possam estimular saudavelmente a criança. A gente já sabe, por exemplo, de como é importante uma bola na vida de uma criança, que a faz correr, a ter o seu equilíbrio. Mas há hoje, cientificamente, um conjunto de outros brinquedos que também, da mesma forma saudável, ajuda no desenvolvimento dessa criança.

O preparo da família, da comunidade, do ambiente onde ela vive. Ou seja, se a mãe é fumante, a criança vai ter na sua vida uma natural condição para várias doenças decorrentes daquele período de estresse pela fumaça e pelos elementos químicos que vivenciou na infância. Se usa outras drogas, se bebe bebidas alcoólicas nessa fase da vida, se é agredida, se é violentada, se ela sofre, tudo isso passa para o bebê.

Então, à medida que a gente vai conhecendo sobre isso, vamos garantindo condições de um preparo melhor. Ora, isso significa que é possível a gente construir uma sociedade mais saudável a partir desse ponto.

Aqui, neste mandato, em 2012, aprovamos o programa nacional chamado Brasil Carinhoso, que tem a ver com isso. Foi lançado pela Presidenta Dilma junto com o programa Cegonha. Qual é a ideia? É um cuidado, é você ter não só a creche, não só o repasse a mais no Bolsa Família, mas não uma creche para depósito de crianças. A ideia agora é que a gente tenha aprendizado, a estimulação da criança para o aprendizado saudável. Se ela está com fome, que tenha condição de comer. Se ela precisa de carinho, o pai ser treinado, assim como a mãe, enfim, participando dessa fase da vida.

Em resumo, o que sobra do DNA de efeito, se tivéssemos, teoricamente, 100% das crianças criadas num ambiente saudável desde a gestação, é quase zero, é quase nulo. Teoricamente, hoje, estupradores, matadores, assaltantes, criminosos, enfim, não existiriam se tivéssemos crianças criadas num ambiente saudável. É disso que se trata.

Então, esse projeto tem por objetivo direcionar para o Brasil. O Brasil já fez o seu Plano Nacional pela Primeira Infância, e aqui ele é direcionado para ser algo decenal, como é o Plano Nacional da Educação – planejar o que se quer para o Brasil nessa área e cuidar, de forma especial, daquelas famílias, daquelas crianças, enfim, que precisam de maior amparo da sociedade e do Estado. Não é só o Estado, ou seja, há necessidade de uma qualificação melhor de todos os que convivem no dia a dia com a criança.

Nós tínhamos uma ideia que já era um avanço: a partir dos seis, sete anos, o Estado poder trazer para a escola, para a sua responsabilidade. Avançamos, por lei aprovada por nós aqui, para que a criança começasse a estudar aos quatro anos, na primeira infância. Agora, estamos avançando para ainda bebê, e queremos avançar para a fase da gestação, ainda na fase em que está no útero da mãe, em formação.

Com isso, eu quero aqui apresentar ao Senado Federal, ao Brasil esta proposta, que – repito –, embora seja encabeçada por mim, que tive esse privilégio, é uma proposta suprapartidária. E espero que possamos agora, após o carnaval, ter a oportunidade de fazer aqui esse debate e, se Deus quiser, a sua aprovação.

Acho que o Brasil tem condições de pôr isso em prática, com base na experiência prática, científica, já testada inclusive em alguns lugares, como citei, mais precisamente no Rio Grande do Sul, em que foi um grande sucesso. Há experiências de cidades-piloto e o resultado é excepcional, 10, 15, 20 anos depois.

Como eu quero o melhor para o meu País, para o meu Piauí, para o Nordeste, para Roraima, vamos fazer aqui esse debate, e espero que o projeto seja aprovado.

Como disse, o projeto cria um capítulo da primeira infância dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece diretrizes para que o Brasil possa cumprir. Se Deus quiser, uma vez aprovado, poderemos ter um roteiro para todos – Municípios, Estados, Governo brasileiro e também o conjunto da sociedade –, tendo em vista garantirmos uma sociedade melhor. É uma vitória de todos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Parabéns, Senador Wellington Dias, pelo importante projeto, que realmente tem muita coerência científica, como V. Ex^a disse. É preciso realmente começarmos muito cedo, até mesmo intrauterinamente, os cuidados com a criança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2014

Nos termos do disposto no art. 55, III, da Constituição Federal e do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro que seja considerada como desempenho de missão no Exterior a minha participação na 130ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Genebra, Suíça, no período de 15 a 20 de março, conforme Of. nº 006/14, em anexo.

Além do exposto, comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País, no período de 13 a 20 de março.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2014.



JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Of. nº 6/14

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que se realizará em Genebra, Suíça, a 130ª Assembleia da União Interparlamentar, de 15 a 20 de março do corrente ano.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea *a* inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores e da assessora relacionados em anexo, que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.



Senador Ciro Nogueira
Presidente

Brasília, 19 de fevereiro de 2014

- Of. nº 6/14
- Origem: Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Nos termos do que dispõe a alínea *a* inciso II do art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e por solicitação do Excelentíssimo Senhor Senador Ciro Nogueira, Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, feita através do Ofício nº 006/14, autorizo a liberação de passagens aéreas e diárias para os Excelentíssimos Senhores Senadores Jarbas Vasconcelos, João Vicente Claudino, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Wilder de Moraes, participarem da 130ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Genebra, Suíça, no período de 15 a 20 de março de 2014.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 117, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado, como também seja encaminhado, Voto de Aplauso ao Senhor Francisco Ivens Dias Branco, Diretor Presidente do Grupo M Dias Branco que será Homenageado pelo Sistema Jangadeiro, “Cearenses que transformaram e valorizaram a história do Ceará”.

Justificação

O Sistema Jangadeiro estreia na quinta-feira (20), o projeto Tribuna de Honra, que vai homenagear cearenses que transformam e valorizam a história do Ceará. O primeiro homenageado é o empresário Ivens dias Branco. O *Jornal Jangadeiro* mostra a história do homem que transformou uma padaria na maior fábrica de biscoitos e massas da América Latina, como também, mostra a trajetória de 86 anos da empresa M. Dias Branco.

Esse projeto visa valorizar os diversos Cearenses que mesmo com todas as dificuldades do seu estado e da sua terra seca renascem a cada manhã para vencer na vida.

O industrial Ivens Dias Branco, presidente do Grupo M. Dias Branco, é o primeiro perfilado do Tribuna de Honra.

Conta o empresário que a história se faz no dia a dia. Quase sempre ela tem um momento mágico de consagração, seja na abertura de um novo negócio, na descoberta de algo inovador, no braço esticado que salva uma vida, num gol. O ápice, porém, só existe graças ao suor da rotina.

Descreve o que povo cearense é um forte que já nasce sem medo das dificuldades. Somos empreendedores e transformadores por natureza. Essa gente precisa ser celebrada. O Tribuna de Honra foi criado para relembrar as glórias e conhecer o pensamento de grandes realizadores.

E o conteúdo não se resume a este hot site. Ele se desdobra nas mídias do Sistema Jangadeiro, na televisão e no rádio, além do cinema em forma de documentário. Se esses cearenses merecem um prêmio, é que a história deles seja contada a outros cearenses.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2014. – Senador **Eunício Oliveira**, PMDB/CE.

AS HOMENAGENS DEVEM SER ENCAMINHADAS PARA:

Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Endereço:

Av. Beira Mar, 3500 – 16º - Praia de Iracema
Ceará – 60165-120

REQUERIMENTO Nº 118, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Ângela de Albuquerque Faria, bem como seja encaminhado o referido voto ao seu filho, Senhor Zezinho Faria, no seguinte endereço: Rua Caetano Prestes, nº 2.232, CEP: 69150-310 – Parintins/AM.

Justificação

Maria Ângela Albuquerque Faria, madrinha do Boi Garantido, faleceu aos noventa e um anos na manhã desta quinta-feira dia 20 de Fevereiro de 2014, no município de Parintins – Estado do Amazonas. Considerada uma espécie de embaixadora de Parintins, ela deu vida à sua casa com as cores vermelho e branco, tornando o local um dos maiores pontos turísticos da cidade.

Apaixonada pelo Boi da Baixa do São José, Dona Maria Ângela conquistou, em Parintins, a admiração não só de torcedores do boi vermelho e branco, mas também do Caprichoso. No entanto, o amor pelo Boi do Povão era tanto que Dona Maria Ângela não admitia a entrada de nada azul, cor do Boi Caprichoso, em sua casa: nem a piscina, também pintada de vermelho, podia ter água, senão ficava azul.

Lamento profundamente a perda dessa eterna madrinha do Boi Bumbá garantido, expresso meus sentimentos aos familiares, aos amigos e a todos os Parintinenses. Esse voto de pesar é uma singela, mas justa homenagem, a esta grande mulher, um verdadeiro ícone do Festival Folclórico de Parintins. As minhas sentidas condolências à família Albuquerque Faria.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 119, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Novo Airão, Senhor Leosvaldo Roque Miguéis, bem como seja encaminhado o referido voto a sua irmã, o Sra. Leda Roque, no seguinte endereço: Prefeitura de Novo Airão, Av. Tiradentes, Q-29 - Centro. CEP: 69.730-000 Novo Airão/AM.

Justificação

O ex-prefeito de Novo Airão Leosvaldo Miguéis faleceu no dia 18 de Fevereiro de 2014, em decorrência de um problema de diabetes que culminou numa parada cardíaca, conhecido também como “Gordo do Campinho” ele era uma pessoa muito simples que governou Novo Airão de 2009 a 2012.

É com bastante pesar que recebo a triste notícia do falecimento do ex-prefeito Leosvaldo, o gordo do Campinho. Lamento profundamente essa perda, meus sentimentos aos familiares, amigos e a população de Novo Airão. Esse voto de pesar é uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem.

As minhas sentidas condolências à família.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 120, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Alaylson Ribeiro Pereira, bem como seja encaminhado o referido voto a Sra. Dirce Amorelli Ribeiro Pereira, viúva, no seguinte endereço: SQS 206 bl B apto 503, Asa Sul, CEP: 70.252.020, Brasília/DF.

Justificação

Alaylson Ribeiro Pereira nasceu em 1931, em Alegre, pequena cidade no interior do Espírito Santo, foi Jornalista do Jornal do Brasil nos anos 50. Formou-se em Direito na Faculdade Gama Filho.

Empolgou se com a inauguração de Brasília e jovem recém-casado aceitou convite do Coordenador do tronco de letras, o escritor Ciro dos Anjos para lecionar Português. Mudou-se para Brasília em 61, onde prestou concurso para Promotor de Justiça de Goiás, em 1968 sendo aprovado em terceiro lugar no Estado de Goiás. Prestou o primeiro concurso do Senado em Brasília 1970, sendo aprovado em primeiro lugar, tomou posse na Consultoria Legislativa em 1972 vindo a aposentar no fim da década de 90. Pai de quatro filhos, três deles já falecidos e avô de doze netos. No dia 28 de Janeiro Alaylson sofreu um infarto enquanto visitava a filha, Solange Pereira, na Indonésia.

Externo aqui meus sentimentos aos familiares e amigos do Sr. Alaylson Pereira. Esse voto de pesar é uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem. As minhas sentidas condolências à família.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 121, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a Diplomata e representante do Brasil junto às Nações Unidas da Indonésia a Sra. Leila Maria Serafim Pacheco pela atuação brilhante como Diplomata, bem como seja encaminhado o referido voto à homenageada, no seguinte endereço: Palácio Itamaraty – Esplanada dos Ministérios – Bloco H, CEP 70170-900, Brasília, DF.

Justificação

No dia 28 de janeiro de 2014 a família Ribeiro Pereira passou por um momento muito difícil com a lamentável perda do Sr. Alaylson Ribeiro Pereira, consultor legislativo desde 1970 e aposentado do Senado Federal, na

cidade de Jacarta, na Indonésia onde passava férias. O patriarca visitava sua família quando sofreu um ataque no coração, um inesperado infarto. No meio da dor dessa tragédia a família passaria a enfrentar dificuldades nos trâmites destinados a liberação e ao conseqüente traslado do corpo do Sr. Alaylson para o Brasil. Porém graças à ação, ao profissionalismo, e ao seu envolvimento pessoal e humanitário, a Diplomata Leila Maria pôde minimizar a dor dessa família, uma vez que tais procedimentos num país estrangeiro envolvem trâmites burocráticos relacionados com a liberação do corpo (atestado de óbito, laudo médico de embalsamento e outros).

Portanto, gostaria de parabenizar a vice-cônsul Leila Maria Pacheco por sua brilhante atuação e ajuda humanitária diante essa fatalidade, além da eficiência no atendimento, o respeito que foi dado a essa família representa a solidariedade do povo brasileiro. Agradeço em nome da família Ribeiro Pereira e de todos os brasileiros por você ter tido a sensibilidade necessária para lidar com essa dolorosa situação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Presidência designa como membro titular o Deputado Nelson Pellegrino, em substituição ao Deputado José Guimarães, e este como membro suplente, em substituição ao Deputado Newton Lima, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 630, de 2013**, conforme o **Ofício nº 104, de 2014**, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF. nº 104/GAB-LidPT

Brasília, 19 de fevereiro de 2014

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titular o deputado NELSON PELLEGRINO – PT/BA em substituição ao Deputado JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE e como membro suplente o deputado JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE em substituição ao deputado NEWTON LIMA – PT/SP, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 630, de 26 de dezembro de 2013, que altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e dá outras providências.

Atenciosamente, – Deputado **Vicentinho**, PT/SP, Líder da Bancada na Câmara.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje quero falar um pouco sobre o apagão que atingiu 13 estados brasileiros mais o Distrito Federal no dia 4 de fevereiro e que deixou mais de 6 milhões de pessoas sem energia elétrica.

O relatório preliminar do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) trouxe a informação de que ocorreu o desligamento automático de 12 linhas de transmissão de energia de alta tensão, que compõem à interligação Norte/Sudeste.

Muito se especulou sobre as causas do apagão, mas, o Governo nega qualquer relação com a alta de consumo.

O ONS diz que a origem foi um curto-circuito na linha de transmissão, e descarta que o motivo possa estar relacionado à falta de investimento e manutenção como possíveis causas, e que provavelmente foram causas naturais como, por exemplo, um raio que pode ter causado o curto circuito.

O baixo nível dos reservatórios nas hidrelétricas e o aumento do consumo provocado pela onda de calor foram determinantes para a falha que provocou falta de energia

Para entendermos melhor a situação faço um paralelo entre uma família que utiliza caixa d'água, e, ou, cisterna para armazenar água da chuva e, quando ocorre uma seca prolongada, ou falta água na rede, essa família sofre com o racionamento de água; e com o rodízio de abastecimento com a situação das hidrelétricas que também sofrem com a baixa do nível de seus reservatórios durante o período de estiagem.

Segundo Marcos Coronato e Alexandre Mansur em suas colunas na Revista Época do dia 10 de fevereiro de 2014, "diante do ativismo de grupos indígenas, populações atingidas e ambientalistas, com apoio do Mi-

nistério Público e do Poder Judiciário, tornou-se difícil construir hidrelétricas com grandes reservatórios, como Itaipu, concluída em 1982”.

(...) Nos anos 70, num cenário hipotético em que os reservatórios estivessem cheios e parasse de chover completamente, o país ainda teria energia por quase dois anos. No início dos anos 2000, esse período de resistência a secas caíra para seis meses e, hoje, está em pouco mais de quatro meses. Por isso, diante de um período especialmente seco, como foi o último semestre, o país tem com que se preocupar.

A ausência de grandes reservatórios levou o país a uma via alternativa, que gerou um segundo problema – motivo que aumenta o risco de racionamento. Entre as várias fontes a que o país poderia recorrer, para complementar a hídrica, uma disparou à frente das outras. Tornamo-nos dependentes de usinas termelétricas.”

Uma coisa é certa, senhoras e senhores, o risco de apagão no Brasil é elevado e precisamos de mais fontes de energia já! O país coleciona o total de 181 apagões nos últimos três anos.

Nós entramos na faixa de risco de apagões devido ao baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas e ao crescente consumo de energia elétrica, provocado pelas temperaturas elevadas deste verão assim como a alta do poder aquisitivo da população.

Dos 10 maiores blecautes ocorridos no mundo a partir de 1999, 2 foram no Brasil – o que evidencia que a fragilidade no nosso sistema de abastecimento de eletricidade não é de agora.

O risco de déficit de energia no Brasil subiu de 18% (no ano passado) para 20%. Enquanto o aceitável seria um patamar de 5%.

O setor elétrico brasileiro é reconhecido mundialmente como um dos mais planejados e preparados. Baseia-se em usinas hidrelétricas que demandam cerca de 8 a 10 anos entre seu planejamento e conclusão e um sistema interligado de transmissão.

Seu planejamento e preparo decorre da própria necessidade de se atender com grande antecedência esses requisitos, frente a um mercado que cresce a taxas elevadas, bem maiores do que aquelas mostradas nos países desenvolvidos.

Os mega-apagões não são um problema isolado nosso. Já castigaram desde nações ricas, como Estados Unidos e Canadá, até emergentes como Índia e Indonésia.

Uma situação como essa em alguns países desenvolvidos causaria um apagão de dias em uma área bem maior.

Caros colegas, o que precisamos é de planejamento e investimento para resolver o problema. Vários especialistas rebatem informações do Governo e dizem que há risco de racionamento.

Precisamos então de uma oferta maior de energia elétrica e acredito que no Brasil as usinas hidrelétricas ainda são a melhor opção para evitar apagões desse porte.

A escassez de chuvas e o baixo nível dos reservatórios não justificam a falta de energia no País! Acredito que somos capazes de ter mais reservatórios e alternativas para evitar qualquer ameaça de racionamento.

Estão faltando usinas, caso contrário, não estaríamos com as térmicas ligadas desde 2012, com alto custo operacional.

A geração de energia por meio de hidrelétricas é a opção mais econômica para um país como o Brasil, pois é da força das águas que sai a energia que tanto precisamos em nossas casas e indústrias, com baixo impacto ambiental! se comparado a outras formas de geração de energia.

O território brasileiro é cortado em abundância por rios e as usinas hidrelétricas são, ao contrário do que muitos imaginam, uma opção sustentável para garantir a energia de que o país precisa para crescer.

Cerca de 20% da energia elétrica gerada no mundo é proveniente de hidrelétricas.

São inúmeras as vantagens desse setor. Elas utilizam uma fonte renovável de energia, viabilizam o uso de outras fontes renováveis, contribuem para manter mais puro o ar que respiramos, ajudam a combater as mudanças climáticas, armazenam água potável, além de promoverem a redução dos preços pagos pelo consumidor final.

É preciso planejamento estratégico e recursos disponíveis, mas sobre tudo, é necessário vontade política para solucionar o problema a curto, médio e longo prazo.

Será necessário reduzir prazos e exigências para a construção de novas hidrelétricas em tempo de evitar um colapso no abastecimento de energia elétrica. É a famosa guerra do papel a que sempre me refiro: a burocracia emperrando o desenvolvimento!

Estamos às vésperas da Copa do Mundo e não dá para conviver com essa sensação de insegurança.

Em 2013 o governo conseguiu licitar apenas duas novas hidrelétricas: São Manoel (700MW) e Sinop (400MW), ambas no rio Teles Pires (MT).

O governo federal! pretende oferecer um cardápio de nove usinas desse porte nos leilões de energia deste ano.

No entanto, com a dificuldade recente para a emissão de licenças ambientais para hidrelétricas, dificilmente será possível licitar todas essas usinas em 2014, conforme admitiu o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sr., Maurício Toímasquim.

Segundo ele, a grande prioridade do setor para este ano é a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós (PA).

A configuração atual do empreendimento prevê capacidade instalada de 7,61 mil MW, o que o coloca entre as maiores usinas do país.

Existem muitas possibilidades e muitos projetos, esta Casa precisa estar atenta, discutir a questão em suas Comissões, mudar leis se necessário for, e dessa forma, ajudar o Poder Executivo nos encaminhamentos e possíveis soluções para evitar o risco de apagões.

O que não podemos de forma alguma, Senhoras e Senhores Senadores, é retroceder no desenvolvimento econômico e social que vem acontecendo no Brasil.

Muito Obrigado!

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs e Srs. Senadores, refletindo sobre uma discussão acalorada, ocorrida ontem, nesta Casa de debates, acerca de mudanças na concepção do programa Bolsa Família, busquei na construção acadêmica um conceito melhor elaborado, que pudesse ilustrar, com mais clareza, o significado da palavra emancipação.

Sucintamente posso dizer que compreendi que o ato de emancipar-se representa a libertação de um indivíduo que vive sob o jugo de uma situação de submissão, de prisão e de falta de liberdade para externar suas vontades e seus desejos e também de realizar seus sonhos.

Com base neste conceito, passei a refletir sobre os efeitos do Bolsa Família, o programa federal de transferência de renda, criado em 2003, pelo governo do ex-presidente Lula e consolidado na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

O Bolsa Família retirou da extrema pobreza cerca de 36 milhões de brasileiros, sendo que 22 milhões foram somente nos últimos dois anos, no governo da presidenta Dilma Rousseff.

Estabelecendo uma relação direta com as mulheres que são chefes de família, este programa social tem gerado forte impacto na educação e na saúde da família, assim como no bem-estar das crianças.

Os resultados se refletiram, diretamente, na redução das desigualdades socioeconômicas, assim como na promoção dos impactos consideráveis na educação brasileira, ao manter 16 milhões de crianças e adolescentes na escola, por força do programa. Na saúde, os resultados positivos do Bolsa Família se refletiram, também, com a diminuição da mortalidade infantil e com mais assistência às gestantes.

Por sua importância no combate à pobreza, à desigualdade social e pela melhoria da qualidade de vida das crianças das famílias beneficiadas, o Bolsa Família foi digno de receber I Prêmio para Desempenho Extraordinário em Seguridade Social, concedido pela Associação Internacional de Segurança Social (ISSA).

Por ser considerada a mais importante política social do mundo, o Bolsa Família foi indicado por esta associação internacional, para governos de outros países, como exemplo de proteção social que deu resultados para além de positivos.

Esse sucesso incomodou setores da sociedade brasileira. Mas incomodou, principalmente, alguns políticos, adversários do governo do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff.

Retomo, portanto, a discussão acalorada de ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), gerada a partir de dois projetos, de autoria do senador Aécio Neves (PSDB/MG), que visa alterar a concepção deste programa, de modo a dar-lhe um caráter de “política de Estado”.

No PLS 448/2013, o nobre senador do PSDB propõe a inclusão do Bolsa Família na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), sob a alegação de que esta inclusão irá assegurar a continuidade deste programa na legislação do país.

Este PLS, que estava na pauta para votação em decisão terminativa, será, para o bem do povo brasileiro, analisado também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), graças à atuação política, legítima e legal do meu companheiro de partido, o senador Humberto Costa (PT-PE), que apresentou requerimento no sentido de que a proposta de inclusão do Bolsa Família na Loas, seja melhor analisada pela CAE.

Já o PLS 458/2013, será votado no Plenário do Senado na próxima semana, também de autoria do senador Aécio, estabelece em lei as regras para o desligamento de beneficiários do Bolsa Família, hoje inseridas em decreto presidencial.

Como se deduz, a oposição, senhor presidente, quer mudar um programa que se notabilizou, exatamente, por cumprir bem e com resultados benéficos, sua função social e política de dar cidadania às pessoas.

O senador Aécio Neves, político por quem nutro respeito, acusa o governo do PT de usar este programa como instrumento de “terrorismo eleitoral”.

Ora, porque este parlamentar, que reconheceu a contribuição dos governos do PT para o aprimoramento de programas sociais, e que é candidato pelo seu partido, à presidente da República, quer mudar a concepção de um programa que já está devidamente regulamentado pela legislação? Não teria o nobre colega, interesses eleitorais?

Porque em vez de manter o Bolsa Família como uma política de Estado, pretende-se transformá-lo em uma política de governo? Porque reduzir a questão da diminuição da pobreza a uma mera ação de assistência social?

Porque atacar um programa que apresenta um alto nível de resolutividade – beneficiando famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com a transferência de uma renda mensal, que exige como contrapartida, apenas e tão somente que os filhos dos beneficiados frequentem a escola regularmente e sejam vacinados periodicamente?

Não estaria nesta tentativa de mudança, a intenção de emperrar um programa social que está transformando a vida de milhões e não de alguns?

Com base nestas indagações e amparada no caráter estruturante do programa, cheguei à conclusão de que, estreitamente relacionado à concepção de liberdade, o conceito de emancipação humana é, antes de tudo, uma ideia de autodeterminação do ser humano. E isto, sabemos, incomoda.

Ao quebrar com o ciclo de dependência econômica e promover da segurança social de milhões, o Bolsa Família garante a emancipação. Emancipação é, desta forma, a conquista, pelo indivíduo do direito inarredável de praticar seus atos, suas ações e suas vontades, sem sofrer a interferência de outrem, do Estado ou de um poder.

A emancipação seria sair do estado de tutela. Seria, libertar-se. No Brasil, nos últimos anos, milhões de brasileiros viram-se libertos das amarras da fome, da miséria, do analfabetismo e dos favores.

Portanto, é imprescindível que o caráter estruturante e transformador do Bolsa Família seja mantido.

Era o que tinha a falar neste momento crucial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

PARECER Nº 03, DE 2013-CN

Da **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**, sobre o Aviso nº 10/2010-CN (nº 229-GP/TCU, de 30/3/2010, na origem), que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme disposto no § 2º do art. 56, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 99 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO para 2009), a prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2009".

Relator: Deputado WELITON PRADO

1 RELATÓRIO

Trata-se do Aviso nº 10/2010-CN (nº 229-GP/TCU, de 30/3/2010, na origem), que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme disposto no § 2º do art. 56, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 99 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO para 2009), a prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2009".

A citada Prestação de Contas é composta pelo relatório de gestão e pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício de 2009, por meio dos quais o TCU procura demonstrar a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição, bem como os resultados das ações por ele empreendidas no exercício sob referência.

De acordo com o Relatório apresentado, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2009 consignou ao TCU a dotação de R\$ 1.283.683.899,72, dos quais foram liquidados R\$ 1.277.071.960,38, o que representa 99,48% da dotação orçamentária disponível para execução, do seguinte modo: R\$ 1.130.194.764,00 (88,5%) com pessoal e encargos, R\$ 108.880.863,03 (8,5%) com outras despesas correntes, e R\$ 37.996.333,35 (3%) com despesas de capital.

Observa-se que as despesas com pessoal, incluídas aquelas relativas a inativos e pensionistas, representaram a maior parte das despesas executadas (88,5%), o que já era esperado diante da natureza das atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelo Tribunal, assentada na intensa utilização de mão de obra.

No tocante às ações de controle externo, a Corte de Contas registrou que, em 2009, a redução do tempo médio de apreciação de processos de controle externo, com o objetivo de reduzir significativamente o estoque até o final de 2010, tornou-se meta obrigatória.

Nessa linha, assinala que apreciou, conclusivamente, no período em exame, 9.058 processos de controle externo (ante 8.200, em 2008 e 6.715, em 2007).¹

No período, foram apreciados de forma conclusiva 4.027 processos de contas (tomada e prestação de contas anual e tomada de contas especial). Desse total, 1.382 (34,3%) tiveram as contas julgadas irregulares, índice que reclama maior preocupação no atendimento às diretrizes de combate à corrupção, desvios e fraudes, bem como colaboração para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

As condenações e sanções decorrentes do julgamento pela irregularidade das contas foram aplicadas a 2.439 responsáveis. Desse total, 2.122 responsáveis foram condenados ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito, com o valor total superior a R\$ 1,2 bilhão.

No exercício de 2009, foram autuados 2.497 processos de cobrança executiva. Foram encaminhados aos órgãos responsáveis pela execução judicial 3.071 títulos executivos, no valor de R\$ 1,2 bilhão, representando uma elevação de 56,12% em relação ao ano anterior.

¹ Neste número, não se incluem os atos de pessoal e recursos.

Registra o Relatório que as medidas de contenção de gastos adotadas pelo TCU em 2009 proporcionaram economias da ordem de R\$ 14,0 milhões em decorrência de adesão a acordo comercial para desconto em passagens aéreas, de economia em procedimentos licitatórios e da consolidação do processo eletrônico administrativo.

Relativamente ao relacionamento com o Congresso Nacional, consta do documento sob análise que este ocorre de diversas formas, com destaque para o atendimento a solicitações de realização de auditorias ou de informações, a fiscalização de obras públicas, a cessão de servidores para assessorar comissões parlamentares de inquérito e a emissão de parecer sobre as contas do governo da república.

Com referência ao quadro de pessoal, ao final de 2009, as Secretarias do TCU contavam com 2.710 cargos efetivos, dos quais 2.653 estavam ocupados.

Quanto aos quadros e demonstrativos que compõem a prestação de contas, cabe mencionar a observância dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a despesas com pessoal e serviços de terceiros. Também respeitou-se as normas da LRF para a inscrição de restos a pagar.

No âmbito desta Comissão fomos designados para relatar a matéria por meio do Of. Pres. n. 131/2013/CMO, de 16 de maio de 2013.

É o relatório.

2 VOTO

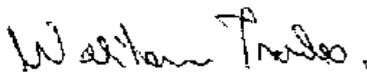
Os documentos examinados revelam que o TCU vem desempenhando satisfatoriamente suas funções e atribuições de acordo com as competências constitucionais e legais a ele estabelecidas.

Diante disso, **VOTO** no sentido de que esta Comissão:

- a) tome conhecimento da prestação de contas do TCU, nos termos da “Prestação de Contas e Relatório de Gestão” apresentado, relativo ao exercício de 2009;
- b) declare a regularidade e adequação das Contas encaminhadas pelo TCU, referentes ao exercício de 2009, conforme art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo;
- c) autorize o arquivamento dos autos.

Sala da Comissão, em de de 2013

Sala da Comissão, em de de 2013



Deputado WELITON PRADO

Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, de 2013

Declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Contas encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2009, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, apresentam-se regulares e adequadas às normas legais vigentes.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2013.



Deputado WELITON PRADO

Relator

Of. Sec. nº 007/2013-CMO (Circular)

Brasília, 04 de dezembro de 2013

Ao(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Parlamentar

Câmara dos Deputados e Senado Federal

Assunto: **Prazo de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo apresentado à Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União – exercício de 2009 (AVN nº 10/2010-CN).**

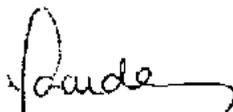
Senhor(a) Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que o Relatório apresentado pelo Deputado Welinton Prado sobre as Prestações de Contas do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2009, que conclui por um **Projeto de Decreto Legislativo – PDL**, está disponível na Página da Comissão na internet (Projetos de Lei e outras Proposições – Contas do Governo) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecimento no art. 116, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo será no período de **05 e 06/12/2013 – 2 (dois) dias**.

Informo, ainda, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, encontra-se disponível na página da Comissão na internet.

Atenciosamente,



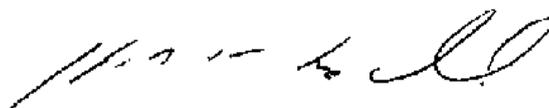
MARIA DO SOCORRO L. DANTAS
Secretária de Comissão

CONCLUSÃO

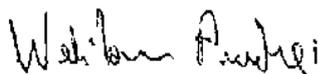
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado WELITON PRADO, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União, referentes ao exercício de 2009, conforme art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, através do **Aviso nº 10/2010-CN**, que *"Encaminha ao Congresso Nacional, conforme disposto no § 2º do art. 56, caput, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 99 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO para 2009), a prestação de contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2009"*. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 5 e 06/12/2013 (2 dias), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olimpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado WELITON PRADO
Relator

Da Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 4, de 2012-CN, que “Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2011.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

Relator ad hoc: Deputado AFONSO FLORENCE

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º Trimestre de 2011, objeto do AVN nº 4/2012-CN (Aviso nº 74-GP/TCU, de 29/2/2012, na origem).

A remessa do citado Relatório decorre de mandamento constitucional insculpido no art. 71, § 4º, da Constituição Federal, nos seguintes termos:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

O Relatório foi encaminhado dentro do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno do TCU, e está estruturado em seis grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;

- II. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- III. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, os temas de maior significância, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- IV. Obras públicas fiscalizadas;
- V. Relacionamento com o Público Externo; e
- VI. Atividades Administrativas.

O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, destacou que, no 4º trimestre, destaca-se, dentre outras atividades, a conclusão do relatório que consolida as fiscalizações feitas em obras públicas no ano de 2011. Segundo ele, o trabalho, além de verificar a correta aplicação de recursos federais em obras, também tem por objetivo prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2012.

Nesse trabalho, o Tribunal realizou 230 fiscalizações. O montante de recursos orçamentários fiscalizados foi superior a R\$ 36 bilhões. As fiscalizações relacionadas à função Energia foram as que apresentaram maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 22,3 bilhões – 60,69%), seguida da função Transporte com R\$ 9,2 bilhões (25,14%). Das 230 obras fiscalizadas, foram apontados indícios de irregularidades graves em 190 obras (82,6%).

Acrescenta que essas fiscalizações são uma forma de atuação preventiva para evitar danos ao erário e contribuir para o adequado desenvolvimento das próprias obras, aferindo-se inclusive a qualidade das mesmas.

Ressaltou que o somatório preliminar de benefícios estimados resultantes da fiscalização de obras em 2011 atingiu cerca de R\$ 2,5 bilhões.

No tocante a fiscalizações, teve destaque a análise realizada pelo Tribunal no procedimento referente à concessão dos aeroportos internacionais de

Guarulhos, Brasília e Viracopos. Em razão dos estudos realizados, o Tribunal alterou os valores mínimos de outorga dos três aeroportos. No caso do Aeroporto de Brasília, o valor mínimo, que era de R\$ 75,5 milhões, passou para R\$ 761 milhões (aumento de 907%).

Assinalou, ainda, a auditoria do TCU que avaliou os riscos de atraso na conclusão das obras de mobilidade urbana, construção e reforma dos estádios e infraestrutura aeroportuária, consideradas imprescindíveis à realização da Copa do Mundo de 2014. Diante da proximidade das datas de entrega dos trabalhos, o TCU recomendou aos Ministérios do Esporte, Turismo, Cidades, a Casa Civil e a Infraero que acompanhem os problemas encontrados.

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 10,54 bilhões
Medidas cautelares adotadas	34
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	26
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 6,45 bilhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	712
Valor das condenações	R\$ 309,68 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	645
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 202,5 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	21
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	26
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	837
Processos julgados conclusivamente	1.399
Acórdãos proferidos	4.963
Atos de pessoal analisados	79.137
Fiscalizações concluídas	268

Fonte: Relatório de Atividades 4º tri/2011 - TCU

1.1 Resultados do Controle Externo e medidas cautelares

No trimestre, foram autuados 1.322 processos referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram apreciados de forma conclusiva pelo Tribunal 1.399 processos da mesma natureza.

No que diz respeito ao exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, no período foram autuados 35.458 atos de pessoal e apreciados 79.137 atos dessa natureza.

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais. No trimestre, foram adotadas 34 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 6,45 bilhões.

1.2 Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 643 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 256 (39,81%) condenaram 633 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 34 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 79 responsáveis.

1.3 Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Compete ao Ministério Público especializado (MP/TCU) dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal.

Trata-se de órgão composto por um Procurador-Geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores.

Ao MP/TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No 4º trimestre de 2011, foram autuados 645 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R\$ 202,5 milhões. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 3.815 processos.

1.4 Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

O Relatório apresentado pelo TCU destaca, resumidamente, o resultado das fiscalizações realizadas nas diversas áreas da ação governamental bem como as medidas adotadas para corrigir eventuais falhas. A saber:¹

1.4.1 Administração-Geral

- a) prorroga prazo para substituição de terceirizados irregulares;
- b) determina medidas para aprimorar o Siconv;
- c) fará auditoria na Superintendência de Seguros Privados (Susep);
- d) constatou que o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) não tem alcançado todos os setores previstos na norma que regulamenta o incentivo fiscal;
- e) aponta melhorias do Siasg;

1.4.2 Defesa Nacional

- a) avalia atuação e funcionamento da Anac;
- b) aprova, com ressalvas, estudos para concessões nos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos;

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria da CMO e na página do TCU http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/outrasmaterias/QuadroOutrasMaterias.asp?Tipo_Materia=Relat%F3rfo%20de%20Atividades%20do%20TCU&Nome_Arq=12_rel_atv_TCU

1.4.3 Desporto e Lazer

- a) identifica risco de atrasos em obras para a Copa do Mundo de 2014;

1.4.4 Energia

- a) Governo terá que elaborar plano de ação para concessões do Setor Elétrico;
- b) avalia estudos para leilão de 8 usinas e linhas de transmissão;
- c) verifica causas da interrupção de energia em sete estados do Nordeste;

1.4.5 Gestão Ambiental

- a) vai monitorar ações governamentais relacionadas a mudanças climáticas;
- b) verifica desperdício de mais de R\$ 90 milhões em Programa para coleta de lixo;
- c) Licenciamento ambiental de obras é voltado a aspectos formais;

1.4.6 Indústria (Produção Mineral)

- a) constata deficiências na estrutura do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- b) identifica falhas na fiscalização do DNPM em MG;

1.4.7 Previdência e Assistência Social

- a) fiscaliza emissão de certificados de entidades beneficentes de assistência social;

1.4.8 Saúde

- a) alerta para necessidade de lei no Programa Farmácia Popular;
- b) monitora ação da Funasa para melhoria do manejo de resíduos sólidos;
- c) verifica implementação da Política Nacional de Assistência Oncológica;

1.4.9 Trabalho

- a) multa ex-Secretário do Ministério do Trabalho;

1.4.10 Transporte

- a) determina correção para desequilíbrio de contratos de concessões de rodovias federais;
- b) encontra falhas em sistema do Dnit;
- c) encontra sobrepreço em trecho da Ferrovia Norte-Sul;
- d) determina correção em licitações e contratos para recuperação de rodovias;
- e) encontra indícios de irregularidades graves em obras da Rodovia BR-440/MG;
- f) identifica sobrepreço nas obras da BR-493;
- g) aponta descontrole na cobrança de faturas da Codesp;
- h) Auditoria do TCU reduz preço de obra no Porto de Natal/RN;
- i) autoriza licitação para construção de píer no Rio de Janeiro;

1.4.11 Urbanismo

- a) auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida utilizando recursos de inteligência;
- b) determina correções em edital para obras do sistema adutor Santa Cruz/RN;
- c) analisa contrato para obras de sistema sanitário em Porto Velho/RO;

1.5 OBRAS PÚBLICAS FISCALIZADAS

No decorrer dos trabalhos do Fiscobras 2011, o TCU realizou 230 fiscalizações *in loco*, as quais contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do Orçamento-Geral da União de 2011. Entre as auditorias destacaram-se, em relação à quantidade de fiscalizações realizadas, as funções Transporte, Saúde, Energia, Direitos da Cidadania e Gestão Ambiental, com 112, 22, 21, 20 e 16 fiscalizações, respectivamente.

O montante de recursos orçamentários fiscalizados foi superior a R\$ 36 bilhões. A função Energia foi a que apresentou maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 22,3 bilhões – 60,69%). Em segundo lugar apareceu a função Transporte (R\$ 9,2 bilhões – 25,14%).

O TCU efetuou 161 fiscalizações em obras do PAC, o que representa 70% das auditorias realizadas. Foram apontados indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação em 19 obras, o que equivale aproximadamente a 0,5% do total de empreendimentos compreendidos nesse Programa.

Das 230 obras fiscalizadas, foram apontados indícios de irregularidades graves em 190 obras (82,6%). Desses, em 26 casos (11,2%), os indícios são potencialmente paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho de obra. Nos outros 7 casos (3,04%), recomendou-se retenção cautelar (casos em que o prosseguimento da obra é autorizado desde que haja retenção de valores suficientes para compensar o possível dano ao erário).

1.6 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 4º trimestre de 2011, foram autuados 14 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 9 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 52 processos de solicitação do Congresso Nacional.

1.7 Rede de Controle

Instituída pelo TCU, a Rede de Controle da Gestão Pública foi lançada em 25 de março de 2009. Ela é formada mediante a assinatura de acordos de cooperação entre órgãos que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, priorizando a atuação estratégica e coordenada. A atuação coordenada visa definir diretrizes comuns e ações conjuntas. A cooperação deve evitar ações repetitivas, desperdício de recursos humanos e materiais, além de aumentar a probabilidade de atingir objetivos em comum.

Para 2011, foi prevista a realização de auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Começarão também os

trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

Atualmente, as ações da Rede de Controle da Gestão Pública estão divididas em subgrupos de trabalhos, que desenvolvem cinco temas:

- a) tipologias de irregularidades cometidas;
- b) fiscalização de obras públicas;
- c) processo de tomadas de contas especial (TCE);
- d) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (Cadicon); e
- e) terceirização de serviços públicos.

No trimestre, em continuidade aos trabalhos da Rede de Controle da Gestão Pública, foram realizadas oficinas de capacitação de gestores e/ou reuniões técnicas da Rede nos estados do Rio Grande do Sul, no Piauí e em Ceará.

1.8 Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). No 4º trimestre, o TCU esteve representado em eventos relacionados a esses organismos, nos seguintes países: Portugal, Venezuela, EUA, Paraguai, Suíça, Índia, África do Sul e Argentina.

1.9 Recursos Orçamentários e Financeiros

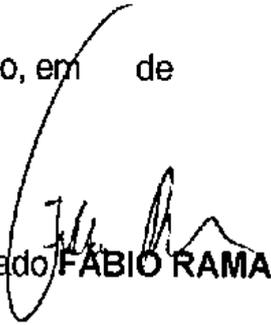
O orçamento do Tribunal para o ano de 2011 apresentou dotação de R\$ 1.354.248.218,00. A despesa liquidada até o final do 4º trimestre foi de R\$ 1.346.531.785,39 (99,43%) da dotação orçamentária disponível para execução.

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, pelo que **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 4º Trimestre de 2011 daquela Corte de Contas, objeto do AVN nº 4/2012 – CN, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputado **FABIO RAMALHO**

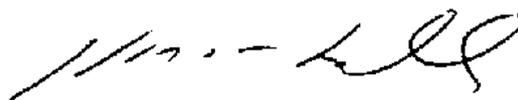
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado AFONSO FLORENCE, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 4/2012-CN**, que “Encaminha, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2011”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olimpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado AFONSO FLORENCE
Relator *ad hoc*

PARECER Nº 5, DE 2014

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 9, de 2012-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES** do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012."

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

Relator ad hoc: Deputado AFONSO FLORENCE

RELATÓRIO

Guidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União - TCU referente ao 1º Trimestre de 2012, objeto do AVN nº 9/2012-CN (Aviso nº 723-GP/TCU, de 30/5/2012, na origem).

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 30 de maio de 2012, dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas, e está estruturado em seis grandes blocos de informações, a saber:

I. Nossos Principais Resultados;

- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos atuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Relacionamento com o Público Externo; e
- VI. Atividades Administrativas.

Consta do Relatório mensagem do Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, que aquela Corte, a par do extenso leque de atribuições constitucionais, legais e regimentais que lhe são cometidas, "esmera-se em disponibilizar aos gestores públicos orientações, determinações e recomendações, visando corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar o desempenho e a gestão de órgãos, entidades e programas governamentais." (2012, p. 4)

Segundo ele, o TCU busca otimizar a formulação de políticas públicas, a qualidade de bens e serviços ofertados, o desempenho dos controles internos e, ainda, contribuir para o aprimoramento da legislação federal e para a disseminação das melhores práticas observadas na Administração Pública Federal.

O Relatório destaca os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2012 da seguinte forma, sinteticamente:¹

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 482 milhões
Medidas cautelares adotadas	35
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	30

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria da CMO e na página do TCU http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/publicacoes_institucionais/relatorios/relatorios_atividades

Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 1,8 bilhão
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	552
Valor das condenações	R\$ 207 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	645
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 233,5 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	19
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	11
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	580
Processos julgados conclusivamente	1.230
Acórdãos proferidos	2.624
Atos de pessoal analisados	31.961
Fiscalizações concluídas	405

Fonte: Relatório de Atividades 1º tri/2012 - TCU

1.1 Resultados do Controle Externo

No período, foram concluídas 405 fiscalizações, envolvendo um esforço de 15.059 homens-dia de fiscalização. Além disso, foram autuados 1.235 processos referentes à matéria de controle externo e foram apreciados, de forma conclusiva, 1.230 processos da mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 30.814 atos de pessoal e apreciados 32.075 atos dessa natureza.

No trimestre, foram adotadas 35 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 1,8 bilhão. No mesmo período de 2011, foram expedidas 19 medidas cautelares envolvendo um montante de R\$ 387,6 milhões.

1.2 Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 377 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 231 (61,27%) condenaram 463 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 35 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 89 responsáveis.

1.3 Principais Trabalhos Realizados no Trimestre

O Relatório apresentado pelo TCU destaca, resumidamente, as principais ações de controle empreendidas no trimestre, da seguinte forma:

1.3.1 Administração-Geral

- 1) determinou medidas para corrigir falhas na sistemática de teleatendimento da Previdência;
- 2) encontrou irregularidades em terceirização de serviços do Dnit;
- 3) avaliou o sistema de arrecadação de multas administrativas;
- 4) determinou medidas para substituição de terceirizados; e
- 5) encontrou indícios de irregularidades em trabalho de ONGs.

1.3.2 Assistência Social

- 1) realizou auditoria no Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad): o Tribunal identificou comunidades terapêuticas sem licença sanitária.

1.3.3 Defesa Nacional e Segurança Pública

- 1) fiscalização encontrou deficiências de infraestrutura nas delegacias de fronteira;
- 2) auditoria identificou falhas na repressão ao tráfico de drogas na região de fronteira;

- 3) auditoria no Sisnad revelou que o efetivo policial é insuficiente e a rotatividade é alta;
- 4) auditoria apontou que bens do tráfico de drogas demoram a ser vendidos; e
- 5) fiscalizou a aplicação de recursos públicos em desastres de Santa Catarina.

1.3.4 Desporto e Turismo

- 1) divulgou novo panorama sobre situação da Copa; e
- 2) alertou quanto a atraso nas ações para a Copa do Mundo.

O Relatório trimestral destaca a nova versão da publicação "O TCU e a Copa do Mundo de 2014", que apresenta informações recentes de fiscalizações e acompanhamentos das ações governamentais para o mundial. O citado relatório permite obter, entre outros dados, o panorama geral atualizado dos investimentos e pode-se acompanhar a situação dos financiamentos federais feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES.

As fiscalizações realizadas constataram irregularidades em licitações e projetos para adequações dos portos, como projeto deficiente no Porto de Santos, sobrepreço no projeto de revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro e problemas no processo licitatório para obras do porto de Mucuripe/CE. O TCU determinou ajustes no orçamento das obras do Porto de Natal.

O relatório traz o resultado geral da situação das ações da Copa, com base em fiscalizações realizadas pelo Tribunal e em informações remetidas por outros órgãos de controle e de execução. A publicação atualiza as informações relativas ao financiamento e desembolso para as obras das arenas esportivas e de mobilidade urbana, inclusive o acompanhamento da concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos.

TCU alerta quanto a atraso nas ações para a Copa do Mundo

O Tribunal alertou o Ministério do Esporte quanto ao atraso na elaboração dos ciclos da matriz de responsabilidade, o que pode vir a comprometer o início e o bom andamento do mundial de 2014. A matriz de responsabilidade é um instrumento indispensável para dimensionar os gastos previstos do Governo Federal, estaduais, municipais e da iniciativa privada, além de possibilitar uma visão geral das fontes de financiamentos utilizadas na execução dos projetos para a Copa.

O TCU assinalou o prazo de 60 dias para que o Ministério do Esporte atualize a matriz de responsabilidade, discriminando todas as intervenções essenciais para a realização da Copa de 2014, com a indicação dos valores envolvidos, incluindo as relativas à acessibilidade dos estádios. Nesse mesmo prazo, o Ministério deve apresentar cronograma para o segundo ciclo da matriz de responsabilidade, que envolve as áreas de hotelaria, segurança e telecomunicações, entre outras.

1.3.5 Encargos Especiais

- 1) propôs medidas para evitar fraudes em crédito habitacional da Caixa.

1.3.6 Energia

- 1) revogou a suspensão de pregão da Eletroacre.

1.3.7 Gestão Ambiental e Agricultura

- 1) encontrou irregularidades em convênio do Incra em Santa Catarina;
- 2) decidiu acompanhar o Programa Interáguas;
- 3) constatou falhas em edital do Projeto de Integração do Rio São Francisco; e
- 4) identificou irregularidades em pregões do Ministério da Pesca para compra de lanchas patrulhas.

1.3.8 Indústria, Comércio e Serviços

- 1) recomendou medidas para aperfeiçoar fiscalização de atividades de mineração;

1.3.9 Relações Exteriores

- 1) fiscalização apontou fragilidades em controle de recursos de postos diplomáticos.

1.3.10 Saneamento

- 1) fiscalizou a aplicação de recursos em obras de saneamento e habitação.

1.3.11 Saúde

- 1) apurou irregularidades na compra de material hospitalar no RJ;
- 2) avaliou ações governamentais voltadas a dependentes de álcool e outras drogas;
- 3) verificou insuficiência de Centro de Atenção Psicossocial (Caps) no Brasil. De acordo com a auditoria, há articulação insuficiente entre as redes de assistência social - Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) - e as redes de tratamento - Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Centros de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas (Caps AD). Também se verificou que a articulação entre as redes é essencial para o sucesso das ações de tratamento e reinserção social dos dependentes de álcool e de outras drogas;
- 4) apontou a baixa adesão de hospitais gerais na habilitação de leitos para dependentes químicos; e
- 5) apontou falhas no Sistema Nacional de Transplantes.

1.3.12 Transporte

- 1) determinou que o Dnit solucione irregularidades em obras de manutenção na BR 285;
- 2) avaliou editais da concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília;
- 3) alertou a Infraero para irregularidades em edital das obras do Galeão;
- 4) identificou desequilíbrio econômico-financeiro em contrato de concessão de rodovia no Paraná;
- 5) suspendeu atos de concorrência pública para obras na BR-116;
- 6) identificou falhas na atuação da ANTT no setor ferroviário;
- 7) identificou irregularidades em obras na BR-101/RJ;
- 8) constatou que deficiência em manutenção feita pelo Dnit compromete pontes e viadutos; e
- 9) apontou irregularidades em obra do metrô de Fortaleza.

1.4 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 1º trimestre de 2012, foram autuados 14 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 15 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 57 processos de solicitação do Congresso Nacional.

1.5 Atuação Internacional

O Relatório registra que, no cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e

a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No período, os ministros do TCU participaram dos seguintes eventos:

- 1) "Desenvolvimento de estrutura de avaliação de desempenho das EFS", organizado pela Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai (IDI), realizado no período de 9 a 13 de janeiro, em Oslo, na Noruega;
- 2) "21º Encontro do Grupo de Trabalho de Auditoria em Tecnologia da Informação (TI)" da Intosai, realizado em Kuala Lumpur, na Malásia, no período de 25 a 27 de janeiro. O encontro contou com a participação de Entidades de Fiscalizadoras Superiores (EFS) de 25 países e foi presidido pelo representante da Índia;
- 3) "Primeira etapa do Programa de Planejamento Estratégico", realizado pela Intosai Development Initiative/Olacefs, de 20 de fevereiro a 3 de março. O Programa, dirigido às Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) da América Latina e ocorrido na cidade de San José, na Costa Rica, tem como objetivo permitir que as EFS que não possuem planejamento estratégico possam desenvolver e conduzir a implementação de seus planos, de forma articulada com os planos táticos e operacionais, e com indicadores de desempenho para seu monitoramento e avaliação;
- 4) "PPP Days 2012 – Desenvolvendo instituições para a realização de Parcerias Público-Privadas eficientes" promovido em Genebra, na Suíça, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), pelo Instituto do Banco Mundial (IBW) e pelo Banco do Desenvolvimento da Ásia (ADB). O evento, realizado no período de 21 a 24 de fevereiro, contou com 900 representantes de 90 países e diversas instituições internacionais;

- 5) “5ª reunião do PAS” (Performance Audit Subcommittee, ou Subcomité de Auditoria de Desempenho) da Intosai, em Viena, na Áustria. Na reunião, foram discutidos os anteprojetos da ISSAI 100 (Padrão Geral de Auditoria para o Setor Público) e da ISSAI 300 (Padrão de Auditoria de Desempenho), que serão finalizados pelo Projeto de Harmonização e submetidos à aprovação no próximo Congresso da Intosai (Incasai), em 2013, na China; e
- 6) 6º Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha (França), no período de 12 a 17 de março. O fórum, promovido pelo Conselho Mundial da Água (WWC – World Water Council), é considerado o mais importante evento sobre a temática do acesso, uso e conservação dos recursos hídricos.

1.6 Atividades Administrativas

Segundo o Relatório, nos últimos anos, foram implementadas diversas ações de reestruturação e modernização da Corte de Contas, tais como: modelagem de processos de trabalho; estrutura organizacional matricial; adoção das diretrizes de qualidade propostas pela norma ISO 10.015; organização dos eventos educacionais em programas de desenvolvimento de competências; especialização da equipe; atualização e melhoria do referencial normativo balizador da educação corporativa; ampliação da educação a distância; aperfeiçoamento do modelo de gestão de pessoas por competências; promoção de ações de capacitação da cadeia de valor do TCU; e estabelecimento de diversos acordos de cooperação técnica e operacional.

No 1º trimestre de 2012, foram realizados 20 eventos de desenvolvimento profissional e capacitação, dos quais participaram 687 servidores (do Tribunal e de outras instituições). Além disso, 57 servidores do TCU participaram de 41 eventos promovidos por outras instituições.

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.650 estavam ocupados no final do trimestre.

O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1,3 bilhão. A despesa liquidada até o final do 1º trimestre foi de R\$ 310 milhões (22,52%) da dotação orçamentária disponível para execução.

É o relatório.

VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, pelo que **VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 1º Trimestre de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.**

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputado **FABIO RAMALHO**
Relator

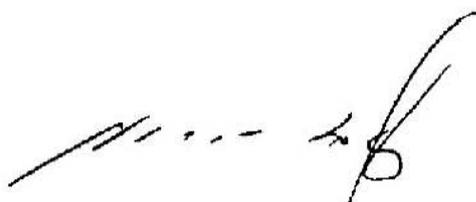
Senador **LOBÃO FILHO**
Presidente

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado AFONSO FLORENCE, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 9/2012-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olímpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado AFONSO FLORENCE
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 6, DE 2014-CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 26, de 2012-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

Relator ad hoc: Deputado AFONSO FLORENCE

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União -TCU referente ao 2º Trimestre de 2012, objeto do AVN nº 26/2012-CN.

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 30 de agosto de 2012 (Aviso nº 1011-D-GP/TCU, na origem), dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas.

Segundo consignado pelo Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, o *“relatório apresenta os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de suas atribuições, os quais constituem, no essencial, resposta positiva a delinear o acerto da conjugação de esforços institucionais pela busca constante de melhoria da Administração Pública, criando-se, assim, uma ambiência favorável ao atendimento dos anseios do cidadão por crescentes ganhos de qualidade na prestação dos serviços que lhe são ofertados ou postos à sua disposição”* (p.3)

Nessa linha, ressalta que, embora a maior parte dos benefícios das ações de controle externo sejam imensuráveis, por advir basicamente da expectativa de controle, da prevenção de desperdícios, de melhoria na alocação de recursos, de sugestão de aprimoramento de leis, de redução de danos ambientais e melhorias de políticas públicas, alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração, tendentes, inclusive, a gerar benefícios por tempo indeterminado.

Prossegue destacando o fato de que, no período em exame, tais benefícios alcançaram o montante de R\$ 1,9 bilhão, valor 5,78 vezes superior ao custo do funcionamento do Tribunal no período, R\$ 328,9 milhões. Destaca, também, a atuação prévia do Tribunal, mediante a adoção de 23 medidas cautelares, as quais envolveram a aplicação de recursos públicos superiores a R\$ 7,13 bilhões, *“cujo intuito é neutralizar real ameaça de concretização de graves danos ao erário.”* (p. 4)

O Relatório está estruturado em sete grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;
- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Contas do Governo da República;

VI. Relacionamento com o Público Externo; e

VII. Atividades Administrativas.

O Relatório destaca os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2012 da seguinte forma, sinteticamente:¹

O TCU EM NÚMEROS

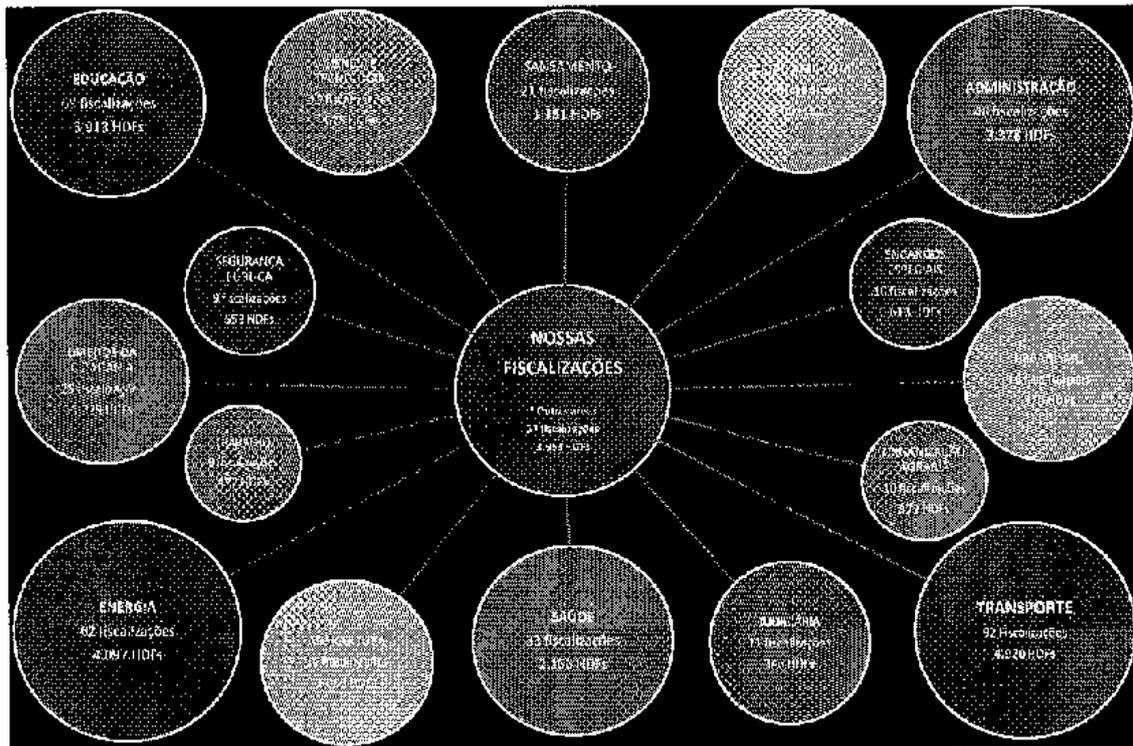
BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	RS 1,9 bilhão
Medidas cautelares adotadas	23
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	R\$ 7,08 bi
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 7,13 bi
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	699
Valor das condenações	R\$ 390 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	758
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 177 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	19
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	14
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	615
Processos julgados conclusivamente	1.575
Acórdãos proferidos	5.443
Atos de pessoal analisados	25.258
Fiscalizações concluídas	356

Fonte: Relatório de Atividades 2º tri/2012 - TCU

1.1 Resultados do Controle Externo

Foram concluídas, no período, 472 fiscalizações, envolvendo esforço de 25.861 homens-dia de fiscalização. O quadro adiante apresenta a distribuição das fiscalizações concluídas, por função de Governo.

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria da CMO e na página do TCU http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/publicacoes_institucionais/relatorios/relatorios_atividades/2012_Relat%C3%B3rio_2%C2%BA_Trimestre.pdf



Fonte: Relatório de Atividade do TCU – 2º Trimestre de 2012, p. 18

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 36.259 atos de pessoal e apreciados 25.258 atos dessa natureza.

1.2 Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 546 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 279 (51,09%) condenaram 571 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 46 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 134 responsáveis.

1.3 Principais Trabalhos Realizados no Trimestre

O Relatório apresentado pelo TCU relaciona os resultados de fiscalizações que se destacaram, no período, pela importância ou interesse das constatações verificadas. Esses trabalhos estão agrupados por Função de Governo ou área envolvida. A saber, resumidamente:

1.3.1 Administração-Geral

- 1) constatou falhas graves relacionadas à governança da tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal (ausência de carreira específica para TI; falta de planejamento estratégico; carência de política de segurança da informação e realização recorrente de contratações por Sistema de Registro de Preço (SRP) feitas por meio de adesão tardia) (Acórdão nº 1.233-2012/Plenário);
- 2) Fiscalização para apurar indícios de favorecimento nas transferências de recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) a organizações não governamentais constatou que a ação dos gestores, na celebração de convênios, contrariou normativos do próprio Órgão quanto à avaliação do custo-benefício dos projetos e que não houve a devida cautela na análise técnica das propostas (Acórdão nº 793-2012/Plenário);
- 3) determinou que o fornecimento de certidões cíveis e criminais, no âmbito da Justiça do Distrito Federal, seja gratuito. Para o TCU, a cobrança contraria a Constituição Federal, que estabelece a gratuidade dessas taxas quando o fornecimento de informações é de interesse pessoal (Acórdão nº 953-2012/Plenário);
- 4) determinou a todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Interno dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União que orientem órgãos e entidades a eles vinculados para que exijam das empresas contratadas, em cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas (Acórdão nº 1.054-2012/Plenário);
- 5) O Tribunal constatou que tribunais regionais do Trabalho utilizaram critérios e indexadores de correção monetária e juros diferentes dos previstos na legislação para pagamentos de passivos a servidores e juízes (Acórdão nº 1.485-2012/Plenário);

- 6) encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a lista de responsáveis que tiveram contas julgadas irregulares pelo TCU, das quais não caibam mais recursos;
- 7) aprovou o relatório e parecer prévio das contas do Governo da República relativos ao exercício financeiro de 2011 (Acórdão nº 1.204-2012/Plenário).

1.3.2 Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 1) Auditoria realizada em parceria com entidades superiores de fiscalização da Argentina, Bolívia e Paraguai – no Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (Pama) detectou deficiências que podem reduzir a eficácia do Programa multiestatal. O TCU fez uma série de recomendações ao Ministério da Agricultura para fortalecer a integração das ações de combate à doença nas diferentes esferas do Governo e entre os países (Acórdão nº 1.158-2012/Plenário).

1.3.3 Comunicações

- 1) iniciou fiscalização de acompanhamento da licitação conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para outorga de radiofrequências, com o objetivo de levar conectividade às regiões rurais ou de baixa densidade demográfica e de disponibilizar a chamada quarta geração (4G) da tecnologia de comunicações móveis em banda larga nas cidades brasileiras (TC nº 007.574/2012-6).

1.3.4 Defesa Nacional e Segurança Pública

- 1) Auditoria, realizada entre agosto de 2011 e fevereiro de 2012, identificou quantidade insuficiente tanto de policiais federais para supervisionar o controle migratório nos aeroportos brasileiros quanto de servidores da Receita Federal responsáveis pelo controle aduaneiro. As situações mais frágeis encontram-se nos aeroportos de Guarulhos/SP e do Galeão/RJ, que concentram 83% do fluxo de passageiros de voos internacionais (Acórdão nº 1.449-2012/Plenário);

- 2) detectou sobrepreço de, aproximadamente, R\$ 17 milhões, ou seja, 8% do valor total orçado, na obra de construção do novo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (Ciaar), no Município de Lagoa Santa, Minas Gerais (Acórdão nº 1620-2012/Plenário).

1.3.5 Desporto e Turismo

- 1) detectou indícios de inexecução do planejamento orçamentário e irregularidades nas obras de implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Os recursos fiscalizados superaram R\$ 306 milhões. Determinou ao Ministério do Esporte que os recursos previstos no programa de trabalho sejam aplicados exclusivamente na infraestrutura para os Jogos de 2016. Também determinou que a Autoridade Pública Olímpica agilize o documento da matriz de responsabilidades, que estipula as obrigações em cada esfera do Governo - federal, estadual e municipal - com a organização e a realização dos Jogos (Acórdão nº 795-2012/Plenário);
- 2) detectou sobrepreço de aproximadamente R\$ 4,5 milhões no orçamento base da licitação para a construção de quatro viadutos para a melhoria do acesso à Arena Fonte Nova, em Salvador/BA. O TCU determinou que a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) elimine o sobrepreço e encaminhe o novo edital de concorrência para análise (Acórdão nº 774-2012/Plenário);
- 3) detectou sobrepreço de aproximadamente R\$ 86,5 milhões nas obras de construção da Arena da Amazônia, em Manaus/AM. O Tribunal determinou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não libere mais que 20% do valor total do financiamento para o Estado do Amazonas até que o sobrepreço seja eliminado (Acórdão nº 893-2012/Plenário);
- 4) O novo levantamento do Tribunal sobre as ações que preparam o País para a Copa do Mundo de 2014 traz a consolidação dos gastos

estimados, que somam R\$ 27,4 bilhões, e inclui a previsão de investimento em telecomunicações, cerca de R\$ 400 milhões;

- 5) O trabalho do TCU nas ações para a Copa do Mundo de 2014 resultou, até o momento, em uma economia de aproximadamente R\$ 500 milhões, que inclui redução de R\$ 97,4 milhões no orçamento da reforma do Maracanã e de R\$ 86,5 milhões na reconstrução da Arena Amazonas. Se for considerada a repactuação contratual das obras do Maracanã, em virtude da isenção fiscal prevista na Lei nº 12.350/2010, como condição para o regular repasse de recursos, os benefícios da atuação do Tribunal chegam a R\$ 600 milhões.

1.3.6 Educação

- 1) realizou auditorias para verificar a regularidade da aplicação dos recursos dos programas ligados ao transporte escolar na aquisição e manutenção de veículos, bem como a adequação dos controles internos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão repassador, no que se refere aos programas Caminhos da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Acórdãos nºs 900 e 901-2012/Plenário).

1.3.7 Encargos Especiais

- 1) realizou painel de referência sobre as dívidas de estados e municípios com a União. O painel é um dos instrumentos empregados nas auditorias operacionais, com a finalidade de favorecer o debate e refletir diferentes visões sobre o tema da fiscalização. A fiscalização visa avaliar o histórico de pagamentos e saldos das dívidas de estados e municípios com a União, a fim de estimar eventuais valores residuais a pagar e identificar eventuais riscos sistêmicos no que diz respeito à possível incapacidade de quitação desses saldos ao final dos contratos (TC nº 013.036/2012-2)

1.3.8 Energia

- 1) determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) inclua em seu Relatório Anual de Gestão de 2012 tópico específico com informações sobre o grau de implementação e respectivos resultados das determinações, dirigidas pela Agência, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) (Acórdão nº 1.389-2012/Plenário);
- 2) aprovou o segundo e o terceiro estágios da fiscalização do leilão, conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração (A-5) (Acórdão nº 1.239-2012/Plenário);
- 3) fez uma série de recomendações e determinações às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) para aprimorar o uso e as práticas administrativas sustentadoras do sistema integrado de gestão da Estatal. Os sistemas abrangem funcionalidades e processos de negócios empresariais e se caracterizam pela integração de processos com rigoroso tratamento de segurança, manutenção e evolução de sistemas (Acórdão nº 1.328-2012/Plenário);
- 4) O Tribunal fará, a pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), auditoria para examinar a regularidade dos licenciamentos ambientais nas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em construção no Rio Madeira, no Estado de Rondônia (Acórdão nº 1.177-2012/Plenário).

1.3.9 Gestão Ambiental

- 1) apresentou diagnóstico da implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O propósito do trabalho foi verificar o processo de internalização, nas políticas públicas nacionais, dos objetivos e compromissos assumidos pelo Brasil em decorrência da Rio-92, além disso, vislumbrou-se, também, a possibilidade de contribuir para

os debates que seriam realizados no âmbito da Rio+20, evento que ocorreu em junho deste ano (Acórdão nº 1.404-2012/Plenário);

- 2) Auditoria avaliou as ações de recuperação e de controle de processos erosivos do Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PRSF) e identificou que as iniciativas estão dispersas e recebem parcela modesta dos recursos: 6% do orçamento nacional autorizado para as ações de revitalização. Dessa forma, as iniciativas são insuficientes para reverter o quadro de degradação intensa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Acórdão nº 1.457-2012/Plenário);

1.3.10 Saneamento

- 1) suspendeu, cautelarmente, concorrência para as obras da execução de estação de tratamento de água em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, com valor previsto de aproximadamente R\$ 43 milhões. O TCU determinou prazo à Prefeitura Municipal para que se manifeste sobre as irregularidades na concorrência, que fica suspensa até que o Tribunal delibere definitivamente sobre a questão (TC nº 015.851/2012-5);
- 2) O TCU identificou sobrepreço em obras financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Município de Santarém, no Estado do Pará. Por conta de fiscalização inadequada das obras nos bairros de Uruará e Mapiri, foi faturado um grande volume terras que não foi abrangido pelas obras, motivando gastos indevidos de aproximadamente R\$ 5 milhões (Acórdão nº 1.224-2012/Plenário).

1.3.11 Saúde

- 1) reiterou recomendação ao Ministério da Saúde para que, em conjunto com outros órgãos técnicos do Governo, promova estudos a fim de aumentar as despesas voltadas para a saúde da população. A decisão decorreu de monitoramento das determinações e recomendações feitas ao Órgão após auditoria que avaliou quatro áreas: a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); os níveis de atenção básica, média e alta

complexidade; e assistência farmacêutica (Acórdão nº 958-2012/Plenário).

1.3.12 Transporte

- 1) informou à CMO que persistem indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte, na BR-163, no Estado do Pará. Auditoria do TCU constatou sobrepreço que pode causar dano ao erário de aproximadamente R\$ 31 milhões, caso as irregularidades não sejam sanadas e as obras prossigam (Acórdão nº 1.383-2012/Plenário);
- 2) detectou sobrepreço no projeto executivo das obras de revitalização da BR-101, na Bahia, no segmento compreendido entre os quilômetros 475,3 e 956,9. O TCU informou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que as falhas no orçamento previsto podem fazer com que o Órgão venha a licitar o empreendimento com preço já incrementado em, pelo menos, R\$ 23,7 milhões, ou 8,6% do valor total orçado.
- 3) identificou irregularidades na construção do trecho Novo Diamantino-Sapezal da BR-364, em Mato Grosso. A fiscalização constatou sobrepreço, aprovação de projeto básico deficiente e obras realizadas em terrenos não desapropriados, dentre outras falhas (Acórdão nº 1.232-2012/Plenário);
- 4) alertou a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e o Ministério do Esporte sobre a possibilidade de atraso na data prevista para a entrega nas obras de reforma e ampliação do Aeroporto de Manaus/AM. Auditoria do TCU constatou que o cronograma de desembolso financeiro do contrato está incompatível com a execução física dos serviços. As obras fazem parte do conjunto de adaptações previstas nos aeroportos brasileiros para a realização da Copa do Mundo de 2014 (Acórdão nº 1.227-2012/Plenário).

1.4 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 2º trimestre de 2012, foram autuados 22 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 5 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 62 processos de solicitação do Congresso Nacional.

1.5 Rede de Controle

Nos dia 14 de junho, foi realizada a 14ª reunião plenária da Rede de Controle da Gestão Pública, que teve por objetivos apresentar balanço dos trabalhos realizados, dar início a novas ações e compartilhar informações, documentos e experiências entre os membros da Rede. A reunião, realizada no auditório da Controladoria-Geral da União, contou com a participação de mais de quarenta representantes de treze órgãos e instituições da rede: AGU, AMPCON, Câmara dos Deputados, DPF/MJ, INSS, MF, MPF, MPM, MPOG, MPS, MS, além do TCU e da CGU.

1.6 Atuação Internacional

O Relatório registra que, no cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No período, os ministros do TCU participaram dos seguintes eventos:

- 1) “Foro Internacional sobre Fiscalización Superior”, realizado na Cidade do México. O evento foi organizado pela Câmara dos Deputados do México, com a atuação de sua ‘Comisión de Vigilancia de la Auditoría Superior de la Federación’, e contou com a presença dos representantes dos órgãos

- de controle externo de vários países, como da 'Auditoría Superior de la Federación' do México, da Corte de Contas da França, do Tribunal de Contas da Espanha, do Tribunal de Contas da União do Brasil, e do 'U.S. Government Accountability Office (GAO) dos Estados Unidos da América, ocorrido em 18 de abril de 2012;
- 2) "Meeting of the INTOSAI Subcommittee on Internal Control Standards", organizado pela Supreme Audit Institution (SAI) da Polônia, em Varsóvia, nos dias 24 e 25 de abril;
 - 3) "segunda etapa do Programa de Planejamento Estratégico dirigido às entidades de fiscalização superior (EFS) da América Latina", realizada pela Intosai Development Initiative/Olacefs, em Quito, no Equador, entre os dias 7 e 18 de maio;
 - 4) "5ª Reunião Anual de Oficiais Seniores em PPP, organizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em Paris, nos dias 26 e 27 de maio;
 - 5) Nos período de 4 a 9 de junho, o Presidente Benjamin Zymler e o Ministro José Múcio realizaram visita a Taiwan, atendendo o convite do Auditor General Ching Long Lin, da National Audit Office, onde visitaram diversas instituições públicas. Entre os dias 10 e 15 de junho, foram a Tóquio para uma reunião do Subcomitê 1 do Comitê de Construção de Capacidades da INTOSAI;
 - 6) "World Congress on Justice Governance and Law for Environmental Sustainability", promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), no Rio de Janeiro. O evento, que fez parte da Rio+20, reuniu juízes, procuradores, advogados públicos, auditores-gerais, ministros e conselheiros de tribunais de contas de diversos países, nos dias 18 e 19 de junho;
 - 7) Entre os dias 30 de maio e 1º de junho participou, em Paris, da revisão por pares (peer review) do estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) referente ao processo de

elaboração do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo Federal.

1.7 Recursos Humanos e Financeiros

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.653 estavam ocupados no final do trimestre.

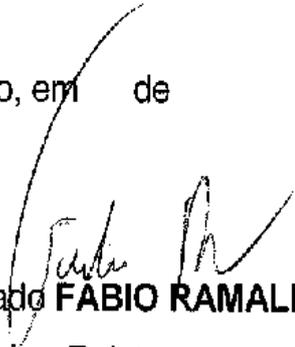
O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1,3 bilhão. A despesa liquidada até o final do 2º trimestre foi de R\$ 639 milhões (49%) da dotação orçamentária disponível para execução.

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, pelo que VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 2º Trimestre de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputado **FABIO RAMALHO**
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado AFONSO FLORENCE, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 26/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olimpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado AFONSO FLORENCE
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 7, DE 2014-CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 29, de 2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2012.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

Relator ad hoc: Deputado AFONSO FLORENCE

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 3º Trimestre de 2012, objeto do AVN nº 29/2012-CN.

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 30 de novembro de 2012 (Aviso nº 1.334-GP/TCU, na origem), dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas.

Segundo o Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, dentre as ações desenvolvidas pelo Tribunal, no período em análise, merece destaque a análise do primeiro estágio do processo de concessão para outorga de radiofrequências. A licitação está sendo conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e tem por objetivo disponibilizar a quarta geração da tecnologia de comunicações móveis em banda larga (4G) nas cidades brasileiras. Após ter sido analisado pelo Tribunal, o preço mínimo de outorga aumentou em mais de R\$ 457 milhões.

Destacou, também, auditoria realizada nos três regimes que compõem a previdência pública, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis da União (RPPS), os Encargos Financeiros da União com os Militares Inativos e seus Pensionistas (EFM) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Nessa fiscalização foi constatado que, somente em 2009, o déficit das três previdências foi de cerca de R\$ 90 bilhões.

Nessa linha, ressalta que, embora a maior parte dos benefícios das ações de controle externo sejam imensuráveis, por advir basicamente da expectativa de controle, da prevenção de desperdícios, de melhoria na alocação de recursos, de sugestão de aprimoramento de leis, de redução de danos ambientais e melhorias de políticas públicas, alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração, tendentes, inclusive, a gerar benefícios por tempo indeterminado.

Prossegue destacando o fato de que, no período em exame, tais benefícios alcançaram o montante de R\$ 6,88 bilhões, valor 22,55 vezes superior ao custo do funcionamento do Tribunal no trimestre.

O Relatório apresentado está estruturado em seis grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;
- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Relacionamento com o Público Externo; e
- VI. Atividades Administrativas.

O Relatório destaca os seguintes resultados:¹

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 6,88 bilhões
Medidas cautelares adotadas	38
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	28
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 2,57 bi
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	570
Valor das condenações	R\$ 429,7 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	564
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 144,9 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	24
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	12
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	447
Processos julgados conclusivamente	1.550
Acórdãos proferidos	5.635
Atos de pessoal analisados	33.679
Fiscalizações concluídas	350

Fonte: Relatório de Atividades 3º tri/2012 - TCU

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria e na página da *internet* da CMO: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo/projetos/proposicoes/qtom.html>

1.1 Estrutura do TCU

O TCU, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais cometidas ao Tribunal. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Subordinadas à Segecex, estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo. Tais unidades possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação.

Segundo o Relatório, o quadro de pessoal do Tribunal ao final do trimestre era de 2.633 servidores, sendo 1.748 auditores de controle externo e 885 técnicos federais de controle externo e auxiliares de controle externo.

1.2 Atividade de Controle Externo

No período, foram concluídas 350 fiscalizações, envolvendo um esforço de 15.905 Homens-Dia de Fiscalização (HDF). Ao término do trimestre estavam em andamento 223 fiscalizações. Do total no trimestre, 16,86% (59) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 83,14% (291), foram de iniciativa do próprio Tribunal.

Além disso, no período, foram autuados 1.543 processos referentes à matéria de controle externo e apreciados, de forma conclusiva, 1.550 processos de mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 35.699 atos de pessoal e apreciados 33.679 atos dessa natureza.

1.3 Medidas Cautelares

No 3º trimestre de 2012, foram adotadas 38 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 2,57 bilhões. No mesmo período de 2011, foram expedidas 40 medidas cautelares envolvendo um montante de R\$ 2,22 bilhões.

1.4 Julgamento de Contas e Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 488 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 238 (48,77%) condenaram 483 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 36 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 87 responsáveis.

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 3º trimestre de 2012, 24 responsáveis foram considerados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e 12 empresas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública Federal.

1.5 Atuação do TCU por Área Temática

O Relatório destaca, pela importância ou interesse das constatações verificadas, os seguintes trabalhos agrupados conforme as dez Áreas Temáticas definidas pelo Congresso Nacional para a divisão setorial dos trabalhos de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):

1.6 Infraestrutura

1.6.1 Minas e Energia

- a) fez uma série de determinações e recomendações à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Ministério de Minas e Energia (MME) após constatar

irregularidades na administração da Reserva Global de Reversão da Eletrobras (RGR). Essa reserva foi criada, inicialmente, para prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia. Ela é formada por meio de um encargo tarifário embutido nas tarifas reguladas do setor elétrico, portanto, o ônus recai sobre os consumidores. A arrecadação desse encargo atingiu o montante de R\$ 1,5 bilhão em 2010. O saldo da conta RGR supera R\$ 17,5 bilhões. Apesar de ter sido criada para prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia, os valores arrecadados à conta da RGR são aplicados em finalidades que, embora legais, afastam-se do propósito de constituição de uma reserva (Acórdãos nº 3.012/2011 e 1.042/2012 -Plenário);

- b) fez diversas determinações à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relacionadas à realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração. Dentre as medidas a serem adotadas pela EPE, estão a de recalcular o preço-teto e de reavaliar os custos socioambientais das usinas hidrelétricas (UHE), além de atualizar as taxas de depreciação das UHE nos próximos leilões (Acórdão nº 2.514/2012-Plenário);
- c) fiscalização constatou descumprimento do cronograma da construção da Usina Termonuclear de Angra III. De acordo com a auditoria, apenas 22,3% da obra havia sido executada até o mês de março deste ano, mas foram utilizados 33,7% do valor contratual. O atraso encontrado pelo TCU foi de 350 dias nas edificações da obra. Consequência direta dessa situação foi o aumento dos custos indiretos do empreendimento. O Tribunal determinou à ETN a adoção de medidas com o objetivo de diminuir ao máximo os custos indiretos advindos do atraso na execução das obras (Acórdão nº 2.401/2012-Plenário);
- d) suspendeu, cautelarmente, concorrência pública sob responsabilidade da Eletrobrás Distribuição PiauÍ (EDP), realizada com o objetivo de contratar escritório de advocacia para prestação de serviços jurídicos especializados. O relator do processo reconheceu que a exigência de requisitos detalhados de infraestrutura e número mínimo de profissionais são potenciais restrições que reduzem o caráter competitivo da licitação (Comunicação em Plenário em 04.07.2012, TC nº 017.566/2012-6);

- e) constatou irregularidades em repasses de verbas realizados pela Petrobras, por meio de patrocínios e convênios, a organizações não governamentais e entidades supostamente ligadas a partidos políticos. De acordo com o exame, a Petrobras repassou à Central Única dos Trabalhadores (CUT) cerca de R\$ 45 milhões entre 2004 e 2007. Esse valor seria usado pela CUT para ações de alfabetização. No entanto, segundo o relator do processo, "não há elementos suficientes para atestar a sua boa e regular aplicação". O TCU abrirá tomada de contas especial para identificar os responsáveis e quantificar valores a serem ressarcidos à União (Acórdão nº 2.575/2012-Plenário);

1.6.2 Transportes

- a) fiscalização concluiu que o contrato para as obras do Complexo Viário do Rio Baquirivu, no Município de Guarulhos/SP, ainda apresenta pendências que configuram indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação. Segundo apurado, o contrato, que é de 1999, perdeu a vigência, mas essa situação ainda não está formalizada. Assim, o Tribunal determinou que o contrato e todos os convênios para repasse de recursos federais sejam encerrados formalmente. O Ministério das Cidades deverá informar ao TCU, em 60 dias, as providências adotadas para cumprimento da determinação (Acórdão nº 2.146/2012-Plenário);
- b) determinou que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) efetue levantamento do valor pago a mais por serviços de manutenção e assistência técnica dos sistemas de suporte do controle de tráfego aéreo e defesa aérea nacional. Estimativa do TCU aponta superfaturamento anual entre R\$ 1.508.589,63 e R\$ 2.214.051,44 na execução de contratos firmados, por inexigibilidade sem justificativa e já extintos, entre o Decea e a Fundação Atech na época do apagão aéreo. O Departamento deverá providenciar a recuperação dos valores pagos indevidamente e apresentar ao Tribunal, em 60 dias, a comprovação das medidas adotadas (Acórdão nº 2.163/2012-Plenário);
- c) fiscalização do TCU, em dois contratos para obras no Aeroporto de Macapá, no Estado do Amapá, identificou as seguintes irregularidades: restrição à competitividade da licitação, inexistência de projeto básico atualizado,

- subcontratação irregular de empresa e execução de serviços sem formalização de aditivo. Os responsáveis tiveram as razões de justificativa rejeitadas e foram multados individualmente (Acórdão nº 1.703/2012-Plenário);
- d) o Tribunal determinou à Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) que no prazo de 180 dias encerre o convênio com a Fundação Ricardo Franco (FRF). A decisão foi tomada com base em auditoria que apontou a utilização do convênio para prestação de serviços que deveriam ser contratados por meio de licitação. A auditoria também apontou que houve terceirização irregular de mão de obra e cálculo indevido de pagamento dos funcionários da FRF (Acórdão nº 1.618/2012-Plenário);
- e) aprovou o primeiro estágio do arrendamento de área para construção do Terminal de Granéis Sólidos (TGS II), também conhecido como Terminal do Meio, no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro (Acórdão nº 2.324/2012-Plenário);
- f) determinou por meio de medida cautelar, que a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) paralise a concorrência para obras do Porto do Rio de Janeiro até que o TCU se pronuncie conclusivamente sobre o processo. A obra se insere nos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e tem como finalidade a construção de três píeres que possibilitarão a acostagem de seis navios de passageiros simultaneamente. O TCU constatou que após a entrega de quatro propostas concorrentes da licitação, a CDRJ anulou a reunião de abertura dos documentos de habilitação devido a questionamento feito por um dos competidores contra as exigências para comprovação de capacitação técnica e operacional. O Órgão devolveu as propostas às concorrentes com exceção de duas empresas. Os envelopes foram entregues sem julgamento efetivo das documentações de habilitação e mesmo assim uma das concorrentes foi considerada habilitada para realizar os serviços (Ata nº 37/Plenário, de 19.09.2012);
- g) analisou a evolução física e financeira das obras da Ferrovia Norte-Sul, nos lotes 1S a 4S, no trecho compreendido entre a cidade de Rio Verde/GO e Ponte do Rio Arantes e no lote 5S, localizado entre a Ponte do Rio Arantes/MG e a cidade de Estrela d'Oeste/SP. De acordo com auditoria realizada pelo TCU, os métodos de construção utilizados pela Valec resultaram em projeto básico deficiente ou desatualizado, com pagamento irregular da despesa e avanço desproporcional das

- etapas de serviço, circunstância que apontam provável atraso na execução. A fiscalização aponta graves deficiências. De acordo com o relator do processo, não há certeza de que a ferrovia efetivamente construída será aquela licitada. “Com esse grau de imprecisão do projeto básico, não há sequer uma estimativa aproximada dos custos finais do empreendimento e da previsão para sua conclusão, além do que, abre-se a possibilidade de diversas formas de malversação de recursos públicos”, afirmou (Acórdãos nº 2.466 e nº 2.467-Plenário);
- h) auditoria determinou a aplicação de multas no valor total de R\$ 86 mil aos responsáveis pelas irregularidades persistentes nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, trecho Aguiarnópolis-Palmas, no Estado de Tocantins. A decisão do TCU determina ainda a constituição de processos de tomada de contas especial para cada contrato das obras, com o objetivo de quantificar o débito e apurar os responsáveis em face do superfaturamento identificado, bem como das irregularidades não suprimidas (Acórdão nº 1.910/2012-Plenário);
- i) decisão do Tribunal, expedida ainda em 2009, havia determinado ao Ministério dos Transportes que, em parceria com a inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), adotasse urgentemente providências com vistas à apuração do débito e à cobrança da dívida decorrente da depredação da Estação Ferroviária São Francisco, em Alagoinhas, na Bahia. Os danos foram verificados na ocasião da devolução da Estação após período de arrendamento à Ferrovia Centro-Atlântico S/A, em 2004. O valor atualizado da dívida decorrente da depredação, incluindo multa e correção monetária, é de quase R\$ 1 milhão. No entanto, o TCU realizou, recentemente, auditoria de monitoramento das determinações de 2009 e verificou que não foram adotadas medidas efetivas para a cobrança da dívida. Assim, o Tribunal determinou prazo à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), atual administrador da Estação, para que se posicionem sobre a proposta apresentada pela Ferrovia Centro-Atlântica S/A de recuperação da estação ferroviária (Acórdão nº 2.469/2012-Plenário);
- j) determinou à Caixa Econômica Federal que limite os repasses totais a 95% do valor necessário para completa execução das obras do Projeto Via Mangue,

- empreendimento que tem como objetivo ligar a Região Central de Recife aos bairros de Boa Viagem e Pina, em mais de 4,5 km de vias. A Caixa deve ainda informar as providências adotadas a fim de regularizar a diferença entre os valores financiados pelo FGTS e o montante contratado entre a Prefeitura do Município e a construtora responsável pelos serviços (Acórdão nº 2.381/2012-Plenário);
- k) auditoria detectou que os projetos básico e executivo para finalização das obras da BR-101, trecho Santa Cruz-Itacurussá e acesso ao Porto de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, estão desatualizados e não podem fundamentar nova licitação para término dos serviços. Após três aditivos ao contrato, a chamada “fase 2”, que já teve 96,10% dos serviços pagos, apresenta um sobrepreço de mais de R\$ 12,1 milhões (Acórdão nº 2.233/2012-Plenário);
- l) O TCU identificou sobrepreço de mais de R\$ 3,2 milhões nos serviços de escavação, carga e transporte de materiais nas obras da BR-440, ligação entre a BR-267 e a BR-040, em Minas Gerais. O Tribunal informou à CMO que subsistem os indícios de irregularidades e que seu saneamento depende do cumprimento das determinações. (Acórdão nº 2.154/2012-Plenário);
- m) identificou irregularidades nas obras de manutenção da BR-364 nas proximidades dos municípios de Tarauacá e Rodrigues Alves, no Estado Acre. Auditoria do Tribunal apontou falha de supervisão e de fiscalização na execução dos serviços; ausência de relatórios de controle tecnológico e de fichas de campo com assinatura de responsável técnico, o que impossibilita a comprovação da qualidade dos serviços; antecipação de pagamentos e a exigência de visita técnica ao local das obras em data e horário únicos e pré-definidos, o que restringiu a competitividade da licitação. O TCU determinou ao Dnit e ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre (Deracre) que, no prazo de 60 dias, verifiquem a qualidade e a adequação dos serviços, exigindo da empresa contratada a reparação dos serviços que apresentarem deficiências (Acórdão nº 2.304/2012-Plenário);
- n) identificou indicativo de superfaturamento de mais de R\$ 9 milhões nas obras de duplicação da rodovia BR-386, trecho entre os municípios de Tabaí e Estrela no Estado do Rio Grande do Sul. O superfaturamento é decorrente de superestimativa de terraplenagem e da diferença entre as distâncias médias de

transporte de material executadas e as remuneradas ao consórcio responsável. O Tribunal determinou prazo para que os responsáveis pela aprovação e revisão do projeto executivo e as empresas participantes do consórcio responsável pela obra se manifestem sobre as irregularidades. (Acórdão nº 1.843/2012-Plenário);

1.6.3 Comunicações

- a) auditoria realizada na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) resultou em melhorias na gestão de multas administrativas no âmbito da Agência. O TCU analisou a gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais com escopo nos exercícios de 2005 a 2009 (Acórdãos nº 482/2012 e nº 1.817/2010-Plenário);
- b) O Tribunal, ao avaliar o desempenho das agências reguladoras, constatou que a Anatel não cumpriu totalmente determinações e recomendações expedidas em duas fiscalizações referentes à regulação da qualidade dos serviços de telecomunicações. O TCU identificou que aspectos fundamentais relativos à qualidade da prestação de serviços para os usuários de telefonia não eram devidamente tratados pelo órgão regulador. O TCU fixou prazo para que um novo plano de trabalho para implementação das determinações seja elaborado (Acórdão nº 1.864/2012-Plenário);
- c) aprovou, com ressalvas, o primeiro estágio do processo de concessão para outorga de radiofrequências, com o objetivo de disponibilizar a quarta geração da tecnologia de comunicações móveis em banda larga (4G) nas cidades brasileiras e levar conectividade às regiões rurais. O Tribunal recomendou à Agência que aprimore a metodologia de estimativa do custo médio ponderado de capital (Acórdão nº 2.222/2012-Plenário);
- d) O TCU aprovou com ressalva o modelo de outorga, bem como o edital de licitação e a minuta de contrato para instalação de 818 Agências de Correios Franqueadas (ACF) (Acórdão nº 1.778/2012-Plenário);
- e) determinou à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que elabore e aprove formalmente política de segurança da informação da Empresa (Acórdão nº 1.775/2012-Plenário);

1.7 Saúde

- a) encontrou irregularidades no planejamento e no processo de aquisição e de distribuição de 400 motolâncias cedidas pelo Ministério da Saúde/MS às coordenações locais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) (Acórdão nº 2.221/2012-Plenário);
- b) determinou à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que anule o processo licitatório para as obras de ampliação do Hospital Universitário ou negocie a redução de preços com a empresa vencedora do certame, de forma que os preços sejam ajustados aos patamares de mercado (Acórdão nº 1.999/2012-Plenário);

1.8 Integração Nacional e Meio Ambiente

- a) identificou indícios de irregularidades graves em edital de pré-qualificação, que originará concorrência para contratação de mão-de-obra para serviços de macro e micro drenagem nas bacias dos córregos Borá e Canela, em São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. As obras apresentam projeto básico deficiente ou desatualizado, sobrepreço e restrição à competitividade da licitação, decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento. O TCU determinou à Prefeitura de São José do Rio Preto que, caso considere utilizar os recursos federais oriundos do termo de compromisso, informe as medidas adotadas para corrigir os indícios de irregularidades apontados no edital. O Tribunal também determinou à Caixa que elabore Laudo de Análise de Engenharia (LAE) e Síntese do Projeto Aprovado (SPA) (Acórdão nº 1.705/2012-Plenário);

1.9 Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

- a) auditoria realizada no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv), conhecido como Portal dos Convênios, de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) analisou a documentação de engenharia de software e a execução contratual do desenvolvimento do Sistema (Acórdão nº 2.465/2012-Plenário);
- b) apreciou representação em que se analisou a concessão pela Financiadora de Estudos e Pesquisa (Finep) de subvenção econômica à Empresa Omnisys Engenharia Ltda. para o desenvolvimento de projeto de atualização tecnológica de

transmissores para sistemas de radares, cujas atividades integravam contrato de aquisição de bens e serviços e o correlato acordo de compensação comercial celebrados pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) com a Thales Air Systems, sócia majoritária da Omnisys. Tomando por referência as normas do Federal Acquisition Regulation que disciplinam a venda externa de bens e serviços militares produzidos por empresas norte-americanas, a análise evidenciou que os custos incorridos pela Thales Air Systems para dar cumprimento aos seus compromissos de *offset* foram considerados nos preços que ela pactuou com o Decea no contrato de aquisição. Dessa forma, ficou demonstrado que a modernização dos transmissores dos radares importou um duplice ônus para o Tesouro Nacional, devido à simultânea concessão de subvenção à Omnisys Engenharia Ltda. e ao pagamento de valores contratuais que já consideravam os custos derivados das transações de *offset* (Acórdão nº 2.334/2012-Plenário);

- c) analisou, por meio de sete fiscalizações, o uso e as práticas administrativas sustentadoras de sistemas integrados de gestão de empresas estatais. As instituições auditadas foram as Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), a Petrobras Distribuidora (BR Distribuidora), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e a Casa da Moeda do Brasil. As fiscalizações constataram, em todas as empresas públicas auditadas, falhas ou inexistência de políticas de segurança da informação e de controle de acesso. Além disso, em quatro das cinco empresas não há plano de continuidade de TI. Também foram encontrados problemas nos aspectos legais relacionados a contratos com fornecedores de serviços. O Tribunal determinou ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais que exija das entidades sob sua jurisdição o cumprimento aos normativos referentes às políticas de segurança de informação e de controle de acesso (Acórdão nº 2.523/2012-Plenário);
- d) auditoria do TCU constatou que o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, sítio sob responsabilidade do Senado Federal, não está sendo atualizado tempestivamente. A alimentação periódica é obrigação dos gestores que recebem recursos públicos para execução das obras. O site (www.copatransparente.gov.br) tem como objetivo facilitar o monitoramento dos gastos públicos e a execução das obras do mundial de futebol (Acórdão nº 1.977/2012-Plenário);

- e) após correção de sobrepreço superior a R\$ 65 milhões, o TCU liberou concessão de crédito pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Governo do Estado do Amazonas para construção da Arena da Amazônia, em Manaus/AM (Acórdão nº 2.140/2012-Plenário);
- f) autorizou a republicação do edital de concorrência para a construção do novo Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) da Fundação Universidade do Amazonas (UFAM), desde que adotadas as providências determinadas com o objetivo de corrigir sobrepreço de quase R\$ 9 milhões (Acórdão nº 2.330/2012-Plenário);

1.10 Planejamento e Desenvolvimento Urbano

- a) determinou a suspensão da regularização fundiária das áreas tombadas ou de preservação ambiental do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Ao analisar o mérito da questão, o TCU tornou definitiva decisão cautelar tomada em 2011. Agora, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o JBRJ deverão delimitar a exata extensão do Jardim Botânico, o que inclui o Horto Florestal, para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) possam adotar as medidas legais para a formal cessão de uso dos imóveis ao JBRJ (Acórdão nº 2.380/2012-Plenário);
- b) monitoramento aponta irregularidade na prestação de serviços terceirizados em empresas estatais. Em decorrência da auditoria, o TCU fez novas determinações no intuito de evitar que terceirizados operem irregularmente, além de garantir que eles sejam contemplados pelas mesmas verbas trabalhistas legais e normativas destinadas aos empregados contratados (Acórdão nº 2.303/2012-Plenário);
- c) determinou cautelarmente à Prefeitura de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, que suspenda a concorrência para reforma e ampliação do Parque Permanente de Exposições do Município. A decisão foi tomada com base em relatório que apontou, no edital, exigência que restringe o número de empresas concorrentes, a forma de pagamento à empresa vencedora e, por consequência, a análise de propostas com prazos melhores e preços economicamente mais viáveis. O TCU determinou à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto que se manifeste sobre as irregularidades (Comunicação em Plenário, de 04.07.2012, TC nº 017.628/2012-1);

1.11 Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

- a) o Tribunal autorizou, em caráter excepcional, a manutenção de convênio firmado entre o Ministério da Fazenda e a GEAP (Fundação de Seguridade Social). A decisão do TCU foi tomada por medida cautelar em razão de diversos mandados de segurança em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) que tratam da possibilidade de assinatura de convênio com órgãos públicos que não os patrocinadores originais da entidade (Acórdão nº 2.061/2012-Plenário);
- b) fez uma série de determinações e recomendações à Casa da Moeda do Brasil (CMB) com o objetivo de aprimorar o sistema integrado de gestão da empresa (Acórdão nº 2.296/2012-Plenário);

1.12 Agricultura e Desenvolvimento Agrário

- a) o Tribunal constatou que o problema de infraestrutura do agronegócio no Brasil não se restringe à inadequação ou insuficiência de estradas e portos para o escoamento da produção. O problema vai além, reside na própria matriz de transportes brasileira que privilegiou o modal rodoviário em detrimento dos transportes ferroviário e aquaviário, que apresentam custos significativamente menores para maiores distâncias. Somam-se a esses problemas a fragilidade no planejamento das ações de médio e longo prazos e a carência de articulação entre diferentes instâncias governamentais responsáveis por estabelecer a política de transportes e escoamento da produção agrícola. O trabalho também identificou problemas no Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT). Entre as deficiências, a falta de articulação entre as diversas áreas do Governo envolvidas é uma das principais, o que fica evidenciado com a demora da entrada em operação do Conselho Nacional de Integração e Políticas de Transporte (Conit), ente destinado a coordenar as diversas instâncias do governo. Criado em 2001, o Conit só foi regulamentado em 2008, tendo se reunido pela primeira vez em 2009 e realizado somente mais duas reuniões desde então. (Acórdão nº 2.244/2012-Plenário);
- b) auditoria do TCU concluiu pela inviabilidade das obras para conclusão do Projeto de Aproveitamento Agrícola Sampaio/TO, que tem como objetivo aproveitar cerca de 12.000 hectares de áreas irrigáveis, destinando-os ao cultivo de arroz, soja,

milho e à fruticultura. O Projeto apresenta elevado risco de insucesso, possibilidade de graves danos ambientais, sociais e à saúde pública. O TCU recomendou ao Ministério da Integração Nacional que limite o repasse de recursos ao montante necessário à conclusão da primeira etapa e que se abstenha de aportar verbas federais para construção das demais fases (Acórdão nº 2.416/2012-Plenário);

1.13 Trabalho, Previdência e Assistência Social

- a) auditoria realizada nos três regimes que compõem a previdência pública constatou que, somente em 2009, o déficit das três previdências foi de cerca de R\$ 90 bilhões. Em relação ao RPPS, o TCU identificou que as principais causas de déficit desse regime são a concepção original da aposentadoria do servidor público como uma vantagem própria do cargo e a integração de mais de 650 mil empregados públicos ao regime, antes regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Tribunal também observou, a partir de estudos realizados pelo Governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, que há projeção de déficit crescente do RPPS até 2035, quando o sistema reverteria a tendência, e se reaproximaria do equilíbrio em 2103. Já o déficit do regime dos militares se deve a diversos fatores, como valor de contribuição exclusivo para pensões e inferior ao exigido dos servidores civis, ausência de contribuição dos pensionistas militares para o sistema, benefícios concedidos equivalentes à integralidade dos vencimentos, entre outros. TCU fez uma série de determinações e recomendações para o aperfeiçoamento dos regimes, dirigidas a diversos órgãos, como Ministério da Previdência Social, Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Instituto Nacional do Seguro Social e Secretaria da Receita Federal. (Acórdão nº 2.059/2012-Plenário);

1.14 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 3º trimestre de 2012, foram autuados 34 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 21 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 74 processos de solicitação do Congresso Nacional.

Além disso, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas promovidas pelas comissões técnicas de ambas as Casas do Congresso Nacional.

1.15 Atuação Internacional

O Relatório registra que, no cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

1.16 Recursos Humanos e Financeiros

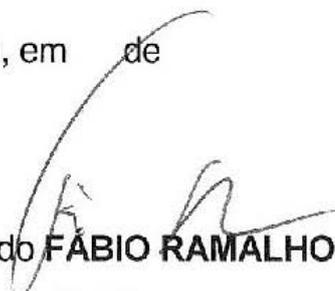
O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1.376.371.562,00. A despesa liquidada até o final do 3º trimestre foi de R\$ 944 milhões (68,39%) da dotação orçamentária disponível para execução.

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, tendo, inclusive, nos termos relatados, adotado as providências pertinentes junto aos órgãos e entidades auditados com vistas à correção das irregularidades detectadas. Em consequência, **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 3º Trimestre de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputado **FÁBIO RAMALHO**
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **AFONSO FLORENCE**, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 29/2012-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2012”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olímpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador **LOBÃO FILHO**
Presidente



Deputado **AFONSO FLORENCE**
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 8, DE 2014 - CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 5, de 2013-CN, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2012.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

Relator ad hoc: Deputado AFONSO FLORENCE

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 4º Trimestre de 2012, objeto do AVN nº 5/2012-CN.

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 28 de fevereiro de 2013 (Aviso nº 179-GP/TCU, na origem), dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas.

Segundo o Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, dentre as ações desenvolvidas pelo Tribunal, no período em análise, merece destaque os resultados da ação fiscalizatória em 200 obras, tendo o Tribunal encontrado algum tipo de irregularidade grave em 127 empreendimentos. As correções propostas pelo Tribunal podem gerar benefícios de até R\$ 2,5 bilhões.

Destacou, também, auditoria realizada com o objetivo de conhecer o rol de renúncias tributárias, financeiras e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilização da Copa do Mundo de 2014. A fiscalização demonstrou que, somadas, as isenções totalizam quase R\$ 1,08 bilhão.

Nessa linha, ressalta que, embora a maior parte dos benefícios das ações de controle externo seja imensurável, por advir basicamente da expectativa de controle, da prevenção de desperdícios, de melhoria na alocação de recursos, de sugestão de aprimoramento de leis, de redução de danos ambientais e melhorias de políticas públicas, alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração, tendentes, inclusive, a gerar benefícios por tempo indeterminado.

Prossegue destacando o fato de que, no período em exame, tais benefícios alcançaram o montante de R\$ 3,41 bilhões, valor 8,15 vezes superior ao custo do funcionamento do Tribunal no período, R\$ 328,9 milhões.

O Relatório apresentado está estruturado em sete grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;
- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Obras Públicas Fiscalizadas;

VI. Relacionamento com o Público Externo; e

VII. Atividades Administrativas.

O Relatório destaca os seguintes resultados:¹

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 3,41 bilhões
Medidas cautelares adotadas	37
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	32
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 2,39 bi
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	490
Valor das condenações	R\$ 270,7 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	964
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 1,078 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	26
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	10
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	450
Processos julgados conclusivamente	1.292
Acórdãos proferidos	4.949
Atos de pessoal analisados	20.362
Fiscalizações concluídas	1.353

Fonte: Relatório de Atividades 4º tri/2012 - TCU

1.1 Estrutura do TCU

O Tribunal, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais a ele cometidas. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria e na página da internet da CMO: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/outrasmaterias/QuadroOutrasMaterias.asp?TipoMateria=Relat%F3rio%20de%20Atividades%20do%20TCU&Nome_Arq=12_rel_atv_TCU

básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Segundo o Relatório, o Tribunal inicia 2013 com nova estrutura estabelecida pela Resolução-TCU nº 253/2012. A nova organização busca a excelência do controle e estabelece a atuação das unidades técnicas responsáveis pelas fiscalizações por especialização. Assim, essas unidades passam a atuar por áreas temáticas. A Segecex, unidade responsável pela coordenação e execução das fiscalizações do TCU, passou a reunir auditores e ações por área temática.

A clientela do TCU agora está distribuída por quatro coordenações-gerais de controle externo: Social, Serviços Essenciais ao Estado, Desenvolvimento Nacional e Infraestrutura. Cada uma dessas coordenadorias desdobra-se em secretarias especializadas em temas como Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Administração do Estado. Foi criada, ainda, uma secretaria específica para fiscalizar contratações de bens e serviços de apoio logístico dos órgãos federais.

As unidades que já possuíam alto grau de especialização foram mantidas dentro da nova estrutura. As quatro secretarias de fiscalização de obras, por exemplo, passaram a fazer parte da Coordenação-Geral de Infraestrutura. As unidades especializadas foram mantidas, porém com contornos de atuação mais definidos.

1.2 Atividade de Controle Externo

No período, foram concluídas 439 fiscalizações, envolvendo um esforço de 15.559 homens-dia de Fiscalização (HDF). Ao término do trimestre estavam em andamento 85 fiscalizações. Do total no trimestre, 13,9% (61) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 86,1% (378), foi de iniciativa do próprio Tribunal.

Além disso, no período, foram autuados 1.433 processos referentes à matéria de controle externo e apreciados, de forma conclusiva, 1.292 processos de mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 21.543 atos de pessoal e apreciados 20.362 atos dessa natureza.

1.3 Medidas Cautelares

No 4º trimestre de 2012, foram adotadas 37 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 2,39 bilhões. No mesmo período de 2011, foram expedidas 34 medidas cautelares envolvendo um montante de R\$ 6,45 bilhões.

1.4 Julgamento de Contas e Condenações e Sanções Aplicadas

No trimestre, o TCU julgou de forma definitiva contas de 1.591 responsáveis. Entre os 237 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 196 (82,7%) condenaram 392 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 41 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 99 responsáveis.

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito no valor de R\$ 269,9 milhões, atualizados até a data de 31.12.2012. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 838,3 mil.

1.5 Atuação do TCU por Área Temática

O Relatório destaca, pela importância ou interesse das constatações verificadas, os seguintes trabalhos agrupados conforme as dez Áreas Temáticas

definidas pelo Congresso Nacional para a divisão setorial dos trabalhos de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):

1.6 Infraestrutura

- a) aprovado o relatório de consolidação das fiscalizações de obras de 2012. Foram fiscalizadas 200 obras e as correções propostas podem gerar benefícios de até R\$ 2,5 bilhões;
- b) realizadas 60 fiscalizações temáticas de obras, divididas em quatro grupos: ginásios esportivos em escolas; programa "Luz para todos"; construção de terminais fluviais na região Norte e estudos e projetos de infraestrutura de transportes (Acórdão nº 2.928/2012-Plenário);

1.6.1 Minas e Energia

- a) as auditorias em obras do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa "Luz para todos") envolveram 120 municípios dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima, e um montante aproximado de R\$ 435 milhões. As análises feitas no decorrer de 15 fiscalizações evidenciaram como falhas mais comuns a inadequação ou inexistência de critérios de aceitabilidade de preços unitários, possibilidade de execução de serviços em quantidade e em locais divergentes dos previstos em edital e existência de atrasos na execução das obras (Acórdão nº 2.928/2012-Plenário);
- b) identificou, na implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho-Rio Branco, atraso de catorze meses na obtenção da licença de instalação junto ao Ibama, o que pode causar prejuízo da ordem de R\$ 28 milhões. Também foram identificados problemas nos critérios de medição e no recebimento, estocagem ou guarda de equipamentos (Acórdão nº 2.894/2012-Plenário);

- c) realizou auditoria operacional na Agência Nacional de Petróleo (ANP) com o objetivo de analisar a fiscalização do cumprimento do compromisso de conteúdo local (CL) das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural. No trabalho, foi analisada a estrutura da agência para fiscalização de CL, além dos procedimentos utilizados para investigar os contratos e as medidas adotadas para delinear os procedimentos necessários nessa fiscalização. A Agência demorou a se estruturar para enfrentar o desafio das atividades de fiscalização de CL, tendo criado unidade técnica responsável pela matéria (Coordenadoria de Conteúdo Local – CCL) apenas em 2007, aproximadamente oito anos após a primeira rodada de licitações, que inaugurou a implementação dessa política. Dessa forma, foi gerado um passivo em termos de blocos a serem fiscalizados. O TCU determinou à ANP que encaminhe, no prazo de 180 dias, minuta de portaria ou nota técnica estabelecendo os critérios mínimos para o exame dos requisitos para análise de CL e aprimoramento de metodologia de seleção de blocos para fiscalizar conteúdo local, além da identificação de técnicas de auditoria e da elaboração ou atualização de manuais de procedimentos para fiscalizar CL (Acórdão nº 2.815/2012-Plenário);
- d) auditoria realizada na Agência Nacional do Petróleo (ANP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e na Marinha do Brasil constatou índices precários nos controles de segurança operacional e ambiental em unidades *offshore* – plataformas instaladas em áreas oceânicas – de produção de petróleo e gás natural, além da demora de respostas em casos de desastres ambientais. Foram feitas recomendações pertinentes aos órgãos envolvidos (Acórdão nº 2.752/2012-Plenário);

1.6.2 Transporte

- a) aprovou o primeiro estágio do processo de outorga de permissão para serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT). Nesta etapa, foram analisadas questões relativas à viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto. A permissão tem vigência de quinze anos (Acórdão nº 2.903/2012-Plenário);
- b) os projetos rodoviários desenvolvidos pelo Dnit foram verificados por meio de 15 auditorias dedicadas ao tema. As principais constatações referem-se à precariedade dos estudos geotécnicos e de viabilidade econômica empregados para definir as jazidas de materiais a serem utilizadas nas obras, sobretudo de brita e de areia. Os estudos topográficos e geotécnicos que dão suporte às soluções de engenharia apresentaram deficiências que vão desde a realização de ensaios geotécnicos em número abaixo do recomendado à ausência de dados necessários no projeto de terraplenagem. Outro ponto diz respeito à ausência, nos projetos, de critérios que fundamentem o recebimento das obras a serem realizadas, que deve ser baseado em resultados de ensaios técnicos que avaliem a condição funcional e estrutural da rodovia (Acórdão nº 2.928/2012-Plenário);
- c) o controle eletrônico de velocidade feito nas rodovias federais está sendo implementado de forma lenta. Auditoria avaliou o Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV), conduzido pelo Dnit e verificou que, segundo o cronograma do Programa instituído para esse fim em 2009, 2.227 medidores eletrônicos deveriam estar em operação em abril de 2012, mas, em junho, só 584 estavam operando. Ao todo são 2.696 aparelhos contratados. A lentidão deve-se a atrasos na execução de atividades como análise de estudos técnicos e aferição dos equipamentos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) (Acórdão nº 2.758/2012-Plenário);

- d) auditoria constatou sobrepreço em sete itens do orçamento-base da licitação para obras no Aeroporto de Florianópolis/SC. A fiscalização provocou a revisão dos valores orçados por parte da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), acarretando uma economia de quase R\$ 6 milhões para os cofres públicos (Acórdão nº 2.840/2012-Plenário);
- e) auditoria detectou restrição à competitividade e indícios de irregularidades nos projetos básico e executivo das obras de construção do terceiro terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Confins, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O empreendimento, que pretende atender 5,8 milhões de passageiros por ano, tem previsão de conclusão para dezembro de 2013 e consta na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo (Acórdão nº 2.880/2012-Plenário);
- f) auditoria detectou sobrepreço de R\$ 74 milhões nas obras de construção de ponte sobre o Rio Araguaia, a qual fica na BR-153 e ligará as cidades de Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA. A fiscalização investigou convênio, no valor de R\$ 240 milhões, celebrado entre o Dnit e a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Tocantins (Seinfra-TO). O sobrepreço detectado representa 32,6% do total da obra (Acórdão nº 2.819/2012-Plenário);
- g) constatadas irregularidades em construções de terminais fluviais na Região Norte, no decorrer de 15 fiscalizações. Os problemas mais recorrentes foram superfaturamento resultante de preços excessivos frente ao mercado, adiantamento de pagamentos e fiscalização ou supervisão deficiente. (Acórdão nº 2.928/2012-Plenário);
- h) auditoria nos contratos das obras de manutenção de trechos rodoviários da BR-364/MT constatou indícios de superfaturamento,

avaliado em mais de R\$ 7 milhões, além de irregularidades como ausência de estudos de viabilidade técnica, falta de descrição do serviço a ser executado e pagamento por serviços não realizados. O Tribunal fará tomadas de contas especiais nos contratos a fim de apurar o débito e as responsabilidades (Acórdão nº 2.664/2012-Plenário);

1.6.3 Saúde

- a) determinou à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que apresente trimestralmente, até que seja implantado processo eletrônico definitivo de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), relatório com informações a respeito das atividades do período e de cronograma para tarefas pendentes. A Agência deverá também apresentar calendário de emissão de Avisos de Beneficiário Identificado (ABI) para dar saída às Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) pendentes de processamento, para que não haja diferença temporal entre a realização do batimento e os meses de competência (Acórdão nº 2.879/2012-Plenário);

- b) auditoria encontrou irregularidades nos preços de medicamentos afixados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), ligada ao Ministério da Saúde. Os valores dos fármacos na tabela Cmed chegam a custar mais de 10.000% em relação ao que é cobrado nas compras públicas. Na comparação com o mercado internacional, verificou-se que em uma amostra de 50 princípios ativos – selecionados com base no volume de comercialização de 2010 –, em 43 deles, o preço registrado no Brasil está acima da média internacional. Em 23, o País possui o maior preço entre os países pesquisados; e em três, tem o menor preço. Já em relação aos medicamentos novos, registrados a partir de 2010, constatou-se que em uma amostra de 27 remédios, 21 estão abaixo da média internacional. O Tribunal recomendou que o

Ministério da Saúde articule junto à Presidência da República a viabilidade de apresentar ao Legislativo uma proposta de revisão do modelo regulatório de ajuste dos preços dos medicamentos, levando em conta critérios como comparação internacional, variação cambial e custo dos diferentes tratamentos (Acórdão nº 3.016/2012-Plenário);

1.6.4 Integração Nacional e Meio Ambiente

- a) auditoria constatou sobrepreço de R\$ 1,4 milhão em obras para implantação de adutoras, estações de tratamento e reservatórios do Sistema Produtor Pirapama, em Recife, Pernambuco. O TCU determinou a autuação de tomada de contas especial para identificação e citação dos responsáveis pelo superfaturamento e que a Compesa mantenha retida a quantia declarada (Acórdão nº 3.246/2012-Plenário);

1.6.5 Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

- a) auditoria para avaliar a governança de Tecnologia da Informação (TI) da Administração Pública, analisou cerca de 350 órgãos e entidades e verificou existência de falhas relacionadas ao planejamento estratégico, à gestão de serviços e à falta de divulgação aos cidadãos dos serviços prestados na área. Porém, o TCU concluiu pela evolução do campo nos últimos anos, se comparado com estudos anteriores (Acórdão nº 2.585/2012-Plenário);
- b) determinou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que elabore plano de ação para disponibilizar sistema informatizado para gerenciamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A decisão foi tomada com base em auditoria do TCU, iniciada em 2011, que identificou falhas pontuais na entrega de materiais didáticos em municípios de Minas Gerais, Mato

Grosso do Sul e no Distrito Federal (Acórdão nº 2.954/2012-Plenário);

- c) realizou novo acompanhamento das ações governamentais voltadas para realização da Copa do Mundo de 2014. O trabalho teve por objetivo promover a transparência dos atos do Governo, mapear os riscos e identificar os principais impedimentos para realização do megaevento esportivo. Apresenta, também, análise das áreas aeroportuária, portuária, de mobilidade urbana, estádios, turismo e segurança. O valor total dos investimentos para a Copa aumentou pouco mais de R\$ 3,5 bilhões, ou seja, em 14,7% do montante inicialmente estimado. O custo se deu, principalmente, pelo acréscimo de R\$ 1,78 bilhão nas obras dos aeroportos, R\$ 1,13 bilhão para os estádios e de R\$ 158 milhões nos valores dos portos. A nova estimativa é de R\$ 27,3 bilhões. Em relação aos estádios, constatou-se andamento físico das obras como satisfatório. Das cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, o estádio de Recife é o que apresenta menor percentual de execução, com 64% de obras concretizadas. As obras aeroportuárias seguem em ritmo lento. Dos quatro aeroportos privatizados, apenas os de Natal e Brasília iniciaram os investimentos previstos para o Mundial. O atraso também é sentido nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). No entanto, “ainda não se materializou, irrefutavelmente, a impossibilidade do término das obras anteriormente à Copa do Mundo. A atenção quanto ao acompanhamento dos cronogramas, todavia, aumentou”, esclareceu, em seu voto, o Relator dos processos de fiscalização da Copa no TCU, Ministro Valmir Campelo. Sobre os portos, verificou-se que em Fortaleza, as obras avançaram para 28,3% de execução; em Natal, 20,5% e em Recife, 27,7%. Em relação às obras de mobilidade urbana, o TCU constatou que cinco cidades-

sede receberam desembolsos da Caixa Econômica Federal, com total de valores repassados de apenas 8,33% do total financiado. O TCU determinou aos Órgãos e entidades envolvidos a adoção de medidas com o objetivo de corrigir os problemas encontrados. Também foram feitas recomendações e alertas (Acórdão nº 3.011/2012-Plenário);

d) auditoria com o objetivo de conhecer o rol de renúncias tributárias, financeiras e creditícias, concedidas pelo Governo Federal para viabilização da Copa do Mundo de 2014. A fiscalização demonstrou que, somadas, as isenções totalizam quase R\$ 1,08 bilhão. Do valor total, R\$ 888 milhões são relativos às renúncias tributárias, dos quais R\$ 329 milhões provêm da desoneração de tributos relacionados à construção e reforma dos estádios e R\$ 559 milhões das renúncias direcionadas a compras, no mercado interno, pela FIFA e suas subsidiárias e contratadas. Os R\$ 189 milhões restantes equivalem às abdições creditícias de receitas. Elas são decorrentes de subsídios de bancos públicos federais de fomento, materializados por empréstimos a taxas de juros inferiores, nas áreas de turismo, hotelaria, mobilidade urbana e construção e reforma de estádios. Não foram identificados benefícios ou subsídios financeiros por parte do Tesouro Nacional. A matriz de responsabilidade da Copa não inclui os valores relativos às renúncias. O TCU determinou prazo para que os valores referentes às renúncias sejam incluídos na matriz (Acórdão nº 3.249/2012-Plenário);

e) atuação do TCU, ao acompanhar as obras de melhorias de acessibilidade urbana nas imediações da Arena Fonte Nova, em Salvador/BA, gerou economia ao erário de cerca de R\$ 2,4 milhões. Em Auditoria anterior, o TCU verificou sobrepreço de aproximadamente R\$ 4,6 milhões no edital e, para corrigir essa irregularidade, a Companhia de Desenvolvimento Urbano de

Estado da Bahia (Conder) reavaliou o projeto e o dividiu em duas etapas (Acórdão nº 2.654/2012-Plenário);

- f) fiscalizou 15 obras destinadas a implantação e adequação de ginásios esportivos escolares. A ação conduzida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contempla quase 6 mil ginásios. A principal irregularidade identificada foi a deficiência no projeto básico do empreendimento. O projeto padrão disponibilizado pelo FNDE aos municípios continha erros de quantitativos e inconsistências no memorial descritivo, com divergências em relação à planilha orçamentária apresentada. Segundo o relatório do TCU, essa irregularidade é especialmente relevante, pois serão executadas milhares obras com o mesmo projeto. O TCU determinou ao FNDE que se abstivesse de celebrar novos termos de compromisso para construção das quadras esportivas até a correção das impropriedades apontadas (Acórdão nº 2.928/2012-Plenário);
- g) determinou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) que reduza em, no mínimo, 10,2% os preços do conjunto dos 21 lotes do pregão eletrônico para aquisição de materiais laboratoriais para o Campus do Instituto Federal do Paraná – III. A redução proposta representa uma diminuição de mais de R\$ 1,4 milhão. O total previsto para a compra de todos os itens é de R\$ 13,8 milhões (Acórdão nº 2.753/2012-Plenário);
- h) identificou avanços no processo de concessão de incentivos fiscais com base na Lei Rouanet. De acordo com monitoramento do Tribunal, todas as determinações feitas em 2011 para saneamento de irregularidades e melhoria da operacionalização da concessão das renúncias de receitas foram cumpridas ou estão em cumprimento. Contudo, resta pendente a implementação de medidas para publicação de informações sobre a execução dos

projetos culturais na internet e para integração de dados (Acórdão nº 2.766/2012-Plenário);

- i) constatou irregularidades na celebração e execução de nove convênios do Ministério da Cultura (MinC). Foram encontradas deficiências na análise inicial da qualificação técnica e da capacidade operacional das ONGs proponentes. Também foram identificadas as seguintes irregularidades: fraude na execução de convênios, com entidades desprovidas de material, qualificação técnica operacional e interesses recíprocos; convênios firmados com entidades que atuaram como interpostas de empresas produtoras de eventos; ausência de fiscalização in loco da execução dos convênios. O TCU determinou ao MinC que apure as irregularidades e instaure processo de tomada de contas especial, se for o caso (Acórdão nº 2.965/2012-Plenário);

1.6.6 Planejamento e Desenvolvimento Urbano

- a) determinou que a Caixa Econômica Federal exija estudo de sondagem do solo para obras de edificações, ainda na fase de análise de projeto básico. Tal medida tem o objetivo de respaldar e dimensionar as soluções técnicas escolhidas para a fundação das edificações. A decisão teve por base auditoria realizada nas obras de urbanização do Bairro Congos, em Macapá/AP, de responsabilidade da Agência de Desenvolvimento do Amapá (Adap) (Acórdão nº 3.030/2012-Plenário);

1.6.7 Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

- a) constatou deficiências de segurança nos controles dos sistemas usados para armazenar dados da dívida pública. O objetivo da análise foi verificar o funcionamento do Sistema Integrado da Dívida Pública (SID) e os controles de tecnologia de informação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O levantamento apontou,

que a STN apresenta deficiências significativas nesses controles, como inexistência de política de segurança de informação devidamente formalizada; ausência de critérios claramente definidos para a política de acesso ao SID; ausência de gerenciamento de risco de TI e de gerenciamento de incidente para a área. O TCU também recomendou que a Secretaria do Tesouro formalize política de segurança da informação que defina claramente as funções de análise crítica e periódica dos direitos de acesso ao SID e que implemente processo de gestão de risco de segurança da informação (Acórdão nº 3.132/2012-Plenário);

- b) aprovou o primeiro estágio da permissão para construção de porto seco no entorno do Porto de Suape, em Pernambuco. Nessa etapa de fiscalização, o Tribunal analisou estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE) do empreendimento realizados pela Receita Federal do Brasil (RFB) (Acórdão nº 3.012/2012-Plenário);
- c) realizou acompanhamento de outorga do primeiro estágio de licitação para permissão de exploração do Porto Seco a ser implementado em Salvador (Acórdão nº 3.367/2012-Plenário);

1.6.8 Agricultura e Desenvolvimento Agrário

- a) recomendou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que intensifique a fiscalização de bagagens nas fronteiras do Brasil para diminuir o risco de pragas e doenças que possam ingressar no País (Acórdão nº 2.961/2012-Plenário);
- b) monitorou o cumprimento de deliberações decorrentes de auditoria realizada para avaliar processos de armazenamento e fiscalização dos estoques públicos a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), inseridos na Política de Garantia de Preços Mínimos (Acórdão nº 3.355/2012-Plenário);

- c) identificou irregularidades nas obras do Terminal Pesqueiro Público do Estado do Rio de Janeiro (TPP/RJ), sob responsabilidade do Ministério de Pesca e Agricultura (MPA). As falhas geraram dano estimado em mais de R\$ 1,4 milhão. Segundo o relatório de auditoria do TCU, o projeto executivo das obras foi licitado antes de obtenção de licença ambiental. O MPA não percebeu que o local onde seria instalada a planta do empreendimento é área residencial e sujeita às restrições relativas à segurança aeroportuária. A falha viola, ao mesmo tempo, leis municipais de uso e ocupação do solo e normas federais de segurança de voo. O TCU determinou instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidade pelo dano aos cofres públicos (Acórdão nº 3.470/2012-Plenário);
- d) constatou falhas no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), cujo objetivo é facilitar, às famílias rurais, o acesso a crédito para a obtenção de imóveis rurais e infraestrutura básica. O trabalho constatou que há inconformidade na implantação e no desenvolvimento dos projetos de construção dos assentamentos e na seleção dos beneficiários e das propriedades rurais que recebem o crédito. Os controles internos e a gestão financeira também apresentam fragilidades. Entre as falhas, há insuficiência de divulgação adequada para atingir o público-alvo do Programa; escolha dos imóveis rurais sem a participação efetiva dos beneficiários de acordo com as regras estabelecidas, causando atraso e problemas técnicos na construção das casas. O Tribunal determinou prazo para que o MDA apresente plano de ação para adoção de medidas corretivas (Acórdão nº 3.033/2012-Plenário);
- e) constatou irregularidades na aplicação de créditos orçamentários para reforma agrária sob a responsabilidade da Superintendência Regional do Incra no Paraná. O Tribunal examinou o uso de mais de R\$ 19 milhões referentes ao crédito para instalação de dois dos

maiores assentamentos do Estado: Celso Furtado e Ireno Alves dos Santos. Segundo a auditoria, foram concedidos créditos para beneficiários que não atendem aos critérios do programa de reforma agrária. Também se constatou a falta de controle na aquisição e a não utilização de materiais de construção adquiridos com o crédito; indícios de desvio de recursos na execução das obras de construção das residências; irregularidades nas contratações das empresas fornecedoras dos materiais, além de cobranças indevidas de taxas de adesão e de despesas operacionais da cooperativa dos beneficiários do crédito. Diante desse cenário, o Tribunal determinou à Superintendência do Inbra no Paraná que apresente Plano de Ação contendo cronograma de implementação de medidas que garantam o cumprimento e a fiscalização dos recursos referentes ao crédito instalação (Acórdão nº 2.761/2012-Plenário);

1.7 Obras Públicas Fiscalizadas

Em 2012, o TCU realizou 200 fiscalizações *in loco* as quais contemplaram as mais relevantes funções orçamentárias detentoras de recursos do Orçamento União de 2012. Entre as auditorias destacaram funções Transporte, Energia, Educação, Gestão Ambiental e Saneamento, com 100, 30, 20, 14 e 12 fiscalizações, respectivamente. O montante de recursos orçamentários fiscalizados foi superior a R\$ 38 bilhões. A função Energia foi a que apresentou maior volume de recursos fiscalizados (R\$ 22,9 bilhões – 59,78%). Em segundo lugar apareceu a função Transporte (R\$ 8,4 bilhões – 22,07%).

Das 200 obras fiscalizadas, foram apontados indícios de irregularidades graves em 124 obras. Desses, em 22 casos, os indícios são potencialmente paralisadores de contrato, convênio, etapa, parcela ou trecho de obra; em 6 casos, recomendou-se retenção cautelar e em outros 96 casos, os indícios não ensejam a descontinuidade das obras.

No conjunto das 200 fiscalizações, foram registrados 714 achados de auditoria, distribuídos em diversas áreas. Percebe-se uma grande incidência de indícios de irregularidade envolvendo processo licitatório, orçamento da obra (sobrepço/superfaturamento) e projeto básico/executivo deficiente ou desatualizado.

A relação das obras com indícios de irregularidades graves detectadas pelo Tribunal está disponível para consulta na página da CMO e também no Portal TCU - <http://www.tcu.gov.br>. (Acórdão nº 2.928/2012-Plenário).

1.8 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 4º trimestre de 2012, foram autuados 34 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 21 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 74 processos de solicitação do Congresso Nacional.

Além disso, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas promovidas pelas comissões técnicas de ambas as Casas do Congresso Nacional.

1.9 Atuação Internacional

O Relatório registra que, no cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No período, os ministros do TCU participaram dos seguintes eventos:

- a) no período de 3 a 6 de outubro, o Ministro-Substituto Augusto Sherman participou da 12ª Reunião do Comitê Diretivo do Grupo de Trabalho em Auditoria Ambiental da INTOSAI (*Work Group on Environmental Auditing – WGEA*), realizada em Jaipur, Índia. A reunião destinou-se à apresentação dos resultados do Plano de Trabalho relativo a 2011-2013, bem como à estruturação do Plano de Trabalho para 2014-2016 do WGEA;
- b) nos dias 8 e 9 de outubro, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira esteve na Cidade do México para representar o Tribunal no Seminário “Desafios da Prestação de Contas na América Latina”, promovido pela *Red por La Rendicion de Cuentas (RRC)*, entidade que congrega inúmeras organizações acadêmicas e instituições públicas, como a Auditoria Superior da Federação Mexicana (ASF) e a Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso);
- c) no dia 23 de outubro, o Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, recebeu a visita de Henri Ayebe Ayssi, Ministro-Delegado junto à Presidência da República de Camarões, que estava acompanhado do Embaixador daquele País no Brasil, Martin Mbeng, e de Assessores;
- d) no dia 24 de outubro, o Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, acompanhado do Ministro Augusto Nardes, recebeu visita de cortesia do Ministro Laudemar Aguiar, Secretário do Comitê Nacional de Organização da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável;
- e) no período de 07 a 10 de novembro, o Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, e o Ministro Walton Alencar Rodrigues participaram da abertura da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília;
pelo TCU, foi debater o papel da auditoria financeira como mecanismo de fiscalização governamental;

k) nos dias 26 e 27 de novembro, o Ministro Aroldo Cedraz, representou o TCU no seminário "Auditando as parcerias-público privadas: o trabalho continua". O evento, realizado em Haia, na Holanda, foi coordenado pela Corte de Contas da Holanda e contou com o apoio do Tribunal. Participaram da discussão, representantes de mais de sessenta países e de organismos internacionais;

1.10 Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.657 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve 15 vacâncias, sendo 8 no cargo de Auditor Federal, 6 no cargo de Técnico Federal e 1 no cargo de Auxiliar.

1.11 Recursos Humanos e Financeiros

O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,1 corresponde a despesas com pessoal (87,9%).

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, tendo, inclusive, nos termos relatados, adotado as providências pertinentes junto aos órgãos e entidades auditados com vistas à correção das irregularidades detectadas. Em consequência, **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório de Atividades relativo ao 4º Trimestre de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputado **FÁBIO RAMALHO**
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado AFONSO FLORENCE, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 5/2013-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2012”.

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olímpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado AFONSO FLORENCE
Relator *ad hoc*

PARECER

Nº 09, DE 2013-CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 9, de 2013-CN, que “Encaminha, conforme o disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2012.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

Relator *ad hoc*: Deputado AFONSO FLORENCE

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União - TCU referente ao exercício de 2012, objeto do AVN nº 9/2013-CN.

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao § 4º do art. 71 da Constituição Federal que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 27 de março de 2013 (Aviso nº 263-GP-TCU, na origem), dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCU, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. Traz os referenciais adotados pelo Tribunal no exercício das competências constitucionais e legais que lhe são afetas para o controle da Administração Pública.

O Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, destaca que aquela Corte de Contas, como impulsionadora da racionalização do gasto público e mantenedora da moralidade administrativa, visando à melhoria da Administração Pública, torna disponíveis aos gestores orientações, determinações, recomendações e avaliações, com o objetivo de corrigir falhas, evitar desperdícios e melhorar a gestão e o desempenho de órgãos, entidades e programas de Governo.

Destaca, no exercício de 2012, a apreciação das Contas do Governo da República de 2011, encaminhada ao Congresso Nacional para julgamento. Nesse exame, o papel do TCU vai além da mera verificação da conformidade dos balanços apresentados, da execução orçamentária, da situação patrimonial e das questões contábeis. Neste caso, o TCU elabora verdadeiro instrumento voltado ao aperfeiçoamento da Administração Pública, cuja análise e conhecimento são essenciais ao exercício da gestão pública.

Também aponta como relevante o relatório consolidado das fiscalizações em obras públicas custeadas com recursos federais, cujo montante fiscalizado, em 2012, superou R\$ 38 bilhões. A atuação técnica e especializada do TCU na fiscalização de obras, além de trazer diversos benefícios para o Estado e para a sociedade, possibilitou a conclusão de empreendimentos com os padrões necessários de qualidade, preço e prazos.

Prossegue destacando que a atuação do Tribunal gera expressivos benefícios financeiros ao Erário, mensuráveis e não mensuráveis. No ano de 2012, tais benefícios superaram R\$ 12 bilhões, o que significa que para cada real investido no Tribunal o País economizou R\$ 9,31. Isto sem contar a atuação prévia do TCU, por meio da adoção de medidas cautelares, que envolveu a cifra de R\$,

13,96 bilhões. Tais resultados evidenciam o mérito da visão proativa adotada pelo Tribunal em relação à despesa pública.

O Relatório apresentado está estruturado em oito grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;
- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Contas do Governo da República;
- VI. Obras Públicas Fiscalizadas;
- VII. Relacionamento com o Público Externo; e
- VIII. Atividades Administrativas.

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no ano de 2012 estão sintetizados no Relatório da seguinte forma:¹

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 12,70 bilhões
Medidas cautelares adotadas	132
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 13,96 bilhões
Responsáveis condecorados em débito e/ou multados	2 120
Valor das condenações	R\$ 1,312 bilhão

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria e na página da internet da CMO. <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/outrasmaterias/2013/AVN-009-2013-Avulso.pdf>

Processos de cobrança executiva formalizados	3.007
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	RS 1,63 bilhão
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	89
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	47
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	2.092
Processos julgados conclusivamente	5.647
Acórdãos proferidos	19.651
Atos de pessoal analisados	105.157
Fiscalizações concluídas	1.438

Fonte: Relatório Anual de Atividades do TCU - 2012

1.1 Principais trabalhos do TCU em 2012

O Relatório apresenta as principais ações de controle empreendidas pelo TCU em 2012, por área temática, consignando o resultado das fiscalizações e as medidas corretivas adotadas, quando necessárias. O resumo dessas fiscalizações está assim apresentado no Relatório:

1.1.1 Infraestrutura – Minas e Energia

- a) aprova o Parecer Prévio sobre contas do primeiro ano da gestão da Presidente Dilma Rousseff;
- b) aprovou o relatório de fiscalização de obras 2012 (Fiscobras);
- c) propõe medidas para evitar apagões;
- d) aprova o segundo e o terceiro estágios da fiscalização para compra de energia elétrica (A-5);
- e) determina auditoria para verificar licenciamentos das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio/RO;
- f) identifica falhas na gestão da Reserva Geral de Reversão - RGR da Eletrobras;

- g) faz recomendações para melhorias no sistema de gestão da Eletrobras;
- h) realiza acompanhamento de leilão para compra de energia elétrica;
- i) investiga incoerência nas obras da Usina Termonuclear de Angra III;
- j) encontra irregularidades em procedimentos da Petrobras;
- k) Programa "Luz para todos" apresenta falhas de execução e atrasos;
- l) recomenda medidas para aperfeiçoar fiscalização de atividades de mineração;
- m) identificou risco de prejuízo de R\$ 28 milhões no sistema de transmissão Porto Velho-Rio Branco;
- n) realiza auditoria operacional na Agência Nacional de Petróleo;
- o) Agência Nacional do Petróleo falha em controles de segurança em plataformas *offshore*;

1.1.2 Infraestrutura – Transportes

- a) TCU e Governo Federal discutem custos de obras públicas;
- b) determina que o Dnit solucione irregularidades em obras de manutenção de Rodovia;
- c) TCU avalia editais da concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília;
- d) alerta Infraero para irregularidades em edital das obras do Galeão;
- e) identifica desequilíbrio econômico-financeiro em contrato de concessão de rodovia no Paraná;
- f) identifica falhas na atuação da ANTT no setor ferroviário;
- g) identifica irregularidades em obras na BR-101/RJ;
- h) deficiência em manutenção feita pelo Dnit compromete pontes e viadutos;
- i) aponta irregularidades em obra do metrô de Fortaleza;

- j) encontra sobrepreço em obras da BR-163 no Pará;
- k) detecta falhas em projeto para revitalização da BR-101/BA;
- l) detecta sobrepreço em obras da BR-364 em Mato Grosso;
- m) alerta para atraso em reforma do Aeroporto de Manaus;
- n) contrato para obras do complexo viário de Guarulhos continua irregular;
- o) Decea deverá rever pagamentos por serviços de suporte ao controle aéreo;
- p) irregularidades em contratos para obras do Aeroporto de Macapá serão apuradas em tomada de contas especial;
- q) aprova primeiro estágio de arredamento para obras no Porto de Itaguaí/RJ;
- r) cautelar paralisa concorrência para obras do Porto do Rio de Janeiro/RJ;
- s) fiscalização encontra falhas em obras da Ferrovia Norte-Sul;
- t) determina aplicação de multas nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS);
- u) encontra novas irregularidades em obras da BR-440/MG;
- v) encontra irregularidades em obras da BR-364, no Acre;
- w) encontra indícios de superfaturamento nas obras da BR-386/RS;
- x) aprova primeiro estágio de outorga de serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros;
- y) projetos de infraestrutura em transportes enfrentam precariedade de estudos;
- z) radares em estradas federais estão aquém do previsto;
- aa) fiscalização gera economia de R\$ 6 milhões em obras do Aeroporto de Florianópolis;
- bb) obras do Aeroporto de Confins/MG apresentam indícios de irregularidades;

- cc) Auditoria do TCU identifica sobrepreço de 74 milhões em obra em Tocantins;
- dd) construções de terminais fluviais na Região Norte têm superfaturamento e fiscalização deficiente;
- ee) Irregularidades em contratos da BR-364/MT serão apuradas em tomadas de contas especiais;

1.1.3 Infraestrutura – Comunicações

- a) fiscalizações geram melhorias na atuação da Anatel;
- b) acompanha o processo de outorga da telefonia móvel 4G;
- c) reitera determinações e recomendações à Anatel sobre qualidade dos serviços de telefonia;
- d) aprova primeiro estágio de licitação para 4G;
- e) aprova com ressalva modelo de outorga das franquias dos Correios;
- f) determina melhorias para sistema de gestão dos Correios;

1.1.4 Saúde

- a) aponta baixa adesão de hospitais gerais na habilitação de leitos para dependentes químicos;
- b) Auditoria no Sisnad: verifica insuficiência de Centros de Atenção Psicossocial - Caps no Brasil;
- a) aponta falhas no Sistema Nacional de Transplantes;
- b) sugere concessão de mais verba para a Saúde;
- c) encontra irregularidades em entrega de motolâncias;
- d) acompanha processo para ressarcir o SUS;
- e) avalia atuação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos;

1.1.5 Integração Nacional e Meio Ambiente

- a) apresenta diagnóstico de compromissos assumidos pelo Brasil na Rio-92;
- b) verifica baixo investimento no controle de processos erosivos do Rio São Francisco

1.1.6 Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

- a) Auditorias em acumulação indevida de cargos em universidades seguem até 2013;
- b) determina utilização de sistema informatizado para gestão do livro didático;
- c) propõe melhorias operacionais para o Sistema de Convênios do Governo Federal;
- d) avalia mecanismos sustentadores de sistemas integrados de gestão em cinco empresas;
- e) fiscaliza projeto de inovação e contratações envolvendo *offset*;
- f) detecta falta de atualização nos dados da Copa;
- g) autoriza liberação de crédito para construção da Arena da Amazônia;
- h) realiza acompanhamento em obras da Copa;
- i) Atuação do TCU economiza R\$ 2,4 milhões nas obras da Copa em Salvador;
- j) verifica que renúncias para a Copa totalizam R\$ 1,08 bilhão;
- k) encontra deficiências em projetos de ginásios esportivos escolares;
- l) constata irregularidades em convênios celebrados pelo Ministério da Cultura;

1.1.7 Planejamento e Desenvolvimento Urbano

- a) discute terceirização com Governo Federal;

- b) reforça necessidade de substituição de terceirizados em empresas estatais;
- c) determina suspensão da regularização de áreas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ);
- d) determina à Caixa que exija estudos de sondagens de projetos básicos de obras;

1.1.8 Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

- a) propõe medidas para evitar fraudes em crédito habitacional da Caixa
- b) fiscalizará a dívida pública dos entes federados com a União;
- c) alerta quanto a atraso nas ações para a Copa do Mundo;
- d) detecta indícios de irregularidades em obras para as Olimpíadas;
- e) identifica sobrepreço em obras da Arena da Amazônia;
- f) autoriza manutenção de convênio entre Ministério da Fazenda e GEAP;
- g) verifica irregularidades em sistema de gestão da Casa da Moeda;
- h) verifica inconsistências no sistema de informação da dívida pública;
- i) realiza acompanhamento de outorga em Porto Seco de Salvador/BA;
- j) autoriza exploração de porto seco em Pernambuco;
- k) fiscaliza aplicação de recursos em obras de saneamento e habitação;
- l) encontra irregularidades no PAC em Santarém/PA;

1.1.9 Justiça e Defesa

- a) encontra deficiências de infraestrutura nas delegacias de fronteira;
- b) auditoria encontra falhas na repressão ao tráfico de drogas na região de fronteira;
- c) auditoria aponta que bens do tráfico de drogas demoram a ser vendidos;

- d) detecta problemas nos controles migratório e alfandegário em aeroportos internacionais do Brasil;
- e) aponta irregularidades em obras para construção do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (Ciaar), em Lagoa Santa/MG;

1.1.10 Poderes do Estado e Representação

- a) aponta fragilidades em controle de recursos de postos diplomáticos

1.1.11 Agricultura e Desenvolvimento Agrário

- a) constata falhas em edital do Projeto de Integração do Rio São Francisco;
- b) identifica irregularidades em pregões do Ministério da Pesca para compra de lanchas patrulhas;
- c) vistoria Programa contra Febre Aftosa;
- d) identifica fragilidades em política governamental para escoamento da produção agrícola;
- e) recomenda melhorias para ações de defesa agropecuária;
- f) realiza auditoria em Política de Garantia de Preços Mínimos da Conab;
- g) irregularidades em terminal pesqueiro do Rio causam prejuízo de R\$ 1,4 milhão;
- h) constata falhas em Programa de Crédito Fundiário;
- i) Tribunal constata irregularidades em assentamentos no Paraná;

1.1.12 Trabalho, Previdência e Assistência Social

- a) fiscalização gera benefícios de mais de R\$ 1,2 bilhão;
- b) Auditoria no Sisnad: identifica comunidades terapêuticas sem licença sanitária;
- c) determina medidas para teleatendimento da Previdência;
- d) avalia sistema de arrecadação de multas administrativas;

- e) determina medidas para substituição de terceirizados;
- f) constata irregularidades graves em gestão pública de TI;
- g) determina que emissão de certidões cíveis e criminais seja gratuita no DF;
- h) reforça necessidade de certidão de débitos trabalhistas em contratações;
- i) identifica déficit nos regimes da previdência pública;
- j) aponta pouca acessibilidade a prédios e serviços públicos;

1.2 Estrutura do TCU

Consta do Relatório que o Tribunal inicia 2013 com nova estrutura, conforme o disposto na Resolução-TCU nº 253, aprovada no final de 2012. A atual organização da Secretaria do TCU foi mais uma iniciativa na busca pela excelência do controle e estabeleceu a atuação das unidades técnicas responsáveis pelas fiscalizações por especialização.

A clientela do TCU agora está distribuída por quatro coordenações-gerais de controle externo: Social, Serviços Essenciais ao Estado, Desenvolvimento Nacional e Infraestrutura. Cada uma dessas coordenadorias desdobra-se em secretarias especializadas em temas como Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Administração do Estado. Foi criada, ainda, uma secretaria específica para fiscalizar contratações de bens e serviços de apoio logístico dos órgãos federais.

1.3 Atividade de Controle Externo

No período, foram concluídas 1.353 fiscalizações, envolvendo um esforço de 72.898 Homens-Dia de Fiscalização (HDF). Ao término do período estavam em andamento 85 fiscalizações. Do total do ano, 22,67% (326) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 77,33% (1.112), foi de iniciativa do próprio Tribunal.

No ano de 2012 houve um aumento de 45,3% no número de fiscalizações concluídas frente ao ano de 2011.

Além disso, no período, foram autuados 5.622 processos referentes à matéria de controle externo e apreciados, de forma conclusiva, 5.738 processos de mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 115.940 atos de pessoal e apreciados 105.157 atos dessa natureza.

1.4 Medidas Cautelares

No ano de 2012 foram adotadas 132 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais da ordem de R\$ 13,96 bilhões, valor 51,7% superior ao aferido no ano de 2011, de R\$ R\$ 9,2 bilhões.

1.5 Julgamento de Contas, Condenações e Sanções

O Tribunal aprovou, no ano de 2012, nova regulamentação para a organização dos processos de contas. Trata-se da Instrução Normativa - TCU nº 71, de 28.11.2012. As principais mudanças instituídas pelo normativo são relativas ao valor mínimo para instauração de TCE e ao prazo de encaminhamento desse tipo de processo ao TCU.

Agora, o valor mínimo previsto é de R\$ 75 mil. A instrução normativa anterior estipulava o valor mínimo em R\$ 23 mil. Quanto ao prazo, a nova instrução normativa prevê encaminhamento ao Tribunal em até 180 dias, a contar do término do exercício financeiro em que se instaurou a tomada de contas especial. Antes, esse tempo era flutuante e determinado de acordo com o caso e com as limitações impostas à disponibilidade das informações.

Entre os 1.840 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no período, 923 (50,16%) condenaram 1.757 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 150 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 381 responsáveis.

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa ou ressarcimento de débito no valor de R\$ 1,30 bilhão, atualizados até a data de 31.12.2012. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 3,3 milhões.

1.6 Atuação do Ministério Público junto ao TCU

No ano de 2012, foram autuados 3.007 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R\$ 1,63 bilhão. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 15.826 processos. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de pareceres emitidos por tipo de processo.

1.8 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 4º trimestre de 2012, foram autuados 34 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 21 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 74 processos de solicitação do Congresso Nacional.

Além disso, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas promovidas pelas comissões técnicas de ambas as Casas do Congresso Nacional.

1.9 Atuação Internacional

O TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de vários países. A cooperação vai desde o mero atendimento a pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico.

Não obstante encontrarem-se em vigor vários acordos bilaterais celebrados entre o Tribunal e outras EFS, maior ênfase tem sido dada à cooperação técnica que se desenvolve no contexto de acordos multilaterais de cooperação. Além de manter intercâmbio com entidades da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) e de um de seus grupos regionais, a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), o Tribunal mantém cooperação com a Organização das Instituições Supremas de Controle (ISC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

1.10 Planejamento Anual

O Mapa Estratégico do TCU prevê quatro diretrizes de resultados para a atuação do Tribunal de Contas da União: contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da Administração, contribuir para transparência dos gastos e ações governamentais, coibir a ocorrência de fraudes e desvios de recursos, e condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios de recursos. Por fim, cabe ressaltar que o planejamento materializado neste plano é dinâmico e precisa ser constantemente avaliado e aprimorado.

Consta do Relatório que, nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a estabelecer prioridades e melhor atender às expectativas e às demandas da sociedade e do Congresso Nacional. O estabelecimento de metas desafiadoras de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais, tem contribuído para melhoria dos resultados, aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da Organização.

As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o período de janeiro a dezembro de 2012 foram distribuídas ao longo do período, para fins de acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas para o período alcançou o valor de 100,02%.

1.11 Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.657 estavam ocupados no final do exercício de 2012.

1.12 Recursos Humanos e Financeiros

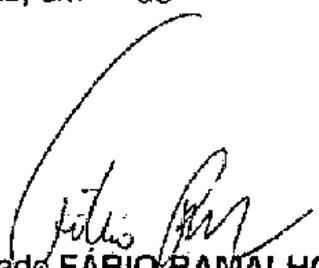
O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,1 corresponde a despesas com pessoal (87,9%).

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, tendo, inclusive, nos termos relatados, adotado as providências pertinentes junto aos órgãos e entidades auditados com vistas à correção das irregularidades detectadas. Em consequência, **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório Anual de Atividades do TCU relativo ao exercício de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013


Deputado **FABIO RAMALHO**

Relator



CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na continuação da Primeira Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado AFONSO FLORENCE, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Deputado Fábio Ramalho), pelo **ARQUIVAMENTO** do **Aviso nº 9/2013-CN**, que "Encaminha, conforme o disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2012".

Compareceram os Senhores Senadores Lobão Filho, Presidente, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata e Wilder Moraes, e os Deputados Guilherme Campos, Terceiro-Presidente, Ademir Camilo, Aelton Freitas, Afonso Florence, Alex Canziani, Bohn Gass, Claudio Cajado, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Giovani Cherini, Gonzaga Patriota, José Rocha, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Missionário José Olímpio, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Oziel Oliveira, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Berzoini, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Welton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, em 12 de fevereiro de 2014.



Senador LOBÃO FILHO
Presidente



Deputado AFONSO FLORENCE
Relator *ad hoc*

**Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 6 de fevereiro de 2014.**

Às onze horas do dia seis de fevereiro de dois mil e quatorze, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Assinam também a lista de comparecimento os seguintes Senadores e Senadoras: Flexa Ribeiro, Primeiro-Secretário; Ângela Portela, Segunda-Secretária, e Ciro Nogueira, Terceiro-Secretário, que se ausentaram durante a Reunião; João Durval, Terceiro Suplente de Secretário e Casildo Maldaner, Quarto Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, agradece a presença de todos. Inicialmente, analisam-se as matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta administrativa, passa-se a tratar da pauta legislativa, que foi previamente enviada aos Gabinetes dos Srs. Senadores membros da Mesa e é parte integrante desta Ata.

**1ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
Em 6 de fevereiro de 2014.**

1. ABERTURA

2. REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

2.1. Relator: Senador Jorge Viana

2.1.1. Requerimento nº 366, de 2013

Autoria: Senador Vital do Rêgo – Ao Ministro de Estado da Justiça.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações relacionadas aos preparativos de segurança pública para os eventos religiosos e esportivos que o Brasil sediará nos próximos anos.

(Observação: Relatório Favorável, com supressão das questões 2 e 3, uma vez que os eventos aos quais se referem já foram realizados)

Quadro comparativo do Requerimento nº 366, de 2013

Requerimento nº 366, de 2013	Parecer nº , de 2013, da Mesa do Senado Federal
Na forma do disposto nos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça as informações abaixo relacionadas aos preparativos de segurança pública para os eventos religiosos e esportivos que o Brasil sediará nos próximos anos.	
1. Já foram implementadas ou concretizadas as ações previstas no “Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014”, coordenado pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ)?	
2. Considerando que a Copa das Confederações está contemplada nesse planejamento estratégico, ainda restam muitas ações a serem empreendidas para garantir a segurança nesse evento?	Relatório pela aprovação do Requerimento nº 366, de 2013, suprimindo-se as questões 2 (dois) e 3 (três), uma vez que os eventos aos quais se referem já foram realizados.
3. A SESGE/MJ está adotando providências para garantir a segurança durante a Jornada Mundial da Juventude, que ocorrerá em julho de 2013, no Rio de Janeiro, com a presença do Papa Francisco?	
4. As áreas de inteligência policial estão preparadas para detectar e evitar a entrada de agentes terroristas no País?	
5. Há alguma espécie de monitoramento de pessoas simpatizantes das causas terroristas, embora vivam no Brasil?	
6. Notícia jornalística veiculada em março de 2012 dá conta de que o Governo Federal assumiu, por intermédio da SESGE/MJ, a coordenação da	

Requerimento nº 366, de 2013	Parecer nº , de 2013, da Mesa do Senado Federal
segurança para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. As ações de segurança para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo serão estendidas para as Olimpíadas, ou será desenvolvido um planejamento estratégico específico para esse evento?	

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.2. Requerimento nº 720, de 2013

Autoria: Senador Vital do Rêgo – Ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações relativas ao endividamento e aos planos de investimentos e de venda de ativos da Petrobras.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.3. Requerimento nº 1.107, de 2013

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura – Ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações sobre o impacto fiscal relativo às desonerações previstas pelo PLS nº 167, de 2013, que reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares (Autor: Senador Wilder Moraes; Relator na Comissão de Serviços de Infraestrutura: Senador Blairo Maggi).

(Observação: Relatório Favorável)

Observação: Se aprovado o Requerimento nº 1.107, de 2013, ficará interrompida a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 167 de 2013, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.4. Requerimento nº 1.110, de 2013

Autoria: Aloysio Nunes Ferreira – À Ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações sobre os critérios utilizados pela SECOM-PR para definir os sites e blogs que recebem investimentos em publicidade no meio Internet.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.5. Requerimento nº 1.127, de 2013

Autoria: Aloysio Nunes Ferreira – Ao Ministro de Estado da Defesa.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações relativas à segurança operacional da aviação civil.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.6. Requerimento nº 1.164, de 2013

Autoria: Aloysio Nunes Ferreira – Ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações sobre os programas de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.7. Requerimento nº 1.319, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobrás Amazonas Energia, acerca dos investimentos na rede de produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica na capital e demais cidades do estado do Amazonas, com base no documento anexo ao Requerimento.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.1.8. Requerimento nº 1.173, de 2013

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues – Ao Ministro de Estado da Educação.

(Relator: Senador Jorge Viana)

Assunto: Informações referentes aos investimentos públicos em educação (PNE).

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2. Relator: Senador Romero Jucá

2.2.1. Requerimento nº 1.312, de 2013

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos – Ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: Informações fiscais ao Ministro de Estado da Fazenda, discriminadas por Estado e Distrito Federal, acerca do impacto na arrecadação do ICMS decorrente da aprovação de proposições legislativas que especifica, bem como do impacto no saldo da dívida junto ao Tesouro Nacional por cada ente federado decorrente do Projeto de Lei Complementar nº 99, de 2013, oriundo da Câmara dos Deputados, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências” (Autor: Presidente da República; Relator na Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos: Senador Luiz Henrique).

(Observação: Relatório Favorável)

Observação: Se aprovado o Requerimento nº 1.312, de 2013, ficará interrompida a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 99 de 2013 (Complementar), nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: RETIRADO DE PAUTA.

2.2.2. Requerimento nº 1.328, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – Ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: Informações acerca dos recursos do Fundo CT-Amazônia.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.3. Requerimento nº 1.345, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Alvaro Dias – Ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: Informações sobre o contrato celebrado entre a empresa Partnersnet Comunicação Empresarial e o respectivo Ministério para prestação de serviços de assessoria de imprensa.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado : DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.5. Requerimento nº 1.400, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da existência de jazidas minerais no Estado do Amazonas com viabilidade para exploração comercial.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado : DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2.6. Requerimento nº 1.404, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

(Relator: Senador Romero Jucá)

Assunto: Informações ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio acerca do planejamento para a implementação de novo modelo de gestão para o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, e a concessão de personalidade jurídica à instituição.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado : DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3. Relator: Senador Flexa Ribeiro

2.3.1. Requerimento nº 1321, de 2013

Autoria: Senador Inácio Arruda – ao Ministro de Defesa

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: Informações sobre as razões e justificativas para a transferência do 1º Esquadrão do 5º Grupo de Aviação (Esquadrão Rumba) da Base Aérea de Fortaleza – BAFZ para a Base Aérea de Natal.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3.2. Requerimento nº 1323, de 2013

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: Informações acerca do histórico da ocupação territorial e uso das terras rurais nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, especificamente, nas regiões de discussão pela demarcação de terras indígenas.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3.3. Requerimento nº 1324, de 2013

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – ao Ministro da Justiça

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: Informações a respeito das relações de processos administrativos da FUNAI, que objetivam a revisão de limites e/ou ampliação de terras indígenas já demarcadas.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3.4. Requerimento nº 1434, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Previdência Social

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: Informações, no âmbito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, sobre o montante da dívida previdenciária dos municípios do Estado do Amazonas.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4. Relatora: Senadora Angela Portela

2.4.1. Requerimentos (5) de informações, do Senador Aécio Neves, solicitando informações relativas ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas e ao Programa “Crack, é Possível Vencer”:

2.4.1.1. Requerimento nº 1.257, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – À Ministra de Estado
Chefe da Casa Civil

(Relatora: Senadora Angela Portela)

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa
para as providências cabíveis.

2.4.1.2. Requerimento nº 1.258, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – Ao Ministro de Estado da
Defesa

(Relatora: Senadora Angela Portela)

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa
para as providências cabíveis.

2.4.1.3. Requerimento nº 1.259, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – Ao Ministro de Estado da
Justiça

(Relatora: Senadora Angela Portela)

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa
para as providências cabíveis.

2.4.1.4. Requerimento nº 1.260, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – Ao Ministro de Estado da
Saúde

(Relatora: Senadora Angela Portela)

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4.1.5. Requerimento nº 1.261, de 2013

Autoria: Senador Aécio Neves – Ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(Relatora: Senadora Angela Portela)

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4.2. Requerimento nº 1.300, de 2013

Autoria: Senador Alvaro Dias– Ao Ministro das Comunicações

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: Informações sobre os contratos assinados entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4.3. Requerimento nº 1.224, de 2013

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira – ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações sobre atividades do INCRA (Informação INCRA 184 DDI 2 nº 20/2013; e Memorando

184 DD/2013 SR8 Gabinete 68/2013).

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.4.4. Requerimento nº 1.420, de 2013

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – ao Ministro de Estado das Comunicações.

(Relatora: Senadora Angela Portela)

Assunto: informações referentes às transferências de controle societário de rádios.

(Observação: Relatório favorável)

Observação: Se aprovado o Requerimento nº 1.420, de 2013, ficará interrompida a tramitação dos Ofícios "S" nºs 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45, de 2011; 8, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, de 2012, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.5. Relator: Senador **Ciro Nogueira**

2.5.1. Requerimento nº 1.301, de 2013

Autoria: Senador Roberto Requião – Ao Ministro de Estado da Fazenda

(Relator: Senador **Ciro Nogueira**)

Assunto: Informações sobre as motivações de natureza técnica que levaram aquela pasta a propor à Presidência da

República o texto do Decreto sem número publicado em 25 de outubro de 2013, destinado a reconhecer “como de interesse do Governo Brasileiro a participação estrangeira no capital ordinário do Banco do Brasil S.A.

(Observação: Relatório Favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.5.2. **Requerimento nº 1.421, de 2013**

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – ao Ministro de Estado das Comunicações.

(Relator: Senador Ciro Nogueira)

Assunto: Informações acerca do ato a que se refere a Portaria, que outorgou à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguape, no estado de São Paulo. Visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2013, que “aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo”.

(Observação: Relatório Favorável)

Observação: Se aprovado o Requerimento nº 1.421, de 2013, ficará interrompida a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2013, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6. Relator: Senador João Vicente Claudino

2.6.1. Requerimento nº 1.278, de 2013

Autoria: Senador Roberto Requião – Ao Ministro de Estado do Desenvolvimento.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: Informações sobre o pedido ao BNDES de concessão de empréstimo por empresas integrantes das Organizações Globo e, ainda, sobre os benefícios fiscais e creditícios concedidos.

(Observação: Relatório pelo encaminhamento do RQS à CCJ)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.2. Requerimento nº 1.279, de 2013

Autoria: Senador Roberto Requião – Ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: Informações sobre a composição das dívidas tributárias e de multas das Organizações Globo, e, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a remessa de cópia de todos os documentos e processos que envolvem a referida dívida.

(Observação: Relatório pelo encaminhamento do RQS à CCJ)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.6.3. Requerimento nº 1.399, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: Informações acerca dos assentamentos previstos e realizados pelo órgão.

(Observação: Relatório favorável, com alterações redacionais)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

3. REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA

Tramitação Conjunta

3.1 Requerimento nº 1.414, de 2013

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Assunto: (dispõe sobre normas eleitorais) – Requer, nos termos do § 1º, do art. 48, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2013, tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2011, por tratarem de matérias análogas.

- Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2011 (autor: Senador Ricardo Ferraço): Altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, para vedar coligação nas eleições para os cargos de vereador, deputado estadual e distrital e deputado federal; dispõe que na propaganda eleitoral a coligação usará sob a sua denominação, obrigatoriamente, as legendas de todos

os partidos que a integram; revoga o § 1º do art. 10 da Lei nº 9.504/97, que estabelece que no caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

- Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2013 (autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira): Altera a Lei nº 9504/97 – que estabelece normas para as eleições – para estabelecer que é facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária; veda a celebração de coligações partidárias nas eleições proporcionais; estabelece novas regras para os debates nas eleições proporcionais e majoritárias; altera a Lei nº 4737/65 – Código Eleitoral – para alterar a forma de cálculo do quociente partidário; revoga dispositivo do Código Eleitoral.

Observação: Se aprovado o **Requerimento de tramitação conjunta**, as matérias vão à **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**, em decisão terminativa.

Resultado: APROVADO. À **Secretaria-Geral da Mesa** para as providências cabíveis.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Tramitação Conjunta

3.2 Requerimento nº 1.415, de 2013

Autoria: Senador Lobão Filho

Assunto: (dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas,

medicamentos, terapias e defensivos agrícolas) – Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 151 e 505, de 2007; 9, de 2009; 99, 177, 307, 692 e 703, de 2011; e 9, de 2012.

- Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2013 (autor: Senador Mário Couto): Dá nova redação ao art. 4º, da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, e dá outras providências.

- Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2007 (autor: Senador Magno Malta): Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para tornar obrigatória à inclusão de mensagens de advertência nas embalagens e nos rótulos dos recipientes de bebidas alcoólicas.

- Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2007 (autora: Senadora Marisa Serrano): Dispõe sobre restrições à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas e altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar as restrições à propaganda dessas bebidas e modificar sua definição e algumas disposições relativas às advertências sobre o seu consumo.

- Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2009 (autor: Senador Cristovam Buarque): Estabelece advertências nos rótulos e nas embalagens de bebidas alcoólicas.

- Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2011 (autor: Senador Acir gurgacz): Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos

fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas nas proximidades de estabelecimentos de ensino e tornar obrigatória a aposição de advertências na publicidade de bebidas alcoólicas feita em pontos de venda.

- Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2011 (autor: Senador Acir Gurgacz): Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para regular a publicidade, a promoção e a exposição de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas em pontos de venda.

- Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2011 (autor: Senador Wellington Dias): Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para ampliar a definição das bebidas alcoólicas e estender as restrições legais para as cervejas, independentemente de seu teor alcoólico.

- Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2011 (autor: Senador Gim): Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a exposição, a propaganda, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais que especifica.

- Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2011 (autor: Senador Wellington Dias): Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para modificar a definição de bebida alcoólica e proibir a exposição, a propaganda, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos.

- Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2012 (autor: Senador Randolfe Rodrigues): Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal”.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Resultado: **APROVADO.** À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

As matérias vão às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Tramitação Conjunta

3.3 Requerimento nº 1.471, de 2013

Autoria: Senador Alvaro Dias

Assunto: (Código de Defesa do Consumidor) – Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 509, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nº 281, 282 e 283, de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.

- Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012 (autor: Senador José Sarney): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico.

- Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012 (autor: Senador José Sarney): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas.

- Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012 (autor: Senador José Sarney): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.

- Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2013 (autor: Senador Eduardo Amorim): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar o fornecedor que oferecer produtos ou serviços por meio eletrônico ou similar a apresentar de forma detalhada informações a respeito do produto ou serviço que está sendo ofertado.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias vão à Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

Resultado: APROVADO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

As matérias vão à Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

Tramitação Conjunta

3.4 Requerimento nº 1.492, de 2013

Autoria: Senador Gim

Assunto: (publicidade dirigida a crianças e adolescentes) – Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação em conjunto do PLS nº 360, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013.

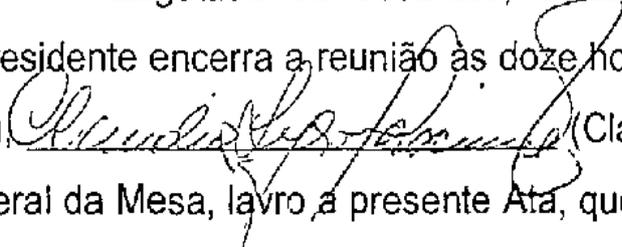
- Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2012 (autor: Senador Vital do Rêgo): Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a publicidade dirigida a crianças e adolescentes.

- Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2013 (autor: Senador Eduardo Amorim): Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar a emissão de conteúdos voltados ao público infanto-juvenil e proibir a publicidade direcionada a crianças no horário diurno.

Observação: Se aprovado o Requerimento de tramitação conjunta, as matérias voltam à Secretaria-Geral da Mesa para aguardar inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº ____, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, para que o PLS nº 493, de 2013, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que o Colegiado se pronuncie sobre a matéria.

Resultado: APROVADO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

As matérias ficam na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº ____, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, para que o PLS nº 493, de 2013, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que o Colegiado se pronuncie sobre a matéria.

Esgotado os assuntos, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às doze horas e sete minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavro a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

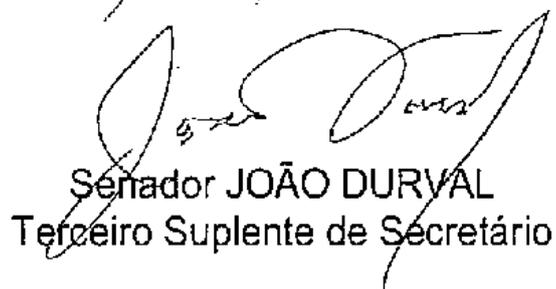
Senado Federal, em 6 de fevereiro de 2014.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

(continuação das assinaturas da Ata da 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 6 de fevereiro de 2014)



Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário



Senador JOÃO DURVAL
Terceiro Suplente de Secretário



Senador CASILDO MALDANER
Quarto Suplente de Secretário

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros**20/02/2014****Quinta-feira**

12h30	Recebe Paulo Dantas, presidente do Conselho Federal de Economia - COFECON, Manuel Enriquez Garcia, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo - CORECON/SP e professor Luiz Alberto Machado Filho Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata** (S)
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dormelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antônio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira** (S)
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu* (S)
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF

Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
---------------------------	----

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
---------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PROS.	1
SDD.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blaíro Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO**1º** - Magno Malta - (PR-ES)**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)**3ª** - João Durval - (PDT-BA)**4ª** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,69,89)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,100)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (97,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>
		<p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataides Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfê Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayne Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).
2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).
4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ^(1,8,11)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
 8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
 9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
 11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

- Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)
- Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
- Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n^{os} 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ** . Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).

2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).

3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾**

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**Membro da Comissão Diretora****Notas:**

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

*** . Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

**** . Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

***** . Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

***** . Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**.. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF, Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

***** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

***** Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

***** Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

***** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/04/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA
O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n^{os} 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013.

**.. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n^{os} 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n^{os} 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n^o 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n^o 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(10,9)	3. Anibal Diniz (PT) ^(42,41)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(87,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PMDB) ^(82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,30)
Jayme Campos (DEM) ^(30,88,79,81,85)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) ^(67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Graziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Feccury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).

90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. VAGO (9)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ** . Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomeae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(17,30,6,23,55,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,37,35)	2. VAGO ^(30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(30,23,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) ^(25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(11,13,9,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(56,52,50,54)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
VAGO ^(28,29,32,47,48,53,51,39,41)	3. VAGO ^(33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(82,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,89,87)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Paulo Paim (PT) ^(108,91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,109,76,111)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) ^(76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(71,85,11)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(45,79,81,10)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

***** Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(31,29,37,41,60)	4. VAGO ^(44,41,60,87)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,74,60,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(44,41,75)
Ana Amélia (PP) ^(44,41,60)	6. VAGO ^(20,44,41)
Benedito de Lira (PP) ^(44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(44,41,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(44,41,81,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,66,64)
Gim (PTB) ^(66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(66,86,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(66,57,73,34,35)
VAGO ^(66,85,58,83,24)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,66,83,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cicero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAlV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fejery não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (OF. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(67,63)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) ^(80,77)	5. Delcídio do Amaral (PT) ^(76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(38,47,48,37,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) ^(34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) ^(21,19,10,9,55,75)	6. VAGO ^(27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(54,50)
José Agripino (DEM) ^(24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) ^(65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(42,41,49,65,59,51)	2. VAGO ^(39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (OF. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (OF. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 34/2012/CMA).
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (OF. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (OF. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (OF. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. n° 52/2013/CMA).
 15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **.. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/2012-GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **.. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(4,7,3,1,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(9,12,5)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. n° 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. n° 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(4,2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).

4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(67,75,58)	1. VAGO ^(6,8,32,25,81,75,58)
VAGO ^(27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(30,16,74,58,62,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,17,52,43)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(53,45,65,79)
Gim (PTB) ^(42,69,64,65,9)	2. VAGO ^(65,63,80,79)
Eduardo Lopes (PRB) ^(73,65)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reanulação do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reanulação do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011 - GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
50. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013 - GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **.. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

** Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005**Fax:** 3303-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(6,4)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(3,60)
Anibal Diniz (PT) ^(9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(57,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,10,56,59,55,58,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,47,46)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO (4,2,13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfê Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **.. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
 23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **.. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19)
Acir Gurgacz (PDT) ^(43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lidice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,25,3,10,75,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(7,4,72,61,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(36,28)	4. Jayme Campos (DEM) ^(37,28,76,68,70,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(45,35,60,57)	2. VAGO ^(60,66)
VAGO ^(34,60,73,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. N°058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **.. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) ^(57,42)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,62,52,51,55,58,50,61)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(56,54,60,50,53)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(7,8,4,3,5)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (OF. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(23,22,10,7,80,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,52,35,29,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) ^(68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,14,9,60)
Jayme Campos (DEM) ^(79,74,72,77)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*******, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo(Of. nº 12/2014 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,10)
João Capiberibe (PSB) ^(17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(36,31)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(15,13,5,6,43,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(39,16,3)	2. VAGO ^(41,29,42,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfê Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.n° 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS n° 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento n° 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. n° 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. n° 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. n° 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. n° 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. n° 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. n° 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB n° 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomect@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (8,3)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) (4)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPB n° 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303.5258 **Fax:**3303.5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾**Atualização:** 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁹⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹⁰⁾**PSDB****PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾**DEM****PR**Blairo Maggi (MT) ⁽³⁾**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁶⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁸⁾**SDD**

Atualização: 18/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. GLPR nº 013, datado de 18.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPDT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**3-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**4-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**5-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**6-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**7-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**8-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.**9-** O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.**10-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2-** Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3-** Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4-** Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5-** Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6-** Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7-** Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8-** Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9-** Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10-** Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11-** Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12-** Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13-** Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter lhoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14-** Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Cyro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Cyro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13-** Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15-** Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16-** Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20-** Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21-** Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22-** Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23-** Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

- 1-** Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 2-** Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3-** Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4-** O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5-** Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM
(Resolução nº 1, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCLP
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Vice-Presidente: Deputado André Vargas
Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes) ¹(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Líliliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Líliliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Caçado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MARCIO MACÉDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
EDUARDO AZEREDO	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ³
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTÔNIO CARLOS VALADARES ⁶	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 358 páginas
(O.S. 10506/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

